



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Letras - IL

Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução – LET

Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução – POSTRAD

**A Terminologia no campo da Direção Defensiva para CNH:
proposta de glossário bilíngue Português-Libras**

Linha de Pesquisa Tradução e Práticas Sociodiscursivas

Lizani de Liz Tavares

Brasília
2023

LIZANI DE LIZ TAVARES

**A Terminologia no campo da Direção Defensiva para CNH:
proposta de glossário bilíngue Português-Libras**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução – POSTRAD da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudo da Tradução.

Orientadora: Prof.^a Dra. Patricia Tuxi

Brasília
2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

LL789t LIZ, Lizani T.
A Terminologia no campo da Direção Defensiva para CNH:
proposta de glossário bilingue Português-Libras / Lizani T.
LIZ; orientador Patrícia Tuxi dos Santos. -- Brasília, 2023.
219 p.

Dissertação (Mestrado em Estudos de Tradução) --
Universidade de Brasília, 2023.

1. Terminologia. 2. Libras. 3. Tradução. 4. Glossário. 5.
Trânsito. I. Tuxi dos Santos, Patrícia, orient. II. Título.

LIZANI DE LIZ TAVARES

**A Terminologia no campo da Direção Defensiva para CNH:
proposta de glossário bilíngue Português-Libras**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução – POSTRAD da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau ao título de Mestre em Estudos da Tradução.
Orientadora: Prof.^a Dra. Patrícia Tuxi dos Santos

Banca Examinadora

Professora Doutora Patrícia Tuxi dos Santos
Orientadora (Presidente) – POSTRAD/IL/UnB

Professora Doutora Tânia Aparecida Martins
Membro Externo – UNIOESTE/PR

Professor Doutor Gláucio de Castro Junior
Membro Efetivo – POSTRAD/IL/UnB

Professora Doutora Elisa Duarte Teixeira
Membro Suplente – POSTRAD/IL/UnB

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, a amigos e professores, por todo apoio na realização desta conquista.

À comunidade surda! À Libras!

AGRADECIMENTOS

A **Deus!** Obrigada por tanto, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia e socorro presente nos momentos de angústia.

Ao meu pai, **Miguel José Tavares** (*in memoriam*), pelo seu jeitinho exageradamente militar que criou filhos fortes, dedicados e resilientes; e à minha extraordinária mãe, **Evani de Liz Tavares**, pelo amor e pelo apoio incondicional que me acompanham a todo momento.

Ao meu irmão, **Marcos Tavares**, à minha cunhada **Anna Paula Franco**, aos sobrinhos **Theo, Lorena e Enzo**, e a meus tios Luiz José Tavares (**Tatá**) e Carmen Lúcia Ribeiro Miranda (**Kaka**), pelo amparo ao longo do caminho. Gratidão, família!

Às minhas “doces crianças”, **Quindim, Trufa e Paçoca**, pelo companheirismo ao longo da pesquisa e da vida, e por seus miados e ronronar carinhosos que diversas vezes foram os melhores ansiolíticos.

À amiga e coordenadora do projeto Libras no Trânsito, **Flavia Lopes**, que, ao vislumbrar meu potencial, convidou-me a participar do projeto, me fazendo acreditar que tudo era possível.

Em especial à minha orientadora Prof.^a Dra. **Patricia Tuxi dos Santos**, expresse minha gratidão, porque mesmo com toda a nossa timidez e insegurança você acreditou no nosso potencial e no nosso projeto, nos ajudando a transformar um sonho em realidade. Agradeço por seu carinho, sua paciência, sua motivação, seu empenho, além de sua habilidade e de seu sólido conhecimento, o qual foi o fio condutor para que a chegada ao fim do túnel se tornasse mais próxima dia após dia. Obrigada pelo suporte, pelas palavras de conforto e pelo carinho em todos os momentos desafiadores ao longo dessa jornada.

Ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN/DF) e à Universidade de Brasília (UnB) pelo apoio, incentivo, oportunidade e conhecimento disponibilizados.

Às professoras e colegas **Lira Matos, Nara Xavier e Alyne Pacífico**, que despertaram o meu encantamento e a minha curiosidade, e que fizeram meus olhos brilharem e voltar a minha vida profissional para a área da Libras.

Ao amigo **Rogério Feitosa Oliveira da Silva** que muito me apoiou e ajudou nessa trajetória de tradução no mestrado, sempre muito presente, paciente e prestativo. Nunca mediu esforços (até com o pulso quebrado) para me atender e

ajudar! Gratidão!

Aos amigos Emanuel Souza Andrade (**Manu**) e **Isadora Correa** pela amizade, disponibilidade, assistência, paciência e companheirismo em todas as etapas. **Manu**, obrigada por acreditar e abraçar o nosso projeto, aceitar os desafios, enfrentar os obstáculos, os preconceitos velados e mostrar para todos, com maestria, a sua competência na formação do 1º Examinador de Trânsito Surdo do Brasil. Parabéns!

Ao amigo **Henrique Meira** pelo companheirismo, a atenção, a serenidade e por ser tão prestativo ao longo do nosso projeto e desta pesquisa.

À amiga Solange Cristina Barbosa Lima (**Sol**) que, com seu olhar de lince e sua sabedoria, literalmente abrilhantou e enriqueceu este trabalho com suas observações, ponderações e ajustes. Você chegou na hora certa! Gratidão eterna!

Ao querido **Luiz Henrique Marciano** que, no ano de 2020, era simplesmente um colega de Detran/DF, mas que, com o nosso ingresso no mestrado (eu em Estudos da Tradução e ele em Gestão Pública), juntos construímos uma linda amizade compartilhando as alegrias, as angústias e os devaneios que só os mestrandos entendem!

Aos meus amigos de vida, que sempre me apoiaram e torceram por mim, estando comigo nos mais diversos momentos. Obrigada, **Claudia Sobrinho** (irmã do coração, afilhada e amiga), **Viviane Meira** (amiga-irmã que, mesmo de longe, sempre me incentivou e torceu por mim), **Edson Bruno Píramo** (afilhado querido), **Poliana Monte Rocha**, **Felipe Esmeraldo**, **Rayane Fernandes**, **Hebert Brito**, **Michele Castro**, **Rômulo Pinheiro**, **José Osvaldo Lora** e **Ingrid Scherer**. Vocês abrandaram os dias de desespero e sufoco.

Jamais poderia deixar de agradecer ao cordial **Edvan de Jesus Camargos**, hoje distante, mas que no início dessa caminhada, quando tudo ainda era muito amedrontador, muitas vezes ouviu pacientemente as angústias, as aflições, os desesperos e as pequenas alegrias.

Aos professores, colegas mestres e mestrandos, tradutores e intérpretes da UnB pelo conhecimento compartilhado. Sem a ajuda de vocês nada disso seria possível.

À banca de qualificação, **Dra. Tânia Aparecida Martins** e **Dra. Elisa Duarte Teixeira**, pelas observações que muito contribuíram para minha proposta de pesquisa.

À banca examinadora, **Dra. Tânia Aparecida Martins** e **Dr. Glaucio de Castro Junior**, pelas contribuições e apontamentos que enriqueceram este trabalho.

A todos que direta ou indiretamente participaram e colaboraram nessa desafiadora trajetória. Gratidão!

“Tá acabando!” Consegui!

EPÍGRAFE

"Deus não escolhe os capacitados, capacita os escolhidos. Fazer ou não fazer algo só depende de nossa vontade e perseverança". Albert Einstein

RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito da linha de pesquisa Tradução e Práticas Sociodiscursivas do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade de Brasília (POSTRAD/UnB). Seu objeto de estudo são os termos do conteúdo de Direção Defensiva (DD), um dos requisitos teóricos para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), visando a sugestão de um glossário bilíngue, no par linguístico Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais (Libras). O público-alvo são os candidatos a condutores Surdos, além de tradutores, intérpretes, docentes e demais interessados na área. Os objetivos específicos da pesquisa são: i) realizar uma pesquisa bibliográfica na Legislação de Trânsito a fim de traçar a trajetória do direito de dirigir do cidadão Surdo; ii) fazer um levantamento de como são apresentadas as informações nos *sites* dos Departamentos de Trânsito do Brasil, buscando a acessibilidade para o público Surdo e se há material bilíngue para promover o acesso; e iii) destacar as etapas do processo de obtenção de CNH no Distrito Federal (DF), com foco no conteúdo do curso teórico-técnico, demonstrando a importância da DD no cotidiano do trânsito. A fundamentação teórica foi dividida em cinco tópicos, que abordam: a tradução e a Língua Brasileira de Sinais; aspectos históricos dos Estudos da Tradução e Terminologia; Terminologia na Libras, a partir de pesquisas na pós-graduação; glossário bilíngue, conceito e estrutura de uma obra terminográfica voltada para Libras; a Linguística de *Corpus* (LC) como facilitadora e ratificadora na extração de termos. O percurso metodológico que define o escopo do glossário, foi dividido em quatro etapas: i) identificação do objeto de estudo e do público-alvo; ii) seleção dos termos em português, tendo como base a LC e utilizando a ferramenta *AntConc*; iii) seleção de informantes, por meio de aplicação de questionários junto aos Detrans e Surdos habilitados, além de identificação dos termos em materiais midiáticos; e iv) elaboração e organização de fichas terminológicas (FT) em Língua Portuguesa e Libras. Como resultado da coleta de dados, foram localizados 145 candidatos a termos, e selecionados 10 termos para sugerir a macro e a microestrutura de um projeto piloto de glossário bilíngue. Esta pesquisa não trabalha com a criação de sinais-termo, os referidos sinais-termo são provenientes dos informantes. Este estudo faz parte de um projeto, denominado “Libras no Trânsito”, o qual está em andamento no DETRAN/DF. Espera-se que a proposta elaborada forneça suporte para a confecção de materiais didáticos adequados ao público Surdo. Assim, destacamos a importância da utilização de recursos visuais em Libras e do português escrito como segunda língua, para promover a efetiva formação desse condutor. Por fim, busca-se melhorias para a acessibilidade linguística do Surdo no ambiente do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, além de fomentar novas pesquisas na área.

Palavras-Chave: Terminologia. Libras. Tradução. Glossário. Trânsito.

ABSTRACT

This work was developed within the Translation research scope and Sociodiscursive Practices of the Graduate Program in Translation Studies at the University of Brasília (POSTRAD/UnB). Its object of study is the terms of the content of Defensive Driving (DD), one of the theoretical requirements for obtaining the National Driver's License (CNH), aiming at the suggestion of a bilingual glossary in the Portuguese Language and Brazilian Sign Language (Libras) pair. The target audience is candidates for Deaf drivers, as well as translators, interpreters, teachers, and other interested people in the area. The specific objectives of the research lie in: i) carrying out a bibliographical research on the Traffic Legislation in order to trace the trajectory of the Deaf citizen's right to drive; ii) survey how information is presented on the Brazilian Traffic Departments websites, seeking accessibility for the Deaf public, and whether there is bilingual material to promote access; and iii) highlight the process stages for obtaining a driver's license in the Federal District (DF) focusing on the theoretical-technical course content, demonstrating the importance of DD in everyday traffic. The theoretical foundation was divided into five topics, which address: translation and the Brazilian Sign Language: a look of struggle!; Translation Studies and Terminology: historical aspects; Libras Terminology: brief postgraduate research; bilingual glossary: concept and structure of a terminographic work focused on Libras; Corpus Linguistics (CL) as a facilitator and ratifier in the extraction of terms. The methodological path that defines the scope of the glossary was divided into four stages: i) identification of the object of study and target audience; ii) selection of terms in Portuguese based on the LC using the AntConc tool; iii) informants selection, through the application of questionnaires with Detrans and qualified Deaf people, in addition to identifying terms in media materials; and iv) preparation and organization of terminology sheets (FT) in Portuguese and Libras. In response to the collection, 145 candidate terms were located, and 10 terms were selected to suggest a pilot project macro and microstructure for a bilingual glossary. This research does not address the creation of term signals. These term-signals come from the informants. This study is part of a project that is underway at DETRAN/DF called "Libras no Trânsito". It is expected that this proposal will provide support for the preparation of teaching materials suitable for the Deaf public. Thus, we highlight the importance of using visual resources in Libras and written Portuguese as a second language, to promote the effective training of this driver. Finally, improvements are sought for the Deaf linguistic accessibility in the environment of the Department of Transit of the Federal District, in addition to encouraging new research in the area.

Keywords: Terminology. Libras. Translation. Glossary. Traffic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação gráfica da legislação analisada nessa pesquisa	27
Figura 2 – Página do DOU de 01/08/1963 - adaptada	34
Figura 3 – Placas indicadoras de condutor Surdo no ano de 1975	37
Figura 4 – Linha do Tempo: Legislação x Direito de Dirigir do Surdo – Período: 1910-2021	48
Figura 5 – Ícone indicando ferramenta acessível em Libras	51
Figura 6 – Orientações: CNH para Deficientes Auditivos – Detran/ES	56
Figura 7 – Instruções para Condutor Surdo – Detran/RJ	57
Figura 8 – Página para acesso ao dicionário de Libras no Detran/RS	59
Figura 9 – Dicionário de Libras no Detran/RS	60
Figura 10 – Material de Apoio em Libras no Detran/RJ	60
Figura 11 – Etapas do Processo de Habilitação	66
Figura 12 – Direção Defensiva – Detran/RS	71
Figura 13 – Capa da obra Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos	77
Figura 14 – Capa da obra Linguagem das Mãos	77
Figura 15 – Capa da obra Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue Língua de Sinais Brasileira	79
Figura 16 – Linha do tempo 1500-2021 – Marcos relevantes para o crescimento da Libras	81
Figura 17 – Modelo Mapa de Holmes	83
Figura 18 – Modelo Mapa de Holmes – discriminado o ramo “Estudos da Tradução Aplicada”	83
Figura 19 – Mapa Estudos da Tradução proposto por Williams & Chesterman	84
Figura 20 – Características das principais teorias da Terminologia	91
Figura 21 – Glossário de Libras – UFSC	103
Figura 22 – Estrutura do verbete do Glossário Sistemico Bilíngue	104
Figura 23 – Comparação de Sinais representados em figura x vídeo (QR Code)	106
Figura 24 – Etapas do percurso metodológico	116
Figura 25 – <i>Corpus</i> de Estudo x <i>Corpus</i> de Referência	118
Figura 26 – Conversão de arquivo word para “.txt”	121
Figura 27 – Exemplo de etiquetagem em arquivo formato “.txt”	121
Figura 28 – <i>AntConc</i> : Geração da lista de palavras	122
Figura 29 – <i>AntConc</i> : Extração da lista de palavras-chave	124
Figura 30 – <i>AntConc</i> : linhas de concordância - análise	127
Figura 31 – Informantes utilizados na pesquisa	133
Figura 32 – Questionário Detrans - Introdução	134
Figura 33 – Respostas apresentadas pelos servidores dos Detrans	135
Figura 34 – Não foram enviadas respostas para a questão	135
Figura 35 – Questionário Surdos Habilitados - Introdução	137
Figura 36 – Quantidade de Surdos que responderam à pesquisa	138

Figura 37 – Sexo dos informantes Surdos	138
Figura 38 – Quantidade de vezes que reprovou na prova teórica do Detran	139
Figura 39 – Tipo de prova teórica.....	140
Figura 40 – Prova Simulada com Libras - Detran/MA.....	142
Figura 41 – Prova Simulada com Libras - Detran/RJ.....	143
Figura 42 – Diagrama de Macroestrutura e Microestrutura do Glossário.....	150
Figura 43 – Página Inicial do Glossário	151
Figura 44 – Descrição das abas/guias da página inicial.....	152
Figura 45 – Equipe de criação e produção do glossário.....	153
Figura 46 – Áreas disponíveis para consulta	155
Figura 47 – Tipos de pesquisa do termo: português ou sinal	156
Figura 48 – Pesquisa de termos em português	156
Figura 49 – Grupos de configuração de mão.....	157
Figura 50 – Configurações de mão no grupo selecionado	157
Figura 51 – Localização do sinal.....	158
Figura 52 – Pesquisa de termos por sinal.....	158
Figura 53 – Resultado da pesquisa por sinal.....	159
Figura 54 – Cores de camisetas utilizadas para composição do verbete	160
Figura 55 – Estrutura do verbete.....	161
Figura 56 – Campo: definição	162
Figura 57 – Campo Exemplo: contexto de prova.....	163
Figura 58 – Campo Variações Linguísticas.....	164
Figura 59 – Campo: Nota	164
Figura 60 – Campo: imagem.....	165

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resoluções do Contran entre 1976 e 1989 que tratam do processo de habilitação	38
Quadro 2 – Comparativo das alterações de Resoluções Contran.....	40
Quadro 3 – Estrutura Curricular do Curso Teórico-Técnico	66
Quadro 4 – Quantidade de dissertações e teses com o tema pesquisado no período 2007-2021.	96
Quadro 5 – Outras características apresentadas por Krieger e Finatto (2004).....	101
Quadro 6 – Critérios e tipos de <i>corpora</i> - Análise do <i>corpus</i> de estudo	119
Quadro 7 – Listagem das palavras-chave extraídas.....	128
Quadro 8 – Candidatos a termo a partir do nóculo "veículo"	128
Quadro 9 – Termos selecionados em português	130
Quadro 10 – Quantidade de respostas da comunidade surda	137
Quadro 11 – Comparativo de termos x sinal em Libras	140
Quadro 12 – Sinais disponíveis para o glossário.....	143
Quadro 13 – Modelo de Ficha Terminológica segundo Faulstich (2010).....	144
Quadro 14 – Modelo de FT bilíngue em LP/Libras	147
Quadro 15 – Apresentação da equipe de criação e produção.....	153

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ferramenta Acessível em Libras – VLIBRAS x Detrans	52
Gráfico 2 – Dados Estatísticos x Detrans	53
Gráfico 3 – EPTs x Detrans	54
Gráfico 4 – Orientações gerais para obtenção da CNH x Detrans	55
Gráfico 5 – Orientações específicas para Surdos para obtenção da CNH x Detrans	56
Gráfico 6 – Campo de busca/pesquisa x Detrans.....	58
Gráfico 7 – Material de apoio de DD em português.....	58
Gráfico 8 – Material de apoio de DD em Libras	59
Gráfico 9 – Simulado Prova Eletrônica em português	62
Gráfico 10 – Simulado Prova Eletrônica em Libras	62
Gráfico 11 – Crescimento de Condutores e Veículos no DF entre 2018 e 2021	68
Gráfico 12 – Produções acadêmicas na área de Terminologia na Libras (2007-2021).....	97
Gráfico 13 – Pesquisas na área de Terminologia na Libras da UnB no período de 2007 a 2021 ...	98
Gráfico 14 – Contato com os Detrans	132
Gráfico 15 – Faixa Etária dos Surdos Habilitados	139

SIGLAS E CONVENÇÕES

AND	– Associação Nacional dos Detrans
BDTD	– Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CFC	– Centro de Formação de Condutores
CNH	– Carteira Nacional de Habilitação
CNT	– Código Nacional de Trânsito
CONTRAN	– Conselho Nacional de Trânsito
CTB	– Código de Trânsito Brasileiro
DD	– Direção Defensiva
DENATRAN	– Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN	– Departamento de Trânsito
DER	– Departamento de Estradas de Rodagem
DF	– Distrito Federal
DIREDOC	– Diretoria de Educação de Trânsito
DOU	– Diário Oficial da União
EPD	– Estatuto da Pessoa com Deficiência
EPT	– Escola Pública de Trânsito
FT	– Ficha Terminológica
GDF	– Governo do Distrito Federal
INES	– Instituto Nacional de Educação de Surdos
ISM	– Instituto de Surdos-Mudos
LC	– Linguística de <i>Corpus</i>
Libras	– Língua Brasileira de Sinais
LP	– Língua Portuguesa
LS	– Língua de Sinais
LSB	– Língua de Sinais Brasileira
MEC	– Ministério da Educação e Cultura
ONU	– Organização das Nações Unidas
SENATRAN	– Secretaria Nacional de Trânsito
SNT	– Sistema Nacional de Trânsito
SSP	– Secretaria de Segurança Pública
TCT	– Teoria Comunicativa da Terminologia
TGT	– Teoria Geral da Terminologia
UFSC	– Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	– Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	<i>Meu Lugar de Fala</i>	22
2	CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO E O CONDUTOR SURDO: ONDE ESTÁ A ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA?	26
2.1	<i>O panorama histórico da legislação e o direito de dirigir do cidadão Surdo</i>	26
2.1.1	REVISÃO HISTÓRICA DA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO E O CIDADÃO SURDO	28
2.1.2	ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA: LEGISLAÇÃO FEDERAL, DISTRITAL E AS MUDANÇAS NA ÁREA DE TRÂNSITO	42
2.2	<i>Análise dos sites dos Detrans no Brasil: onde está a Libras?</i>	49
2.3	<i>Processo de obtenção da CNH e a importância da Direção Defensiva na segurança do trânsito</i>	64
3	ESTUDOS DA TRADUÇÃO, TERMINOLOGIA E A LINGUÍSTICA DE CORPUS: UM ENCONTRO CONTEMPORÂNEO	73
3.1	<i>A Tradução e a Língua Brasileira de Sinais: um olhar de luta!</i>	74
3.2	<i>Os Estudos da Tradução e a Terminologia: aspectos históricos</i>	82
3.2.1	O CAMPO DOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO E SEUS MAPEAMENTOS HISTÓRICOS	82
3.2.2	TERMINOLOGIA: DEFINIÇÕES, TEORIAS E A SUA RELAÇÃO COM A TRADUÇÃO.....	85
3.3	<i>Terminologia na Libras: breves pesquisas na pós-graduação</i>	95
3.4	<i>Glossário bilíngue: conceito e estrutura de uma obra terminográfica voltada para Libras</i>	99
3.4.1	O GLOSSÁRIO E SUAS VERTENTES: MONOLÍNGUE, SEMIBILÍNGUE, BILÍNGUE.	102
3.4.2	AS MACROESTRUTURAS E MICROESTRUTURAS DE OBRAS TERMINOGRÁFICAS NA LIBRAS.....	102
3.5	<i>A Linguística de corpus como facilitadora e ratificadora na extração de termos</i> ...	107
4	METODOLOGIA	114
4.1	<i>Abordagem e natureza da pesquisa</i>	114
4.2	<i>Etapa 1 - Definição do objeto de estudo e do público-alvo</i>	116
4.3	<i>Etapa 2 - Recolha dos termos em português</i>	116
4.3.1	A PREPARAÇÃO DO CORPUS.....	120
4.3.2	A OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PARA GERAR A LISTA DE PALAVRAS (<i>WORDLIST</i>)	122
4.3.3	EXTRAÇÃO DA LISTA DE PALAVRAS-CHAVE (<i>KEYWORD LIST</i>)	123
4.3.4	LINHAS DE CONCORDÂNCIA (<i>CONCORDANCE</i>)	125
4.3.5	A ESCOLHA DOS TERMOS PARA A COMPOSIÇÃO DO PROJETO PILOTO DE GLOSSÁRIO	129
4.4	<i>Etapa 3 - Seleção de informantes</i>	130
4.4.1	INFORMANTE: ÓRGÃOS EXECUTIVOS DE TRÂNSITO.....	133
4.4.2	INFORMANTE: SURDOS HABILITADOS.....	136
4.4.3	INFORMANTE: MATERIAIS MIDIÁTICOS	141

4.5	<i>Etapa 4 – Elaboração e Organização das Fichas Terminológicas (FT)</i>	144
4.5.1	FICHAS TERMINOLÓGICAS BILÍNGUE EM LP/LIBRAS	146
5	PROJETO PILOTO DO GLOSSÁRIO BILÍNGUE	149
5.1	<i>Apresentação da macroestrutura e microestrutura do Glossário Bilíngue</i>	149
5.1.1	MACROESTRUTURA DO GLOSSÁRIO BILÍNGUE PORTUGUÊS - LIBRAS.....	150
5.1.2	MICROESTRUTURA DE GLOSSÁRIO BILÍNGUE PORTUGUÊS – LIBRAS.....	159
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
	REFERÊNCIAS	170
	APÊNDICE A.....	180
	APÊNDICE B.....	181
	APÊNDICE C.....	188
	APÊNDICE D.....	196
	APÊNDICE E.....	198
	APÊNDICE F	212
	APÊNDICE G	213
	APÊNDICE H.....	215
	ANEXO A	219

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere na linha de pesquisa Tradução e Práticas Sociodiscursivas, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução (POSTRAD) da Universidade de Brasília (UnB). O objeto deste estudo são termos¹ do conteúdo de Direção Defensiva (DD), um dos requisitos teóricos para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). O objetivo geral desta pesquisa é propor um glossário bilíngue, no par linguístico Português-Língua Brasileira de Sinais (Libras)². O público-alvo a que se destina o resultado desta pesquisa são os candidatos a condutores Surdos³ que possuem os requisitos mínimos⁴ e desejam realizar o processo de obtenção da CNH (uma vez que é um documento de porte obrigatório para dirigir veículo automotor no Brasil), além de tradutores, intérpretes, docentes e demais interessados na área.

Com base nisso, os objetivos específicos desta pesquisa são: i) traçar a trajetória do direito de dirigir do cidadão Surdo, analisando as normas⁵ Federal, Distrital e de Trânsito, com foco na obtenção da CNH, especificamente para o Surdo; ii) analisar os *sites* dos Departamentos de Trânsito do Brasil (Detrans) vislumbrando mostrar como são apresentadas as informações nos *sites* para o público Surdo, e a existência de material bilíngue que possa promover a acessibilidade linguística; iii) destacar as etapas do processo de obtenção de CNH no Distrito Federal (DF), com foco no conteúdo do curso teórico-técnico, demonstrando a importância da DD no cenário do trânsito.

Dentre as motivações para a realização desta pesquisa, sem dúvidas, encontra-se a possibilidade de se proporcionar efetivamente a acessibilidade linguística na área de trânsito para o público Surdo. Sabe-se que a legislação

¹ Termo pode ser entendido como uma unidade lexical com um conteúdo específico dentro de um domínio específico, e é também chamado de *unidade terminológica*. (BARROS, 2004, p.40)

² Algumas pesquisas utilizam Língua de Sinais Brasileira (LSB), que segue o padrão mundial, outras utilizam Língua Brasileira de Sinais (Libras), utilizado nas legislações e políticas linguísticas. A nossa pesquisa tem dentre suas motivações as legislações referentes à área de acessibilidade, por isso optamos por utilizar, ao longo do trabalho, a sigla Libras. Ambas as siglas são reconhecidas academicamente.

³ Para o uso do termo Surdo com “S” maiúsculo, entre outros autores da área, considerou-se também o entendimento do pesquisador Castro Júnior (2011, p.12), que com muita maestria destaca que “[...] prefere essa denominação como forma estratégica de empoderamento, na necessidade de reconhecer o Surdo com suas especificidades linguísticas e a sua identidade vivenciada nos artefatos culturais, através das manifestações na LSB”.

⁴ De acordo com o artigo 140 do CTB, entende-se como requisitos mínimos para obtenção da CNH: idade mínima de 18 anos, saber ler e escrever, possuir carteira de identidade ou equivalente. O processo de habilitação é regulamentado pelo Contrans. Esses requisitos mínimos serão melhor detalhado no Capítulo 2, seção 2.3.

⁵ Neste caso, entende-se por normas as Leis, os Decretos, as Resoluções e demais legislações que tratam de acessibilidade e de trânsito, com foco no processo de habilitação para obtenção da CNH.

existente preconiza o direito, no entanto é importante ressaltar o quanto é precário o desenvolvimento efetivo de estratégias para a promoção da inclusão na sociedade. Aliado a isso, em se tratando da área de trânsito, os Departamentos de Trânsito (Detrans) são órgãos públicos executivos estaduais/distrital, os quais são regidos tecnicamente por normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e são subordinados e/ou vinculados administrativamente ao governo do Estado, no nosso caso ao governo do DF, por meio da Secretaria de Segurança Pública (SSP). Portanto, os Detrans devem cumprir tanto as normas técnicas quanto manter a subordinação às normas vigentes nas esferas federal, estadual e distrital, não havendo qualquer subordinação entre essas esferas.

Diante dessa realidade, além do simples cumprimento da legislação, e visando promover efetivamente a acessibilidade linguística do Surdo na obtenção da CNH, o Detran/DF criou um grupo de trabalho para pesquisar e desenvolver estratégias que oportunizem o acesso e a inclusão. Com base nisso, a presente pesquisa visa responder as seguintes questões a respeito dos Detrans: sendo órgãos públicos obrigados a cumprir a legislação quanto a acessibilidade, como isso é feito? Esses órgãos promovem efetivamente acessibilidade linguística? Onde está a acessibilidade nos *sites* dos órgãos executivos de trânsito para candidatos Surdos? Existem materiais oficiais bilíngues em vídeos na área de trânsito? Com o fito de responder tais perguntas e de alcançar o objetivo proposto, a presente dissertação foi estruturada em quatro capítulos.

No segundo capítulo, é apresentado, por meio de leis, portarias e decretos, um panorama histórico do direito de dirigir do Surdo, além do direito à acessibilidade linguística no processo de obtenção da CNH. Nesse contexto, foi realizada a análise, nos *sites* dos Detrans do Brasil, de dez pontos em comum relacionados à habilitação e ao processo de obtenção da CNH, focalizando a acessibilidade linguística para o candidato a condutor, visando sua autonomia. Tais pontos consistem em: i) ferramenta acessível em Libras; ii) dados estatísticos; iii) Escola Pública de Trânsito; iv) orientações para obtenção da CNH; v) orientações específicas para os candidatos Surdos; vi) a existência de campo de busca/pesquisa na página; vii) material de apoio de Direção Defensiva em português; viii) material de apoio de Direção Defensiva em Libras; ix) simulado de prova eletrônica em português e x) simulado de prova eletrônica em Libras. Nessa análise, buscou-se identificar quais órgãos executivos de trânsito destacam-se na

área de acessibilidade. Dentre as etapas do processo de obtenção da CNH apresentadas, o foco desta pesquisa é o curso teórico-técnico, com destaque para o conteúdo DD e sua importância na vida do condutor.

O terceiro capítulo, que apresenta a fundamentação teórica, foi dividido em cinco tópicos, quais sejam: a tradução e a Língua Brasileira de Sinais: um olhar de luta! (DELISLE, 2002; WYLER, 2003; ALBRES, 2020; CARDOSO, 2017); os Estudos da Tradução e a Terminologia: aspectos históricos (HOLMES, 1972; WILLIAMS; CHESTERMANN, 2002; BARROS, 2004; KRIEGER; FINATTO, 2004; CABRÉ, 1999; FAUSLSTICH, 2003); Terminologia na Libras: breves pesquisas na pós-graduação (TUXI, 2017; FELTEN, 2016; MARTINS, 2018; CASTRO JÚNIOR, 2011; STUMPF; OLIVEIRA, 2013); glossário bilíngue: conceito e estrutura de uma obra terminográfica voltada para Libras; Linguística de *Corpus* como facilitadora e ratificadora na extração de termos (SARDINHA, 2004; TEIXEIRA, 2008). Essa estruturação foi feita com o intuito de organizar o referencial teórico base desta pesquisa, de modo a facilitar a compreensão leitora.

Ainda com esse intuito, o quarto capítulo apresenta a metodologia para a elaboração da proposta de glossário bilíngue, desde a abordagem e a natureza da pesquisa. O percurso metodológico adotado inicia com a delimitação do objeto de estudo e do público-alvo do glossário, em seguida a recolha de termos, com base na Linguística de *Corpus* (LC), utilizando a ferramenta *AntConc* como forma de levantamento dos dados em Língua Portuguesa (LP). O material de análise é composto pelas apostilas, cujo tema é a Direção Defensiva, que são disponibilizadas pelos órgãos executivos de trânsito. A referida pesquisa retornou 145 candidatos a termos, em LP, relacionados à área de DD.

Os termos em Libras, por sua vez, foram selecionados recorrendo a alguns possíveis informantes, por meio da aplicação de questionários junto aos Detrans e a Surdos habilitados, além de identificação dos termos em materiais midiáticos. Cabe ressaltar que essa pesquisa não trabalha com a criação de sinais-termo, sendo que os sinais-termo utilizados neste estudo são provenientes dos informantes. Em função da natureza da pesquisa e da aplicação dos questionários, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética da UnB, tendo sido aprovado, por meio do Parecer nº 4.989.549, de 22 de setembro de 2021. Por fim, a última etapa da metodologia consistiu na elaboração e na organização de fichas terminológicas (FT), em Língua Portuguesa (LP) e em Libras, com base na abordagem das

pesquisadoras Tuxi (2017) e Faulstich (2010).

No quinto, e último capítulo, é proposto, como projeto piloto, um glossário bilíngue, apresentando suas macro e microestrutura, com dez termos da área de Direção Defensiva. Este estudo faz parte de um projeto, denominado “Libras no Trânsito”, que está em andamento no DETRAN/DF.

Para finalizar, são apresentadas as considerações finais, as referências, os apêndices e os anexos. Isso posto, a título de informação, os textos que estavam em língua estrangeira foram traduzidos para a língua portuguesa, sob nossa responsabilidade.

1.1 Meu Lugar de Fala

Com o intuito de possibilitar ao leitor uma melhor compreensão sobre o meu papel nesta pesquisa e o motivo da minha busca, irei me apresentar. Sou curitibana, graduada em Administração de Empresas, especialista em Gestão de Negócios, residente em Brasília desde 2007. No âmbito de minha trajetória profissional, há que se ressaltar que tenho quase 10 anos de experiência na área de Educação, mais especificamente na área de legislação educacional, procedimentos junto ao Ministério da Educação⁶ (MEC) para autorização e reconhecimento de cursos de graduação, trabalhando em conjunto com coordenadores e professores na adequação de projetos pedagógicos, currículos e requisitos para avaliação dos cursos.

Nesse sentido, meu primeiro contato efetivo com a Libras surgiu quando da atuação nessa área. Na ocasião, trabalhei em uma Faculdade na capital Federal, momento em que houve a necessidade de adequar os currículos dos cursos de graduação a fim de atender o Decreto nº 5.626/2005⁷. Naquela oportunidade, em que o número de professores disponíveis na área de Libras era bastante limitado, foi enriquecedor acompanhar algumas entrevistas e aulas experimentais de alguns candidatos a assumirem a mencionada disciplina. Dado o interesse dessa matéria, posteriormente assisti a algumas aulas por curiosidade. Fiquei encantada! Encheu

⁶ A denominação da instituição à época era apenas Ministério da Educação – MEC.

⁷ Decreto Federal nº 5.626/2005 (regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, e o art. 18 da Lei nº 10.098/2000) insere a Libras “como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 2005).

meus olhos! No entanto, devido às circunstâncias que a vida nos impõe, necessariamente temos que tomar outros caminhos que, muitas vezes, não estão no bojo de nossas decisões. Foi exatamente o que aconteceu comigo, fui estudar para concurso público, deixando à margem das minhas prioridades o interesse pela Libras, a qual ficou “esquecida” em algum lugar do passado.

O tempo passou e esse objetivo foi alcançado, me tornei servidora pública, tomando posse no DETRAN/DF, em dezembro de 2012. No ano de 2013, quando surgiu a primeira oportunidade, realizei o curso de Examinador de Trânsito, o qual qualifica o servidor a avaliar os candidatos à obtenção da CNH. A partir de então, participei de algumas bancas práticas, denominadas “especiais”, um cenário muito diverso da minha rotina enquanto examinadora. Esse tipo de banca visa o atendimento de candidatos que possuem algum tipo de restrição e que precisam de adaptação para realizar a prova prática. Entre esses candidatos, estão presentes os Surdos, que constitui um público que precisa de acessibilidade linguística. Considerando as dificuldades em me inserir nesse cenário e por falta de conhecimento da Libras, optei por não mais atuar nessas bancas específicas. Para minha surpresa, posteriormente fui informada de que poucos servidores do órgão detinham efetivamente o conhecimento da Libras.

Embora já existisse um incentivo legalmente constituído (Decreto nº 24.136/2003) para atividade de atendimento na Língua Brasileira de Sinais, ainda assim era tímido o interesse de profissionais por essa área. Por questões políticas, no ano de 2016, o referido incentivo foi extinto, desestimulando ainda mais os poucos servidores que atuavam na área.

Em 2018, participei do lançamento dos cursos de Libras por meio de uma palestra oferecida pela Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV/DF), na qual estavam inseridos os servidores do atendimento ao público dos órgãos do DF em geral. O curso foi voltado para iniciantes e teve carga horária era de 60 horas, tempo suficiente para despertar aquilo que poderia se tornar o fio condutor do interesse efetivo pela Libras. Isso porque o curso direcionou minha vida para um lado surpreendente, uma vez que as aulas ministradas foram palco de grande motivação para despertar o interesse ora adormecido. Simplesmente, a didática e o conhecimento das professoras da Secretaria de Educação, Alyne Dayane Pacífico Sousa, Lira Matos Martins e Nara Caroline Santos Xavier Rocha, me fascinaram. Achei difícil, desafiador, mas a partir do momento em que concluí o curso, estava

certa do interesse em me aprofundar na área, mas não tinha ideia do tamanho da “provocação” que me aguardava. Contudo, isso não me intimidou!

Procurei me especializar na área quando, ainda em 2018, iniciei uma Pós-Graduação *Lato Sensu* em Libras, oferecida pela Uníntese, com duas habilitações: Docência e Tradutor/Intérprete. Apesar do grande desafio enfrentado, me mantive firme no processo, pois eu estava certa de que, ao trilhar todas as etapas necessárias, apesar das dificuldades, os resultados seriam extremamente satisfatórios.

Como forma de superar tais dificuldades, ainda no decorrer da especialização, busquei outro curso, de nível intermediário, oferecido pelo Instituto Federal de Brasília (IFB). Associado a esses fatos, em 2019 fui convidada pela Escola Pública de Trânsito (EPT), da Diretoria de Educação de Trânsito (DIREDOC) do Detran/DF, para conhecer o projeto (denominado “Libras no Trânsito”) que estava sendo proposto na área de obtenção da CNH para candidatos Surdos. Não tendo o real entendimento de tamanha complexidade que envolvia o projeto, aceitei de pronto!

O projeto, em sua dimensão macro, consiste em ministrarmos cursos na área de trânsito e/ou disponibilizarmos, em vídeos traduzidos do Português para Libras, conteúdos do Manual de Obtenção da CNH⁸ e assuntos correlatos. O objetivo é a formação efetiva de condutores Surdos conhecedores do trânsito, e não simplesmente “encontrar uma maneira mais simples” para o Surdo ser aprovado na prova teórica do Detran, porque nós, enquanto órgão público, e os Centros de Formação de Condutores⁹ (CFCs) não fomos capacitados para promover a acessibilidade linguística desse público que tem seu direito previsto na legislação.

O que me encanta é que, apesar de ser uma área complexa, temos servidores Surdos e não Surdos¹⁰ envolvidos, com afinco, para desenvolver um trabalho de excelência, buscando aprimorar o conhecimento, disseminar a informação e desenvolver pesquisas na área acadêmica.

Nesse cenário, eu também tenho o papel de conscientizar as partes, que estão envolvidas, direta ou indiretamente, nesse contexto, de que a acessibilidade

⁸ Disponível em: <http://www.detran.df.gov.br/manual-de-obtencao-da-carteira-nacional-de-habilitacao>.

⁹ Popularmente chamados de “Autoescola”.

¹⁰ Seguindo o entendimento de Martins (2020), usaremos o termo “não Surdo” para nos referirmos àqueles que ouvem, isto é, não são surdos, mas falantes de uma língua oral, e, de alguma forma, têm contato com a Libras ou também fazem uso dela para se comunicar.

é uma necessidade e um direito que guarda o bem-estar, o conforto e o respeito pelas diferenças que, muitas vezes, são desconhecidas por parte da sociedade em geral ou até mesmo ignoradas.

Atualmente, o grupo de trabalho conta com uma doutoranda, um mestre com pesquisa na área de placas de sinalização de trânsito, dois mestrandos também com pesquisas na área, todos na UnB, e um estudante de especialização com grande experiência na comunidade surda. Diante desse contexto, e com o intuito de adquirir conhecimento para desenvolver com qualidade o projeto no âmbito do Detran/DF, esta pesquisa traz a proposta de um glossário bilíngue, em meio digital, do conteúdo teórico de DD, visando estudar e ampliar os sinais da área de trânsito como contribuição para as comunidades surda e acadêmica.

Podemos afirmar que esta pesquisa servirá de base para o projeto em desenvolvimento e acreditamos que o glossário possa ser um modelo de material a ser utilizado, haja vista sua grande importância e sua amplitude.

Por fim, ao percorrer toda essa trajetória, e após conhecer e me familiarizar com o universo dos Surdos no que tange suas angústias, suas incertezas, seus direitos e obrigações, uma certeza está latente em meu coração, a de que vale a pena continuar o aprimoramento no sentido de proteger, ajudar e orientar esse público.

2 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO E O CONDUTOR SURDO: ONDE ESTÁ A ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA?

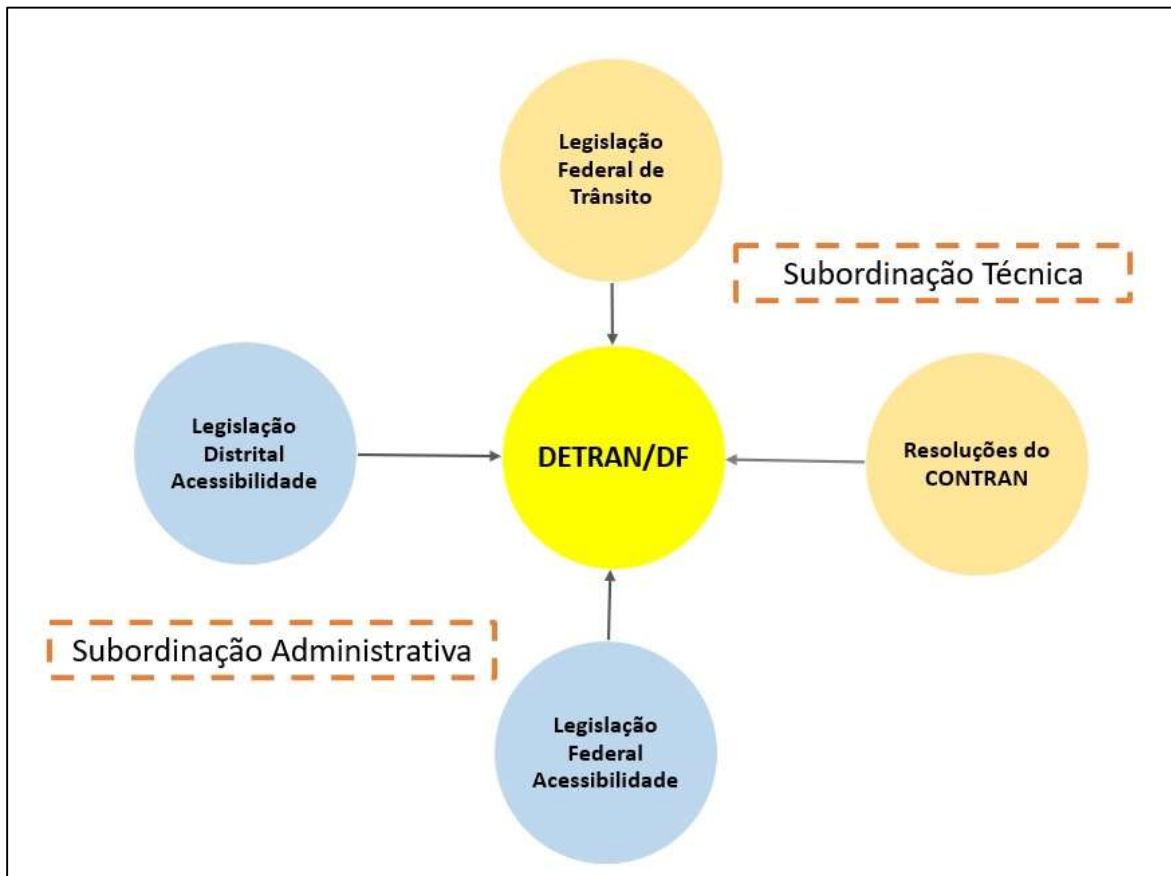
Este capítulo, inicia com um levantamento bibliográfico da legislação federal, distrital e de trânsito, considerando leis, decretos e resoluções, o que visa estabelecer um panorama geral das normas e resgatar a história acerca do direito de dirigir do Surdo, bem como da promoção de acessibilidade linguística no âmbito dos órgãos públicos. Assim, foi traçado o percurso histórico anterior e posterior à legislação e aos direitos que foram garantidos à comunidade surda. Pensando na acessibilidade linguística para o candidato a condutor e na sua autonomia, são explorados os *sites* dos Detrans do Brasil, focando em dez itens relacionados à habilitação: i) ferramenta acessível em Libras; ii) dados estatísticos; iii) Escola Pública de Trânsito; iv) orientações para obtenção da CNH; v) orientações específicas para os candidatos Surdos; vi) existência de campo de busca/pesquisa na página; vii) material de apoio de Direção Defensiva em português; viii) material de apoio de Direção Defensiva em Libras; ix) simulado de prova eletrônica em português; e x) simulado de prova eletrônica em Libras. Ao final do capítulo, são apresentadas as etapas do processo de obtenção da CNH no DF, com destaque para os requisitos mínimos necessários, e para a relevância da DD na vida do condutor, com vistas a um trânsito mais seguro.

2.1 O panorama histórico da legislação e o direito de dirigir do cidadão Surdo

Considerando a complexidade e todo o arcabouço que será abordado neste tópico, foi preciso dividi-lo em duas partes. É importante salientar que os Detrans são órgãos executivos de trânsito que pertencem ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT), e têm, portanto, subordinação técnica à Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), antigo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). No entanto, administrativamente os referidos órgãos têm subordinação e/ou vinculação aos governos dos estados e do Distrito Federal. Assim, a primeira parte desta seção trata de uma revisão histórica da legislação de trânsito, focando no candidato a condutor Surdo (área técnica). Na segunda parte, por sua vez, serão analisadas as legislações federal e distrital, que se relacionam à acessibilidade linguística. A

seguir será apresentada, na Figura 1, a representação gráfica da legislação analisada nesta pesquisa:

Figura 1 – Representação gráfica da legislação analisada nessa pesquisa



Fonte: a autora.

Acerca da Figura 1, é importante ressaltar que a subordinação técnica (normas de trânsito) é válida para todos os vinte e seis estados e para o Distrito Federal, e a legislação federal sobre acessibilidade também deve ser respeitada por todos. Todavia, em relação à subordinação ou à vinculação administrativa, existem especificidades e variações nas legislações entre as Unidades de Federação, por isso, para fins desta análise, serão consideradas as legislações distritais sobre acessibilidade linguística, porque o foco é o Detran/DF, uma vez que não seria viável pesquisar a legislação sobre acessibilidade no âmbito de cada Estado.

Diante do exposto, o primeiro tópico abordado discute a legislação de trânsito, juntamente com as resoluções do Contran.

2.1.1 Revisão histórica da legislação de trânsito e o cidadão Surdo

Tendo em vista a especificidade da área, considera-se necessário apresentar um histórico sobre a legislação de trânsito nacional, bem como situar o Detran enquanto órgão executivo dentro do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), buscando, assim, uma melhor compreensão da amplitude do sistema e das normas que o circundam.

Na busca de bibliografia que trata da série histórica do trânsito e sua legislação, houve dificuldade de se encontrar referências para a análise, então, pensando no eixo desta pesquisa, foram analisadas as normas no intervalo entre 1910 e 2021¹¹, com o intuito de promover uma reflexão a respeito do processo de habilitação para a primeira CNH, bem como o direito de dirigir do Surdo, a luta para conseguir o direito à acessibilidade linguística, além do tema “Direção Defensiva”.

Segundo Denatran (2010), historicamente a primeira legislação nacional que trata de trânsito é o Decreto nº 8.324, de 27 de outubro de 1910, que “aprova o regulamento para o serviço subvencionado de transporte por automóveis”, o qual contém, basicamente, regulamentação sobre concessões e construção das estradas de rodagem para automóveis. Esse Decreto nada menciona a respeito de um possível processo de habilitação, mas seu artigo 21 traz um registro voltado para a necessidade de uma direção defensiva:

Art.21. O motorneiro deve estar constantemente senhor da velocidade de seu vehiculo, devendo diminuir a marcha ou mesmo parar o movimento, todas as vezes que o automóvel possa ser causa de accidentes. A velocidade deverá ser reduzida o mais possível nos pontos da estrada, onde, por qualquer obstáculos, não se possa estender à distancia o raio visual, ou quando atravessar caminhos ou ruas de povoados (BRASIL, 1910)¹²

Importa destacar que, naquela época, o legislador já teve um olhar crítico para o dirigir cuidadosamente, com o intuito de evitar acidentes de trânsito.

Em 1922, foi publicado o Decreto Legislativo nº 4.460, de 11 de janeiro, que trata de conceder autorização “para a concessão de subvenção ao Districto Federal e aos Estados que construïrem e conservarem estradas de rodagem nos respectivos territórios” (BRASIL, 1922). Em síntese, essa norma traz os parâmetros para a construção e a conservação de estradas e, conforme expresso no Art.2º §2º,

¹¹ A pesquisa incluiu o período até o mês de dezembro de 2021, em função da realização da qualificação.

¹² Neste trabalho foi mantida a grafia utilizada na época da publicação dos Decretos citados, conforme disponibilizados em formato on-line.

destaca que as “estradas deverão ser franqueadas a quaisquer veículos, mas proíbe o trânsito dos chamados *carros de boi de eixo móvel*” (BRASIL, 1922, grifo nosso).

Seguindo a abordagem desse contexto, foi publicado, em 1927, o Decreto nº 5.141, de 05 de janeiro, que aborda a “criação de um fundo para construção e conservação de estradas federais, constituído por um adicional aos impostos de importação relacionados a itens como gasolina, automóveis, ônibus, caminhões, entre outros” (BRASIL, 1927, on-line). Somente em 1928, por meio do Decreto nº 18.323, de 24 de julho, é que aparece uma legislação que contemple a figura do condutor, o qual deverá “possuir a respectiva carta de licença ou autorização equivalente expedida pela municipalidade de origem, e os menores de 18 anos não poderão conduzir qualquer espécie de veículo” (BRASIL, 1928, on-line). É importante esclarecer que tal norma é composta por 93 artigos e vários anexos, que têm por objetivo regulamentar a circulação internacional de automóveis, no território brasileiro, além de apresentar várias regras de sinalização, visando a segurança do trânsito.

Por sua vez, as várias obrigações que são consideradas comuns a todos os condutores de veículos, as quais incluem cuidados que remetem à direção defensiva, estão descritas no artigo 31:

- Art. 31. São obrigações communs a todos os conductores de vehiculos:
- a) conservar sua direita, trafegando o mais proximo possivel da beira da estrada, e sempre deixando a seu lado esquerdo espaço livre para passagem dos vehiculos que tiverem de passar á frente ou que transitarem em sentido contrario;
 - b) não parar o vehiculo senão no sentido longitudinal da estrada, o mais proximo possivel da beira, conservando a sua direita, e nunca nas curvas, cruzamentos ou pontes e entradas ou saídas destas;
 - c) não exceder a velocidade maxima que lhe fôr permitida, dada a categoria do vehiculo e de accôrdo com o estabelecido nas tabellas annexas;
 - d) nas curvas, reduzir a velocidade e manter o vehiculo o mais proximo possivel da direita da estrada;
 - e) diminuir a velocidade nos cruzamentos com outras estradas, de ferro ou de rodagem, caminhos, proximidades de hospitaes e escolas e travessias de povoados ou cidades;
 - f) nos cruzamentos com as estradas de ferro deverão: *parar, olhar e escutar”;
 - g) ao alcançar outro vehiculo que siga na mesma direcção, querendo passar á sua frente, deverá faze-lo pelo lado esquerdo do vehiculo alcançado, comtanto que o caminho á frente esteja livre de trafego proximo, em sentido contrario, buzinando para dar signal da manobra que pretende executar, e feita esta, deverá logo retomar a sua direita;
 - h) pedir passagem logo que alcance outro vehiulo, porque tenha mais força ou vá menos lentamente, fazendo sôar a buzina. O da frente dará immediatamente passagem, tomando a sua direita completa, e de traz fará

- como determina a letra g);
- i) não passar á frente de outro vehiculo no topo de uma collina, nas curvas ou quando o vehiculo esteja cruzando uma estrada transversal;
 - j) dar signal com o braço e usando de aparelho que possua para aviso, sempre que pretenda parar o vehiculo, mudar de direcção ou executar qualquer outra manobra;
 - k) respeitar a preferencia estabelecida para a passagem nos cruzamentos das estradas;
 - l) diminuir a velocidade nos cruzamentos, nas pontes, nas curvas, nas ladeiras e ao passar por qualquer animal;
 - m) buzinar prolongadamente ao approximar-se dos pontos da estrada onde não se aviste claramente a frente ou cruzamento, assim como, frequentemente, nos dias de cerração;
 - n) buzinar pelo menos de 200 em 200 metros, quando por falta involuntaria não funcione uma ou mais lanternas do vehiculo; e, nestes casos, não caminhar com velocidade superior a quinze kilometros á hora, e só até ao ponto mais proximo, onde possa restabelecer ou substituir as lanternas;
 - o) não carregar o vehiculo com peso superior ao permittido;
 - p) guiar os animaes com cautela e prudencia para evitar qualquer desastre;
 - q) não descer ladeiras sem que o vehiculo esteja perfeitamente travado, não sendo permittido fazel-o por meio de cordas, correntes, etc. Os vehiculos movidos a motor devem descer as ladeiras com o motor engrenado em baixa velocidade, não sendo permittido o uso exclusivo de freios;
 - r) não abandonar o vehiculo sem que esteja travado em suas rodas e guardado por uma pessoa que tome conta dos animaes;
 - s) communicar á autoridade competente qualquer damno observado nas estradas e o seu autor, quando disso tenha conhecimento;
 - t) não confiar a outrem não habilitado a direcção do seu vehiculo, nem emprestar seus documentos;
 - u) obedecer sempre aos signaes convencionados, estabelecidos pelas autoridades, para uso dos encarregados do policiamento das estradas e nellas affixados para determinar a direcção, as paradas, obrigação de signal de aviso, etc.;
 - v) respeitar e acatar as ordens recebidas das autoridades federaes, estaduaes ou municipaes (BRASIL, 1928, on-line).

No artigo acima, notam-se algumas orientações que são utilizadas até a atualidade, como: conservar o veículo à direita e deixar o lado esquerdo da via disponível para passagem de outros veículos; não exceder a velocidade permitida; nos cruzamentos com as ferrovias, o condutor deverá “parar, olhar e escutar!”; dar a preferência quando estabelecido; não confiar seu veículo a pessoas não habilitadas; respeitar a sinalização; entre outras. Destaca-se, assim, o cuidado e a atenção com o ato de conduzir desde um período em que o trânsito ainda estava sendo constituído.

Para os fins desta pesquisa, ressaltam-se também os artigos 73 e 74, da mesma legislação, os quais apresentam os requisitos para que uma pessoa possa ser habilitada:

Das cartas de habilitação

Art. 73. Para o livre transito do vehiculo será sempre necessaria a carta

de habilitação, expedida pela municipalidade de origem ao respectivo conductor.

Paragrapho unico. As municipalidades regularão o exame dos candidatos a conductores de vehiculos e o modo e a fôrma da concessão da carta e os emolumentos a pagar.

Art. 74. São, comtudo, condições essenciaes para obter inscripção no exame a que se refere o paragrapho anterior:

- a) ser maior de 18 annos;
- b) saber lêr e escrever;
- c) não ter defeito physico nas mãos, pés, braços ou pernas, que impeça o governo seguro e efficiente dos vehiculos;
- d) não ser mudo e ter visão e audição perfeitas;
- e) não soffrer de moletia transmissivel pelo contagio nem de mal (ataques epilepticos ou outros) que o possa privar subitamente do governo do vehiculo (BRASIL, 1928, on-line, grifos nossos).

Constata-se, nos artigos supracitados, a primeira barreira com relação à pessoa com deficiência, em 1928, a legislação era taxativa: para participar do processo de habilitação, o cidadão não poderia ser Surdo.

Ainda em relação à legislação de trânsito brasileira, no ano de 1941 foi publicado o Código Nacional de Trânsito (CNT), por meio do Decreto-Lei nº 2.994, de 28 de janeiro de 1941. Essa norma, muito mais detalhada que as regulamentações anteriores, contém 147 artigos. Considerando a abrangência da CNT, para os fins desta pesquisa destacam-se os três capítulos a seguir: a) Capítulo X – Da habilitação dos Conductores (que é o foco desta pesquisa); b) Capítulo XV – Do Conselho Nacional de Trânsito - criação do Contran (que trata de um órgão extremamente importante para os Detrans); e c) Capítulo XVI – Da Terminologia – um capítulo dedicado aos termos específicos da área (o tema da “terminologia” será discutido ao longo desta pesquisa). No entanto, é importante destacar que, no mesmo ano, houve a publicação do Decreto-Lei nº 3.651, de 25 de setembro de 1941, que trouxe “Nova redação ao Código Nacional de Trânsito”, revogando a regra anterior e que, dentre as suas alterações, excluiu o Capítulo XVI – Da Terminologia.

Os dois Decretos do ano de 1941 não trouxeram a proibição expressa da participação do Surdo no processo de habilitação, mas, em seu artigo 106, o Decreto-Lei 3.651 apresenta termos que poderiam levantar dúvidas a esse respeito:

Art. 106. O candidato cujo exame revelar a existência de moléstias extenuantes, nervosas, medulares ou contagiantes, bem como os alcoolatras, os toxicomanos, os fisicamente debilitados, os emotivos acentuados e os **portadores de lesão orgânica capaz de comprometer sua atividade como condutor de veículos, ou que não admita correção, serão eliminados desde logo.** (BRASIL, 1941b, on-line, grifos nossos)

No artigo supracitado, o legislador não deixou claro o que seria uma lesão

orgânica capaz de comprometer a atividade de condução de veículos, portanto é possível indagar: será que, naquela época, o cidadão Surdo era considerado incapaz de conduzir veículos em função da sua deficiência? A surdez seria uma “lesão orgânica capaz de comprometer a atividade de dirigir”? Como mencionado anteriormente, não há proibição expressa para a participação do Surdo, mas o artigo 106 (BRASIL, 1941b, on-line) certamente poderia limitar o acesso do Surdo ao processo de habilitação.

Após a edição do Decreto-Lei nº 3.651/1941, houve a publicação de várias outras legislações, as quais foram responsáveis pelas alterações do CNT, dentre elas, ressalta-se o Decreto-Lei nº 9.545, de 05 de agosto de 1946, que “Dispõe sobre a habilitação e exercício da atividade de condutor de veículos automotores” (BRASIL, 1946, on-line). Em seu anexo, intitulado “Normas para o exame médico de candidatos a condutor de veículos”, o item B trata de critérios referentes à audição para a admissão de candidatos: “[s]erão recusados os portadores de surdez hipoacusia (perda parcial ou total) que, **a critério do médico**, impeça o exercício da condução do veículo” (BRASIL, 1946, on-line, grifo nosso). Esse Decreto-Lei, de 1946, torna o acesso do Surdo ao processo de habilitação uma condição subjetiva a ser definido pelo médico no momento dos exames. Essa avaliação poderia trazer prejuízo para esse cidadão no que diz respeito ao direito de dirigir.

Frente ao panorama exposto, há que se ressaltar o marco inicial que poderia sanar essa problemática, o qual teve início com a criação do Contran. A partir de 1941, começaram a ser publicados vários atos normativos, chamados de resoluções, com o intuito de regulamentar os casos omissos do então CNT. Tais atos continuam sendo criados até os dias de hoje nas matérias de sua competência. Vislumbra-se que tais resoluções foram compiladas em texto de relevância apresentado pelo Denatran, em 2010, visando comemorar os 100 anos de legislação de trânsito no Brasil. A título de curiosidade, de 29 de dezembro de 1941 até 24 de junho de 1997 (aproximadamente 55 anos), foram publicadas 836 resoluções sobre os mais diversos assuntos relacionados ao trânsito, e no período de aproximadamente 23 anos, entre 23 de janeiro de 1998 e 13 de dezembro de 2021, foram publicadas 896¹³ resoluções.

¹³ Fonte: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-denatran/resolucoes-contran>. Acesso em: 31/01/2022.

Foram verificadas as ementas das resoluções contidas na obra do Denatran, a fim de levantar reflexões sobre os assuntos de interesse desta pesquisa. À luz da necessidade de análise do material, optou-se por abordar a temática de duas formas. Em um primeiro momento, foi feita a análise do conteúdo do livro do Denatran e a busca pelo inteiro teor das resoluções no *site* do Ministério da Infraestrutura. Das resoluções mais antigas, cerca de 20, relacionadas ao tema da pesquisa, não foram encontradas. Então, foi necessário contactar o Denatran/Contran com o intuito de obter os textos na íntegra, uma vez que apenas a ementa não era suficiente. Embora tenha-se dado atenção especial para atender a demanda apresentada, infelizmente não se logrou êxito. Assim, em um segundo momento, passou-se à análise mais complexa, qual seja, a consulta ao Diário Oficial da União (DOU), por meio do *site* www.jusbrasil.com.br¹⁴, na busca pelas resoluções faltantes. Destaca-se que, embora o processo dessas análises tenha sido bastante difícil e moroso, seu resultado atendeu às expectativas, uma vez que ter encontrado a publicação dos atos permitiu a realização de uma investigação mais detalhada.

Entre as normas já mencionadas no âmbito do Decreto-Lei nº 9.545, há que se ressaltar que dezessete anos depois, o Contran publica a Resolução nº 362, de 23 de julho de 1963, permitindo que “portadores de lesão orgânica que impossibilite o uso da fala (MUDO), preste exame de habilitação”, conforme figura abaixo:

¹⁴ É uma plataforma que une Direito e Tecnologia desenvolvida com o objetivo de facilitar o acesso do cidadão às consultas processuais e legislações em geral.

Figura 2 – Página do DOU de 01/08/1963¹⁵ - adaptada

Quinta-feira 1	DIÁRIO OFICIAL (Seção I — Parte I)	Agosto de 1963 6667
<p>landes e Raul Rezende, uma vez que as apresentadas foram expedidas, respectivamente, em 6-11-62 e 3 de dezembro de 1962. Reconheça a firma no requerimento da juntada dos documentos acima citados. Em 4 de julho de 1963". Pro. 55.710-63 — Sociedade Santamarense de Beneficência do Guarujá, com sede em Guarujá, Estado de São Paulo — Utilidade Pública. DESP: "Apresente: a) certidão da primeira inscrição dos estuários no Livro das Pessoas Jurídicas; b) relatórios de 1950, 1951 e 1952 até 22 de abril, com discriminação dos serviços gratuitos e não gratuitos, prestados; c) folha corrida dos diretores, passada pelo órgão policial competente. Em 9-763."</p> <p>Procc. 19.971-63 — Sociedade Operária Humanitária, com sede em Limeira, Estado de São Paulo — Utilidade Pública — DESP: "Inclua, nos estatutos, cláusula que vede a distribuição de lucros, bonificações, vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto, comprovando, por certidão, a averbação da medida à margem do respectivo registro em Cartório. Apresente: a) relatório, discriminando em números e por ano, os serviços gratuitos e não gratuitos, prestados em 1960, 1961 e 1962; b) folha corrida dos membros da diretoria, passada</p>	<p>fundo verde, das letras e algarismos brancos, as quais seriam substituídas por idênticas de fundo vermelho, letras e algarismos brancos, que se alternariam anualmente;</p> <p>Considerando que o uso alternado de apenas duas cores não é bastante para permitir ao Itamaraty um controle preciso da utilização das referidas placas, resolve:</p> <p>AutORIZAR que, a partir de janeiro do ano em curso, o Itamaraty passe a fornecer aos automóveis pertencentes aos membros do Corpo Diplomático estrangeiro, chapas de licenciamento, de fundo azul, letras e algarismos brancos, as quais se alternarão, anualmente, com as anteriormente instituídas, nas cores verde e vermelho.</p> <p>Brasília, 23 de julho de 1963. — <i>Walmore Victorino Barbosa.</i> — <i>Paulo Izaltas de Macedo Filho.</i> — <i>Luiz Carlos Bettiol.</i> — <i>Darcy Almeida Koeler.</i></p> <p>RESOLUÇÃO N.º 382 — DE 23 DE JULHO DE 1963</p> <p>O Conselho Nacional de Trânsito, usando das atribuições que lhe confere o art. 137 do Decreto-lei número 3.651, de 29 de setembro de 1941</p>	<p>(Código Nacional de Trânsito) e fundamentado no parecer n.º 3 de 1963, que diz:</p> <p>"A privação da fala, não impossibilita o candidato de comunicar-se com outras pessoas, solucionando os problemas de tráfego mediante a palavra escrita, considerando-se, na realidade, que a necessidade de comunicação, quando ao volante, é bem pequena.</p> <p>Não entendemos seja cabível a "eliminação taxativa do candidato portador de lesão orgânica que comprometa sua atividade e não seja possível de correção", visto que a correção far-se-á mediante o uso da palavra escrita". resolve:</p> <p>Os candidatos a motorista amador, motociclista amador e carroceiro profissional, portadores de lesão orgânica que os impossibilite do uso da fala (mudo), poderão prestar exames de habilitação, desde que, não sendo surdos, submetidos à junta médica especial, não se constate outra lesão qualquer prevista no art. 106 do Código Nacional de Trânsito e atenda às demais exigências do citado diploma legal. — <i>Walmore Victorino Barbosa.</i> — <i>Paulo Izaltas de Macedo Filho.</i> — <i>Luiz Carlos Bettiol.</i> — <i>Darcy Almeida Koeler.</i></p> <p>legais da graduação em que é realizado, na forma dos artigos 19, 18 e 70 da Lei n.º 4.242 de 17 de julho de 1963, observadas as disposições dos artigos 36 inciso I (letra A) alínea d), 291 e 303 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, 3º e 7º da Lei n.º 2.283 de 9 de agosto de 1954, visto contar seis (6) anos três (3) meses e dias de efetivo serviço. — <i>Sybio Borges de Souza Morita,</i> Almirante-de-Esquadra — Ministro da Marinha.</p> <p>PORTARIA N.º 1.471 — DE 23 DE JULHO DE 1963</p> <p>O Ministro de Estado resolve:</p> <p>Alterar a Portaria n.º 2.265, de 13 de novembro de 1961 que reformou o 1º-CL-TL-45.0598 — José Luiz Duarte de Oliveira, para, em consequência do Parecer n.º 115-2, de 23 de agosto de 1966 do Consultor-Geral da República, considerar o referido militar na mesma situação de inatividade, promovido à graduação de 3º Sargento, nos termos do art. 30, alínea d), § 2º e 3º, § 2º, alínea b) da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1951, e a de 2º Sargento, de acordo com o art. 1º da Lei n.º 1.156, de 12 de julho de 1950, percebendo os vencimentos integrais desta última gra-</p>

Fonte: disponível em www.jusbrasil.com.br (grifo nosso).

Extrai-se da leitura dessa resolução um elemento que pode levar o leitor a uma interpretação equivocada quando lê o argumento que fundamenta a permissão para participar do processo de habilitação:

A privação da fala não impossibilita o candidato de comunicar-se com outras pessoas, solucionando os problemas de tráfego, mediante a palavra escrita, considerando-se na realidade, que a necessidade de comunicação, quando ao volante, é bem pequena.

Não entendemos ser cabível a "eliminação taxativa do candidato portador de lesão orgânica que comprometa a sua atividade e não seja possível de correção", **visto que a correção far-se-á mediante o uso da palavra escrita.** (CONTRAN, 1963, p. 6667, grifos nossos).

Vale frisar que, na atualidade, a leitura dessa fundamentação pode levar o leitor a concordar que, realmente, a privação da fala não impossibilita o cidadão de se comunicar e que essa barreira na comunicação, quando não há intérprete, muitas vezes pode ser resolvida por meio da comunicação escrita. Logo, isso não seria um impedimento para que o Surdo pudesse participar do processo para obtenção da CNH.

Por outro lado, causa estranheza quando é realizada uma leitura da resolução por completo e, em um trecho, fica especificado que o candidato pode ser "mudo", mas não pode ser "Surdo":

[o]s candidatos a motorista amador, motociclista amador e carroceiro profissional, portadores de lesão orgânica que os impossibilite o uso da fala (MUDO), poderão prestar exames de habilitação, **desde que, não sendo surdos**, submetidos a junta médica especial, não se constate outra

¹⁵ Embora tenham sido realizadas várias pesquisas, não foi localizada uma página do DOU da época mais nítida. No entanto, os pontos principais foram transcritos na sequência. Trata-se de um documento de valor histórico para a comunidade surda, por isso, optou-se por colocá-la no texto.

lesão qualquer prevista no art. 106 do Código Nacional de Trânsito e atenda as demais exigências do citado diploma legal (CONTRAN, 1963, p. 6667, grifo nosso)¹⁶.

O Surdo, novamente, tem o direito tolhido pelo legislador, que procede de forma taxativa indicando que “se você é Surdo, não pode passar pelo processo para habilitação para obtenção da CNH”.

Alguns anos depois, foi publicado outro CNT, por meio da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, composto de 131 artigos, nos quais, pela primeira vez, apareceram os Departamentos Estaduais e Distrital de Trânsito, como órgãos executivos de trânsito, integrantes do SNT. Além disso, o CNT foi responsável por estabelecer os serviços que deveriam ser disponibilizados, quais sejam: a) engenharia de trânsito; b) médico e psicotécnico; c) registro de veículos; d) fiscalização e policiamento; e) segurança e prevenção de acidentes; f) supervisão e controle de aprendizagem para condutores; g) campanhas educativas de trânsito; h) controle e análise de estatística; i) habilitação de condutores, além de listar suas competências.

O processo de habilitação, contemplado no Capítulo IX – Dos Condutores de Veículos, da referida norma, trouxe os exames teórico, prático e médico, mas não trouxe especificações a respeito de candidatos portadores de surdez, apesar disso, revoga as disposições em contrário. Além disso, um dado inusitado é expresso em seu artigo 82, o qual contempla a possibilidade de autorização para pessoas com 17 anos de idade para dirigir veículo automotor, desde que apresente autorização de responsável e satisfaça os demais requisitos para obtenção da CNH.

Em 28 de fevereiro de 1967, é publicado o Decreto-Lei nº 237, que faz algumas alterações no CNT e cria o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran)¹⁷, órgão com autonomia administrativa e técnica, vinculado ao então Ministério da Justiça de Negócios Interiores. Após a instituição desse decreto, foi editado o Decreto nº 62.127, de 16 de janeiro de 1968, contendo 264 artigos e que

¹⁶ O artigo 106 a que se refere texto está inserido no Decreto nº 3.651/1941, Art. 106. O candidato cujo exame revelar a existência de moléstias extenuantes, nervosas, medulares ou contagiantes, bem como os alcóolatras, os toxicômanos, os fisicamente debilitados, os emotivos acentuados e os portadores de lesão orgânica capaz de comprometer sua atividade como condutor de veículos, ou que não admita correção, serão eliminados desde logo.

¹⁷ Em 2021 tivemos uma alteração significativa de categoria do órgão máximo executivo de trânsito, que anteriormente era denominado Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), e por meio do Decreto nº 10.788, de 06 de setembro de 2021, passa de “Departamento” para “Secretaria”, tornando-se Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), vinculada ao Ministério da Infraestrutura.

aprovou o regulamento do CNT.

Para os fins desta pesquisa, a próxima norma a ser destacada é a Resolução nº 449/1972, que “estabelece normas para aprendizagem e para o exame de habilitação do condutor de veículo automotor” e que, mais uma vez, “retira” o direito do cidadão Surdo de participar do processo de habilitação, conforme artigos transcritos abaixo:

Art. 35. O exame de acuidade auditiva será efetuado quando o candidato apresentar, no exame clínico, dificuldade para ouvir e entender.

Art. 36. Será considerado inapto o candidato cuja deficiência, num dos ouvidos, ultrapassar a perda de 40 decibéis.

Art. 37. O candidato que seja portador de deficiência de audição, comprovada através de exame audiométrico, **poderá habilitar-se** como amador ou profissional **desde que a correção com aparelho permita-lhe atingir o grau de audição normal** (CONTRAN 1972, p. 2065, grifos nossos).

Com base nos artigos acima mencionados, conclui-se que, o Surdo somente poderia participar do processo de obtenção de CNH se, com o uso de aparelho auditivo, seu grau de audição fosse normalizado.

Com base na discussão das normas expostas, torna-se evidente que a legislação avançou de forma tímida em relação ao direito do Surdo e que, mesmo com a evolução do direito, o Surdo ainda estava à margem da sociedade. Esse cenário, porém, começa a apresentar outros matizes com a primeira legislação, publicada em 1975, que estendia o direito de participar do processo de obtenção de CNH aos portadores de deficiência auditiva.

A Resolução nº 492, de 21 de março de 1975 do Contran, possui uma relevância histórica para a comunidade surda e, por isso, também para esta pesquisa. A norma dispõe especificamente sobre a concessão de CNH aos portadores de deficiência auditiva. A esse respeito, destacam-se os pontos a seguir:

[...]Considerando que a deficiência auditiva não é causa necessária e suficiente para a inabilitação de candidatos à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação;

Considerando que o sentido da audição não figura como fator apreciável na estatística dos acidentes de trânsito;

Considerando que os sinais visuais têm absoluta supremacia sobre os sinais sonoros;

Considerando que os portadores de defeitos físicos desenvolvem outras faculdades capazes de suprir suas deficiências;

[...]

Art. 1º - Os portadores de deficiência auditiva total ou cuja deficiência ultrapasse, num dos ouvidos, a perda de 40 (quarenta) decibéis poderão se candidatar à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação somente na categoria de motorista amador.

[...] será concedida a título experimental, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

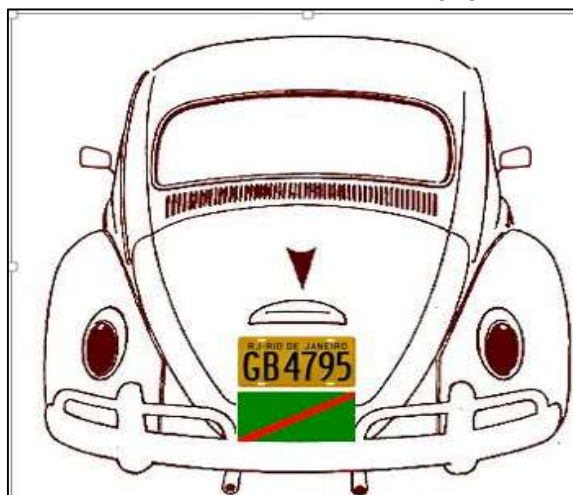
[...] estarão sujeitos, anualmente, ao Exame de Sanidade Física e Mental.

Art. 2º - [...] o candidato deverá satisfazer às seguintes exigências:

- a - Agudeza visual: $V = 2/3$ nos dois olhos;
 - b - Campo visual satisfatório: 140° em cada olho;
 - c - Visão cromática: identificação, no mínimo, das cores verde, vermelha e amarela;
 - d - Visão estereoscópica: dentro dos limites normais;
 - e - Visão noturna e resistência ao ofuscamento: dentro dos limites normais;
 - f - Exame oto-neurológico com o fim de detectar possíveis doenças labirínticas capazes de produzir problemas motores dentro dos limites normais;
 - g - Todos os demais exames previstos na Resolução nº 449/72 - CONTRAN, com exceção do exigido no art. 30.
- § 1º O candidato reprovado em qualquer dos exames constantes das alíneas a a g deste artigo, será considerado INAPTO PARA CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR.¹⁸ (CONTRAN 1972, p. 4061, grifos nossos)

Dentre outras exigências listadas na Resolução nº 492, era obrigatório que o condutor utilizasse em seu veículo (na parte dianteira e traseira) uma placa verde com uma tarja vermelha, de 0,2 centímetros, em diagonal, do mesmo tamanho que a placa de licenciamento do veículo (cf. Figura 3), para que os demais condutores pudessem identificar que se tratava de um portador de deficiência auditiva, além de espelhos retrovisores¹⁹, interno e laterais, esquerdo e direito. Ademais, o artigo 7º da norma supracitada faz referência ao artigo 131 do CNT (Decreto nº 62.127/1968) determinando os tipos de veículos que o Surdo poderia dirigir: “automóveis, caminhonetes, veículos mistos e triciclos motorizados da categoria particular” (BRASIL, 1968, on-line). Salienta-se que, até a atualidade, o Surdo só pode habilitar-se nas categorias A e B²⁰, isso nunca foi alterado na legislação.

Figura 3 – Placas indicadoras de condutor Surdo no ano de 1975



Fonte: a autora

¹⁸ ANEXO A – Resolução 492/1975 na íntegra.

¹⁹ A título de curiosidade, em pesquisa realizada na legislação, a obrigatoriedade de espelhos retrovisores do lado esquerdo e direito para todos os automóveis se deu a partir da Resolução CONTRAN Nº 014/1998, para veículos fabricados a partir de 01/01/1999.

²⁰ Esse ponto está melhor detalhado na seção 2.3.

No período entre 1976 e 1989, foram publicadas outras resoluções, e suas alterações, que tratam, além de outros assuntos, da formação de condutores e dos exames necessários para o processo de habilitação. Essas normas são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Resoluções do Contran entre 1976 e 1989 que tratam do processo de habilitação

Resolução	Data da Edição	Assunto	Situação
504	10.06.1976	Estabelece normas para instalação e funcionamento de Escolas e Cursos de Formação de Condutores e Veículos Automotores e disciplina os exames para obtenção da CNH	Revogada pela Resolução nº 564/80
516	25.05.1977	Altera Dispositivos da Resolução nº 504/76-Contran e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 564/80
*527	30.12.1977	Revoga dispositivos da Resolução nº 504/76-Contran, modificada pela de nº 516/77 e disciplina o exame prático de direção.	Revogada pela Resolução nº 564/80
540	23.10.1978	Altera dispositivos da Resolução nº 504/76	Revogada pela Resolução nº 564/80
564	16.09.1980	Normas para formação de condutores de veículos automotores.	Revogada pelas Resoluções nº 670/87 e 298/08
584	16.09.1981	Altera os anexos da Resolução nº 564/80.	Revogada pela Resolução nº 670/87
670	14.09.1987	Estabelece normas para a formação de condutores de veículos automotores, modelo da CNH, altera o modelo da licença para aprendizagem de direção veicular e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 734/89
734	31.07.1989	Reformula a Resolução nº 670/87, que estabelece normas para a formação de condutores de veículos automotores, modelo da CNH e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 33/98**
* 527/1977 – foi a única resolução inacessível.			
** 33/98 – essa resolução não contém informações relevantes para essa pesquisa.			

Fonte: com base em DENATRAN, 2010.

Cumprе ressaltar que, após a pesquisa dos pontos de interesse desta pesquisa em cada uma dessas resoluções, percebem-se algumas alterações sutis entre as normas, nos dispositivos que tratam de portadores de deficiência auditiva.

Nesse sentido, a Resolução 504/1976, em seu artigo 31 §2º, determina a

exigência da placa verde com tarja vermelha (cf. Figura 3) também nos veículos destinados à instrução prática. Por sua vez, a Resolução 517/1977 revoga a norma 492/1975, mas com a alteração realizada no Decreto 504/1976 infere-se que, a partir daquele momento, a obrigatoriedade das placas identificando a condição de deficiência auditiva deveria ser utilizada somente para veículos de Centros de Formação de Condutores (CFCs).

A norma mais significativa em termos de direito do cidadão expressa que os exames de sanidade física e mental para o deficiente auditivo fossem obrigatórios anualmente, e somente a partir da Resolução nº 564/1980 a obrigatoriedade para o Surdo deixa de ser específica (12 meses) e entra na regra geral para todos os candidatos que, naquela época, era de 10 anos para condutor a partir de 40 anos, e de 05 anos para condutor a partir de 60 anos de idade (art. 13). Essa norma sofreu várias alterações, sendo a última delas recentemente, pela Lei nº 14.071²¹, de 13 de outubro de 2020, publicada no DOU em 14 de outubro de 2020, com vigência a partir de 14 de abril de 2021.

Outra legislação igualmente importante para a história do trânsito de um modo geral no Brasil e que norteou diversas normas com a finalidade de uniformizar o trânsito, foi a Convenção Sobre Trânsito Viário, a qual foi celebrada em Viena, em 08 de novembro de 1968, mas que só foi aprovada pelo Congresso Nacional em 1980 (Decreto Legislativo nº 33/1980), e promulgada pelo Decreto nº 86.714, de 10 de dezembro de 1981. Conforme consulta, essa norma não havia sido revogada até o momento da pesquisa. Entretanto, cumpre ressaltar que essa legislação também não trouxe nenhuma contribuição expressa para o direito do cidadão Surdo.

Outrossim, ao longo dos anos foram publicadas várias alterações do então CNT, as quais, embora tenham sido analisadas, não são apresentadas nesta dissertação por não estarem diretamente relacionadas ao objeto desta pesquisa.

Contudo, é importante salientar que, no ano de 1993, começou a tramitar no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3.710, que culminou na publicação da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, a qual institui o atual Código de Trânsito

²¹ Altera art. 147 CTB, §2º O exame de aptidão física e mental, a ser realizado no local de residência ou domicílio do examinado, será preliminar e renovável com a seguinte periodicidade: I - a cada 10 (dez) anos, para condutores com idade inferior a 50 (cinquenta) anos; II - a cada 5 (cinco) anos, para condutores com idade igual ou superior a 50 (cinquenta) anos e inferior a 70 (setenta) anos; III - a cada 3 (três) anos, para condutores com idade igual ou superior a 70 (setenta) anos.

Brasileiro (CTB), contendo 341 artigos. Dada a importância da direção defensiva para um trânsito mais seguro, em seu artigo 148, § 1º, a legislação é taxativa ao mencionar: “[a] formação de condutores deverá incluir, obrigatoriamente, **curso de direção defensiva** e de conceitos básicos de proteção ao meio ambiente relacionados ao trânsito” (BRASIL, 1997, on-line, grifos nosso). Além disso, em seu art. 150, o CTB prevê que os cidadãos que foram habilitados anteriormente à sua vigência, ao renovar os exames, caso o condutor não tenha curso de direção defensiva e primeiros socorros, deverá frequentá-los, como fator condicionante à renovação da CNH.

Após análise do CTB, sem considerar suas atualizações e modificações, verificou-se que não constam especificações relacionadas aos candidatos Surdos; infere-se, portanto, que o Contran, órgão máximo normativo com competência para regulamentar trataria de atos normativos para o assunto.

Assim, considerando o objeto de pesquisa, como marco central, no que tange os direitos do Surdo, há que se observar as Resoluções do Contran no período entre 1998 e 2017, nas quais foram encontradas várias normas a respeito do exame de aptidão física e mental e do exame da avaliação psicológica, além de normas que regulamentam a produção e a expedição da CNH; são precisamente estas últimas que trazem alterações referentes ao condutor Surdo, conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Comparativo das alterações de Resoluções Contran

Resolução	Observação	Situação
51/1998	“Acuidade Auditiva - avaliada através da voz cochichada e ou a critério médico audiometria ou otoneurológico ²² ”.	Alterada pela Res nº 80/98, e revogada pela Res nº 267/08
80/1998	“A acuidade auditiva será avaliada através de voz coloquial, sem auxílio de leitura labial e, a critério médico, otoscopia , audiometria ou otoneurológico”.	Revogada pela Res nº 267/08
267/2008	Nesta Resolução a acuidade auditiva já é avaliada com muito mais critérios e cuidados, obviamente que o avanço da medicina proporcionou uma análise mais minuciosa, mas também são conquistas da comunidade surda que devem ser levadas em consideração em relação ao direito de dirigir do Surdo. Se o condutor usar prótese auditiva, deve constar na CNH no campo “OBSERVAÇÕES”: a letra “B”, que corresponde a: “Obrigatório o uso de prótese auditiva”.	Revogada pela Res nº 425/12
425/2012	No item de acuidade auditiva, não houve alteração em relação à Resolução nº 267/2008.	Alterada pelas Res nº 474/14, 517/15*, 583/16*, 691/17*.

²² Exame utilizado para avaliação das doenças relacionadas ao labirinto. (Res. nº 492/1975, Art.2, item f).

Resolução	Observação	Situação
	Continua a opção de utilizar a letra “B”, no campo “OBSERVAÇÕES” da CNH, para o caso de o condutor usar prótese auditiva.	
474/2014	Sem alterações relevantes para a pesquisa.	Em vigor no ano de 2020.
511/2014	Regulamenta a produção e expedição da CNH. Em seu anexo II, o código Y refere-se a candidatos Surdos. E deve ser impresso no campo “OBSERVAÇÕES” a letra “X”, que indica que o condutor tem algum tipo de restrição (surdo, visão monocular, ou outras). A letra “B” continua com a mesma função das resoluções anteriores.	Revogada pela Res nº 598/16.
598/2016	Regulamenta a produção e expedição da CNH com <u>novo leiaute e requisitos de segurança</u> . Em seu anexo II, suprimiu o código “Y”, para indicar que o condutor é Surdo. Permanece o código “X” para outras restrições. E a letra “B”, com a mesma função das anteriores.	Em vigor (2020). Será revogada a partir de 31/12/22, pela Res nº 718/17, com redação dada pela Res nº 747/18.
718/2017	Regulamenta a produção e expedição da CNH em formato cartão em policarbonato. Suprimiu o código “X”, não contendo nenhum código para indicar qualquer tipo de restrição em relação a surdez.	Alterada pela Res nº 747/18.
*Estas resoluções não têm relação com o tema analisado.		

Fonte: elaborado pela autora a partir de informação de: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-denatran/resolucoes-contran>.

É importante ressaltar que, na análise do Quadro 2, é possível perceber dois fatores: a) a evolução do cuidado com o exame de acuidade auditiva e b) as alterações impressas na CNH em relação à condição de surdez (até a supressão total da informação) ou outras restrições do condutor. Dessa forma, cabe questionar, em relação ao item b, se poderia ser prejudicial uma estatística relacionada a esse público, já que veremos na seção 2.2 (com base em dados estatísticos) que não são disponibilizados dados referentes aos condutores Surdos.

Destaca-se que, nesta seção, foram analisadas a legislação federal de trânsito, juntamente com as resoluções advindas do Contran, ou seja, subordinação técnica (cf. Figura 1). No entanto, como mencionado anteriormente, os Detrans apresentam subordinação administrativa à esfera estadual/distrital, por isso, na seção seguinte, serão analisadas as normas gerais (federal e distrital) que tratam de acessibilidade e as alterações, provenientes delas, que afetaram a legislação de trânsito.

2.1.2 Acessibilidade linguística: legislação federal, distrital e as mudanças na área de trânsito

Nesta seção, observaremos que as melhorias que foram implantadas para o direito de dirigir do Surdo, concatenando as esferas (federal e distrital), vieram somente depois das legislações relacionadas à acessibilidade e a Lei de Libras (Lei nº 10.436/2002).

No âmbito da legislação federal como um todo, no ano de 2000, foi publicada a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro, a qual trata da promoção de acessibilidade a pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, e que, no art. 18, trata especificamente de linguagem de sinais:

Art. 18. O Poder Público **implementará a formação de profissionais intérpretes** de escrita em braile, **linguagem de sinais** e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação (BRASIL, 2000, on-line, grifos nossos).

Ainda em 2000, antes da publicação da Lei Federal nº 10.098, no âmbito do DF, o então governador Joaquim Domingos Roriz sancionou a Lei Distrital nº 2.532, de 03 de março, a qual determinava a “habilitação de servidores públicos do Distrito Federal para interpretação da expressão gestual utilizada por portadores de necessidades especiais relativas ao aparelho auditivo ou fonador” (BRASÍLIA, 2000, on-line). Percebe-se que nos dois casos ainda não era mencionada a Libras, que apenas foi reconhecida nacionalmente em 2002.

Finalmente, o ano de 2002 foi importante marco para a comunidade surda que, após anos de incansáveis luta e dedicação, teve uma de suas conquistas mais relevantes, por ocasião da publicação da Lei Federal nº 10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Há que se destacar que essa lei traz expressamente a exigência de que “o poder público deve garantir formas de apoiar o uso e desenvolvimento da Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil” (BRASIL, 2002, on-line).

Diante desse novo cenário que veio se desenhando em relação à acessibilidade linguística para o cidadão Surdo, no DF, por meio do Decreto nº 24.136/2003, que regulamenta a Lei Distrital nº 2.532/2000, foi criada a gratificação pela atividade de atendimento na Língua Brasileira de Sinais, com o objetivo de incentivar que os órgãos públicos do DF contassem com alguns servidores capacitados para interpretação em Libras e que pudessem promover um

atendimento efetivo e de qualidade a esse público específico.

Ainda na esfera distrital, trazendo para a área de trânsito, mais especificamente as aulas teóricas para a obtenção da CNH, existem duas leis distritais que tratam notadamente deste assunto:

- Lei nº 4.090/2008 – “Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de intérprete de Libras – Língua Brasileira de Sinais nas **aulas teóricas** ministradas nos Centros de Formação de Condutores – CFCs” (BRASÍLIA, 2008, grifo nosso). Ressalta-se que as aulas práticas não são mencionadas nessa norma.
- Lei nº 5.682/2016 – Altera a Lei nº 4.090, de 30 de janeiro de 2008, para incluir penalidade em caso de seu descumprimento.

Posteriormente, a Lei nº 4.317, publicada em 2009, trouxe orientações com o objetivo de assegurar os direitos individuais e sociais da pessoa com deficiência, cujos princípios estão elencados no artigo 4º:

Art. 4º. A Política Distrital para Integração da Pessoa com Deficiência obedecerá aos seguintes princípios:

I - respeito à dignidade inerente, à autonomia individual, incluindo-se a liberdade de fazer suas próprias escolhas, e à independência das pessoas com deficiência;

II - não-discriminação;

III - inclusão e participação plena e efetiva na sociedade;

IV - respeito pela diferença e aceitação da deficiência como parte da diversidade e da condição humana;

V - igualdade de oportunidades;

VI - acessibilidade;

VII - igualdade entre homens e mulheres;

VIII - respeito pela capacidade em desenvolvimento das crianças com deficiência e respeito ao direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade (BRASÍLIA, 2009, on-line).

Dentre muitos pontos importantes, destaca-se que essa norma prevê também, em seu art. 6º, inciso IV, que o poder público deverá realizar “a destinação privilegiada de recursos públicos para as áreas relacionadas à pessoa com deficiência” (BRASÍLIA, 2009, on-line). Assim, os órgãos públicos, incluindo o Detran/DF, têm amparo na legislação para promover ações efetivas para o desenvolvimento da acessibilidade, bem como a capacitação de profissionais em Libras, como determina seu artigo 134:

Art. 134º. Competirá aos órgãos e entidades do Poder Executivo do Distrito Federal, diretamente ou em parceria com organismos sociais civis de interesse público, **promover a capacitação de profissionais em Libras** (BRASÍLIA, 2009, on-line, grifo nosso).

Ainda no que diz respeito à legislação voltada aos direitos da pessoa com

deficiência, é preciso destacar o ano de 2011, haja vista que o então governador Agnelo Queiroz sancionou a Lei nº 4.715 que teve por objetivo

assegurar às pessoas com deficiência auditiva o direito a tratamento diferenciado, por meio da tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais – Libras, nas entidades e órgãos da administração pública e nas empresas concessionárias de serviços públicos do Distrito Federal (BRASÍLIA, 2011, on-line).

Entretanto, na contramão do incentivo ao servidor e desestimulando sua capacitação, o governador Rodrigo Rollemberg publicou o Decreto Distrital nº 37.714, de 18 de outubro de 2016, revogando o artigo 3º do Decreto Distrital nº 24.136/2003, que criou a gratificação pelo atendimento na Língua Brasileira de Sinais.

No âmbito federal, por sua vez, em 2005 foi publicado o Decreto nº 5.626, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e a Lei nº 10.098/2000. Em seu artigo 26, que foi alterado pelo Decreto nº 9.656/2018, a lei trata do papel do poder público no apoio ao uso e à difusão da Libras que deverá ser realizado por meio da presença de, pelo menos, 5% dos servidores e empregados com capacitação básica em Libras, visando a tradução e interpretação de Libras – Língua Portuguesa, a fim de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva um amplo e efetivo atendimento. Nessa alteração, destaca-se, ainda, que as entidades do poder público poderão:

[...] utilizar intérpretes contratados especificamente para essa função ou central de intermediação de comunicação que garanta a oferta de atendimento presencial ou remoto, com intermediação por meio de recursos de videoconferência *on-line* e *webchat*, à pessoa surda ou com deficiência auditiva (BRASIL, 2018, on-line).

Nesse contexto, portanto, o legislador abriu a possibilidade de se utilizar recursos tecnológicos para garantir a acessibilidade linguística do Surdo.

Outra norma significativa para a área foi o Decreto Federal nº 6.949 de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Nela a acessibilidade foi reconhecida como princípio e como direito, sendo também considerada garantia para o pleno e efetivo exercício de demais direitos.

Ligada a essas legislações que garantem a acessibilidade linguística ao Surdo, em 2010 foi publicada a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Essa lei representa uma grande conquista, tanto para o reconhecimento da categoria profissional quanto para a comunidade surda, haja vista seu intuito de

proporcionar melhorias na qualidade do serviço.

Em 06 de julho de 2015, foi sancionada a Lei nº 13.146, que trata do Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD) e que trouxe alterações para o CTB, dentre as quais, ressalta-se:

Art. 147-A. Ao candidato com deficiência auditiva é assegurada acessibilidade de comunicação, mediante emprego de tecnologias assistivas ou de ajudas técnicas em **todas as etapas do processo de habilitação**.

§ 1º O material didático audiovisual utilizado em aulas teóricas dos cursos que precedem os exames previstos no art. 147 desta Lei **deve ser acessível**, por meio de subtítuloção com legenda oculta associada à tradução simultânea em Libras.

§ 2º É assegurado também ao candidato com deficiência auditiva requerer, no ato de sua inscrição, **os serviços de intérprete da Libras, para acompanhamento em aulas práticas e teóricas** (BRASIL, 2015, on-line, grifos nossos).

Essa alteração foi muito importante para a comunidade surda, pois pela primeira vez na história da legislação de trânsito foi garantida a acessibilidade linguística em todas as etapas do processo de habilitação. Consolidando o direito do Surdo, a referida norma, de significativa relevância, previu, inclusive, que o material didático audiovisual deveria ter tradução simultânea para Libras.

Em consonância com a legislação supracitada, também em 2015, o Contran publicou a Resolução nº 558, de 15 de outubro, que “trata da disponibilização de intérpretes de Libras nos processos de formação, obtenção, atualização e reciclagem de condutores infratores” (CONTRAN, 2015, on-line), a serem oferecidos pelos Detrans de cada Estado e do Distrito Federal. Por meio dessa resolução, o Contran garante que não só o processo de formação do condutor (como prevê o EPD) seja acessível, mas também que haja acessibilidade nos processos de atualização e reciclagem de condutores. Essa lei representa outra conquista importante para a comunidade surda, uma vez que está garantida na legislação uma ampliação da acessibilidade.

Mais recentemente, outra norma ratifica tais direitos, isto é, a Resolução do Contran nº 730 de 06/03/2018, a qual “estabelece os critérios e requisitos técnicos para a homologação dos cursos e das plataformas tecnológicas, na modalidade de ensino à distância, quando requeridos por instituições ou entidades públicas ou privadas especializadas”. Ressalta-se que os referidos cursos são relacionados à reciclagem e atualização de condutores já habilitados. No art. 5º, inciso I, alínea g, da referida norma, menciona-se que o projeto político pedagógico da instituição deverá conter estratégias de acessibilidade, com inclusão de tecnologia assistiva,

nos conteúdos estáticos e dinâmicos, visando atender pessoas com deficiência²³.

Com o surgimento da pandemia do “Novo Coronavírus”, Covid-19²⁴, em 2020, foi publicada a Resolução nº 783/2020 (CONTRAN, 2020a), com vigência a partir de 1º de julho de 2020 e enquanto durasse o estado de emergência de saúde pública. Tal resolução dava permissão para os CFCs ministrarem aulas teóricas do curso de formação de condutores de forma remota, se o candidato manifestasse interesse. Não foi encontrada nenhuma informação expressa a respeito de acessibilidade linguística para o candidato Surdo, no entanto, considerando as resoluções anteriores, infere-se que a acessibilidade deveria ser disponibilizada.

Já em sua Resolução nº 789 de 18 de junho de 2020, o Contran consolida as normas para o processo de formação de condutores de veículos automotores e elétricos. No que diz respeito ao objeto desta pesquisa, chama atenção, nessa resolução, o anexo II, quando trata do “Curso de Formação para Habilitação de Condutores de Veículos Automotores” – ACC²⁵ e CNH Categorias “A” e “B”, no item de frequência e avaliação, pela primeira vez registra-se:

[h]avendo **comprovação de deficiência auditiva**, dislexia, e TDAH no exame de aptidão física e mental, **será concedido ao candidato o dobro de tempo previsto** para a realização do exame escrito e a possibilidade da utilização de software específico” (CONTRAN, 2020b, grifos nossos).

Em 2021 não foram criadas normas específicas da área de trânsito que envolvessem o direito à acessibilidade linguística, no entanto houve a promulgação da Lei nº 14.191/2021, que dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue para Surdos, ou seja, o ensino em Libras, na língua materna, e o português escrito, como segunda língua. Cabe ressaltar que esse é um ponto que merece destaque, considerando que essa norma pode ser aplicada na área de trânsito, isto é, passa a ser possível formar o condutor Surdo em Libras. A esse respeito, é importante lembrar que o Detran/DF vem desenvolvendo essa ideia, de ministrar cursos da área de trânsito em Libras, desde 2019, com a criação do projeto “Libras no Trânsito”.

O objetivo desta seção é realizar uma revisão bibliográfica, incluindo publicações feitas até dezembro de 2021, a respeito da legislação que permeia o

²³ Esta apresenta-se como uma melhoria para o público Surdo, no entanto, esta pesquisa tem como foco o curso de obtenção da primeira CNH.

²⁴ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. (Fonte: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>).

²⁵ ACC = Autorização para Conduzir Ciclomotor.

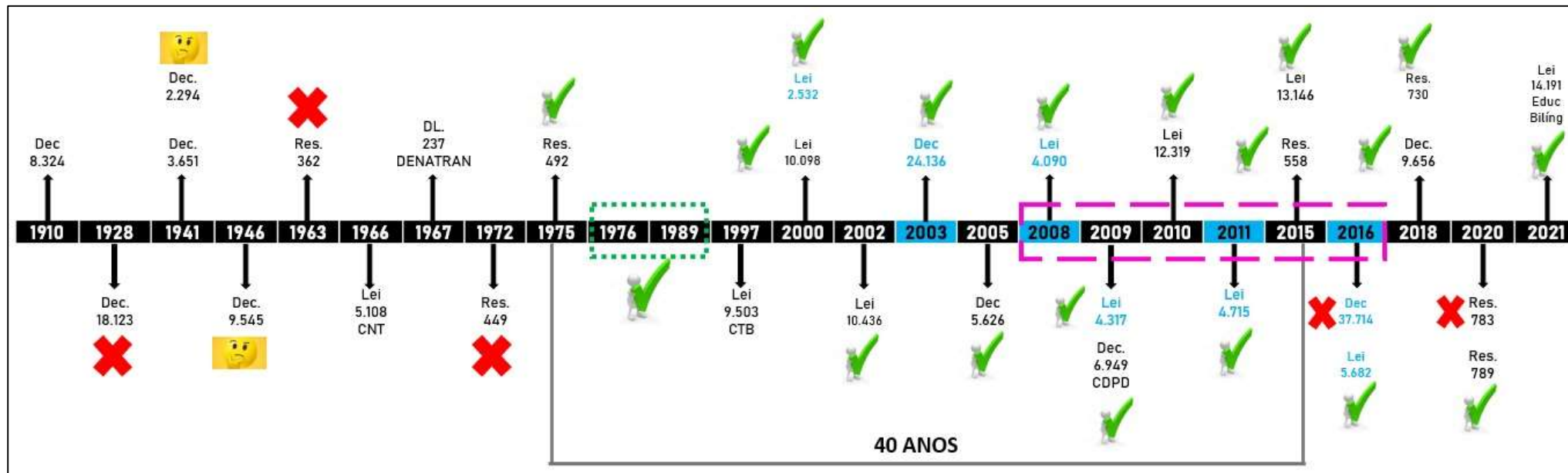
direito do Surdo ser um condutor habilitado e a acessibilidade linguística no processo de habilitação. Considerando esse recorte temporal, é possível que, até a conclusão desta pesquisa, tenham sido promulgadas novas normas e/ou alterações que não foram discutidas aqui. A título de exemplo, destaca-se a existência do Projeto de Lei nº 2.606/2020²⁶, que tramitava na Câmara dos Deputados, o qual defende “tornar facultativa a realização de aulas teóricas e práticas em autoescolas para obtenção da CNH nas categorias “A” e “B”.

Dessa maneira, com a promulgação efetiva da lei acima citada, aumenta a responsabilidade dos Detrans em promover a formação do condutor Surdo, cabendo a esses órgãos providenciar maneiras para disponibilizar materiais acessíveis.

Consolidando toda a discussão desenvolvida no capítulo 2, a Figura 4 retrata, em uma linha do tempo, toda a trajetória do direito de dirigir do Surdo, incluindo as principais legislações, a falta de clareza de informações da norma, pontos negativos, proibitivos ou reticentes, e a conquista do direito à acessibilidade linguística nesse processo.

²⁶ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2252545>. Acesso em: 05/02/2022.

Figura 4 – Linha do Tempo: Legislação x Direito de Dirigir do Surdo – Período: 1910-2021



Legenda:

Preto Legislação Federal, CONTRAN

Azul Legislação Distrital

✗ Contém pontos negativos, proibitivos ou é reticente para o direito do Surdo

🤔 A informação na norma não está clara. Deixa dúvida sobre o direito do Surdo

✅ Apresenta pontos positivos em relação ao direito do Surdo ou acessibilidade linguística

📦 Período com alterações sutis na legislação, mas que garantia o direito de dirigir do Surdo

📄 Alterações no campo "OBSERVAÇÕES" da CNH para indicar restrição ou deficiência do condutor (códigos: B, X, Y)

Fonte: a autora.

Por fim, após a revisão histórica da legislação de trânsito e da que envolve o direito de dirigir do cidadão Surdo, ficou constatado que, em 111 anos (1910-2021), somente a partir de 1975 (Resolução do Contran nº 492) é que o cidadão Surdo conquistou efetivamente o direito de participar do processo de habilitação. A partir daí, foram publicadas alterações sutis na legislação, mas que continuam garantindo o direito de dirigir do Surdo, ainda que de forma precária. Ademais, com a promulgação da Lei Federal nº 10.098, começou-se a traçar uma perspectiva mais inclusiva para o cidadão Surdo, na tentativa de proporcionar acessibilidade linguística, com normas específicas nas esferas distrital e federal.

Cabe ressaltar, ainda, que somente 40 anos depois, em 2015, que o CTB foi alterado, garantindo a acessibilidade linguística em todas as etapas do processo de habilitação. Na prática, os Detrans ainda precisam se desenvolver e se envolver efetivamente para que isso ocorra, conforme será discutido na seção 2.2.

2.2 Análise dos sites dos Detrans no Brasil: onde está a Libras?

Na seção 2.1, quando tratado do panorama histórico da legislação em relação ao direito de dirigir do cidadão Surdo, depreende-se que, embora a partir do ano de 1975 o Surdo pudesse participar do processo, não havia nada nas legislações que remetesse a um tratamento compatível com sua necessidade.

Apesar de a luta da comunidade surda vir de longa data, suas conquistas acontecem paulatinamente, e nem sempre de forma satisfatória. Nesse sentido, a partir da Lei nº 10.098 (BRASIL, 2000), ocorreram vários avanços legais rumo à acessibilidade linguística. Entretanto, 22 anos depois da promulgação da referida lei e 07 anos depois do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) — que, além de pontos muito importantes referentes à acessibilidade, trouxe alterações factíveis ao CTB —, ainda nos perguntamos, enquanto órgãos públicos, onde está a Libras nos Detrans do Brasil?

Antes de adentrar especificamente na análise dos *sites*, destacam-se alguns conceitos importantes apresentados na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015):

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus

sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

[...]

III - **tecnologia assistiva ou ajuda técnica**: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, **visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social**;

[...]

V - comunicação: **forma de interação dos cidadãos que abrange**, entre outras opções, as línguas, inclusive a **Língua Brasileira de Sinais (Libras)**, a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, **incluindo as tecnologias da informação e das comunicações** (BRASIL, 2015, on-line, grifos nossos).

O artigo 63 da referida lei é relevante para o objeto desta pesquisa, uma vez que trata da obrigatoriedade da acessibilidade nos sítios de internet de órgãos públicos, com o objetivo de permitir ao cidadão com deficiência acesso às informações disponíveis, bem como “os sítios devem conter símbolo de acessibilidade em destaque” (BRASIL, 2015, on-line).

Nessa perspectiva, pensando na autonomia do Surdo enquanto cidadão que busca informações, que procura resolver suas demandas de forma independente, sem a “intermediação” de um ouvinte, considera-se que, diante de inovações tecnológicas, a exploração nos *sites* dos Detrans seria uma solução para suas demandas.

No período de 01/10/2020 a 30/11/2020, foram analisadas as páginas de internet dos Detrans dos 26 Estados da Federação e do Distrito Federal²⁷. O mapa dessa pesquisa pode ser visualizado no Apêndice A. Enquanto servidora do Detran/DF, e tendo como base a legislação vigente, a pesquisadora procurou pontos relevantes quanto à acessibilidade linguística e materiais acessíveis em Libras. Assim, para a realização de uma análise uniforme e linear, foram pesquisados, em todos os *sites*, os mesmos pontos²⁸, listados a seguir:

- i. Ferramenta acessível em Libras
- ii. Dados Estatísticos

²⁷ Julga-se importante informar o período de análise pois, por se tratarem de tecnologias muito dinâmicas, até o término desse trabalho podem ter ocorrido diversas alterações.

²⁸ A escolha dos dez pontos pesquisados foi baseada no conhecimento empírico da pesquisadora, enquanto servidora do DETRAN/DF, Examinadora de Trânsito e usuária da *internet*.

- iii. Escola Pública de Trânsito (EPT)
- iv. Orientações para obtenção da CNH
- v. Orientações específicas para candidato Surdo
- vi. Campo de busca/pesquisa
- vii. Material de apoio de Direção Defensiva em português
- viii. Material de apoio de Direção Defensiva em Libras
- ix. Simulado da prova eletrônica em português
- x. Simulado da prova eletrônica em Libras

A análise dos dados é apresentada, portanto, a partir de cada um dos pontos supracitados, a começar pela presença de *Ferramenta acessível em Libras*. A respeito desse ponto, nos *sites* investigados, foi verificada, por exemplo, a utilização da ferramenta VLIBRAS²⁹. Não é o foco desta pesquisa adentrar na seara de usabilidade da ferramenta, pelo Surdo, ou sua eficácia; para o escopo desta dissertação interessa apenas analisar sua disponibilidade.

Figura 5 – Ícone indicando ferramenta acessível em Libras



Nota: o ícone destacado em vermelho é o que deve estar em destaque nos sítios de internet para indicar a presença do VLIBRAS.

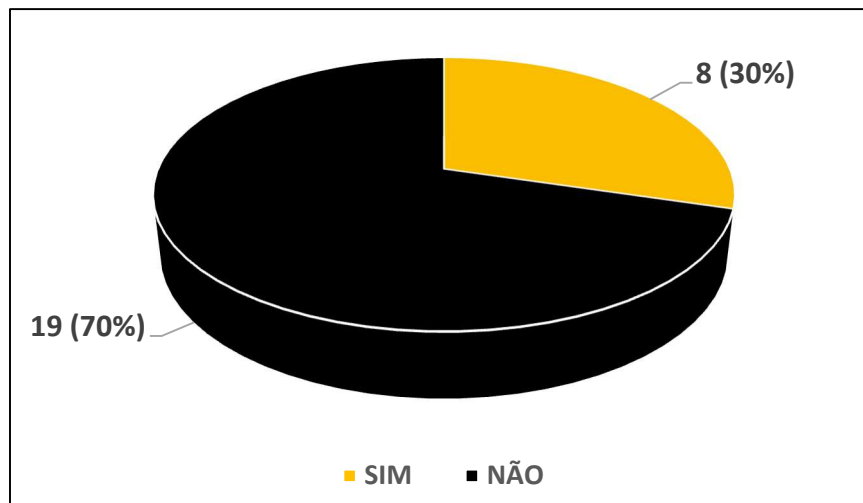
Fonte: Disponível em: www.vlibras.org.br

Na busca dos órgãos executivos de trânsito que disponibilizam, em seus sítios de internet, uma ferramenta computacional que promova a acessibilidade ao cidadão Surdo, foram obtidos os seguintes resultados: dos 27 Detrans investigados, apenas 8 (30%) disponibilizavam a ferramenta VLIBRAS. Os outros 19 (70%) não

²⁹ Resultado de uma parceria entre o Ministério da Economia (ME), por meio da Secretaria de Governo Digital (SGD) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o VLibras é um conjunto de ferramentas computacionais gratuitas e de código aberto, que traduz conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) para Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, tornando computadores, celulares e plataformas web acessíveis para pessoas surdas. (Disponível em: www.vlibras.org.br. Acesso em 02/10/2020).

ofereceram nenhum tipo de tecnologia assistiva que proporcionasse a tradução para Libras.

Gráfico 1 – Ferramenta Acessível em Libras – VLIBRAS x Detrans



Fonte: a autora.

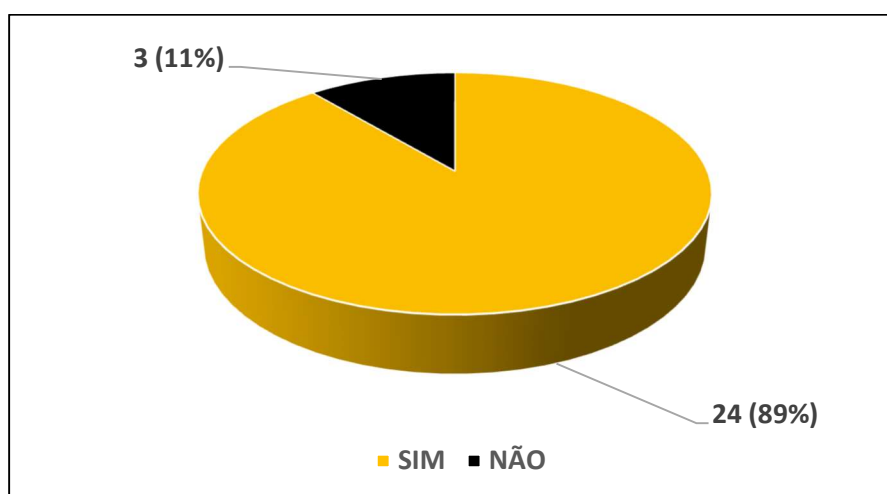
Considerando o artigo 63, da Lei nº 13.146/2015, mencionado anteriormente, o qual trata da obrigatoriedade da acessibilidade nos *sites* do poder público, aliado à gratuidade da ferramenta VLIBRAS, dado o resultado de que 70% dos Detrans não dispõem de nenhuma ferramenta, qual é possível levantar um questionamento a respeito dos motivos pelos quais os órgãos não disponibilizam o VLIBRAS em seus sítios de internet. Essa falta de oferta seria resultado de desconhecimento? Uma sugestão para resolver esse impasse seria a Senatran, que é o órgão máximo executivo de trânsito, realizar campanhas divulgando a informação da gratuidade do VLIBRAS.

Em relação aos *Dados Estatísticos* (segundo ponto de análise), consideramos esse um fator importante para consulta pública. Em geral³⁰, os Detrans disponibilizam um *link* de acesso com a compilação de dados importantes, como: quantidade de acidentes de trânsito; número de condutores (por idade, sexo, categoria da CNH); veículos cadastrados na base de dados da Unidade da Federação; e infrações de trânsito. Buscamos, nesse acesso, verificar se algum órgão disponibiliza a estatística de condutores Surdos.

³⁰ Historicamente, o CNT de 1966, trouxe como uma das atribuições dos Detrans o controle e a análise de estatísticas. No atual CTB, a organização da estatística é uma competência do Denatran, com dados provenientes dos Estados e do Distrito Federal. Na época dessa pesquisa, o Denatran ainda não havia sido transformado em Senatran.

Na análise dos 26 Estados incluindo o DF, apenas 11% (03) dos Detrans não apresentavam dados estatísticos. O restante, 89% (24), concedeu acesso às informações, alguns com um histórico desatualizado, outros com informações completas. De acordo com a análise, observou-se que não há um padrão no fornecimento das informações estatísticas. Ressalta-se, contudo, que em nenhum dos *sites* investigados foram encontrados levantamentos específicos a respeito de condutores Surdos.

Gráfico 2 – Dados Estatísticos x Detrans



Fonte: a autora.

Nessa fase da pesquisa, os Detrans não foram contactados para saber se haveria a possibilidade de extrair esses dados dos sistemas integrados internos, isso porque foi identificado que não existe uma separação entre os diferentes grupos minoritários (Surdos, mobilidade reduzida, autistas etc.).

Em consulta ao *site* do Denatran,³¹ foram encontrados os relatórios nacionais de estatísticas de condutores, frota de veículos, entre outros, no entanto não há dados discriminados a respeito dos condutores Surdos. Uma possibilidade é a de que a Senatran pudesse realizar um mapeamento das informações referentes aos condutores Surdos para acompanhar as estatísticas.

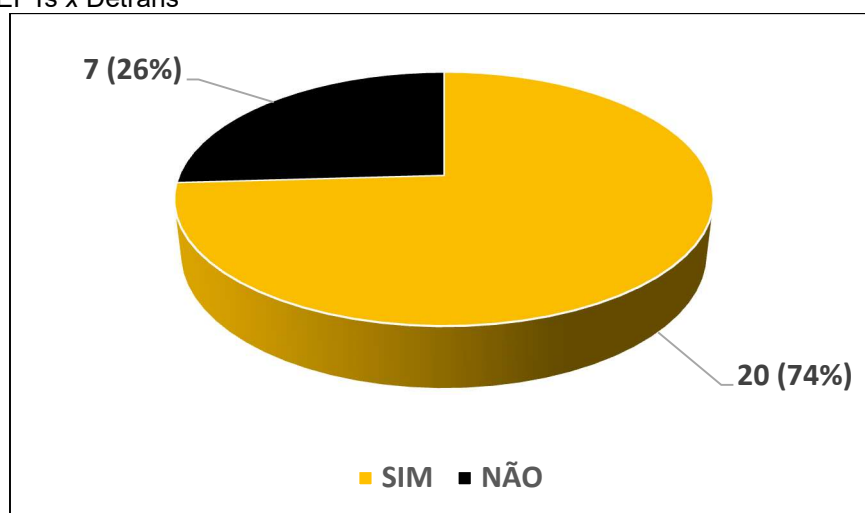
No que se refere ao terceiro ponto de análise, *Escola Pública de Transito* (EPT), o atual CTB (Lei nº 9.503/1997) trouxe expresso, em seu artigo 74 §2º: “[o]s órgãos ou entidades executivas de trânsito **deverão promover**, dentro de sua

³¹ Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-denatran/estatisticas-denatran>. Acesso em 20/07/2021.

estrutura organizacional ou mediante convênio, o **funcionamento de Escolas Públicas de Trânsito**, nos moldes e padrões estabelecidos pelo CONTRAN” (BRASIL, 1997, on-line, grifos nossos). Além disso, na mais recente resolução do Contran, nº 515/2014, que trata da padronização de funcionamento das EPTs, são elencadas suas competências direcionadas à promoção de educação no trânsito dos mais diversos públicos. Por isso, o interesse em pesquisá-las.

Pautada nessa análise, foi constatado (cf. Gráfico 3) que a maioria dos Detrans, 74% (20), possui em seus sítios de internet um espaço, na área da Educação, destinado às EPTs. Nos outros 26% (07) das páginas, essa área não foi localizada. Isso não quer dizer que o órgão não disponha dessa estrutura, apenas que não foi localizado o acesso na *web*.

Gráfico 3 – EPTs x Detrans



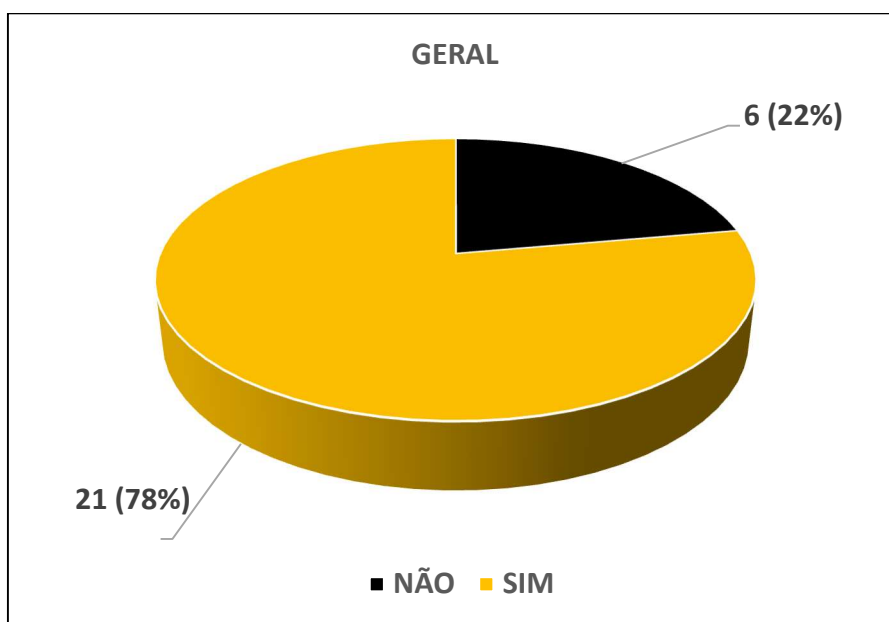
Fonte: a autora.

Para este estudo, as EPTs são relevantes porque são responsáveis pela elaboração dos materiais de apoio didático, pelos projetos, currículos e desenvolvimento de cursos direcionados à educação no trânsito, atualização, formação e reciclagem de condutores, além dos cursos relacionados à questão de instrutores e examinadores de trânsito.

Em relação ao quarto ponto de análise, *orientações para obtenção da CNH*, foram investigadas as principais informações, apresentadas nos *sites*, relacionadas ao processo, aos requisitos, aos procedimentos, aos documentos necessários para obtenção da primeira CNH.

Esse quesito foi analisado sob duas perspectivas: **a)** orientações para a obtenção da CNH de uma forma geral; e **b)** orientação específica para candidatos Surdos. Na primeira análise (cf. Gráfico 4), em 22% (06) dos casos os Detrans não disponibilizavam, nos *sites*, informações básicas necessárias para realizar o processo de obtenção de CNH, enquanto 78% (21), possuíam essas informações dispostas de diversas maneiras, na área que trata de “Habilitação”.

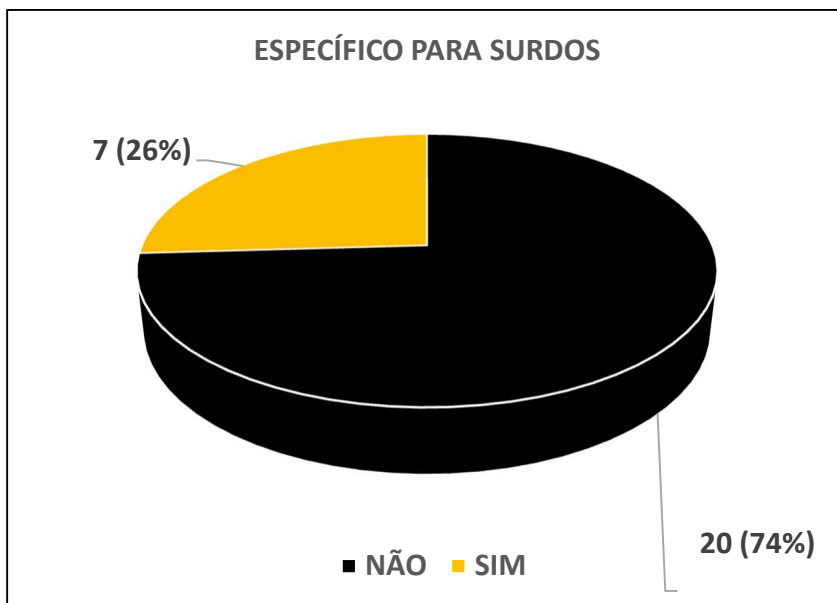
Gráfico 4 – Orientações gerais para obtenção da CNH x Detrans



Fonte: a autora.

Por outro lado, em relação ao ponto cinco, *Orientações específicas para candidato Surdo*, como, por exemplo, o direito de intérprete em todas as fases do processo, o percentual encontrado foi no sentido contrário do item **a)**, isto é, 74% dos Detrans (20) não oferecem nenhum tipo de informação específica para o Surdo em suas páginas e apenas 26% (07) oferecem (cf. Gráfico 5).

Gráfico 5 – Orientações específicas para Surdos para obtenção da CNH x Detrans

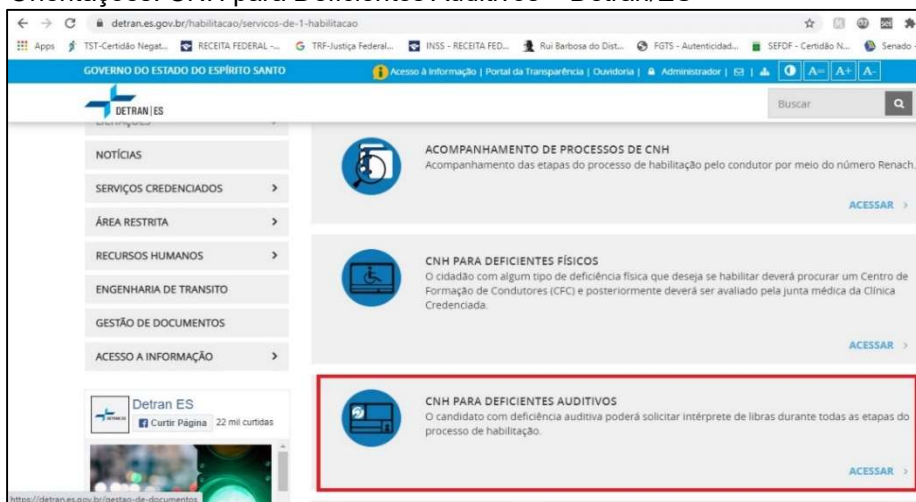


Fonte: a autora

Apresentamos a seguir alguns *sites* que merecem destaque:

- DETRAN/SP – contém um vídeo com orientação passo a passo, muito bem elaborado, porém não possui tradução para Libras e nenhuma informação específica para o Surdo.
- DETRAN/ES – contém um *link* específico com instruções em português para Deficiente Auditivo, inclusive com valores, mas também não possui tradução para Libras, como indicado na Figura 6.

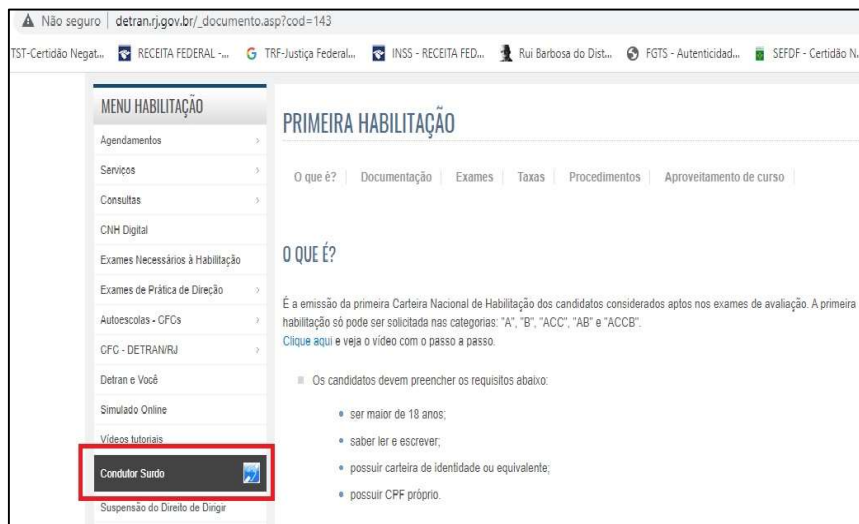
Figura 6 – Orientações: CNH para Deficientes Auditivos – Detran/ES



Fonte: Disponível em: www.detran.es.gov.br. Acesso em 25/10/2020.

- DETRAN/RJ – além de ter um vídeo tutorial, com instruções para o processo de habilitação, com janela de Libras (atendendo Surdos e ouvintes), possui um espaço específico para o condutor Surdo, conforme Figura 7.

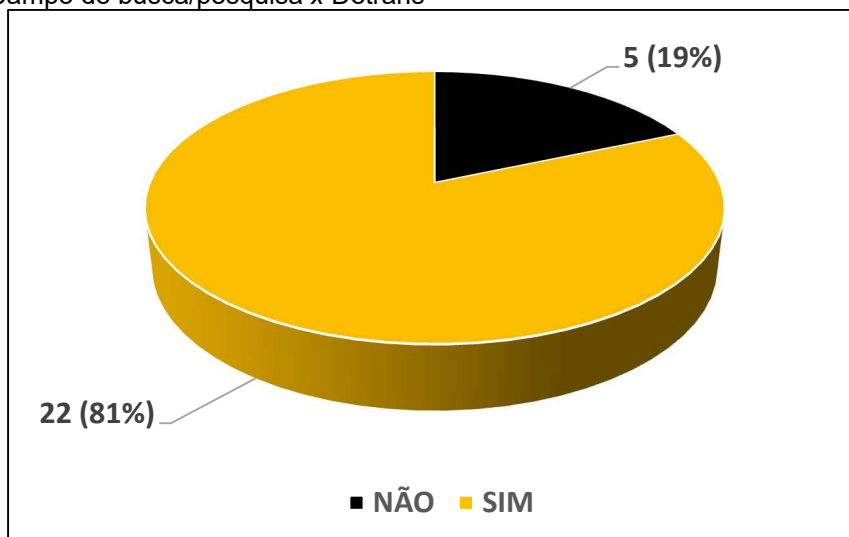
Figura 7 – Instruções para Condutor Surdo – Detran/RJ



Fonte: Disponível em: www.detran.rj.gov.br. Acesso em 25/10/2020.

Em relação ao ponto seis, *Campo de busca/pesquisa nos sites*, o objetivo foi verificar a facilidade e a agilidade na busca por informações nas páginas. Na análise desse item (cf. Gráfico 6), a maioria, 81% (22), das páginas dispõem de campos de busca/pesquisa. Em todas foram pesquisadas as seguintes palavras-chave: libras, surdo, direção defensiva. Contudo, 19% (05) não disponibilizam esse campo, dificultando ainda mais a busca por informações.

Gráfico 6 – Campo de busca/pesquisa x Detrans

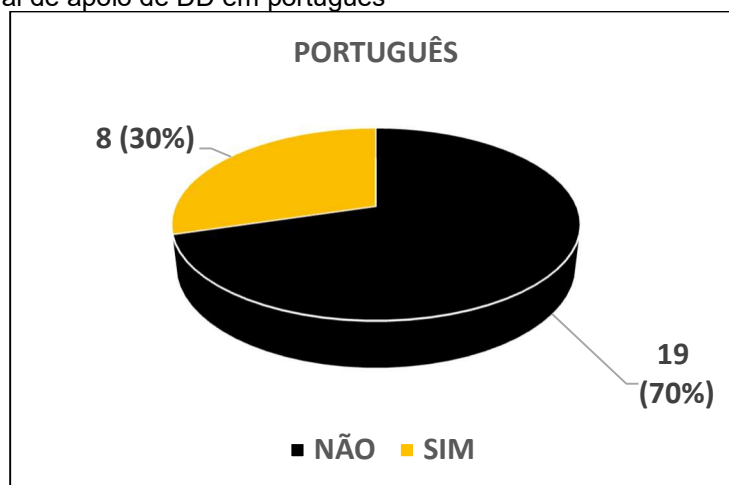


Fonte: a autora.

No que concerne ao ponto sete, *Material de apoio de Direção Defensiva*, a pesquisa foi realizada com o intuito de localizar materiais de DD (em português e/ou em Libras), haja vista ser esse o foco deste trabalho; podendo, inclusive, realizar um comparativo com o manual disponibilizado pelo Detran/DF.

Esse ponto é muito importante para a pesquisa, e, para a surpresa da equipe envolvida, materiais em português não são muito frequentes, apenas 30% (08) dos Detrans disponibilizam material em arquivo no formato “PDF”, enquanto 70% (19) das páginas não dispõem de nenhum material (cf. Gráfico 7).

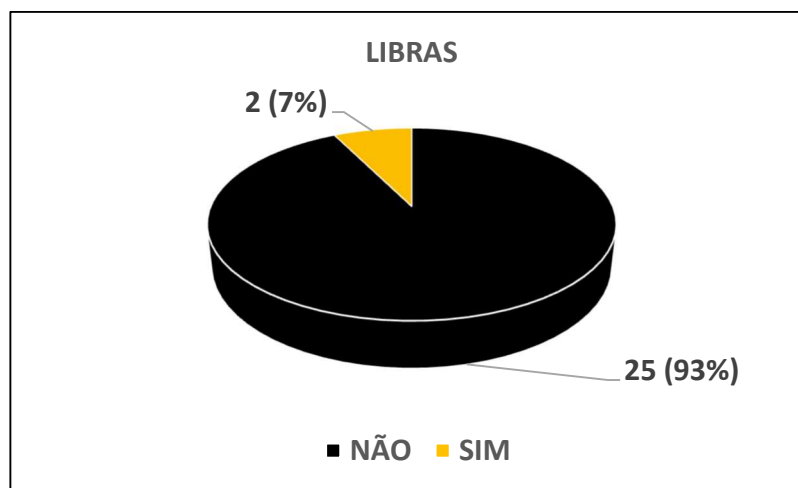
Gráfico 7 – Material de apoio de DD em português



Fonte: a autora.

Já em relação ao ponto oito, *Material de apoio de Direção Defensiva em Libras*, dos sites analisados, apenas 7% (02) dos Detrans no Brasil disponibilizam material de apoio em língua de sinais. O restante, 93% (25), não dispõem de nenhum material (cf. Gráfico 8).

Gráfico 8 – Material de apoio de DD em Libras



Fonte: a autora.

Sobre esse ponto, é importante, ainda, destacar as seguintes páginas:

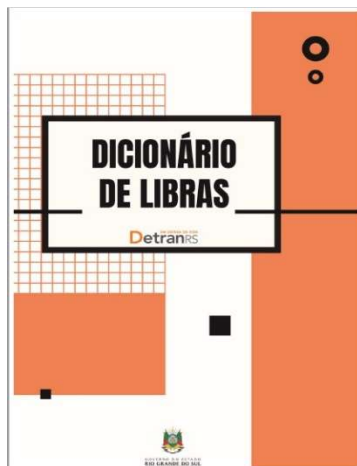
- DETRAN/RS – disponibiliza em sua página principal um dicionário, em formato “PDF”, com os sinais dos principais e mais utilizados termos relacionados à área de trânsito (cf. Figura 8 e Figura 9).

Figura 8 – Página para acesso ao dicionário de Libras no Detran/RS



Fonte: Disponível em: www.detran.rs.gov.br. Acesso em 07/09/2020.

Figura 9 – Dicionário de Libras no Detran/RS



Fonte: Disponível em: www.detran.rs.gov.br. Acesso em 24/08/2022.

- DETRAN/RJ – disponibiliza em sua página vídeos em Libras com cursos na área de Legislação de Trânsito, Primeiros Socorros, Proteção e Respeito ao Meio Ambiente e Direção Defensiva. É o único no Brasil que disponibiliza esse tipo de material³².

Figura 10 – Material de Apoio em Libras no Detran/RJ



Fonte: Disponível em: www.detran.rj.gov.br. Acesso em 25/10/2020.

Nesse cenário, foi constatado que o Detran/RJ, possui um curso teórico, em Libras, para obtenção de CNH, com aulas presenciais e ministrado por um instrutor de trânsito ouvinte fluente em Libras. Esse serviço encontra-se suspenso em

³² Não foram analisadas a qualidade e a atualização dos cursos.

função da pandemia de Covid-19, no entanto, infere-se a preocupação do órgão com a efetiva formação de condutores Surdos. Sem dúvida é uma iniciativa que pode servir de modelo para outros Detrans do Brasil.

Atualmente, os Centro de Formação de Condutores (CFCs) são responsáveis pela formação dos candidatos, mas os Detrans têm o dever de credenciar os estabelecimentos e fiscalizá-los, bem como fiscalizar os materiais por eles oferecidos. Pensando nisso, em 2019 o Detran/DF lançou um “Manual de Obtenção de CNH”³³ (em português) e disponibilizou em seu *site* em arquivo PDF sugerindo, inclusive, que os CFCs utilizem esse material para fins de padronização.

Além das atribuições dos órgãos executivos, existe o Projeto de Lei nº 2.606/2020³⁴, o qual sugere tornar facultativa a realização de aulas teóricas e práticas, em autoescolas, para obtenção da CNH nas categorias “A” e “B”. Assim, a responsabilidade em relação aos materiais de apoio a serem oferecidos aos candidatos irá aumentar exponencialmente, reduzindo o custo final para o cidadão.

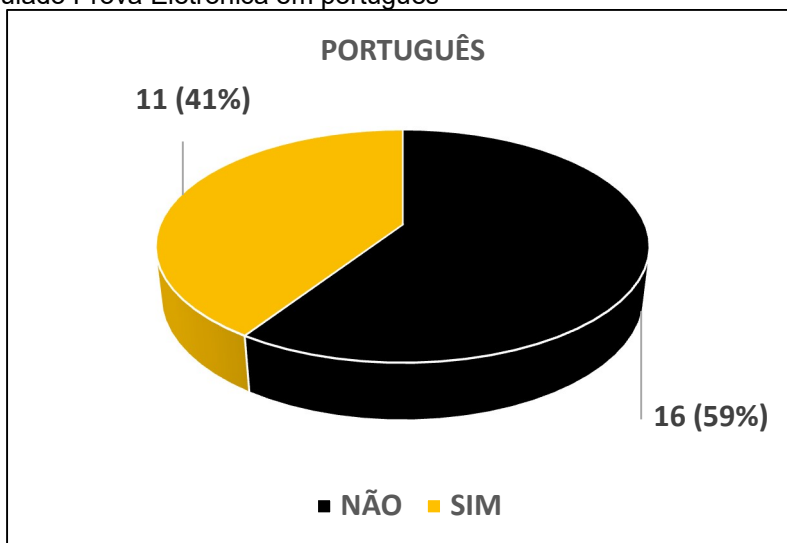
Sobre o ponto nove, *Simulado da prova eletrônica*, identificamos que a prova teórica para obtenção de CNH pode ser realizada de forma manuscrita ou no computador, chamada de eletrônica. Foram pesquisados nos *sites* quais são os Detrans que disponibilizam um simulado da prova eletrônica com o objetivo de familiarizar o candidato com o sistema utilizado.

Para essa análise os dados também foram divididos em duas perspectivas: **a)** simulado em português; e **b)** simulado disponível em Libras. Assim, 41% (11) dos Detrans disponibilizam, em suas páginas, simulados em português, os demais não oferecem simulados de prova eletrônica (cf. Gráfico 9).

³³ Disponível em: <http://www.detran.df.gov.br/manual-de-obtencao-da-carteira-nacional-de-habilitacao>.

³⁴ Mencionado na seção 2.1.2

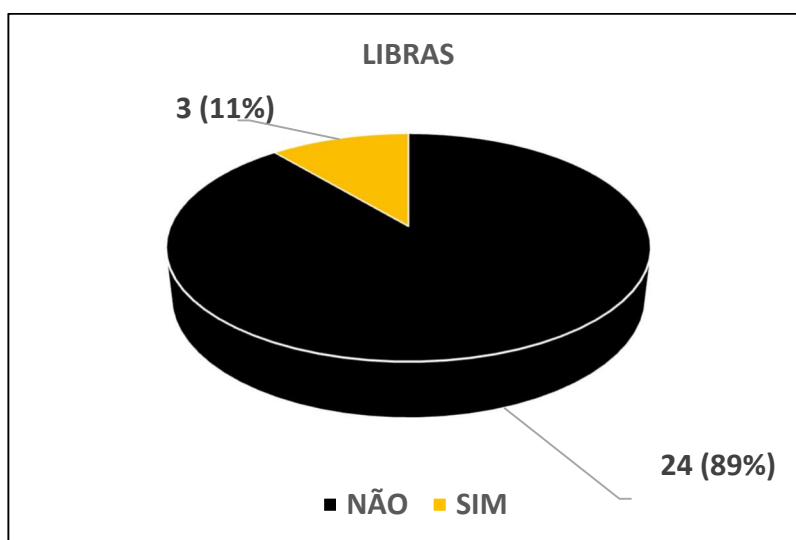
Gráfico 9 – Simulado Prova Eletrônica em português



Fonte: a autora.

Quanto ao ponto b), simulados em Libras, a análise dos *sites* indicou que apenas 11% (03) dos Detrans fornecem a opção em Libras (cf. Gráfico 10). Os destaques, neste caso, são para os Detrans dos Estados do Rio de Janeiro, Maranhão e Alagoas, os quais oferecem os simulados em Libras.

Gráfico 10 – Simulado Prova Eletrônica em Libras



Fonte: a autora.

No entanto, esse dado não significa que o órgão não aplique as provas de forma eletrônica (em Libras ou português). O Detran/DF, por exemplo, disponibiliza a prova teórica eletrônica somente para ouvintes (mas um simulado não é

disponibilizado no *site*). Entre os anos de 2012 e 2014, o Detran/DF fez algumas tentativas de tornar a prova eletrônica para o Surdo acessível em Libras, por meio de vídeo provas, no entanto não obteve êxito na continuidade desse projeto.

Concluído o exame desses dez pontos nos *sites* dos 27 órgãos executivos, é possível responder, a partir dessa análise, a seguinte questão: onde está a Libras nos Detrans do Brasil?

Percebe-se que, mesmo com as alterações da legislação em relação aos direitos de grupos minoritários, como os Surdos, de forma efetiva os órgãos públicos ainda precisam se aperfeiçoar quanto ao desenvolvimento de estratégias e programas de acessibilidade linguística, uma vez que existe garantia legal para tanto. A partir dessa primeira análise, fica a impressão de que o trabalho é feito de forma paliativa.

No âmbito desta pesquisa não se está questionando em que medida os órgãos estão cumprindo a legislação, até porque isso não é possível apenas com uma análise em páginas de *internet*. No entanto, pensando na autonomia e na independência do cidadão que poderia ter muita informação acessível por meio das páginas da *web*, percebe-se que ainda existe um longo caminho a ser trilhado.

Outro ponto a ser considerado é a questão da hierarquia, como mencionado na seção 2.1, não existe subordinação administrativa entre os Detrans, cada estado tem sua estrutura e procura atender as demandas da sua região. Pode acontecer de ter mais demandas da comunidade surda em alguns estados em detrimento de outros, levando a ter diferentes níveis de acessibilidade linguística em cada órgão. No entanto, o ideal seria o respeito às diferenças em qualquer lugar do Brasil, independentemente da demanda.

Nessa análise superficial de todos os Detrans, o mais próximo de um mundo ideal para o Surdo, sem dúvida, é o Detran/RJ, o qual, dentro dos fatores investigados nesta pesquisa, é o único que contempla todos os itens verificados (ver mapeamento no Apêndice A).

Diante de uma realidade cada vez mais inclusiva³⁵, a equipe do Detran/DF partiu em busca de melhorias na formação do condutor Surdo para a promoção da

³⁵ Ratificando pensamento de OLIVEIRA (2020, p. 12) de que “em seus aspectos filosóficos, a inclusão não pretende tornar todos iguais, e sim respeitar as diferenças de cada sujeito, ela trata do direito de todos à educação: aos negros, índios, brancos, surdos, cegos e etc.”

acessibilidade linguística necessária ao desenvolvimento enquanto cidadão partícipe do trânsito.

No estudo realizado nos *sites* dos Detrans, foram encontrados alguns (escassos) materiais e informações em Libras, no entanto não é possível afirmar se são suficientes para que o Surdo tenha autonomia na sua aprendizagem e na realização dos processos relativos à habilitação. Assim, na próxima seção, são apresentadas as etapas do processo de obtenção da CNH no DF e a importância da DD no cotidiano do trânsito.

2.3 Processo de obtenção da CNH e a importância da Direção Defensiva na segurança do trânsito

Ao longo dos anos existiram várias legislações que trataram da formação do condutor. A mais recente e vigente é a Resolução Contran nº 789/2020 (alterada pela Resolução nº 849/2021³⁶), que “consolida as normas sobre o processo de formação de condutores de veículos automotores e elétricos” (CONTRAN, 2021, on-line). Uma vez que o conteúdo a ser trabalhado na sugestão do glossário é o de DD, essas normas servirão de base para desenvolver esse tópico da pesquisa.

O CTB traz, em seu artigo 140, os requisitos mínimos para a obtenção da CNH:

Art. 140. A habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico será apurada por meio de exames que deverão ser realizados junto ao órgão ou entidade executivos do Estado ou do Distrito Federal, do domicílio ou residência do candidato, ou na sede estadual ou distrital do próprio órgão, devendo o condutor preencher os seguintes requisitos:
I - ser penalmente imputável;
II - saber ler e escrever;
III - possuir Carteira de Identidade ou equivalente.
Parágrafo único. As informações do candidato à habilitação serão cadastradas no RENACH³⁷ (BRASIL, 1997, on-line).

O candidato à primeira habilitação, por conta do estabelecido no CTB (Lei nº 9503/1997), apenas poderá habilitar-se nas categorias A³⁸ e B³⁹, considerando que

³⁶ Foi utilizado como a base para o desenvolvimento da pesquisa a legislação vigente até Dezembro/2021.

³⁷ RENACH – Registro Nacional de Condutores Habilitados – Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9503Compilado.htm. Acesso em: 20/07/2021.

³⁸ Categoria A - veículos motorizados de até 03 rodas, com ou sem carro lateral. – Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9503Compilado.htm. Acesso em: 20/07/2021.

³⁹ Categoria B - veículos motorizados não abrangidos na Categoria A, com peso bruto até 3.500 kg, e no máximo 08 passageiros, excluindo o motorista. – Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9503Compilado.htm. Acesso em: 20/07/2021.

as demais categorias, C, D e E, possuem pré-requisitos que envolvem a 1ª CNH. Também por força da legislação, os cidadãos Surdos só podem habilitar-se nas categorias A e B, não sendo permitida habilitação nas demais⁴⁰.

As etapas do processo de obtenção de CNH são as mesmas para todos os Detrans do Brasil, os quais seguem as normas estabelecidas pelo Contran, atendendo as especificidades de cada região; por isso, para os fins desta pesquisa, serão abordados os procedimentos realizados no DF.

Em complemento ao CTB, o art. 2º da Resolução Contran nº 789/2020 normatiza e detalha melhor os requisitos para a realização do processo de obtenção da 1ª CNH.

Art. 2º O candidato à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) solicitará ao órgão ou entidade executivos de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, do seu domicílio ou residência, ou na sede estadual ou distrital do próprio órgão ou entidade, a abertura do processo de habilitação para o qual deverá preencher os seguintes requisitos:

I - ser penalmente imputável;

II - saber ler e escrever;

III - possuir documento de identidade; e

IV - possuir Cadastro de Pessoa Física (CPF).

§ 1º Para o processo de habilitação de que trata o caput, após o devido cadastramento dos dados informativos no Registro Nacional de Condutores Habilitados (RENACH), o candidato deverá realizar Avaliação Psicológica, Exame de Aptidão Física e Mental, Curso Teórico-técnico, Exame Teórico-técnico, Curso de Prática de Direção Veicular e Exame de Prática de Direção Veicular, nesta ordem (CONTRAN, 2020, on-line).

Na referida resolução, o legislador aborda a necessidade de o candidato possuir CPF e informa, em seu §1º, quais são as etapas necessárias ao processo de habilitação.

Na Figura 11 são demonstradas as etapas do processo de obtenção da 1ª CNH, no DF, para todos os públicos interessados:

⁴⁰ Existe o Projeto de Lei nº 2.634/2021, que tramita atualmente no Senado, que busca a concessão de habilitação de cidadãos Surdos ou deficientes auditivos em todas as categorias (C, D, E) permitindo caminhão, ônibus e demais veículos das categorias. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/149197>. Acesso: 20/12/2021.

Figura 11 – Etapas do Processo de Habilitação



Fonte: a autora.

Na Figura 11, estão separados por cores os responsáveis por cada etapa do processo, lembrando que as clínicas e as autoescolas (CFCs) obrigatoriamente devem ser credenciadas junto ao Detran, o qual tem o dever de fiscalizar e apoiar o desenvolvimento dos trabalhos.

Se o candidato não conseguir ser aprovado em todas as etapas no prazo de 12 meses, deverá realizá-las novamente, reiniciando o processo. Ao candidato aprovado será conferida Permissão para Dirigir com validade de um ano (art. 148, §2, CTB, 1997, on-line).

Após uma visão geral das etapas do processo de obtenção, o Quadro 3 detalha o curso teórico-técnico de 45 horas/aula, que possui a seguinte estrutura curricular:

Quadro 3 – Estrutura Curricular do Curso Teórico-Técnico

Disciplina	CH
Legislação de Trânsito	18 h/a
Direção defensiva para veículos de duas ou mais rodas	16 h/a
Noções de Primeiros Socorros	04 h/a
Noções de Proteção e Respeito ao Meio Ambiente e de Convívio Social no Trânsito	04 h/a
Noções sobre Funcionamento do Veículo de duas ou mais rodas	03 h/a

Fonte: Resolução CONTRAN nº 789/2020.

Dentre as disciplinas exigidas no curso teórico-técnico para obtenção da CNH, optou-se pela DD, a fim de propormos um glossário bilíngue, no par linguístico

Português-Libras, com alguns termos técnicos dessa área.

A referida resolução (CONTRAN, 2020, on-line) apresenta o conteúdo programático mínimo que deve ser abordado no curso de obtenção da CNH:

1.5.2.2. Direção defensiva para veículos de duas ou mais rodas: 16 horas-aula.

Conceito de direção defensiva;

- Conduzindo em condições adversas;

- Conduzindo em situações de risco;

• Ultrapassagens

• Derrapagem

• Ondulações e buracos

• Cruzamentos e curvas

• Frenagem normal e de emergência

- Como evitar acidentes em veículos de duas ou mais rodas;

- Abordagem teórica da condução de motocicletas com passageiro e ou cargas;

- Cuidados com os demais usuários da via;

- Respeito mútuo entre condutores;

- Equipamentos de segurança do condutor motociclista;

- Estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas;

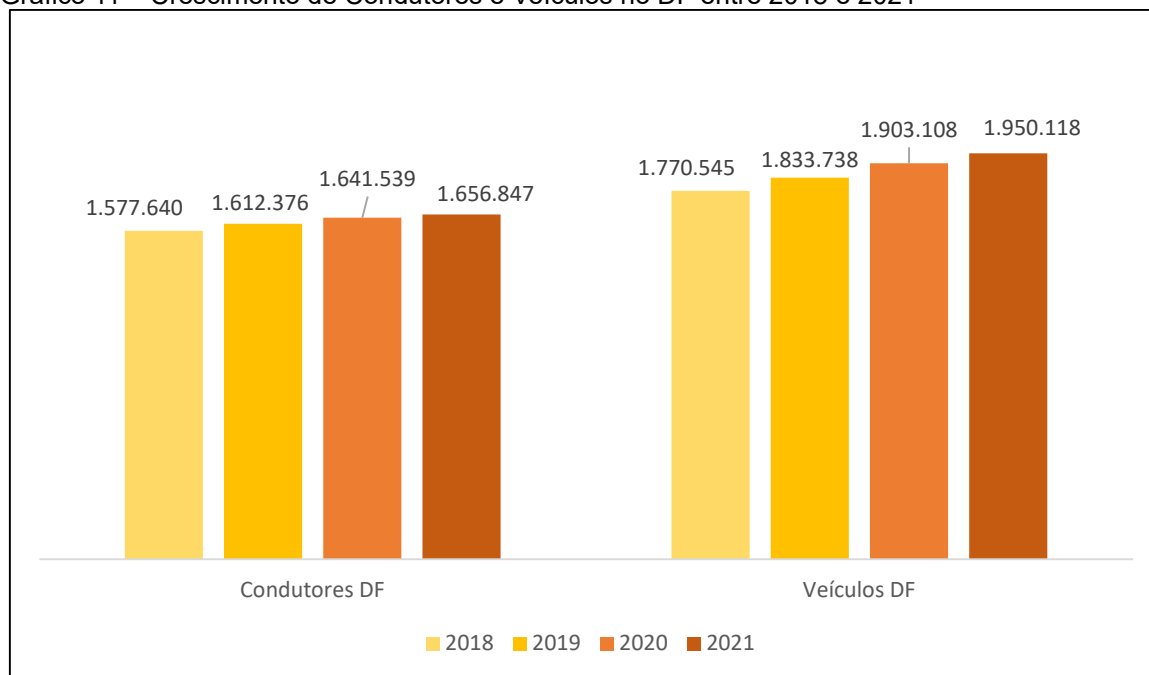
- Situações de risco (CONTRAN, 2020, on-line).

Historicamente, conforme foi apontado na seção 2.1, desde a primeira legislação que trata sobre o trânsito no Brasil (Decreto nº 8.324/1910), já havia uma preocupação com a necessidade de se dirigir cuidadosamente. São 111 anos (1910-2021) de legislação de trânsito no Brasil e a DD torna-se cada vez mais importante na vida do condutor, uma vez que a quantidade de veículos e condutores nas ruas cresce a cada ano, contribuindo com as consequências desse aumento.

Para ilustrar o aumento na quantidade de veículos e condutores, relatórios estatísticos⁴¹ do DF foram acessados, no período entre 2018 e 2021, no *site* do então Denatran, considerando apenas o mês de abril desses anos, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

⁴¹ Fonte: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-denatran/estatisticas-denatran> . Acesso em 20/07/2021.

Gráfico 11 – Crescimento de Condutores e Veículos no DF entre 2018 e 2021



Fonte: a autora

Analisando o Gráfico 11 de modo geral, entre 2018 e 2021, o número de condutores aumentou em 79.207, os quais possivelmente dirigindo no DF. Em relação ao número de veículos, houve um aumento de 179.573 automóveis circulando no DF. Foram considerados, para essa observação, os dados totais do mês de abril no período, não diferenciando categorias de CNH (A, B, C, D ou E), nem tipos de veículo (automóvel, caminhão, moto, ônibus, reboque entre outros). Pontualmente, em 2020, mesmo sendo um ano pandêmico, quando a economia ficou relativamente estagnada, houve um acréscimo de 15.308 condutores e 47.010 veículos no DF. Nos anos anteriores, a média foi de 31.949 condutores e 66.281 veículos a mais por ano.

Ainda com o intuito de levantar dados estatísticos, foi realizada uma consulta no Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (RENAEST), também na página da internet do então Denatran, a respeito dos dados referentes aos acidentes de trânsito no DF, para comparar com o crescimento de condutores e veículos, no entanto, na época da pesquisa, os dados não encontravam-se disponíveis.

É importante destacar que os efeitos causados pelos acidentes de trânsito refletem em vários outros setores, como saúde, economia e previdência, e tamanha é a importância do trânsito na sociedade que a Organização das Nações Unidas

(ONU) firmou, no período de 2011-2020, a “Década de Ação pela Segurança no Trânsito”, com uma meta de redução de 50% do número global de mortes e lesões ocasionadas no trânsito⁴².

Em consonância com o referido documento, os países envolvidos deveriam adotar medidas para diminuir cinco fatores de risco no trânsito: a) dirigir sob o efeito de álcool; b) excesso de velocidade; c) não usar capacete; d) não usar cinto de segurança; e) não usar cadeirinhas para crianças. Fatores esses que, efetivamente, são trabalhados no conteúdo de DD.

Em relação ao Brasil, segundo Larissa Abdala, a então presidente da Associação Nacional dos Detrans (AND), a meta não foi alcançada:

[a]cumulamos uma redução entre 25% e 30% nas mortes, diminuímos a tendência ascendente nos níveis de letalidade no tráfego, e isso precisa ser observado. Mas é claro que não dá para descansar enquanto uma pessoa é morta no trânsito a cada 15 minutos no Brasil. (BATISTA, 2021, on-line)

Cumprir destacar que não foi apenas o Brasil que não conseguiu cumprir a meta estabelecida pela ONU. Assim, no início de 2020, foi realizada a *Terceira Conferência Ministerial Global sobre Segurança no Trânsito: Alcançando Objetivos Globais 2030*, na Suécia, resultando no documento chamado *Declaração de Estocolmo*, no qual foi reafirmada a ação ambiciosa e contínua de reduzir pela metade as mortes e lesões no trânsito.

O referido documento chama a atenção para a quantidade de pessoas que morrem por acidentes de trânsito todos os anos, além de destacar a responsabilidade de todos para um trânsito melhor e mais seguro. Como forma de ratificar esse entendimento, destacamos o trecho abaixo:

[a] preocupação com o fato de que os acidentes de trânsito matam mais de 1,35 milhão de pessoas todos os anos, sendo mais de 90% deles vítimas que ocorrem em países de baixa e média renda, que essas colisões são a principal causa de morte de crianças e jovens adultos de 5 a 29 anos, e que a projeção é de até 500 milhões de mortes e ferimentos no trânsito em todo o mundo, entre 2020 e 2030, constituem uma epidemia evitável e uma crise que, para ser evitada, exigirá políticas mais significativas, compromisso, liderança e maior ação em todos os níveis na próxima década.

[...]

Reconhecer que todos nós enquanto usuários do trânsito, temos nossa responsabilidade compartilhada para avançar em direção a um mundo livre de fatalidades no trânsito e ferimentos graves, e que abordar a segurança no trânsito exige colaboração de várias partes interessadas

⁴² Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU, estão contidos dentro do objetivo nº 3 “**Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.** **Item 3.6:** Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 26/07/2021.

entre os setores público e privado, área acadêmica, organizações profissionais, organizações não governamentais e os meios de comunicação (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Declaração de Estocolmo, 2020, p. 2-3, tradução nossa)

Trazendo esse ponto para a área de Educação do Detran/DF, é factível desenvolver ações para melhorias no trânsito, buscando disseminar e espalhar a importância da DD para todos os públicos envolvidos. O que motivou a escolha desse conteúdo foi o fato de ele ser extremamente importante, tanto para a formação quanto para a vida do condutor no trânsito de um modo geral.

Como o *corpus* da pesquisa se baseia em materiais oficiais disponibilizados pelos órgãos executivos de trânsito, abaixo são apresentadas as definições encontradas para o termo “direção defensiva”:

Direção defensiva, ou *direção segura*, é a melhor maneira de dirigir e de se comportar no trânsito, porque ajuda a preservar a vida, a saúde e o meio ambiente. Mas, o que é a direção defensiva? É a forma de dirigir, que permite a você reconhecer antecipadamente as situações de perigo e prever o que pode acontecer com você, com seus acompanhantes, com o seu veículo e com os outros usuários da via. (DENATRAN, 2005, on-line)

Direção defensiva é o ato de conduzir um veículo de modo a reduzir a possibilidade do seu envolvimento em acidentes ou envolver terceiros. (DETRAN/RJ, 2016, on-line)

Direção Defensiva é a técnica indispensável para o aperfeiçoamento do motorista que trata de forma correta o uso do veículo na maneira de dirigir, reduzindo a possibilidade de envolvimento nos acidentes de trânsito; ou seja: é uma atitude de segurança e prevenção dos acidentes. (DETRAN/PE, s/a⁴³, on-line)

Dirigir Defensivamente: dirigir de modo a evitar acidentes, apesar dos erros dos outros condutores e condições adversas do trânsito e do tempo, preservando a vida humana e o meio ambiente. (DETRAN/PA, s/a⁴⁴, on-line)

...na prática da direção defensiva, porque ela se ocupa de dois aspectos. Coloca-se tanto como o conjunto de técnicas e procedimentos que colaboram para a segurança e fluidez no trânsito, quanto instrumento para formar condutores defensivos, conceituados como aqueles que se portam com cautela, civilidade e respeito às limitações humanas. DETRAN/DF, 2019, p.37)

Por fim, destacamos a definição de DD contida do Dicionário de Libras, do Detran/RS (2020), conforme demonstrado na figura abaixo:

⁴³ Apesar da busca com a própria entidade do DETRAN do referido estado, não foi possível localizar o ano da informação.

⁴⁴ Apesar da busca com a própria entidade do DETRAN do referido estado, não foi possível localizar o ano da informação.

Figura 12 – Direção Defensiva – Detran/RS



Fonte: Disponível em: www.detran.rs.gov.br.

Em uma situação ideal, é possível perceber que as definições convergem para atitudes dos condutores que podem prevenir acidentes de trânsito, mas infelizmente é preciso concordar com Américo *et.al.* (2014) quando afirmam, em sua pesquisa, que:

[n]a prática, os cursos de direção defensiva visam basicamente resultados positivos do aluno no exame de qualificação, sem que haja uma preocupação posterior para que o aluno assimile os conceitos estudados e pratique na sua vida como condutor no trânsito. (AMÉRICO *et.al.*,2014, p. 96)

Sob essa perspectiva, cabe um questionamento: que tipo de condutor está sendo formado? Se para ouvintes, para quem o conteúdo é ministrado na sua primeira língua, é basicamente para obter aprovação, é inquietante o fato de que, para o Surdo, além de não haver aulas em Libras, são raros os materiais traduzidos encontrados na área de trânsito para a formação desse condutor.

A pesquisadora, enquanto servidora do Detran/DF e examinadora de trânsito, vem acompanhando a aplicação das provas teóricas para os Surdos e, em conversa informal com os candidatos, sempre pergunta como são ministradas as aulas, como eles estudam, se tem algum material disponível em Libras.

No que diz respeito às aulas, embora anteriormente tenham sido mencionadas as legislações que garantem a acessibilidade linguística para o processo, sabe-se que a realidade no Brasil ainda é outra. No DF, os candidatos Surdos são predominantemente provenientes de apenas dois CFCs, mesmo existindo mais de 100 instituições credenciadas. Alguns candidatos esclarecem que nas aulas teóricas existe intérprete em sala e que a mesma pessoa é instrutora das

aulas práticas de direção. Outros respondem que frequentam as aulas em português, sem intérprete, em função da necessidade de frequência, e depois o instrutor que tem conhecimento de Libras aborda pontos importantes do conteúdo.

No que concerne aos materiais, a resposta é unanimemente negativa, os entrevistados mencionam que encontram alguns materiais no *youtube*, mas isso nem sempre ajuda. Eles também manifestam grandes dificuldades para compreender os conceitos em português. Muitas vezes, percebe-se que, quando o candidato lê em português, não consegue entender o comando da questão. Contudo, no momento em que, o conceito é traduzido para Libras, o candidato o entende e, muitas vezes, responde acertadamente. Isso só vem corroborar a necessidade de promover a acessibilidade linguística, respeitando as diferenças.

A partir do levantamento histórico e da apresentação dessa lacuna de acessibilidade linguística, acreditamos na necessidade de oferecer materiais didáticos em Libras para o possível condutor Surdo. No entanto, para atingir esse objetivo, se faz necessário compreender que a tradução de materiais técnicos envolve a área de Terminologia.

No próximo capítulo será apresentado um breve histórico da Tradução, os Estudos da Tradução, as principais teorias da Terminologia, o conceito e a estrutura de um glossário bilíngue, a Linguística de *Corpus*, bem como feitos importantes para a comunidade surda e a conquista da acessibilidade linguística, além de pesquisas acadêmicas na área de Terminologia na Libras.

3 ESTUDOS DA TRADUÇÃO, TERMINOLOGIA E A LINGUÍSTICA DE CORPUS: UM ENCONTRO CONTEMPORÂNEO

Este capítulo trata da fundamentação teórica utilizada para o desenvolvimento da pesquisa e foi dividido em cinco seções. A seção 3.1 exhibe a História da Tradução, destacando-se o ato de traduzir a partir de conceitos de Delisle (2002) e Milton (2010). Outra autora também mencionada nessa seção é Wyler (2003), a qual traz o marco histórico do ano de 1500, considerado como primeiro registro da história da tradução no Brasil. Em seguida, é realizado um percurso até os anos de 1857, quando inicia a educação de Surdos no Brasil com a criação do Instituto de Surdos-Mudos (ISM), hoje denominado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Com esta apresentação visamos chamar a atenção para os acontecimentos que promoveram o fortalecimento da Libras até a atualidade, tendo como base as pesquisas de Felipe (2000), Cardoso (2017), Lemos e Carneiro (2021).

Na seção 3.2, para melhor compreensão do leitor, o texto foi dividido em duas partes. Na primeira, apresentamos o mapeamento delineado por Holmes (1972) da área de Estudos da Tradução e o desmembramento proposto por Williams e Chesterman (2002), que inclui a área de Terminologia e Glossários nos Estudos da Tradução. Na segunda parte, são tratadas as principais teorias da área da Terminologia, tais quais: a Teoria Geral da Terminologia de Wüster (1930); a Socioterminologia de Gaudin (1991); e a Teoria Comunicativa da Terminologia - TCT de Cabré (1995).

Na seção 3.3, por sua vez, são apresentados os estudos da Terminologia voltados para as línguas de sinais; para tanto, destacamos as produções acadêmicas, por meio de dissertações e teses. Nas pesquisas realizadas, foram encontradas 59 produções, no período entre 2007-2021. Dentre os pesquisadores estão: Tuxi (2017), Felten (2016), Castro Júnior (2011), Martins (2018), Prometi (2013, 2020), Costa (2021) e Moreira (2022).

Na penúltima seção, 3.4, detalhamos o conceito de glossário bilíngue e as possíveis estruturas. Por fim, na seção 3.5, abordamos o uso da Linguística de *Corpus* como metodologia para extração de termos em textos especializados.

3.1 A Tradução e a Língua Brasileira de Sinais: um olhar de luta!

Pensar em tradução, de um modo geral, é pensar que essa atividade existe desde sempre, pois nas épocas mais remotas, todas as vezes que existiu contato entre povos e idiomas diferentes, a prática de tradução já era realizada como meio de tornar viável a comunicação entre esses povos. Assim, considerando o pensamento de Milton (2010, p. 19), que afirma que “a tendência para uma área tão grande quanto a dos estudos da tradução é fragmentá-la em áreas menores e bastante diferentes”, será delineado, neste estudo, um pequeno recorte da história.

Enfatizando seu aspecto nada estanque, de uma maneira sucinta, em um artigo sobre história da tradução, Delisle (2002) perpassa rapidamente as teorias e seus estudiosos de um modo geral:

[r]ecolhendo junto aos tradutores de ontem as noções teóricas presentes em estado latente em seus escritos, o historiador não deixa de descobrir que existe a que Jean-Paul Vinay chamou de "universais da tradução" (VINAY, 2002, p. 10). *Cícero e São Jeronimo* desencadeiam no Ocidente a reflexão sobre a noção de fidelidade e esboçam desde então a teoria da *tradução transparente* ou como se diz mais comumente hoje, da *tradução para o público-alvo*; Horácio coloca o problema da *modulação*; Jean d'Antioche et Jacques Amyot, a das *variantes estilísticas*; quanto a Joachim du Bellay, ele depreende a noção de *lacuna* e formula a regra da *compensação* no prefácio de sua tradução do quarto livro da *Eneida* (1552); por sua vez, Pierre-Daniel Huet disserta sobre a noção de *adaptação*, enquanto Etienne Pasquier aborda o espinhoso problema dos *limites da tradução* ou, em outros termos, da *intraduzibilidade*. Enfim, é em Victor Hugo (1973) que se deve buscar, ao que parece, uma das primeiras menções a *tradução-introdução*, noção retomada por certos teóricos modernos (DELISLE, 2002, p. 15).

Considerando quão antigo é o ato de traduzir e como, ao longo dos anos, aparecem estudiosos propondo teorias diferentes, percebemos o quanto o estudo da história da tradução é importante para o desenvolvimento do profissional: o tradutor. Como Delisle (2002) defende, entre os pontos positivos de se estudar a história da tradução, encontra-se a possibilidade de entrar em contato com os grandes teóricos, revigorar antigas estratégias ou criar novas, trazer flexibilidade ao pesquisador, proporcionar a aproximação entre o passado e o presente, e desenvolver a tolerância para trabalhar com as adversidades da tradução.

Nesta seção, buscamos apresentar alguns pontos importantes da história da tradução, entrelaçando-os como o percurso da Libras: sua história, a história da sua tradução e seus avanços ao longo dos anos.

Com base na obra *Línguas, Poetas e Bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*, de Wyler (2003), são debatidos pontos centrais desse assunto, até

alcançar o ano de 1857, com a criação do ISM⁴⁵, a fim de direcionar o assunto especificamente para a história da Libras.

Em sua obra, Wyler (2003) discorre sobre como a tradução chegou no Brasil, junto com os colonizadores europeus, por volta de 1500, pois esses precisavam “doutrinar” as pessoas aqui encontradas. Mas é relevante considerar que, os povos indígenas aqui encontrados eram ágrafos, tinham costumes e tradições diferentes e falavam diversas línguas e dialetos e, por isso, supõe-se que, com essa variedade, era estimulada uma espécie de tradução para promover a comunicação entre os indígenas.

Embora infira-se que antes de 1500 já existisse algum tipo de tradução entre os povos existentes, Wyler (2003) é assertiva quando menciona o primeiro registro da história da tradução no Brasil:

[o] registro que inaugura a história da tradução no país é o mesmo que coloca o Brasil no mapa das terras “descobertas” pelos navegadores portugueses. Em carta datada de 1º de maio de 1500, o escrivão da frota portuguesa Pero Vaz de Caminha, relata ao rei de Portugal o achamento de nova terra a leste da linha demarcada pelo Tratado de Tordesilhas. [...] Caminha descreve mais: relata o primeiro ato de tradução realizado entre portugueses e índios, ao informar que precisaram recorrer à mímica para se fazer entender (WYLER, 2003, p. 36, grifo nosso).

Na época, os tradutores de língua oral (ou intérprete) eram chamados de “Os línguas”. No capítulo dessa obra, denominada *A tradução oral no Brasil*, a autora comenta que a “a tradução escrita, por sua vez, fez sua primeira aparição por aqui somente em 1549, com a vinda dos jesuítas, praticamente limitada, durante séculos, aos universos escolar e burocrático – e para línguas-alvos diferentes do português” (WYLER, 2003, p. 29). A autora relata ainda que a primeira contratação de um tradutor em língua escrita se deu somente em 1808, com a criação da Imprensa Régia⁴⁶.

Considerando os vários grupos que aqui habitavam legal ou ilegalmente, a autora aponta que: “piratas, corsários e colonizadores de nacionalidade espanhola, francesa, inglesa e holandesa, contribuíram para fortalecer as tradições de plurilinguismo e multiplicar o número de intérpretes durante o período colonial e além” (WYLER, 2003, p.34).

Diante de tantas interferências linguísticas ao longo dos anos, Wyler (2003, p. 36) afirma que houve um momento, em 1660, que “o nheengatu ensinado e

⁴⁵ Atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

⁴⁶ Primeira editora criada no Brasil, por meio do decreto de 13 de maio de 1808, com a finalidade de se imprimir toda a legislação e papéis diplomáticos provenientes das repartições reais e quaisquer outras obras.

divulgado pelos jesuítas por todo o Brasil firmou-se como língua oficial da colônia”.

A autora destacou ainda:

[n]ão faltam registros de bi/plurilinguismo em nossa história, mas Honório Rodrigues aponta dois registros particularmente eloquentes: o primeiro de um século mais tarde, 1755, em que se comentava que a língua portuguesa fora banida de São Luiz e Belém; o segundo, que sem saber o nheengatu era impossível alguém se integrar na Amazônia do século XVIII (WYLER, 2003, p. 40).

Com as implicações da expulsão dos jesuítas, em 1759, pela coroa portuguesa, em razão de inúmeros fatores que vieram atrelados ao desenvolvimento da colônia, a autora afirma que o nheengatu foi ofuscado, mas somente em 1823, com a primeira Assembleia Constituinte, quando o português foi escolhido como a língua oficial do país, é que efetivamente desapareceu.

O intérprete foi incorporando e deixando de lado algumas atribuições, conforme a estrutura colonial se ampliava e tornava-se mais complexa, mas de fato era uma profissão significativa para aquele momento. Um fato relevante foi a publicação do Decreto Imperial nº 863, de 17 de novembro de 1851, que “estabelece regulamento para os Intérpretes de Commercio da Praça do Rio de Janeiro”.

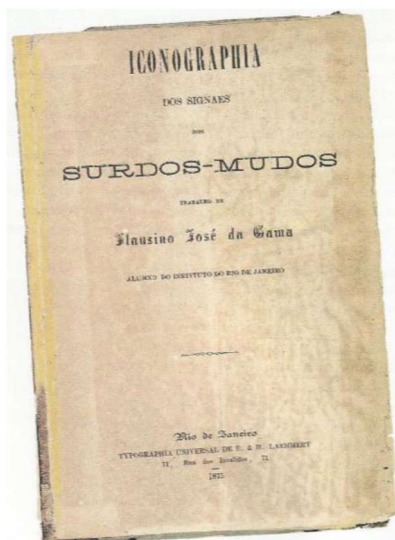
Aproveitando o momento temporal desse recorte histórico, direcionando para a Língua de Sinais, que é parte integrante desta pesquisa, há que se destacar o marco inicial da história da Libras, o ano de 1857, com a criação do ISM, hoje denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que continua sendo até hoje a única instituição em âmbito federal, no Brasil, dedicada à educação de Surdos.

O pesquisador Felipe (2000 *apud* SALDANHA, 2011) identifica as primeiras obras que impulsionaram o crescimento da língua:

[...] a primeira publicação em língua de sinais brasileira data de 1875 com o livro *Iconografia dos sinais dos surdos-mudos*, de Flausino José da Costa da Gama. A segunda publicação ocorre por iniciativa estrangeira, em 1969, com *Linguagem das mãos*, de E. Oates; apesar de este livro sofrer a influência da ASL, ele foi durante décadas utilizado como material didático pelos instrutores surdos para ensinar sua língua. As pesquisas propriamente linguísticas sobre língua brasileira de sinais (LIBRAS) têm seu início a partir da segunda metade da década de 1980 e foram desenvolvidas pelo Grupo de Estudos sobre Linguagem, Educação e Surdez – GELES. Em novembro de 1985, no Recife, este grupo edita seu primeiro boletim. A partir desta data, vários livros, artigos, dissertações e teses vêm mostrando as particularidades desta língua (FELIPE, 2000 *apud* SALDANHA, 2011 p. 51).

A título de ilustração, as figuras abaixo apresentam a capa de duas publicações muito importantes para a Língua Brasileira de Sinais.

Figura 13 – Capa da obra Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos

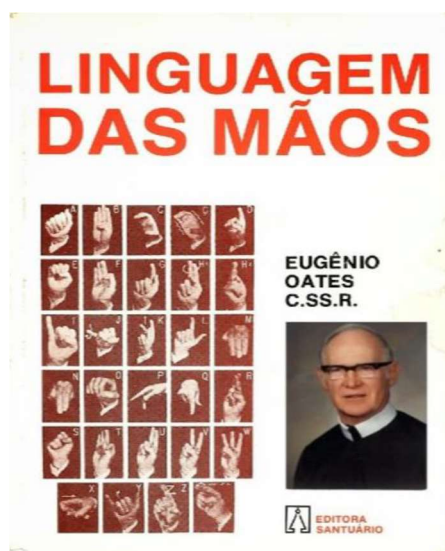


Fonte: Série Histórica – INES (2011) *apud* Tuxi (2017, p.98)

A respeito dessa obra, Sofiato (2011) contribui:

[o] dicionário de Flausino da Gama é motivo de orgulho para muitos surdos brasileiros, bem como ouvintes envolvidos com os estudos da Língua Brasileira de Sinais (Libras), porque esse material representa o primeiro esforço de criar uma iconografia para essa língua no país. Valorizam-se dois aspectos: o seu pioneirismo, por ter sido desenhado em 1875 no Rio de Janeiro; e o fato de Flausino ter sido, ele próprio, surdo (SOFIATO, 2011, p.136).

Figura 14 – Capa da obra Linguagem das Mãos



Fonte: Oates (1988⁴⁷) *apud* Tuxi (2017, p. 100)

⁴⁷ A edição original é de 1969. A capa apresentada pertence à obra revisada de 1988.

Ainda a respeito das primeiras publicações em Libras, Cardoso (2017, p. 41), complementa que Oates “trouxo muitas contribuições para os surdos brasileiros com o intuito de que pudessem ter acesso às mensagens cristãs, embora os sinais contidos na obra constituam forte influência dos sinais americanos”. Cardoso, *ibidem*, enfatiza ainda que esta época foi marcada pelo bimodalismo, isto é, no Brasil era utilizado o português sinalizado (uso simultâneo dos sinais e da fala, com a estrutura gramatical do português).

Seguindo essa perspectiva, Cardoso (2017) traz brevemente algumas importantes contribuições desencadeadas pela criação de entidades de apoio à comunidade surda:

[o]s surdos foram se tornando visíveis socialmente e a sua história avançou, tornando-se plena em novas conquistas. Em 1977, um grupo de profissionais ouvintes fundou a primeira instituição de reabilitação para deficientes auditivos, a FENEIDA (Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos). Com fervor, filmes foram criados e até estrelados por atores surdos. Livros sobre a surdez e com depoimentos dos próprios surdos começaram a ser escritos e vendidos com mais fluidez. Legendas foram inseridas nos programas de televisão, estudos e pesquisas tiveram considerável avanço e qualidade, cursos de ensino de Libras e de capacitação para TILSP foram criados e ampliados por todo Brasil. Em 1987, a FENEIDA foi reestruturada e foi criada a FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), no Rio de Janeiro. Em vários estados, associações de TILSP e de surdos foram criadas, tornando-se referências e desempenhando um papel fundamental na área da surdez (CARDOSO, 2017, p. 42).

Cumprir apresentar as discussões propostas por Lemos e Carneiro (2021), os quais apontam duas importantes contribuições da FENEIS, que foram o I e II Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, em 1988 e 1992, respectivamente. Ambos os eventos trataram de reflexões sobre a postura e a ética profissional, com o intuito de os intérpretes repensarem suas práticas profissionais junto ao cidadão Surdo, culminando, no II Encontro, na “aprovação de um documento correspondente ao Código de Ética de Tradutores-Intérpretes de Línguas de Sinais” (LEMOS e CARNEIRO, 2021, p.35).

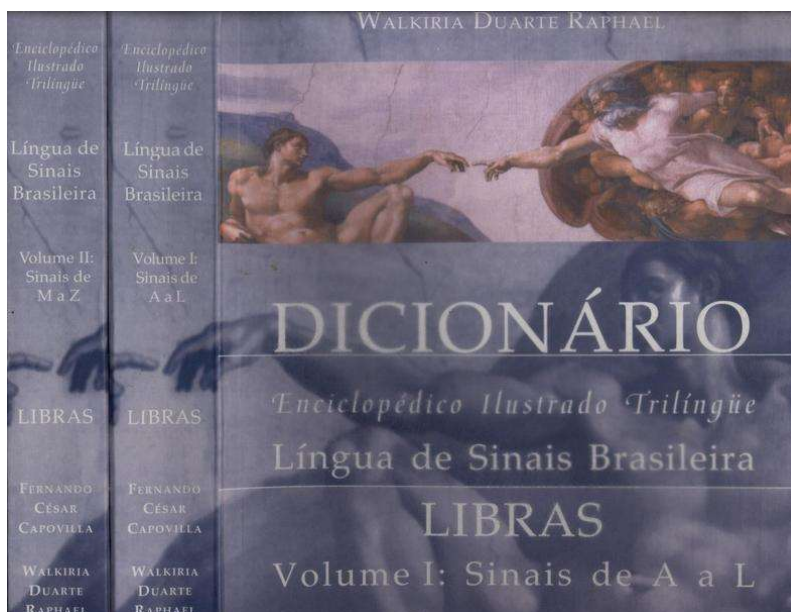
Outro marco relevante para a Libras foi a publicação, em 2001, do *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue Língua de Sinais Brasileira*, no qual há o registro formal da língua, sendo utilizado até hoje para pesquisas na área.

Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue Língua de Sinais Brasileira, do professor Fernando César Capovilla e da psicóloga Walkiria Duarte Raphael, contendo 9.500 verbetes em versão impressa e na versão digital (CD-ROM). Capovilla e Raphael organizaram a obra em dois grandes volumes, o primeiro contendo sinais de A até L e, o segundo, de M até Z. Bem descritivo, representa de forma detalhada como o sinal é realizado, retratando a configuração das mãos (CM), o ponto de articulação (PA), a

localização (LO), o movimento (MO) e as expressões não manuais (ENM). Além da descrição dos sinais, é possível visualizar na obra lexicográfica a tradução em português, em inglês e na escrita da língua de sinais americana: *Sign Writing*, definida por Capovilla e Raphael (2001), como um sistema de escrita visual em sinais capaz de transcrever as propriedades sublexicais das línguas de sinais por meio de visemas, que correspondem aos fonemas nas línguas orais (CARDOSO, 2017, p. 42).

A título de ilustração, a Figura 15 apresenta a capa da referida obra.

Figura 15 – Capa da obra Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue Língua de Sinais Brasileira



Fonte: <https://www.traca.com.br/livro/1281867/>.

Com a promulgação da Lei nº 10.098/2000 (Lei de Acessibilidade), o reconhecimento da Libras como meio de comunicação e expressão em 2002 (Lei nº 10.436) e sua regulamentação por meio do Decreto nº 5.626/2005, surgiu a necessidade de preencher a lacuna de profissionais nas áreas de docência e de tradutores/intérpretes, por meio da criação de cursos de licenciatura e bacharelado para formar esses novos profissionais. Também foi criado, pelo Ministério da Educação, o Programa Nacional para Certificação de Proficiência no uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras e para Certificação de Proficiência em Tradução /Interpretação de Libras/Língua Portuguesa (PROLIBRAS), para avaliar e certificar quem já trabalhava na área e atender o disposto no referido decreto de regulamentação. O 1º PROLIBRAS foi aplicado no ano 2006.

Além disso, em 2006 foi criado o primeiro curso de Letras-Libras, licenciatura, na modalidade de educação a distância, oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com diversos polos espalhados pelo Brasil,

visando atender as demandas da época. Em 2008, foi oferecido o primeiro curso de bacharelado, também na modalidade de educação a distância, na UFSC.

Ainda em 2008, foi fundada a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS), a qual procurou unir as várias associações, criadas pelo Brasil, que tratam dos profissionais da área, além de atuar em três vertentes para buscar o fortalecimento e a qualidade da profissão.

A Federação se comprometeu em atuar sobre três grandes pilares para garantir um serviço de qualidade de tradução e interpretação de língua de sinais às pessoas surdas, sendo eles: formação inicial e continuada dos TILSP; profissionalização dos TILSP; e fomento do engajamento político dos TILS. A própria instituição promoveu diversos cursos formativos aos TILSP em todo o país (LEMOS; CARNEIRO, 2021, p. 17).

Outra conquista na área de Libras nesse longo caminho foi a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, a qual regulamenta a profissão do Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais.

No capítulo 2 desta dissertação, foi mencionado o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), com alteração no CTB, no entanto, dentre outras contribuições importantes para o fortalecimento da língua, o art. 28, inciso IV, trata da oferta de educação bilíngue, sendo Libras como primeira língua e a modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua. Já o § 2º desse mesmo artigo, incisos I e II, traz a distinção entre os tradutores para nível médio e graduação ou pós-graduação:

I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras.

II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras (BRASIL, 2015).

Além disso, o mais recente êxito na área é a publicação da Lei nº 14.191/2021, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de Surdos.

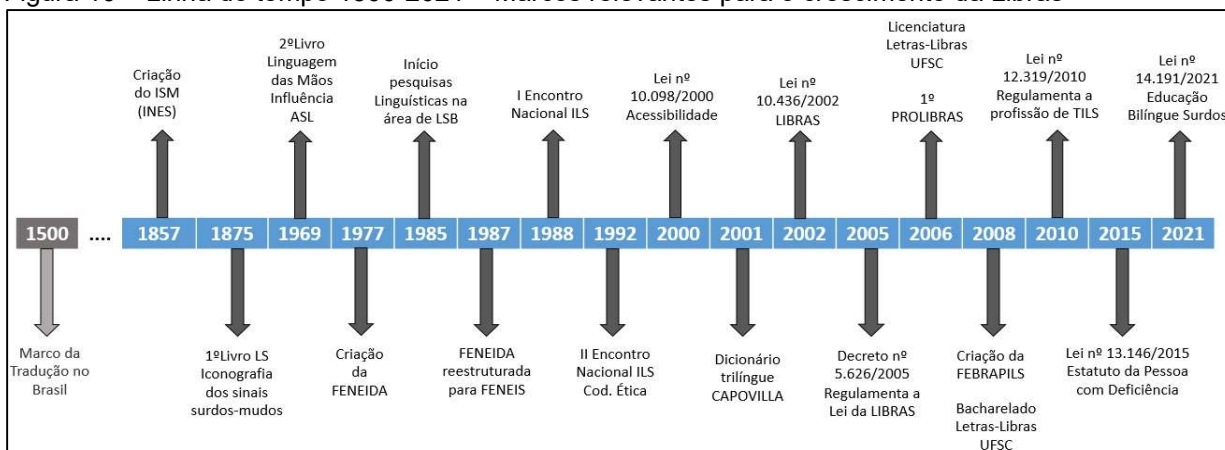
Nesse breve panorama, é importante destacar que a comunidade surda, sendo uma parcela minoritária dentro de uma população predominantemente ouvinte, atuou e continua atuando em diversas frentes, com segmentos (federações e associações, legislações e pesquisas na área acadêmica⁴⁸) que se concatenam

⁴⁸ As pesquisas na área acadêmica serão abordadas no tópico 3.3.

e focam no mesmo objetivo: fortalecimento da sua língua e da sua cultura.

Com o intuito de ilustrar a trajetória acima delineada, na Figura 16 foi traçada uma linha do tempo entre o início da tradução no Brasil e alguns marcos importantes para o desenvolvimento e o fortalecimento da área de Libras.

Figura 16 – Linha do tempo 1500-2021 – Marcos relevantes para o crescimento da Libras



Fonte: a autora.

Explorando a figura, do início da tradução no Brasil até a criação do ISM (1857), houve um período de mais de 300 anos para começar a “olhar” para o cidadão Surdo. Até o reconhecimento da Libras enquanto meio de expressão e comunicação, foram mais 145 anos e, desde então, já se passaram 20 anos com muitos resultados positivos, mas também incipientes, os quais requerem um árduo e contínuo trabalho para a propagação da língua e a efetiva disseminação do conhecimento por meio dela.

Esse período histórico com algumas conquistas da Libras corrobora o que é apresentado por Albres (2020) em sua pesquisa:

[a] história da tradução de línguas de sinais, nesse sentido, envolve a história dos tradutores e intérpretes de Libras-português, a história dos sujeitos surdos que desbravam os espaços de tradução, a história da política linguística que “permite” espaços para que a tradução aconteça, história dos movimentos sociais que lutam pelos direitos linguísticos e que se desdobram em políticas de tradução. Como também, da história das pesquisas sobre a tradução que produzem teorias e descrições desses fenômenos sociais (ALBRES, 2020, p. 373).

A partir do exposto por Albres (2020), percebe-se que é muito difícil separar a história da tradução de Libras da história dos Surdos no Brasil de um modo geral. Destaca-se, ainda, a questão de os tradutores e intérpretes que surgiram a partir de um viés social e religioso, para, após muita luta e muitas vitórias, alcançar a

categoria de profissional.

Conhecer os processos históricos é de suma importância para entendermos de onde viemos e para onde vamos, e reconhecermos que a história da tradução no Brasil e a história da tradução da Libras é bastante significativa e contém uma riqueza de detalhes muito maior do que essa rápida visita a alguns momentos históricos da área. Contudo, destacamos que, nesta seção, foram ressaltados aspectos relevantes, mesclando e segmentando momentos para compor uma visão geral.

Feita essa exposição teórica sobre a História da Tradução e esse percurso junto à Língua Brasileira de Sinais e aos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais, passa-se à próxima seção, na qual se apresenta a relação dos Estudos da Tradução com a Terminologia.

3.2 Os Estudos da Tradução e a Terminologia: aspectos históricos

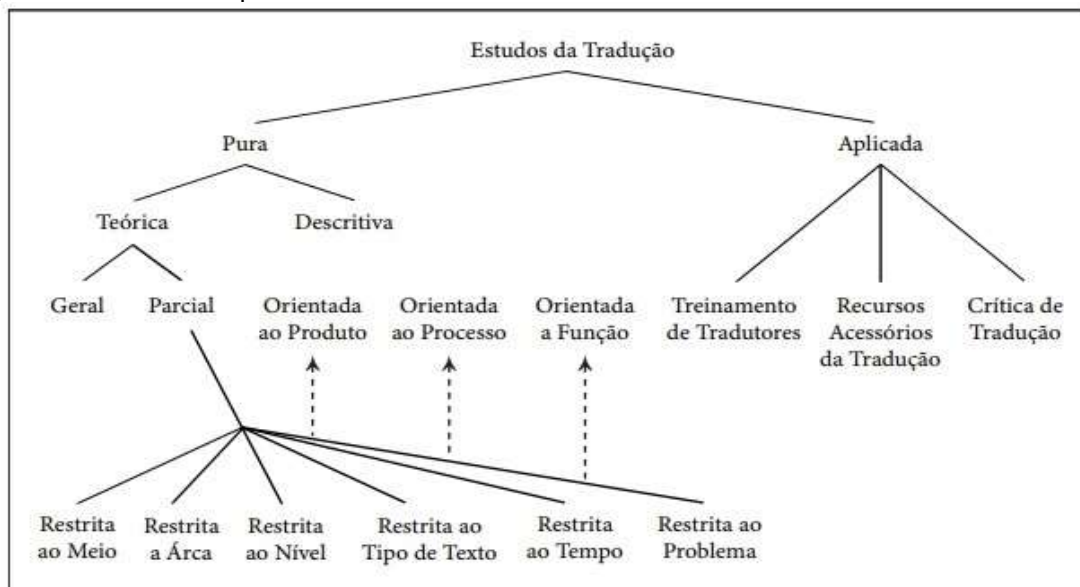
Considerando a importância da relação entre os Estudos da Tradução e a Terminologia, optou-se por dividir esta seção em duas partes, e abordar separadamente cada um dos campos nas subseções 3.2.1 e 3.2.2, respectivamente. Na primeira, são apresentados os mapeamentos históricos da área até o momento em que a Terminologia e os Glossários passam a fazer parte dos Estudos da Tradução. Na segunda parte, por sua vez, são abordadas as definições, as teorias da Terminologia e a sua relação com a Tradução. Ressalta-se que, nessa seção a abordagem será mais abrangente, dada a importância de se abordar três teorias da Terminologia e sua relação com a Tradução. A esse respeito, é importante salientar que, embora existam outras teorias, optou-se por discorrer sobre as que serviram de base para consolidar o objetivo principal deste estudo.

3.2.1 O campo dos Estudos da Tradução e seus mapeamentos históricos

No que se refere à área dos Estudos da Tradução, o tradutor e professor holandês James S. Holmes é considerado o primeiro teórico a discorrer sobre o quadro epistemológico dos Estudos da Tradução, por meio do trabalho *The Name*

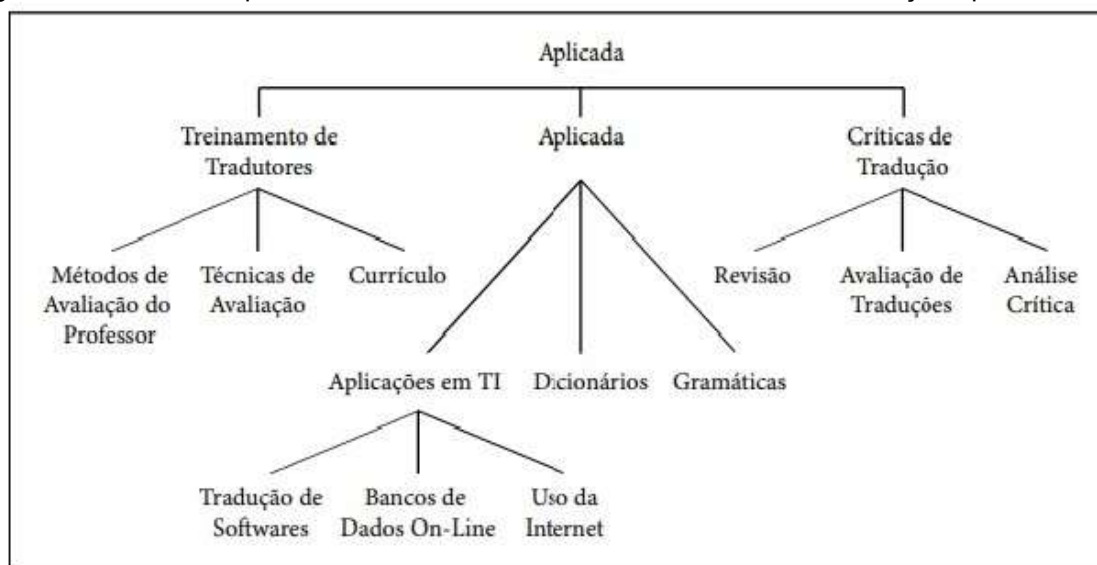
and the Nature of Translations Studies⁴⁹ [O Nome e a Natureza dos Estudos da Tradução], publicado em 1972. Holmes foi o precursor do mapeamento da área dos Estudos da Tradução, dividindo-a em dois ramos principais com diversas ramificações, conforme as figuras abaixo, apresentadas no estudo desenvolvido pelas autoras Zipser e Polchlopek (2008, p. 29 e 32):

Figura 17 – Modelo Mapa de Holmes



Fonte: Zipser e Polchlopek (2008, p.29)

Figura 18 – Modelo Mapa de Holmes – discriminado o ramo “Estudos da Tradução Aplicada”



Fonte: Zipser e Polchlopek (2008, p.32)

Sem trazer à discussão o detalhamento de cada divisão e subdivisão

⁴⁹ Apresentado no III Congresso Internacional de Linguística Aplicada em Copenhague (Dinamarca), de 21 a 26 de agosto de 1972 (cf. PINILLA, *et al.* 2017, p. 226-227).

proposta por Holmes, destaca-se apenas que o autor sugeriu uma visão geral dos Estudos da Tradução, proporcionando posteriores modelos com adaptações, atualizações e desmembramentos ao longo do desenvolvimento desse campo, atendendo, assim, às demandas do mundo globalizado e aos avanços tecnológicos, com análises realizadas por outros estudiosos da área. Ainda hoje, a obra é importante referência sobre a multidisciplinaridade dos Estudos da Tradução.

Nesse sentido, em 2002, Williams e Chesterman (*apud* VASCONCELLOS; JUNIOR) propõem um mapa sugerindo outros desdobramentos dos Estudos da Tradução. De acordo com Vasconcellos e Junior (2009, p.8), o mapeamento ficou assim proposto:

Figura 19 – Mapa Estudos da Tradução proposto por Williams & Chesterman



Fonte: Vasconcellos & Junior, (2009, p.8)

Destaca-se que o campo ficou dividido em 12 (doze) áreas, dentre as quais a área 8 abarca a categoria “Terminologia e Glossários”, categoria de interesse que compõe o escopo desta pesquisa.

Considerando ainda o estudo desenvolvido por Vasconcellos & Júnior (2009), os autores afirmam que:

[s]e fizermos uma rápida visita ao sítio daquela que é, talvez, a mais importante editora de obras vinculadas aos Estudos da Tradução no mundo ocidental – St. Jerome Publishing, vamos verificar que novos interesses disciplinares emergem, adquirindo importância e sendo apresentados como áreas sistematizadas e consolidadas... (VASCONCELLOS; JÚNIOR, 2009, p. 8-9).

Os autores realizaram uma pesquisa no sítio da editora, em 08 de maio de 2008, e localizaram uma ampliação da divisão da tradução para 27 (vinte e sete) áreas, dentre elas a Tradução Técnica Especializada e a Terminologia e Lexicografia. Considerando o período de desenvolvimento do campo disciplinar Estudos da Tradução desde seu princípio, é evidente o crescimento e surgimento de novas áreas ou subáreas atreladas à Tradução. É provável que atualmente tenham surgido várias outras áreas, no entanto, vamos nos ater ao campo da Terminologia, que é o bojo desta pesquisa.

3.2.2 Terminologia: definições, teorias e a sua relação com a Tradução

No que diz respeito à área de Terminologia, é importante destacar os estudos de Tuxi (2017, p.24), para quem a “Terminologia tem seu registro na história das línguas, muito antes de ser reconhecida como disciplina no espaço acadêmico”. Sob essa perspectiva, para Faulstich (1997 *apud* Tuxi 2017, p. 24), a “origem da terminologia é pautada quando as línguas são organizadas em gramáticas e dicionários”. Tuxi (2017) evidencia, ainda, a importância dos vocábulos terminológicos que foram registrados desde o século XVI.

A esse respeito, as estudiosas Krieger e Finatto (2004, p.16) destacam que:

[d]esde tempos remotos, os homens criam e utilizam palavras para expressar e denominar conceitos, objetos e processos dos diferentes campos do conhecimento especializado. Essa produtividade linguística, de feição terminológica, ocorre notadamente no universo das ciências, das técnicas e das distintas atividades de trabalho profissional (KRIEGER E FINATTO, 2004, p.16).

No tocante à área de trânsito, na seção 2.1 desta pesquisa, destacou-se que o Decreto-Lei nº 2.994/1941, o então, Código Nacional de Trânsito, trouxe um capítulo específico para o tema Terminologia, dada a especificidade dessa área, ou seja, novos conhecimentos necessariamente produzem novos termos.

A partir dessa perspectiva, Martins (2018, p. 41) se manifesta sobre Terminologia da seguinte forma:

[...] refere-se ao estudo e ao uso de termos, à descrição de palavras simples e compostas em contextos específicos. Também se refere à disciplina científica que estuda os rótulos e conceitos de diversos campos, ou seja, estuda termos e conceitos nas línguas de especialidade (MARTINS, 2018, p.41).

A mesma pesquisadora destaca, ainda, que a palavra Terminologia é polissêmica, ou seja, é como uma disciplina ou um campo de estudos teóricos

aplicados, que se ocupa de um conjunto de termos de uma área específica (Engenharia, Medicina, Economia, Biologia, Psicologia), no caso desta pesquisa, a área de Trânsito.

Dessa forma, a Terminologia pode ser utilizada como um instrumento de comunicação quando é um objeto de trabalho de especialistas de várias áreas e aptos a lidarem com os termos (CABRÉ, 1995). Sobre essa questão é importante trazer o que apresentam especialistas, como Faulstich e Abreu (2003), os quais explicam a relação entre as terminologias e os profissionais:

[o]corre que as terminologias, na condição de elementos do léxico, operam e reoperam conceitos gerais e específicos e produzem termos que nem sempre se inserem no vocabulário de um usuário comum, mas no de profissionais que se utilizam de conceitos específicos na sua comunicação especializada (FAULSTICH; ABREU, 2003, p. 15).

Tuxi (2017, p. 29-30), por sua vez, propõe três fatos como determinantes na cronologia da Terminologia. São eles:

1 – O registro da Terminologia na história das línguas dá-se antes mesmo do reconhecimento da área como disciplina no universo acadêmico. Esse feito evidencia o valor do uso dos termos para a comunicação no mundo todo;

2 – A criação de novas terminologias normalmente indica que o processo científico e tecnológico está em desenvolvimento, seja em determinada língua, povo ou cultura. Assim, para que esses novos termos perdurem, eles precisam continuar a passar pelas etapas de elaboração, análise, consolidação, entre outras, visto que esse contínuo desenvolvimento gradativo do saber é essencial para a interação entre as diversas áreas e esferas do conhecimento. É por esse motivo também que a Terminologia tem um caráter interdisciplinar, afinal, ela não é apenas um instrumento de caráter normalizador, mas sim um mecanismo de uso funcional caracterizado pela variação linguística presente nos espaços sociais.

3 – A organização terminológica de uma língua é o passo determinante para se estabelecer o desenvolvimento de uma política linguística. Um exemplo disso são as línguas minoritárias que manifestam em si conceitos constantemente contrastivos à língua majoritária, em especial, no tocante aos estudos científicos dos termos dessas línguas (TUXI, 2017, p. 29-30).

O terceiro aspecto, apresentado por Tuxi (2017), constitui o objeto deste trabalho, tendo em vista a posição da Libras como uma língua com quantidade de falantes muito menor do que os falantes do português. Em se tratando da área de trânsito, em seu aspecto social e de grande responsabilidade para o serviço público na formação de bons condutores, é de extrema importância, além do reconhecimento linguístico da Libras perante as outras línguas, que seja cumprida a legislação de forma efetiva, de modo a garantir o direito do cidadão Surdo à acessibilidade linguística. A produção e a publicação de dicionários, glossários e outras obras didáticas têm contribuído significativamente para a garantia desse

direito. Sendo assim, esse é o caminho que se propõe para esta dissertação.

A partir da segunda metade do século XX, teve início um campo de estudos dedicado à Terminologia, para a normalização das denominações de objetos, processos e unidades de medida, com o fim de se estabelecer uma comunicação técnico-científica sem ambiguidades (KRIEGER; FINATTO, 2004). Enquanto estudo do vocabulário das áreas técnicas, científicas e especializadas (BARROS, 2004), a Terminologia tem como objeto as linguagens de especialidade. Seu objetivo primordial é pesquisar, documentar e divulgar o uso correto dos termos e das palavras técnicas.

Como campo de estudos, a Terminologia tem diferentes teorias relacionadas ao tema desenvolvidas por importantes autores e pesquisadores, dentre eles: Eugen Wüster, com a Teoria Geral da Terminologia (TGT); François Gaudin (França) e Enilde Faulstich (Brasil) com a Socioterminologia; e Maria Teresa Cabré, com a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT). Cada uma dessas teorias é discutida em subseções a seguir.

3.2.2.1 Teoria Geral da Terminologia (TGT)

A Terminologia tem como importante precursor o engenheiro austríaco Eugen Wüster, que, por volta de 1930, fundamentou a Teoria Geral da Terminologia (TGT) por meio de sua tese de doutorado, intitulada *Internationale Sprachnormung in der Technik, besonders in der Elektrotechnik* (A normalização internacional da terminologia técnica). Wüster preocupou-se em “padronizar o uso de termos técnicos científicos de modo a alcançar a univocidade comunicacional no plano internacional” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 20).

Os princípios básicos da TGT constituíram a base científica para a elaboração dos métodos e das diretrizes a serem adotados pela comunidade internacional na comunicação especializada, conforme postulavam a *International Standardization Organization*, cuja sigla, após a Segunda Guerra Mundial, passou a ser ISO (CANÇADO, 2020).

A teoria de Wüster se propunha a sistematizar os conhecimentos científico-tecnológicos da época, para que fossem transmitidos adequadamente de uma nação para outra e, portanto, de uma língua para outra (TEIXEIRA, 2008). O objetivo dessa proposta era delinear diretrizes pragmáticas para normatizar as terminologias, visando facilitar seu uso unívoco mundialmente (KRIEGER e

FINATTO, 2004), sem perspectiva de usos relacionados aos aspectos sociais, culturais e de variações, dada a sua visão monorreferencial.

A principal preocupação da TGT era normatizar e controlar o uso de termos técnico-científicos entre especialistas, pois a divulgação da ciência cresceu em larga escala. Assim, houve a ampliação dos campos de atuação da Terminologia, além do número de usuários diretos e indiretos que também cresceu (TEIXEIRA, 2008).

Depois de Wüster, vieram novas teorias relacionadas ao tema. As pesquisas na área de Terminologia têm se intensificado nas últimas décadas; suas bases teóricas têm sido revistas e novos modelos propostos; diferentes campos de atuação tem-se aberto (BARROS, 2004).

3.2.2.2 Socioterminologia

François Gaudin (1991) é o mentor dos estudos na área da Socioterminologia, na França. Em sua obra *Pour une socioterminologie: des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles*, publicada pela Universidade de Rouen, o autor registra os fundamentos da nova vertente da Terminologia: a Socioterminologia (Tuxi, 2017).

De acordo com a Tuxi (2017), Gaudin considera a Socioterminologia como o estudo dos termos e de suas relações com os contextos sociais e culturais nos quais são aplicados. Ademais, não se trata de criação de termos apenas para resultar em um conceito científico ou técnico, deve atender, também, aos preceitos do trabalho e da convivência. A Socioterminologia defende que cada variação social poderá usar termos diferentes para o mesmo objeto ou conceito.

Gaudin critica a inoperância dos instrumentos de referência, glossários e dicionários técnicos que não expressam a realidade dos usos terminológicos, propondo que o artificialismo do ideal normalizador seja suplantado pelo exame do contexto de produção dos léxicos especializados. A primeira consequência é o reconhecimento da variação terminológica nas comunicações especializadas (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 35).

No Brasil, a primeira pesquisadora a apresentar um estudo sobre a Socioterminologia foi Enilde Faulstich (1995), a qual define o campo.

Socioterminologia, como prática do trabalho terminológico, fundamenta-se na análise das condições de circulação do termo, assentada no funcionamento da linguagem. **Socioterminologia**, como disciplina descritiva, estuda o termo sob a perspectiva linguística na interação social (FAULSTICH, 1995 *apud* Tuxi, 2017, p. 29, grifos da autora).

Faulstich (2001) defende que a terminologia está voltada para a observação do uso do termo em contextos de língua oral e de língua escrita, tendo como possibilidade a identificação de variantes dentro de um mesmo contexto ou em diferentes contextos em que o termo é usado.

Conseqüentemente, a análise das unidades terminológicas em seus contextos reais de ocorrência e a consideração pelos componentes constitutivos dos universos de discurso especializado em que se manifestam constituem uma das faces mais produtivas das pesquisas terminológicas atuais. Explica-se, assim, também a preocupação maior em dar conta de uma terminologia *in vivo* (ancorando a comunicação especializada a seu lugar social) e não *in vitro* (isolando os termos de seus contextos e das situações sociais em que ocorrem). Sob essa perspectiva, importa apreender o comportamento real do léxico terminológico (KRIEGER; FINATTO, 2004, p.38).

3.2.2.3 Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT)

Outra teoria, que surgiu nos anos 90 e que critica a estrutura normalizadora da TGT, é a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) proposta pela filósofa Maria Teresa Cabré e o grupo de pesquisadores do Instituto de Linguística Aplicada, da Universidade de Pompeu Fabra, em Barcelona (1993).

De acordo com Cabré (1999, p. 114), “o posicionamento crítico para com a TGT não a invalida como teoria”, somente destaca sua limitação conceitual e funcional, bem como sua falta de generalização, o que a torna insuficiente para explicar as unidades terminológicas em toda sua plenitude.

Importa salientar que a palavra Terminologia, no âmbito da TCT, contempla três noções:

i) a disciplina; ii) a prática e iii) o produto gerado por essa prática. Como disciplina, a Terminologia é o estudo dos termos especializados; como prática, tem confluência em uma mesma estrutura dos princípios comuns do termo, e, por fim, como produto dessa prática, corresponde ao conjunto de termos de uma determinada especialidade que pode ser constituída em espaços sociais diversos (TUXI, 2017, p. 29).

Dessa forma, é razoável afirmar que a TCT defende a valorização dos aspectos comunicativos das linguagens especializadas em detrimento dos propósitos normalizadores. Ademais, tal teoria considera que as unidades terminológicas formam parte da linguagem natural e da gramática das línguas. Sob

a ótica da TCT, uma unidade lexical pode assumir a posição de termo dependendo do seu uso em contexto e situação determinados. A unidade lexical é dotada de características linguísticas do campo de especialidade, a ponto de formar uma base terminológica sistematizada por concepções, enfoques e práticas às quais pertencem (TUXI, 2017). Assim, o conteúdo de um termo não é fixo, e sim relativo, dependendo do cenário comunicativo em que está inserido, ou seja, leva em consideração o seu contexto (KRIEGER; FINATTO, 2004).

Em consonância com o exposto, destaca-se o que apresenta Barros (2004):

[c]ontrariamente à TGT, a TCT não aceita a distinção drástica entre unidade terminológica (termo) e unidade lexical da língua geral (palavra). Considera os termos como unidades linguísticas que exprimem conceitos técnicos e científicos, mas que não deixam de ser signos de uma língua natural (geral), com características e propriedades semelhantes (BARROS, 2004, p. 57).

Nesse sentido, é possível que um termo da área de Trânsito também venha a pertencer a outro ramo do saber. Na presente pesquisa, assumimos a perspectiva de que as palavras constituem o léxico geral da língua e se tornam termos de acordo com seu uso no domínio de especialidade.

Conforme Martins (2018), a TCT se relaciona, principalmente, com aspectos linguísticos (mostra qual é a abordagem utilizada), cognitivos (o conhecimento do domínio especializado que será objeto do trabalho) e sociais (a aplicação da Terminologia, afirmando que se trata da eficiência e da finalidade). Outrossim, é princípio para a descrição e a análise de unidades lexicais de valor especializado.

Cabré (1999), por sua vez, apresenta alguns princípios gerais e as bases teóricas da TCT:

- a) A Terminologia é uma matéria de caráter interdisciplinar, integrada por fundamentos procedentes das ciências da linguagem, das ciências da cognição e das ciências sociais. Estes três fundamentos inspiram, por sua vez, a poliedricidade da unidade terminológica, que, em consequência, é ao mesmo tempo uma unidade linguística, uma unidade cognitiva e uma unidade sociocultural.
- b) Considera que, como consequência dessa interdisciplinaridade, a prática terminológica é também tridimensional.
- c) Sustenta que o caráter interdisciplinar de uma matéria somente se justifica quando, além de incluir em seus fundamentos elementos procedentes de distintas disciplinas, os integram em um campo próprio e específico, que não se pode explicar pura e simplesmente como a adição dos fundamentos das disciplinas que a integram, mas como uma reorganização conceitual dos mesmos.
- d) Assume o fato de que toda matéria interdisciplinar, ainda que seja um todo integrado, pode ser analisada priorizando alguns dos ângulos de sua

multidisciplinaridade. Assim, uma aproximação à Terminologia desde o ponto de vista da linguística, ainda que se analise o mesmo objeto se a aproximação fosse do ponto de vista da comunicação, não requer necessariamente dar conta dos mesmos aspectos dos termos. O fato de que uma interdisciplina permita diferentes aproximações não deixa de ser uma disciplina.

e) Considera que, junto à sua interdisciplinaridade, a Terminologia se caracteriza por sua multifuncionalidade, o que comporta que pode propor uma diversidade de objetivos, e que, em função do objetivo que se proponha alcançar, pode atualizar diversamente sua poliedricidade (CABRÉ, 1999, p. 7021).

Assim, a presente pesquisa se baseia no conceito de Terminologia que tem por objetivo o estudo do tratamento das unidades lexicais típicas de uma área científica, técnica ou tecnológica. Desse modo, como mencionado anteriormente, nesta dissertação utiliza-se material didático oficial de uma área específica: o Trânsito, com foco em Direção Defensiva, onde a constituição dos candidatos a termos do glossário proposto é contextualizada em discursos que têm o reconhecimento da comunidade que utiliza essa linguagem de especialidade, produzindo-se, assim, seu caráter descritivo de unidades especializadas.

Em suma, as teorias de Terminologia apresentadas nesta subseção e que embasam esta pesquisa estão sintetizadas na Figura 20.

Figura 20 – Características das principais teorias da Terminologia

TGT Wüster (1930)	Socioterminologia Gaudin (1991) / Faulstich (1995)	TCT Cabré (1993)
<ul style="list-style-type: none"> → Padronização terminológica. → Evitar ambivalência dos termos. → Relação unívoca. → Padrão universal. → Onomasiológica (conceito-termo). → Visão monorreferencial. → Caráter nominal. 	<ul style="list-style-type: none"> → Termo é inserido nas práticas sociais e culturais. → Conceito abstrato de uso maleável e sugestível. → Estudo do termo “<i>in vivo</i>”. 	<ul style="list-style-type: none"> → Termo não é fixo (depende do contexto). → UT – unidades terminológicas. → Mais ampla e flexível que a TGT. → Aspectos linguísticos, sociais e cognitivos. → Visão polissêmica. → Caráter comunicativo.

Fonte: a autora.

Na sequência, é abordada a relação da Terminologia com a Tradução, dando destaque às semelhanças e diferenças entre essas áreas parceiras.

3.2.2.4 A Terminologia e sua relação com a Tradução

Os profissionais tradutores e intérpretes de línguas em geral, e sobretudo aqueles de Língua de Sinais, reconhecem a importância e a necessidade de dominar as terminologias para que se faça uma tradução adequada (TUXI, 2017; FELTEN, 2016). Tais profissionais deparam-se constantemente com terminologias em seu meio de atuação e com dificuldades, ao longo do processo tradutório, em razão da necessidade de usar, em Libras, termos do âmbito especializado (ABATI, 2018).

Seguindo o que apresentam as autoras Krieger e Finatto (2004), destaca-se a relação entre Tradução e Terminologia. As autoras apontam, justamente, a inter-relação que existe entre os dois campos do conhecimento, enfatizando suas semelhanças e diferenças.

Acerca dessa temática, Abati (2018) também traz a relação entre esses dois campos do saber, conforme expresso abaixo:

[a] terminologia e a tradução surgiram da prática, da necessidade de expressar um pensamento especializado ou de resolver um problema de compreensão. A terminologia como atividade consciente surgiu do interesse dos cientistas em fixar conceitos e denominações de suas respectivas ciências, sobretudo as ciências naturais. Após os cientistas, apareceram os técnicos, com a necessidade de colocar em uso os termos das inovações industriais e tecnológicas. A tradução nasceu da necessidade de facilitar a compreensão entre línguas distintas, uma necessidade comunicativa evidente. (ABATI, 2018, p.24)

Os termos técnico-científicos são os elementos-chave da Terminologia, dos textos especializados e, conseqüentemente, com os avanços científicos e o intuito e a necessidade da propagação do conhecimento, esses textos demandam traduções técnicas. No entanto, Krieger e Finatto (2004, p.68) deixam claro que “o domínio de uma terminologia é condição necessária, mas não suficiente, para efetuar uma boa tradução, considerando ainda que o processo tradutório é algo complexo e envolve muitos componentes”.

Seguindo essa linha de raciocínio, Tagnin e Teixeira (2012, p. 52) pontuam: “a utilização correta da terminologia não é suficiente para garantir, por si só, que a tradução gerará um texto que comunique a mensagem do original de maneira precisa, fluida e natural”. O desafio é garantir que todas as informações relevantes sejam de fato transmitidas e que o leitor (o público-alvo) possa usá-las de forma fácil, correta e efetiva.

Por outro lado, as autoras Krieger e Finatto (2004, p.68) esclarecem que,

mesmo sendo áreas teóricas e práticas com identidades e propósitos distintos, “o fazer tradutório é parceiro do fazer terminológico”, e citam, como exemplo, o conhecimento especializado advindo de avanços tecnológicos que, geralmente, são divulgados em diferentes idiomas. Dentre as semelhanças existentes entre as áreas, ambas auxiliam no fluxo comunicacional e têm características interdisciplinares, uma vez que recorrem a outras áreas para o seu desenvolvimento.

Refletindo sobre a Terminologia utilizada na área de Trânsito, mais especificamente na área da Direção Defensiva, a qual busca desenvolver um sentido de cuidado, de atenção, para evitar acidentes, e considerando que são poucos os termos dessa área utilizados dentro da Libras, percebe-se o quanto a tradução dessa terminologia para língua de sinais poderá auxiliar na compreensão, na comunicação, bem como no desempenho do bom condutor no trânsito.

Assim, pode-se afirmar que a Terminologia participa da atividade tradutória como forma de suporte, uma vez que gera instrumentos e ferramentas que facilitam o trabalho de tradutores e intérpretes. A esse respeito, Tuxi (2017) destaca que o registro de unidades terminológicas, geralmente, é feito por meio de ferramentas, como: dicionários de especialidade; banco de dados terminológicos; sistemas de reconhecimento automático de terminologias; glossários; entre outros repertórios terminológicos.

Nesse sentido, direcionando a Terminologia e a Tradução para a área da Libras, são crescentes os estudos que abarcam esses campos, “tendo em vista a possibilidade de aprimoramento e ampliação de conceitos e termos que outrora eram desconhecidos da Comunidade Surda” (PEREIRA, 2021, p. 51). Nesse âmbito, destaca-se o desenvolvimento de glossários em áreas específicas, para facilitar tanto o direito linguístico do cidadão Surdo quanto a atuação de tradutores e intérpretes nessas áreas. Tendo por base o estudo desenvolvido por Tuxi (2017), na seção 3.3, é apresentado um apanhado das teses e dissertações com pesquisas na área de Terminologia da Libras.

Tal qual outras áreas de especialidade que estão sendo trabalhadas por diversos pesquisadores, a área de Trânsito possui vários termos específicos que não possuem seus correspondentes em Libras, ou os possuem em algumas regiões do Brasil, mas são pouco disseminados. Inclusive, o significado de vários termos em português é desconhecido dos cidadãos ouvintes leigos, que vão em

busca da obtenção da CNH.

Linguagem especializada e terminologia parecem conceitos muito próximos que muitas vezes se sobrepõem quando se fala em palavras técnicas, glossários, vocabulários e dicionários terminológicos ou quando se menciona a comunicação realizada em uma área do saber ou da experiência humana. O que não é de admirar, uma vez que um dos traços que parecem mais salientes nessa comunicação é a presença de uma terminologia desconhecida do leigo (MACIEL, 2010, p. 14).

Conforme apresentado na seção 2.3, um dos requisitos para participar do processo de obtenção da CNH é “saber ler e escrever”, com base nisso é possível inferir que existem vários níveis linguísticos no processo. Desse modo, é válido ponderar que a criação de glossários na área de trânsito auxiliará o fluxo comunicacional, tanto de Surdos quanto de ouvintes. O trânsito e a CNH são temas de abrangência nacional, por isso a tecnologia pode ser uma grande parceira na criação e na divulgação de glossários.

Os avanços tecnológicos têm nos beneficiados ao longo dos anos, disseminando e propagando o conhecimento de forma muito rápida. A tecnologia trouxe também muitas possibilidades para a comunicação entre Surdos e com os Surdos, como, por exemplo: chamadas de vídeo, *Smart TV*⁵⁰, aplicativos de tradução, entre outras ferramentas.

É importante destacar que, recentemente, o mundo foi surpreendido pela pandemia de Covid-19 que, de certa forma, impôs aos cidadãos uma nova rotina de vida, obrigando-os, por um lado, a sair da zona de conforto e, por outro, instigando-os a aprender mais sobre tecnologias, fazendo-os perceber outras opções de aprendizagem, de comunicação, de vida, reinventando-os e, acima de tudo, desafiando-os. Nesse período, os computadores, os celulares e a internet foram (e continuam sendo) grandes aliados.

Portanto, é válido afirmar que o desenvolvimento científico e a produção terminológica caminham juntos em uma sociedade (BARROS, 2004), visto que o crescente desenvolvimento científico e tecnológico necessariamente traz o surgimento de novos termos na expansão de novas tecnologias.

Como forma de ratificar e adicionar novas informações quanto a tudo que já foi exposto, na próxima seção são apresentadas algumas pesquisas acadêmicas de Terminologia na área de Libras.

⁵⁰ *Smart TV* é uma expressão do âmbito da tecnologia e que significa "televisão inteligente". Também é conhecida como TV conectada ou TV Híbrida, porque é uma junção da televisão com a internet. Conectividade e interatividade são suas grandes vantagens, considerada uma ferramenta de entretenimento e não de trabalho. (Fonte: <https://www.significados.com.br/smart-tv/> Acesso em: 01/11/2022)

3.3 Terminologia na Libras: breves pesquisas na pós-graduação

Na seção 3.1, foi abordada rapidamente a importância das entidades e do engajamento político para o fortalecimento da Libras. Nesse sentido, o foco desta seção recai sobre as pesquisas acadêmicas na área de Libras, as quais constituem uma frente importante para o desenvolvimento e o crescimento da língua.

Em função do eixo deste trabalho, direcionamos a busca para as pesquisas relacionadas à Terminologia na área de Libras, a qual é uma área em constante crescimento (PEREIRA, 2021, p. 51), tendo em vista a necessidade de ampliação do léxico ainda desconhecido pela comunidade surda, já que existem muitos termos em português que não têm seu correspondente em Libras. O crescimento da área está relacionado também com a inclusão cada vez maior de Surdos na academia, fomentando mais pesquisas no campo da Terminologia na Língua de Sinais, permitindo, assim, que tradutores, intérpretes e professores consigam disponibilizar o conhecimento de forma mais eficaz.

A esse respeito, destaca-se o que apresenta Nascimento (2016):

[a]s terminologias das mais diversas áreas técnicas e científicas têm sido organizadas em léxicos, dicionários, glossários nas Línguas de Sinais. Isto se deve às conquistas de inclusão social dos surdos, que têm ocupado ambientes em que o vocabulário de LS precisa ser ampliado para a plena participação dos surdos, principalmente, nos espaços acadêmicos e técnicos (NASCIMENTO, 2016, p. 53).

Para a busca por pesquisas na área de Terminologia em Libras, foi utilizada a base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a qual foi desenvolvida no final do ano de 2002 e é coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), sendo considerada relevante no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas.

Com a publicação da Portaria nº 013/2006, o MEC, por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), instituiu a “divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos” (MEC, 2006, on-line) Desse modo, instituiu-se a obrigatoriedade da disponibilização, em arquivos digitais, de teses e dissertações defendidas a partir de março de 2006 (art. 1º §2º), o que facilitou significativamente o desenvolvimento de pesquisas.

Para este estudo, a busca foi realizada na base de dados BDTD com a palavra-chave “língua de sinais” em todos os campos de consulta (título, ano,

resumo, assunto, autor, editor). Como resultado, foi listado um total de 1.561 trabalhos, entre teses e dissertações. Há que se ressaltar que é um número significativo de pesquisas acadêmicas.

Em relação aos temas relacionados à Terminologia, além de explorar a BDTD, optou-se também pelo sistema de busca nos repositórios de teses e dissertações dos programas em Linguística e Estudos da Tradução da UFSC⁵¹ e da UnB⁵². A consulta foi realizada em 10 de agosto de 2021 e, para fins de estudo comparativo, foram consideradas todas as teses e dissertações, até aquele momento, disponíveis na base de dados⁵³.

Com o objetivo de padronização dos dados, nas ferramentas de busca utilizadas, foram adotadas como base para a busca, as mesmas palavras-chave: língua de sinais, glossário, terminologia e sinal-termo. Como resultado, obteve-se um total de 59 trabalhos, entre o período de 2007 e 2021, considerando trabalhos apresentados na UnB, na UFSC e em diversas outras instituições. O primeiro ponto de análise foi título dos trabalhos. Frisa-se que, em casos de dúvida em relação ao conteúdo dos trabalhos, a estratégia adotada para sanar a questão foi a leitura dos resumos. O resultado dessa etapa do trabalho foi registrado por meio da elaboração de uma planilha única, na qual foram compilados e analisados os dados (APÊNDICE B).

No quadro 4, é apresentada a quantidade de dissertações e teses por instituição.

Quadro 4 – Quantidade de dissertações e teses com o tema pesquisado no período 2007-2021

Programa	UnB	UFSC	UTFPR	UFPA	UFMG	Outras*	Total	%
Mestrado	20	06	03	02	-	16	47	80%
Doutorado	06	02	-	-	02	02	12	20%
Total	26	08	03	02	02	18	59	100%
*FIOCRUZ, IFG, IFRJ, UECE, UEG, UFAM, UFBA, UFES, UFG, UFMT, UFPB, UFPel, UFRN, UFSE, UNIGRANRIO, Unimontes, UNICAMP, cada instituição com 01 trabalho.								

Fonte: a autora.

⁵¹ Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br>. Acesso em: 10/08/2021.

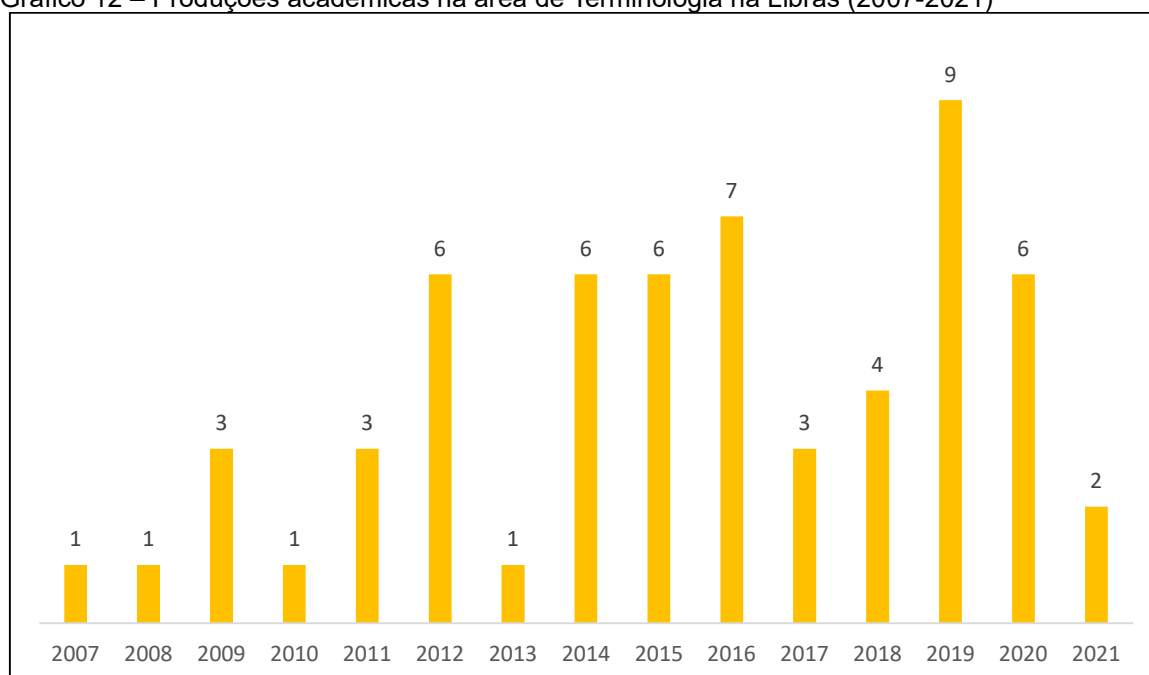
⁵² Disponível em: <http://repositorio.unb.br>. Acesso em: 10/08/2021.

⁵³ É possível que não tenhamos abrangido todas as dissertações e teses defendidas até o momento da pesquisa nos respectivos programas.

No Quadro 4 observa-se que o número de pesquisas acadêmicas na área de Terminologia em Libras é predominantemente maior na UnB com 46% do total, seguida pela UFSC com 14% de trabalhos, sendo essas, portanto, as duas instituições que se destacam na produção acadêmica na área.

Quanto à frequência, por ano, das produções acadêmicas encontradas, a partir da pesquisa realizada na BDTD, UFSC e UnB, nota-se que, a partir de 2007, há uma regularidade nas pesquisas acadêmicas nessa área (cf. Gráfico 12), fator relevante para o fortalecimento da língua.

Gráfico 12 – Produções acadêmicas na área de Terminologia na Libras (2007-2021)



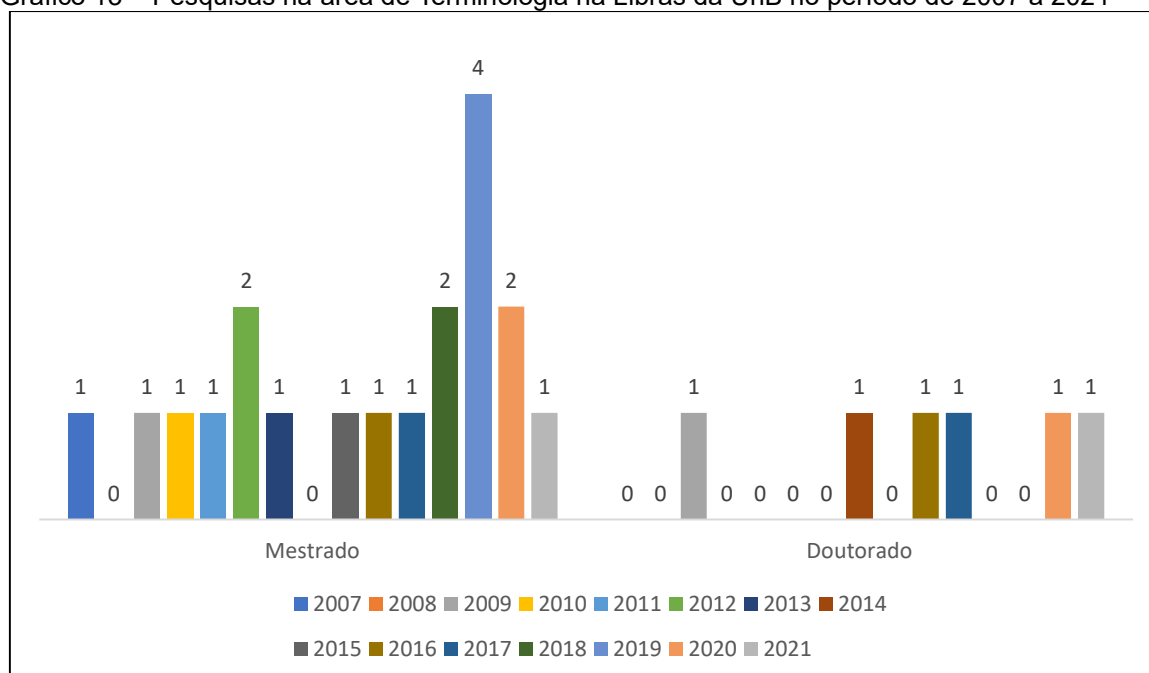
Fonte: a autora.

Em relação às áreas estudadas, os dados indicam a presença variados campos: os termos de química (07), de biologia (06) e da área jurídica (05) foram os mais encontrados, seguidos pelas áreas de matemática (03), música (02) e nutrição (02). Os demais assuntos tiveram uma produção acadêmica cada: linguística, desenho arquitetônico, engenharia da produção, termos religiosos, cinema, história, meio ambiente, termos técnicos e administrativos do meio acadêmico, termos específicos da UFPA, psicologia, política brasileira, processos de tradução, pedagogia, informática, educação à distância, ortodontia, filosofia, educação profissional, ciências, física e outros. Na pesquisa realizada, não foram

encontrados dados referentes à área de trânsito⁵⁴.

Na amostra, a UnB apresenta o maior número de pesquisas na área. A esse respeito, Tuxi (2017) ressalta que o objeto de estudo da UnB é a produção de glossários bilíngues e semibilíngues. Isso foi ratificado pelos dados obtidos nesta pesquisa, os quais sinalizam a predominância de trabalhos, da área de Terminologia na Libras, voltados para a produção de glossários (o que também é o foco desta pesquisa). Sendo assim, no Gráfico 13 é registrada a produção acadêmica da UnB na área de Terminologia em Libras.

Gráfico 13 – Pesquisas na área de Terminologia na Libras da UnB no período de 2007 a 2021



Fonte: a autora.

O Gráfico registra a primeira dissertação da área, publicada na UnB, em 2007, e a primeira tese, em 2009. É possível observar uma certa frequência de pesquisas na área, a partir de 2009 todos os anos tiveram publicações (dissertações ou teses), com destaque para o ano de 2019, com quatro dissertações publicadas. Constatou-se, ainda, que nos últimos 12 anos (2009-2021) foram defendidas seis teses.

Acredita-se que a tendência é que a produção acadêmica nessa área

⁵⁴ É importante destacar que a pesquisa foi realizada em 10/08/2021. Sabe-se que no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade de Brasília, em 2022, foi defendida, por Rogério Feitosa, uma dissertação na área de tradução de placas de sinalização de trânsito, no entanto, haja vista o ano da defesa, posterior à busca realizada para esta pesquisa, essa dissertação não foi considerada.

continue crescendo, uma vez que tem crescido a autonomia do Surdo, o qual vem acessando diversos espaços na sociedade, criando a demanda de estudos em áreas específicas e fomentando o empoderamento da sua cultura e da sua língua.

Grande parte dos estudos apresentados traz, entre suas linhas teóricas, a preocupação com a organização e o registro das obras lexicográficas. Sendo essa, também, uma preocupação desta pesquisa, na seção 3.4 a descrição de um glossário bilíngue, sua estrutura e suas características conceituais.

3.4 Glossário bilíngue: conceito e estrutura de uma obra terminográfica voltada para Libras

Embora a relação entre Terminologia e Libras ainda seja considerada uma novidade na área dos Estudos da Língua de Sinais, a produção de dicionários, glossários e vocabulários nesse contexto cresceu consideravelmente no período entre 2007-2021 (cf. Gráfico 12).

Sobre esse tema, Martins (2018) apresentou um levantamento de 24 dissertações e 9 teses, evidenciando que o assunto Terminologia e Lexicografia da Libras vem sendo bastante discutido. Tuxi (2017) também fez essa constatação em sua pesquisa de doutorado. A autora traz importante reflexão sobre as possibilidades que levaram a esse crescimento:

- i) reflexo da política linguística da língua de sinais, que está em constante movimento de validação social no Brasil;
- ii) lacuna lexical e terminológica na esfera do discurso comum e de especialidade em LSB, principalmente nos ambientes educacionais, de segurança e de saúde;
- iii) escassez de materiais específicos e estruturados para consulta em LS; e,
- iv) aumento das pesquisas realizadas no âmbito da Linguística, em especial, na área de Lexicologia e Terminologia (TUXI, 2017, p.92).

Cabe ressaltar que existe uma linha tênue entre o entendimento dos termos dicionário, vocabulário e glossário, não havendo um consenso, entre lexicógrafos e terminólogos, quando se trata da designação dessas obras de referência. Não é o propósito desta pesquisa, no entanto, entrar nessa discussão. O objetivo desta seção é tratar de conceitos e da estrutura necessária para a composição de um glossário bilíngue, considerando o par linguístico português-Libras.

De forma a estabelecer o conceito de glossário que embasa esta pesquisa, são apresentadas, a seguir as perspectivas de alguns pesquisadores a esse

respeito.

Glossário é um documento terminográfico destinado a atender um público que busca por informações lexicais precisas e que visam melhorar o desempenho linguístico, afinal, nele são encontrados termos específicos de determinada área, que são por vezes apresentados em ordem sistêmica ou alfabética, “seguidos de informação gramatical, definição, remissivas, podendo apresentar ou não o contexto de ocorrência do termo” (FAULSTICH, 2010, p.178).

Glossário se qualifica como uma obra terminográfica, cujo objetivo específico é determinado principalmente pelo seu público-alvo. Sabemos também que o registro e a organização do glossário dispõem de uma estrutura pré-estabelecida pelo terminógrafo (TUXI, 2017, p.106).

Glossário é um tipo de dicionário específico para palavras e expressões pouco conhecidas, seja por serem de natureza técnica, regional ou de outro idioma. As palavras que aparecem no glossário são geralmente pouco conhecidas, principalmente por representarem conceitos técnicos e complexos, de conhecimento majoritário dos indivíduos familiarizados com determinada ciência ou área (ABATI, 2018, p.78).

Pereira (2021, p. 57), por sua vez, estabelece que “o glossário se configura como catálogo de palavras que pertencem a uma mesma matéria ou a um mesmo campo de estudo, em que são definidas, explicadas ou comentadas”. Enquanto Faulstich (2004) afirma que os glossários podem ser divididos em três categorias:

1. Repertório que define termos de uma área científica ou técnica, dispostos em ordem alfabética, podendo ou não apresentar remissivas.
2. Repertório que define termos de uma área científica ou técnica, dispostos em ordem sistemática, acompanhados de informação gramatical, definição e remissivas, podendo apresentar ou não contexto de ocorrência. A autora destaca, em nota, que os glossários em ordem alfabética e os em ordem sistemática podem também conter sinonímia, variantes e equivalentes.
3. Repertório em que os termos são apresentados em ordem alfabética ou em ordem sistemática, seguidos de informação gramatical e de contexto de ocorrência. Podem aparecer Notas, que são úteis para os tradutores e intérpretes, pois são elaborados a partir de bases textuais esclarecedoras e não definidoras.

Além disso, Krieger e Finatto (2004) apresentam alguns princípios básicos da Terminografia:

- a) O produto deve atender às necessidades de um público-alvo, e de preferência deve preencher uma lacuna de informação;
- b) Todos os dados registrados ou utilizados para a futura geração do produto devem ser plenamente confiáveis;

- c) A utilização e a ordem dos dados registrados, os signos para sua representação, bem como os símbolos utilizados para identificar dados coletados devem ser convencionais e sistemáticos, preferencialmente, oriundos de padrões de normas nacionais ou internacionais;
- d) A ordenação dos dados de informação sobre o termo no interior de uma ficha de registro ou de uma base de dados e também o modo de organização das entradas do dicionário deve ser adaptado aos objetivos do trabalho e ao uso que será feito das informações (KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 130).

Em sua obra, as autoras trazem, ainda, algumas considerações importantes para a geração de glossários, como: i) a necessidade de planejamento do trabalho, sugerindo inclusive que se confeccione um “projeto piloto” para vivenciar as dificuldades e adversidades em menor escala; ii) o reconhecimento terminológico, enfatizando que os termos utilizados na obra tenham representatividade na área do saber; e iii) a preparação inicial, realçando a importância da organização, da padronização e da sistematização dos dados para que o glossário proporcione um fluxo dinâmico de informação e permita a geração de diferentes produtos.

Outras características das obras terminológicas/terminográficas abordadas pelas autoras são apresentadas no Quadro 5:

Quadro 5 – Outras características apresentadas por Krieger e Finatto (2004)

Usuário (público-alvo)	específico
Fontes de coleta	textos de especialidade/conhecimento especializado
Método	semasiológico ou onomasiológico ⁵⁵ .
Seleção de entradas	pelo critério de pertinência do termo para a área do conhecimento
Ficha Terminológica	registro completo e organizado de informações de um termo, ou seja, é com base nessa ficha que são extraídas todas as informações para a composição de um verbete, mas nem todas as informações que nelas constam precisam ser repassadas ao usuário
Verbetes	palavra-entrada (registro na forma utilizada, o que vai aparecer para o usuário), equivalentes em língua estrangeira, informação de categoria gramatical, conceito, fontes contextuais e bibliográficas, gradação sinonímica, remissivas, notas explicativas (linguísticas, técnicas, enciclopédicas)
Recursos auxiliares	códigos tipográficos, ilustrações, esquemas, fórmulas, símbolos

Fonte: a autora

⁵⁵ Semasiológico - da palavra ao significado, ou seja, o consulente tem contato com a palavra, não sabe o significado (conceito) e recorre a uma obra lexicográfica ou terminográfica para entender o conceito. Onomasiológico –do significado à palavra, ou seja, o consulente tem um conceito ou parte de um conceito, não sabe qual é a palavra e/ou termo correspondente e recorre a uma obra lexicográfica ou terminográfica para conhecer a palavra e/ou termo (BARROS, 2004).

3.4.1 O glossário e suas vertentes: monolíngue, semibilíngue, bilíngue.

Outro ponto que merece destaque é a forma de apresentação das línguas ou da língua no glossário. Entre as características das obras terminológicas (dentre as quais se inserem os glossários), elas podem ser categorizadas como: monolíngues, semibilíngues e bilíngues.

Autores como Martins (2018) e Santos (2015) discutem essa temática. Martins (2018) define as categorias monolíngues e semibilíngues como:

[o]bras monolíngues apresentam os termos em seus conceitos/definições em apenas uma língua. Obras semibilíngues apresentam os termos em uma língua fonte, e a tradução para outra língua, língua alvo, mas os conceitos/definições, exemplos, entre outros, são apresentados em língua fonte. Se os conceitos/definições, exemplos e termos são dispostos em duas línguas, a obra é classificada como bilíngue, pois apresentam duas línguas, língua fonte e língua alvo de forma equivalente (MARTINS, 2018, p. 153).

Sobre as obras bilíngues, Santos (2015, p.58) explica:

[a]s obras de referência bilíngues revelam uma complexidade própria por trabalharem na descrição do léxico de duas línguas na perspectiva de fornecer itens lexicais equivalentes que atendam às demandas de tradução do consulente (SANTOS, 2015, p.58).

O mesmo autor é enfático ao defender que obras bilíngues desempenham um papel importante no processo de ensino e aprendizagem de línguas, uma vez que estabelecem relações entre línguas e culturas distintas, propiciando a compreensão do léxico, tanto geral quanto especializado, conferindo-lhe o status de ferramenta didático-pedagógica.

Neste estudo, que tem o intuito de contribuir para a compreensão, pela comunidade surda, de termos específicos utilizados na obtenção da CNH e no cotidiano do trânsito, o glossário sugerido é bilíngue. Sendo assim, além dos conceitos/definições, os contextos e exemplos de questões de provas teóricas são apresentados nas duas línguas: Língua Portuguesa (língua-fonte) e Libras (língua-alvo).

3.4.2 As macroestruturas e microestruturas de obras terminográficas na Libras

Uma vez estabelecido o tipo de glossário (bilíngue), é necessário definir sua estrutura, para tanto é preciso compreender como se constituem a macroestrutura e a microestrutura de uma obra. Assim, nesta seção, esse ponto é discutido a partir

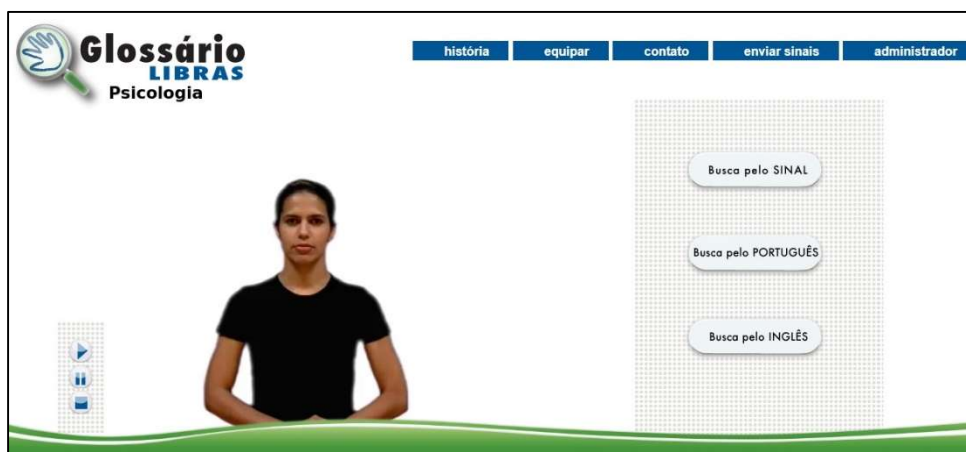
da perspectiva de diferentes autores.

Barros (2004, p. 151) explica que “por macroestrutura entende-se a organização interna de uma obra lexicográfica ou terminográfica”. A ela estão relacionados, por exemplo, o prefácio, a introdução, o público-alvo, os objetivos, a explicação dos campos dos verbetes e as especificações, tanto para a forma de uso quanto para a ordem de registro etc.

Faulstich (2011), por sua vez, considera que a macroestrutura (paralexigrafia) é composta por toda a obra, desde introdução, anexos, bibliografias e, caso existam, ilustrações, fotos ou mapas.

A esse respeito, Martins (2018) defende que, na macroestrutura em Libras, sejam colocadas entradas com configuração de mão e/ou localização do sinal, uma vez que elas são próprias da estrutura da língua de sinais, cômoda mesma forma que a ordem alfabética ou palavras são próprias dos usuários da língua portuguesa. Um exemplo de glossário de Libras foi desenvolvido pela UFSC (cf. Figura 21).

Figura 21 – Glossário de Libras – UFSC



Fonte: <https://www.glossario.libras.ufsc.br/psicologia>.

Conforme exposto na Figura 21, o dicionário conta com três opções de busca (sinal, português ou inglês), além de um vídeo em Libras explicando as opções para o consulente.

Com base no que foi exposto, pode-se entender a macroestrutura como o conjunto de informações e a identificação de um glossário constituído de elementos que indicam a forma de registro, bem como sua organização (Tuxi, 2017). Essas informações vêm se juntar a outros trabalhos idealizados para a acessibilidade do DETRAN e por isso traz em sua macroestrutura os demais trabalhos em língua de sinais desenvolvidos pela equipe do projeto Libras no Trânsito.

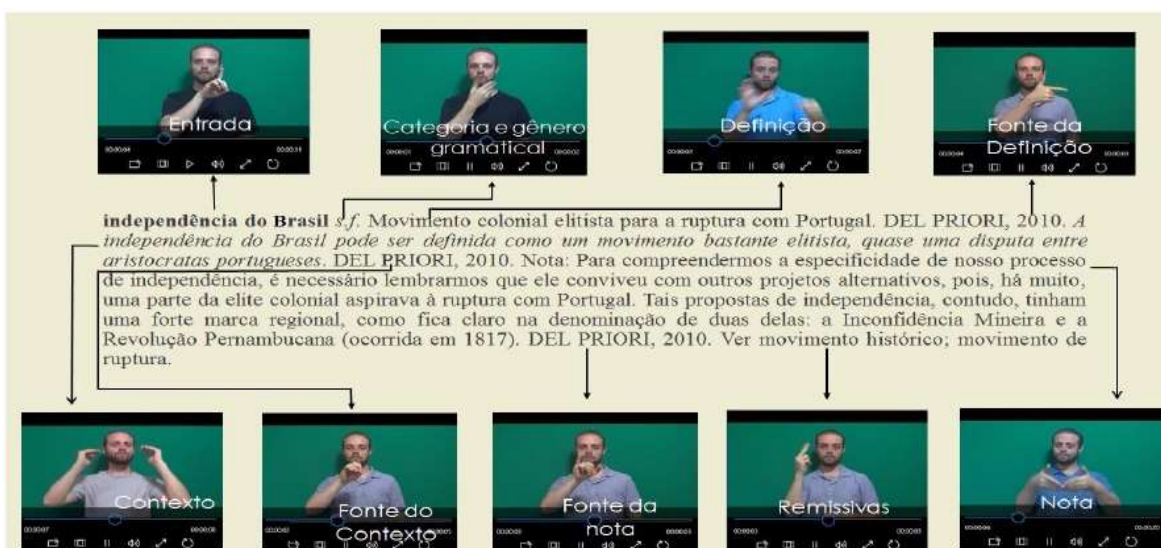
No que tange à microestrutura, de acordo com Barros (2004, p. 156), é a “organização dos dados contidos no verbete”. É a parte terminográfica do glossário, a qual contém informações gramaticais e lexicais dos termos, sendo assim, é composta pela entrada, a categoria gramatical, a definição, o contexto e a nota, entre outras informações que se fizerem necessárias (TUXI, 2017). É na microestrutura que acontece a organização e o registro dos dados que serão apresentados ao consulente, ou seja, a chamada ficha terminológica, que antigamente era realizada em fichas de papel e, atualmente, constituem planilhas eletrônicas.

Nesse contexto, Martins (2018) destaca que não há padrão para as informações dos termos, cada glossário tem sua estrutura que é definida pelo terminógrafo. O autor destaca, no entanto, que os termos devem ter um número mínimo de informações.

Três elementos devem ser levados em consideração, quando da distribuição dos dados na microestrutura: a) o número de informações transmitidas pelo enunciado lexicográfico / terminográfico; b) a constância do programa de informações em todos os verbetes dentro de uma mesma obra; c) a ordem de sequência dessas informações (BARROS, 2004, p.156).

Na Libras, por exemplo, o verbete deve conter estruturas que possibilitem ao consulente a compreensão conceitual e estrutural do sinal-termo. Como exemplo, é possível destacar o verbete bilíngue elaborado por Felten (2016):

Figura 22 – Estrutura do verbete do Glossário Sistemico Bilíngue



Fonte: FELTEN, 2016, p. 123.

O verbete apresentado na Figura 22, é estruturado tanto em português quanto em Libras, de forma bilíngue. É um exemplo de estrutura bilíngue, tipo de estrutura proposto para o “projeto piloto” de glossário a ser desenvolvido nesta pesquisa (o qual é descrito no capítulo 5 desta dissertação).

No contexto das línguas de sinais, existem obras digitais estruturadas de diversas formas, principalmente com o apoio de vídeos, tendo em vista a característica viso-espacial da língua, inclusive com a utilização de ferramentas como o *QR Code*⁵⁶. Em relação ao *QR Code* destaca-se que, por ser um código visual, este pode contribuir de maneira significativa para obras dessa natureza, uma vez que o consulente pode ser remetido a vídeos explicativos em Libras, facilitando a compreensão e auxiliando no processo de ensino e aprendizagem.

Sobre essa questão, Martins (2018) acentua que, quando essas obras começaram a surgir, não existiam essas vantagens tecnológicas; assim, alguns autores apresentavam sinais-termo em ilustrações, fotos e/ou descrições.

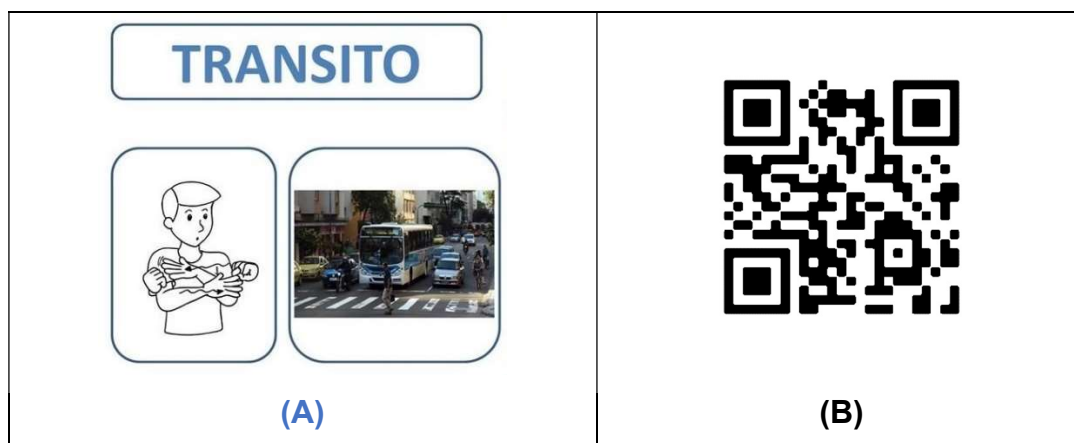
Em línguas de sinais, a história não é diferente: também há variadas formas de organização dos seus dicionários. Na construção de um dicionário de língua de sinais, uma questão anterior à classificação das palavras se levanta: como representar os sinais em papel. Alguns dicionários optam por desenhos, outros por fotos, outros por descrições e outros ainda por alguma forma de notação escrita, mas a maioria combina pelo menos duas destas formas (BARROS, 2008, p.128).

Especificamente na área de trânsito, na qual existem poucos estudos relacionados à Libras, a tecnologia pode participar ativamente, facilitando o processo de aprendizagem, principalmente se proporcionarmos uma divulgação e a disseminação dos sinais em âmbito nacional.

Na Figura 23 exemplifica-se o uso da ferramenta *QR Code*, que pode colaborar, de forma dinâmica, para a compreensão dos sinais, especialmente se comparado ao modelo estático, utilizado antigamente, de ilustração/foto para designar sinais.

⁵⁶ Quick Response Code (código de resposta rápida) – é uma evolução do código de barras, isto é, um código visual. Essa ferramenta pode ser acessada de forma digital, física ou impressa. “Uma de suas vantagens é levar o consumidor diretamente aonde se quer que ele vá. Elimina a necessidade de inserção de endereços em navegadores de smartphones.” (ANDRION, 2019, on-line)

Figura 23 – Comparação de Sinais representados em figura x vídeo (QR Code)



Fonte: <https://ensinesuasmaosafalar.blogspot.com/2016/04/transito-em-libras.html>.

Analisando a Figura 23, na imagem (A), existem três indicadores, quais sejam: a palavra em português “trânsito”; a ilustração indicando o sinal e o movimento das mãos por meio de setas; e, ainda, uma foto que procura exemplificar a palavra trânsito, mas que, nesse caso, pode ser confundido com faixa de pedestre.

Por outro lado, a imagem (B) propõe a leitura do QR Code, por meio de uma câmera de smartphone, remetendo o consulente a um vídeo de um tradutor Surdo que sinaliza a palavra trânsito, além disso, o vídeo apresenta legenda. Essa proposta do QR Code é uma ferramenta inovadora que proporciona ao usuário a interatividade, o conforto visual e, principalmente, a segurança na sinalização.

Diante do exposto, há que se ressaltar a importância dessa tecnologia, uma vez que ela contribui para a elaboração de glossários em meios digitais e possibilita melhorias e facilidades na comunicação entre Surdos e com os Surdos. Nesse ponto, destaca-se que os glossários, enquanto ferramenta da Terminologia, são também instrumentos de apoio em áreas específicas, usados para facilitar tanto o direito linguístico do cidadão Surdo quanto a atuação de tradutores/intérpretes nessas áreas.

Em resumo, pode-se afirmar a importância da temática discutida nesta seção para o alcance do objetivo geral desta pesquisa, tendo em vista que foram abordados: o conceito de glossário; a definição de uma classificação bilíngue; o tipo de estrutura (micro e macro) que deve conter uma obra terminográfica; bem como o uso da tecnologia para ampliar e favorecer o desenvolvimento e a disseminação da língua de sinais.

Na seção seguinte, são discutidos os preceitos da Linguística de *Corpus*, o qual tem o apoio de ferramentas computacionais que podem auxiliar na recolha de termos. Esse campo pode contribuir para esta e futuras pesquisas no campo das línguas de sinais.

3.5 A Linguística de *corpus* como facilitadora e ratificadora na extração de termos

É de conhecimento geral que os avanços tecnológicos têm contribuído para o desenvolvimento de pesquisas científicas de diversas áreas. A exemplo disso, a Linguística de *Corpus* (LC) surge como facilitadora para a extração de termos nos textos especializados, por exemplo, “por meio de ferramentas computacionais que fornecem dados quantitativos, mas que também permitem análises qualitativas” (TAGNIN, 2015, p. 19).

A esse respeito, Cançado (2020) destaca que:

[a] partir da década de 1990, com a popularização dos computadores pessoais, a tecnologia passou a abastecer o campo com softwares habilitados a catalogar e categorizar dados advindos de textos impressos ou transcrições de textos orais, impulsionando inúmeras possibilidades de análise das línguas e suas variações. A este novo campo de investigação da linguagem deu-se o nome de Linguística de Corpus (LC), Corpus Linguistics em inglês (CANÇADO, 2020, p.47).

Corroborando essa perspectiva, Berber Sardinha (2004, *apud* Teixeira, 2008, p. 150) explica que a Linguística de *Corpus* (LC) abrange “a coleta e exploração de corpora, ou conjunto de dados linguísticos textuais coletados criteriosamente, com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística”, tendo como dispositivo de apoio o computador.

Outros autores também vislumbraram a LC como promissora para estudos terminológicos. Bevilacqua (2013), por exemplo, sugere que

a Linguística de Corpus, além de estabelecer os princípios e critérios para a compilação de corpora também oferece recursos e ferramentas que auxiliam nas diferentes etapas metodológicas terminográficas: desde a própria compilação de corpora, passando pela identificação de candidatos a termos e fraseologias e chegando à identificação de elementos que permitem a elaboração de definição (BEVILACQUA, 2013, p. 17).

A respeito dos avanços tecnológicos, Santos (2015) menciona que estudiosos da área reconhecem que os recursos da LC, por meio de ferramentas computacionais, têm contribuído para os avanços na área da Terminologia, uma vez que, além de auxiliar na organização dos dados terminológicos, favorecem

investigações de características específicas da linguagem, com diferentes finalidades e aplicações.

Uma vez estabelecido o papel da LC, cabe frisar a importância do conceito de *corpus* (*corpora*, no plural) no âmbito da Terminologia, tendo em vista os propósitos desta pesquisa. Dessa forma, é importante apresentar as perspectivas de alguns autores, de modo a sedimentar o conceito de *corpus* que embasa este estudo.

Tagnin (2015, p. 45) argumenta que “os corpora são bancos de textos de linguagem autêntica, criteriosamente construídos, destinados à pesquisa e legíveis por computador”⁵⁷. Por sua vez, Teixeira (2008) apresenta, em sua tese, a seguinte definição:

[c]orpus é um conjunto de **textos autênticos** disponível em formato eletrônico, coletado com uma finalidade específica, segundo critérios previamente estabelecidos, e **extenso o bastante** para permitir que sejam feitas **generalizações sobre o(s) aspecto(s)** dessas línguas ou variedades linguísticas que se pretende estudar, isto é, que possa ser considerado uma representação dessa língua ou variedade linguística (TEIXEIRA, 2008, p. 159, grifos do autor).

Dessa forma, o conjunto de textos que compõe um *corpus*, necessariamente, deve estar em formato eletrônico, para que possam ser lidos e trabalhados por uma ferramenta computacional.

A observação da linguagem por meio do emprego de ferramentas informatizadas busca identificar padrões de ocorrência e co-ocorrência no uso natural da língua, em oposição a amostragens artificiais e/ou propositalmente criadas para seu estudo, uma vez que essas poderiam ser enviesadas, ainda que acidentalmente (PERPETUO, 2021, p.61).

Além disso, considerando o tamanho do *corpus*, esses recursos auxiliam na análise textual tornando mais rápida do que fosse feita manualmente. Outrossim, os *corpora* são construídos a partir de critérios pré-determinados, a fim de se adequarem ao propósito do tradutor ou pesquisador, critérios esses que servirão de parâmetro para sua compilação.

Assim, segundo Beber Sardinha (2004 *apud* Teixeira, 2008, p. 157), alguns critérios devem ser considerados na organização de um *corpus* para ele que seja utilizado como fonte de pesquisa na LC:

Autenticidade: os textos devem ter sido produzidos naturalmente, ou seja, sem o propósito explícito de serem utilizados para determinada

⁵⁷ Textos de linguagem autêntica, nesse caso, são textos que foram produzidos naturalmente, não foram elaborados especificamente para um estudo. Como exemplo podemos citar os manuais utilizados compor nosso *corpus* da área de trânsito, foram elaborados para auxiliar didaticamente na aprendizagem do futuro condutor, e não exclusivamente para o desenvolvimento dessa pesquisa de mestrado.

pesquisa;

Naturalidade: os textos devem ter sido produzidos por falantes nativos – se os *corpora* forem constituídos de textos produzidos por falantes não nativos (p. ex. *corpora* de textos produzidos por aprendizes de uma segunda língua, *corpora* de textos traduzidos), essa informação deve ser explícita;

Representatividade: sem perder de vista o fato de que os *corpora* são, por natureza, finitos e não-exaustivos, deve-se fazer o possível para que sejam representativos da linguagem ou variedade linguística para a qual servirão de fonte de evidências – o que em geral, significa que são extensos;

Formato: os *corpora* devem estar no formato eletrônico, de forma que possam ser explorados por ferramentas computacionais diversas;

Propósito: os *corpora* devem ser coletados com o propósito específico de servirem de fonte para uma determinada investigação linguística, ou seja, a reunião dos textos que o compõem não é aleatória – deve seguir critérios bem definidos e previamente determinados.

Existem diversos tipos de *corpora*, baseada na literatura, Teixeira (2008)

destaca alguns deles:

Língua: os *corpora* podem conter textos escritos em apenas uma língua ou variedade linguística (monolíngues), ou em mais de uma língua (bilíngues / multilíngues); podem ainda ser multivarietais (textos provenientes de variantes regionais ou nacionais distintas de uma mesma língua);

Data de publicação: de acordo com a data de publicação dos textos de um corpus, ele pode ser considerado:

Sincrônico (recorta um período de tempo específico) ou diacrônico (contém textos representativos de diferentes períodos de tempo);

Histórico (contém textos de valor documental) ou contemporâneo (textos atuais);

Fechado (não há possibilidade ou intenção de se acrescentar mais textos após a conclusão da compilação) ou aberto;

Corpus monitor (corpus aberto que é constantemente atualizado com a adição de novos textos de modo a refletir o estado atual de uma dada língua ou variedade linguística);

Modo: um corpus pode conter textos escritos, transcrições de textos orais ou ambos;

Conteúdo: os textos do corpus podem ser representativos da língua geral (número balanceado de textos em gêneros e tipos textuais diversos), ou de qualquer parte da língua (especializados, regionais etc.);

Uso na pesquisa: um corpus pode ser de estudo (aquele que se pretende analisar, ou de referência (em geral maior que o corpus de estudo, usando como termo de comparação);

Autoria: os textos podem ser escritos por falantes nativos, ou não-nativos (aprendizes de uma segunda língua, tradutores); podem ser de autoria individual, coletiva (artigos científicos etc.) ou institucional (empresas, órgãos governamentais etc.);

Tamanho: de acordo com o número de palavras de um corpus ele pode ser considerado pequeno (até 80 mil palavras); pequeno-médio (80 a 250 mil); médio (250 mil a 1 milhão); médio-grande (1 milhão a 10 milhões) e grande (acima de 10 milhões); é importante considerar o tamanho dos textos de um corpus, bem como a relação tamanho – autoria, para que a amostra não reflita idiosincrasias de autores ou predominância temática advindas de textos longos demais de mesma autoria;

Nível de codificação: os textos de um *corpus* podem ser acrescidos de diversas informações extratextuais e linguísticas por meio da inserção de cabeçalhos e etiquetas (morfossintáticas, sintáticas, semânticas, discursivas e pragmáticas (TEIXEIRA, 2008, p.159-160).

Desse contexto extrai-se que, necessariamente, o *corpus* deve ter algumas características e atender critérios, além disso, os textos devem estar em formato eletrônico para serem legíveis em ferramentas computacionais. Esses aspectos permitem a visualização das informações a partir das quais serão feitas inferências quanto ao comportamento do texto, ou seja, essa é a base da pesquisa em Linguística de *Corpus* (PERPÉTUO, 2021, p. 64).

Quanto às pesquisas em LC, Sardinha (2004) afirma que existem três princípios abstratos que embasam as metodologias de estudo em LC:

Ocorrência: Somente se pode observar aquilo que está no corpus. “Os itens devem estar presentes, itens que não ocorreram não são incorporados porque não são observáveis”.

Recorrência: É preciso que um fenômeno ocorra com certa frequência para que se possa fazer generalizações. “Os itens devem estar presentes pelo menos duas vezes. Isso não significa que itens de frequência 1 não tenham relevância.”

Co-ocorrência: A ocorrência de um item é relacionada com a ocorrência conjunta de outros fenômenos linguísticos. “Os itens devem estar na presença de outros [...] Ele obtém significância na medida em que é interpretado como parte de um conjunto formado por outros itens” (SARDINHA, 2004 *apud* SANTOS, 2015, p. 75).

Após a coleta do *corpus*, são necessárias à preparação e a organização desse material para que ele seja utilizado na plataforma escolhida. Para isso, existem algumas etapas de preparação, a saber:

- verificar se os arquivos estão em extensão compatível com o software de análise;
- limpar os textos de códigos de línguas artificiais (como as linguagens de programação);
- organizar os textos acrescentando cabeçalhos, que armazenam dados da coleta e bibliográficos;
- segmentar o texto em partes lógicas por meio de etiquetagem (*tags*), segundo as necessidades da pesquisa (BEBER SARDINHA, 2004 *apud* PERPÉTUO, 2021, p.64).

Uma vez realizadas as etapas de preparação, o *corpus* deve ser compilado em uma ferramenta de análise da LC.

As ferramentas computadorizadas de análise linguística usada pela L.C. para pesquisar os corpora são capazes de efetuar diversos cálculos estatísticos comparativos, além de organizar os resultados de busca de forma que os padrões linguísticos sejam identificados com maior facilidade pelo pesquisador (TEIXEIRA, 2008, p.166).

Existem várias ferramentas computacionais, das mais complexas, que exigem um nível maior de conhecimento, até algumas mais simples, sobre as quais, dependendo do tamanho do *corpus* utilizado e do objetivo do trabalho, vale a pena buscar algumas informações, como procedimentos operacionais do aplicativo, visando, assim, o enriquecimento do trabalho.

No caso desta pesquisa em particular, como o intuito é extrair e ratificar termos recorrentes na área de Direção Defensiva, optou-se pelo uso da ferramenta *AntConc*⁵⁸, versão 3.5.9, ano 2020 (ANTHONY, 2020), a qual será mais bem detalhada na seção 4.3.

Com base no que é apresentado por Teixeira (2008), dentre as funcionalidades básica da ferramenta AntConc encontram-se:

- **lista de palavras** (*Wordlist*): é apresentada uma lista de todas as palavras do *corpus* e sua respectiva frequência; permite auferir o número de palavras-ocorrência (*tokens* – total de palavras do *corpus*, incluindo as repetidas) e de palavras-forma (*types* – palavras diferentes, ou seja, não se repetem no *corpus*) de um conjunto de textos, além de listar as palavras ou multipalavras presentes no texto elencadas em ordem de frequência ou alfabética, do começo para o fim do item lexical ou na ordem invertida;
- **lista de palavras-chave** (*Keyword list*): obtida através da comparação do *corpus* de estudo (no caso desta pesquisa, material didático oficial da área de DD) com um *corpus* de referência (no caso desta dissertação, o *corpus* de referência é constituído por *corpus* de língua geral, mais o Manual de obtenção da CNH do Detran/DF, sem o conteúdo de Direção Defensiva); este recurso auxilia na identificação de palavras com frequência de uso mais significativa (*keyness*/chavicidade), estatisticamente falando, no contexto estudado, ou seja, aquelas cuja ocorrência no *corpus* de estudo mais provavelmente não tenha ocorrido por acaso;
- **concordanciador** (*Concordancer*): exibe uma palavra ou expressão de busca específica em seus vários contextos de ocorrência no *corpus*, o que permite a análise das palavras que coocorrem à direita e à esquerda do item que foi pesquisado (também chamado de “nódulo”).

Todas essas funcionalidades contribuem para a análise do *corpus*, conforme apresenta Perpétuo (2021):

[o] *corpus* compilado adequadamente permite identificar palavras recorrentes da área representada, palavras-chave, prováveis termos da linguagem de especialidade pesquisada – e o contexto à sua volta, as palavras e expressões com as quais coocorrem. Essa análise probabilística é capaz de apontar palavras e agrupamentos de palavras

⁵⁸ É uma ferramenta de análise de *corpus* que permite analisar textos e escolher termos por frequência e outros requisitos. Foi utilizada a versão gratuita do programa.

que, por sua alta frequência, tornam-se estruturas características daquele tipo de texto. Independentemente de sua classificação terminológica, sua disposição uniforme recorrente nos permite tratá-las como uma unidade do texto especializado (PERPÉTUO, 2021 p. 65).

Tendo como base as possibilidades do *AntConc*, optou-se por usá-lo como uma forma de localizar, dentro do *corpus* gerado pelos materiais didáticos dos Detrans, os termos relacionados à Direção Defensiva. Cumpre ressaltar que se deu mais atenção aos termos que conceituam a área. Portanto, além do uso inicial, foi preciso também identificar os termos que são registros vivos da área de especialidade a ser trabalhada. Na seção 4.3 exemplifica-se o uso dessa ferramenta.

Outro fator relevante na escolha do *AntConc* foi a possibilidade que o programa oferece para identificar e ratificar se os termos que foram os selecionados nesta pesquisa também são termos recorrentes nas provas teóricas para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Em síntese, ao longo deste capítulo de fundamentação teórica, apresentou-se um apanhado geral dos referenciais que embasaram esta pesquisa, desde o ato de traduzir até as conquistas na área de Libras ao longo dos anos, a partir da criação do ISM (atual INES), em 1857, a qual resultou da luta da comunidade surda por seus direitos.

Além disso, foi abordada a Terminologia, sobretudo, a partir do momento em que os Glossários começaram a fazer parte da área dos Estudos da Tradução. Nesse sentido, foram apresentadas pesquisas acadêmicas que colocam em relação os campos Terminologia e Estudos da Tradução. Destacou-se, outrossim, as contribuições da tecnologia para a comunicação dos Surdos, os quais constituem uma parcela minoritária de uma sociedade predominantemente ouvinte. Ainda no que diz respeito à tecnologia, evidenciou-se suas contribuições para a otimização do trabalho com a LC.

Ressalta-se, por fim, que são raras as ocorrências do uso da LC como apoio no processo de seleção de termos em português. Por isso, neste estudo, apresenta-se uma proposta de percurso metodológico, como mais uma opção no desenvolvimento de pesquisas relacionadas à Terminologia da Libras.

Sendo assim, o próximo capítulo aborda a metodologia utilizada para atingir o objetivo geral desta pesquisa que é propor um glossário bilíngue, no par linguístico Português-Língua Brasileira de Sinais (Libras), tendo como público-alvo

candidatos a condutores Surdos que possuem os requisitos mínimos e desejam realizar o processo de obtenção da CNH, documento de porte obrigatório para dirigir veículo automotor no Brasil. Outro grupo que também poderá se beneficiar dos resultados desta pesquisa são os tradutores, intérpretes, docentes e demais interessados na área.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentadas as etapas do percurso metodológico utilizado para a proposta do glossário bilíngue, que é o foco principal desta pesquisa. Sendo assim, inicialmente são discutidas a abordagem e a natureza da pesquisa. Em seguida, a metodologia é dividida em quatro etapas: i) identificação do objeto de estudo e do público-alvo; ii) recolha de termos em português, nessa etapa são identificados os materiais didáticos oficiais na área da DD e, por meio da LC com a utilização do programa *AntConc*, são analisados os candidatos a termos para seleção; iii) escolha dos informantes para os sinais em Libras, participantes conhecedores da língua e, preferencialmente, com algum tipo de experiência na área de trânsito, e a procura dos termos escolhidos em materiais midiáticos; e iv) organização das fichas terminológicas (FT) seguindo o modelo de Tuxi (2017).

4.1 Abordagem e natureza da pesquisa

No que diz respeito à metodologia da pesquisa, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, baseada na pesquisa documental e na aplicação de questionários a um público específico, buscando examinar uma amostra de condutores Surdos e servidores responsáveis pela aplicação de provas de obtenção de CNH em candidatos Surdos, por meio de interpretação do português para Libras.

A respeito do tipo de metodologia adotado nesta pesquisa, Richardson (1999) pontua que os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, assim como compreender e classificar processos dinâmicos vivenciados por grupos sociais.

As técnicas qualitativas, portanto, enfocam a experiência das pessoas e seu respectivo significado em relação a eventos, processos e estruturas inseridos em cenários sociais (SKINNER; TAGG; HOLLOWAY, 2000). Assim, os termos e sinais utilizados na área de DD foram pesquisados em materiais didáticos oficiais, em provas simuladas utilizadas pelos Detrans, na comunidade surda que possui CNH (buscando a variação linguística entre as regiões do Brasil), nos servidores dos

órgãos executivos de trânsito que aplicam as provas simuladas para o candidato Surdo, interpretando do português para Libras, e em materiais midiáticos.

Ressalta-se que a pesquisa tem finalidade descritiva, uma vez que manifesta uma preocupação com todo o processo de elaboração do glossário e não simplesmente com o resultado ou o produto (glossário em si). Logo, procurou-se descrever todas as etapas estruturadas para o desenvolvimento da pesquisa.

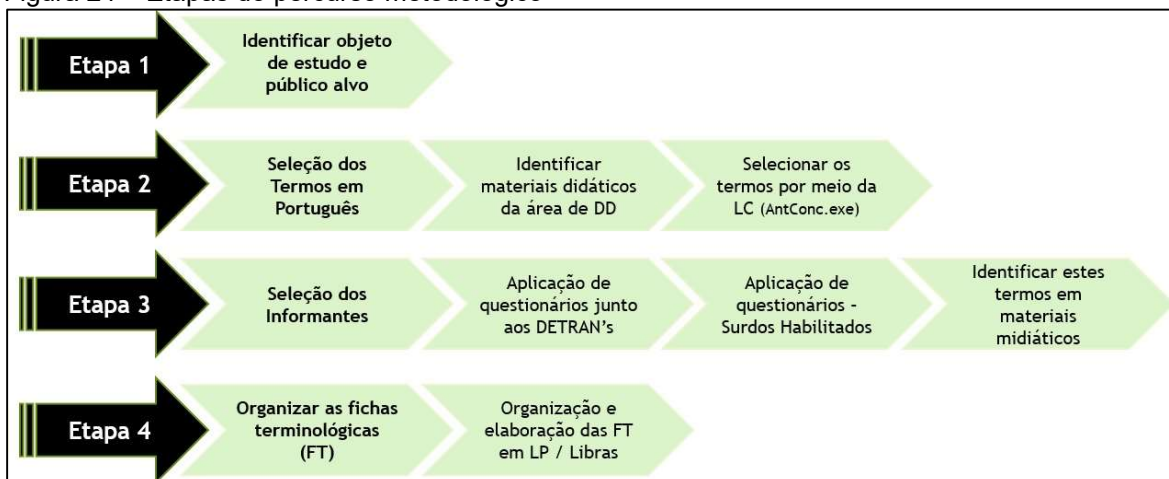
A partir do que foi abordado no capítulo 2, percebe-se o quão a acessibilidade linguística na área de trânsito é embrionária e, portanto, ainda tem muito a ser desenvolvida. Assim, destacamos a relevância da compreensão ampla do fenômeno que está sendo estudado, nesse sentido, a descrição desempenha um papel fundamental na obtenção de dados e na disseminação de resultados (GODOY, 1995).

Dentre as metodologias de pesquisa contempladas pela abordagem qualitativa, o estudo de caso, a etnografia e a pesquisa documental configuram-se como aquelas comumente utilizadas; sua flexibilidade, no entanto, não exclui outras possibilidades de estratégias (GODOY, 1995). No caso desta pesquisa, a coleta de dados está pautada, como já mencionado, na pesquisa documental de materiais oficiais disponibilizados pelos órgãos executivos de trânsito, na aplicação de questionários via formulários eletrônicos, além de investigação de materiais midiáticos.

Em função da natureza da pesquisa e da aplicação de questionários, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética da UnB e foi aprovado por meio do parecer nº 4.989.549, de 22 de setembro de 2021, os qual está detalhado no tópico 4.4.

Abaixo a Figura 24 ilustra o percurso metodológico da pesquisa, com o intuito de promover melhor visualização das etapas pretendidas.

Figura 24 – Etapas do percurso metodológico



Fonte: a autora.

4.2 Etapa 1 - Definição do objeto de estudo e do público-alvo

Como já abordado previamente, esta pesquisa tem como objeto de estudo os termos do conteúdo de DD, um dos requisitos teóricos para a obtenção da CNH, tendo como *corpus* os materiais didáticos dos Detrans, com o objetivo de criar um glossário bilíngue no par linguístico Português-Libras.

O público-alvo é constituído por candidatos a condutores Surdos, tradutores, intérpretes, docentes que trabalham na área como instrutores ou examinadores de trânsito e demais interessados nesse contexto específico.

4.3 Etapa 2 - Recolha dos termos em português

Inicialmente, faz-se necessário ratificar a experiência da pesquisadora, reportada no tópico 2.3 deste estudo, no qual foi abordado seu papel como servidora efetiva do Detran/DF, sendo examinadora de trânsito desde 2013, além de ter acompanhado, desde 2019, a aplicação de provas teóricas para obtenção de CNH para candidatos Surdos, com a interpretação de português para Libras por servidora responsável.

Tal experiência, aliada ao conhecimento empírico, levou a pesquisadora a

constatar alguns termos específicos recorrentes nas provas teóricas, e perceber a dificuldade encontrada pelos candidatos uma vez que esses termos ainda não têm equivalentes em Libras. A prova para candidatos Surdos é, atualmente, impressa em português, com um sistema randômico, por meio do qual as questões são retiradas de um banco de dados que é elaborado pelos professores da Escola Pública de Trânsito do Detran/DF. Com base nessa experiência, já seria possível recolher vários candidatos a termos para a elaboração de um “projeto piloto” de glossário, no entanto, o projeto Libras no Trânsito, desenvolvido no órgão, é mais abrangente, por isso foi necessário realizar um estudo mais detalhado para a obtenção de um resultado mais eficaz.

A princípio, o objetivo da pesquisa era selecionar os termos de DD somente no âmbito do Manual de Obtenção da CNH⁵⁹, elaborado pelo Detran/DF. Contudo, na análise realizada nos *sites* dos Detrans (seção 2.2), foram encontrados outros materiais institucionais sobre DD. Por conseguinte, buscar os candidatos a termos manualmente demandaria um tempo considerável, por isso, foi utilizada a LC.

Salienta-se que nem todos os materiais didáticos tratavam somente de DD, por isso foram trabalhados e separados para manter somente o conteúdo de nosso interesse. Os arquivos localizados estavam no formato PDF, em português, nos *sites* dos Detrans de sete Estados (PR, SP⁶⁰, RJ, AM, PA, RN e PE) e do DF, Importa esclarecer que o *corpus* de estudo para seleção dos candidatos a termos está baseado em seis materiais didáticos oficiais (DENATRAN, DF, PA, PE, PR e RJ), sendo que o mais atual é do Detran/DF. Esses materiais, aliados a um *corpus* de língua geral, foram utilizados como referência para um estudo comparativo.

Quanto à finalidade do *corpus*, neste estudo tem-se dois *corpora*: *i*) um com a finalidade de estudo, o qual se pretende analisar e descrever, composto pelos materiais didáticos; e *ii*) outro com a finalidade de referência, o qual foi utilizado para fins de contraste e comparação com o *corpus* de estudo (o qual geralmente é bem maior que o *corpus* de estudo). É por meio da frequência das palavras presentes nesses dois *corpora* que se verifica estatisticamente os itens lexicais que constituem palavras-chave em um determinado domínio de conhecimento.

Previamente, para o *corpus* de referência seria utilizado apenas o Manual de

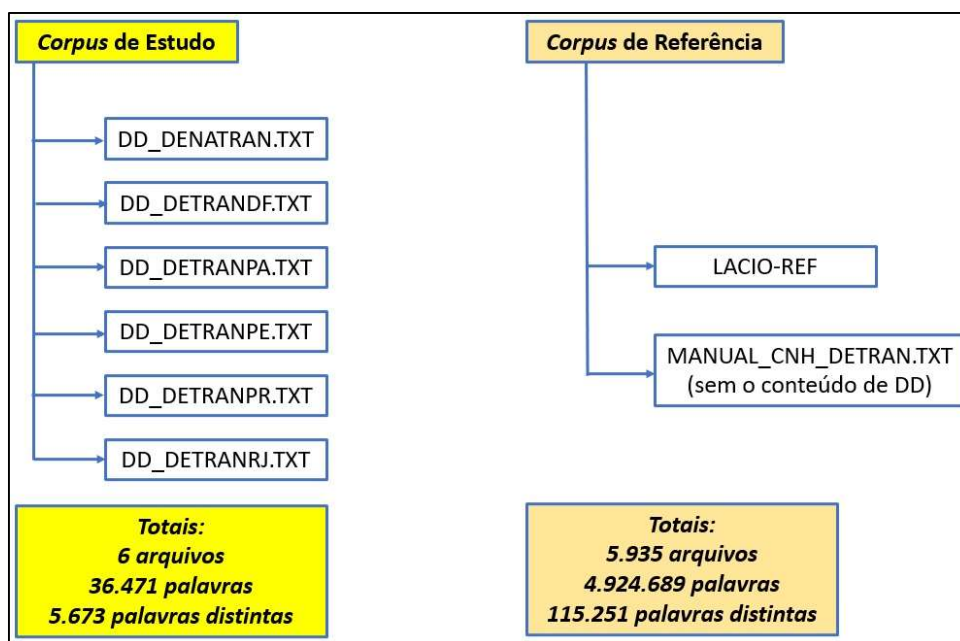
⁵⁹ Disponível em: <http://www.detran.df.gov.br/manual-de-obtencao-da-carteira-nacional-de-habilitacao>

⁶⁰ Em 2005 o Denatran elaborou uma apostila sobre DD e disponibilizou aos interessados, é o mesmo material que está nas páginas da internet dos Detrans de SP, AM e RN.

obtenção de CNH, sem o conteúdo de DD. Considerando os números de termos desse material, verificou-se que o tamanho do *corpus* seria pequeno (30.216 palavras e 6.219 palavras distintas) para ser utilizado como objeto comparativo, tendo em vista que o número de palavras seria menor que os textos utilizados para o *corpus* de estudo (cf. Figura 25). Portanto, foi necessária a busca de um *corpus* de língua geral para acrescentar e realizar o estudo comparativo.

Desse modo, optou-se por utilizar um *corpus* de referência em português brasileiro, denominado Lácio-Ref⁶¹, o qual faz parte do projeto Lácio-Web, desenvolvido com o intuito de compilar *corpora* de livre acesso, tanto para usuários não especialistas interessados na língua portuguesa brasileira, quanto para usuários especialistas que buscam estudos linguísticos e desenvolvem ferramentas linguísticas computacionais. Esse *corpus* é bastante diversificado e amplo, sendo uma amostra significativa da língua portuguesa, viável para que se estabeleçam comparações com o *corpus* de estudo compilado para a presente investigação.

Figura 25 – *Corpus* de Estudo x *Corpus* de Referência



Fonte: a autora.

A Figura 25 demonstra o tamanho e como estão divididos os *corpora* de estudo e de referência utilizados na pesquisa, bem como a nomenclatura dos

⁶¹ Parte integrante do projeto Lácio-Web, desenvolvido pela Universidade de São Paulo. Disponível em <http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/projects/lacio-web.htm>.

arquivos que foram utilizados na ferramenta *AntConc*.

Apesar de alguns textos não terem o ano de elaboração especificado, foi traçada uma análise comparativa do conteúdo programático exigido pela resolução do Contran (789/2020). A referida resolução é mais atual em relação à formação de condutores e os conteúdos são completamente compatíveis, não trazendo prejuízo nenhum. O conteúdo programático está listado na seção 2.3.

Assim, seguindo os critérios estabelecidos e os tipos de *corpora* registrados por Sardinha (2004), cf. estabelecido na seção 3.5, foi elaborado o Quadro 6, o qual apresenta um *checklist* dos critérios para os *corpora* de estudo.

Quadro 6 – Critérios e tipos de *corpora* - Análise do *corpus* de estudo

(C)ritérios/(T)ipos	C/T	Análise	Check
Autenticidade	C	Materiais didáticos disponibilizados pelos Detrans.	✓
Naturalidade	C	Materiais institucionais produzidos por especialistas na área de trânsito.	✓
Representatividade	C	Foram utilizados todos os materiais oficiais encontrados nos sites dos órgãos.	✓
Formato	C	Todos estavam em formato eletrônico (PDF) possíveis de serem trabalhados para utilização em ferramentas computacionais (txt).	✓
Propósito	C	Todos os textos recolhidos e utilizados como corpora nesse trabalho têm o intuito de estudar a área de direção defensiva para obtenção de CNH.	✓
Língua	T	Monolíngue- todos os textos estão em Língua Portuguesa.	✓
Data da Publicação	T	Contemporâneo / Aberto.	✓
Modo	T	Textos escritos.	✓
Conteúdo	T	Especializado, área de Direção Defensiva para obtenção da CNH.	✓
Uso na Pesquisa	T	Para estudo.	✓
Autoria	T	Institucional.	✓
Tamanho	T	Pequeno (até 80 mil palavras).	✓
Nível de codificação	T	Foram incluídos cabeçalhos para armazenar os dados de registro, e etiquetas de figuras para preservar a estrutura.	✓

Fonte: a autora.

Por conseguinte, com base na literatura e na análise realizada por meio dos critérios estabelecidos no quadro acima, constatou-se que os textos utilizados como *corpus* de estudo, neste trabalho, atendem todos os critérios (C) estabelecidos pelos estudiosos. Além disso, tais textos foram tipificados (T) para melhor entendimento.

Considerando a importância da LC nas pesquisas acadêmicas e a baixa frequência de uso da LC na área de glossários em Libras para escolha e ratificação de termos e candidatos a termos, destaca-se o pensamento de Teixeira (2008), segundo o qual:

[o] uso de computador para pesquisar os fenômenos da linguagem é um dos grandes diferenciais da LC, pois permite a análise e um número muito maior de evidências linguísticas – afinal, os computadores não se cansam, são rápidos e consistentes (não erram) (TEIXEIRA, 2008, p.166).

Conforme apontado anteriormente, existem termos de DD que são bastante recorrentes em provas e materiais didáticos, os quais podem facilmente ser listados. No entanto, para auxiliar em um estudo comparativo na recolha dos termos, foi utilizada a ferramenta *AntConc*, versão 3.5.9, ano 2020 (ANTHONY, 2020), para ratificação desses termos. Conforme será exemplificado mais diante, no contexto específico de trânsito, porém, o critério utilizado não foi apenas a frequência ou a chavicidade (*keyness*) com que os termos apareceram nos materiais.

A esse respeito, Krieger e Finatto (2004) afirmam que:

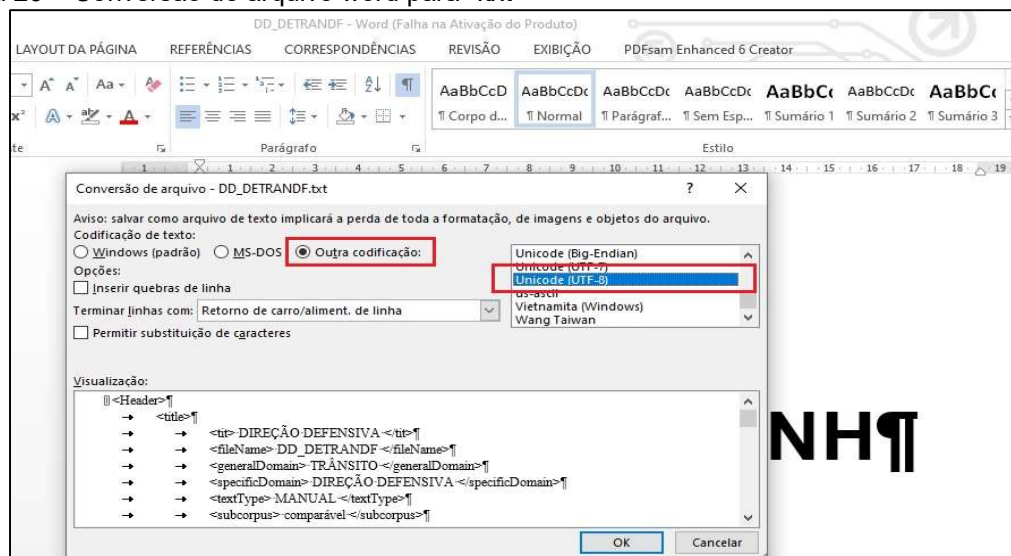
[...] quando se busca identificar termos em textos com o apoio do computador, depende-se de fatores tais como tamanho e o tipo de *corpus* textual utilizado como fonte. O *corpus* deve ser definido de acordo com as especificidades e objetivos de cada trabalho e deve ser minimamente representativo. Neste contexto, embora essa mesma frequência de uso de determinadas palavras em um texto seja um parâmetro importante na detecção de terminologias, essa mesma frequência pode ser um critério difuso, de valor estatístico. Isto é, **não é porque um dado termo ou expressão ocorram apenas uma única vez em um texto que devem ser *a priori* descartado de uma “lista” ou elenco de itens importantes.** (KRIEGER & FINATTO, 2004, p. 205, grifo nosso)

4.3.1 A preparação do *corpus*

O processo para preparação dos textos foi moroso, primeiramente os arquivos no formato PDF foram convertidos para *word* e, posteriormente, salvos sem formatação (na extensão “.txt”) para possibilitar a leitura pelo programa *AntConc*.

Uma informação importante referente ao uso da ferramenta é que, no momento em que, o arquivo é convertido em “.txt”, é necessário selecionar as opções (UNICODE (UTF-8)), demonstradas na Figura 26, caso contrário o *AntConc* apresentará problemas na leitura do arquivo.

Figura 26 – Conversão de arquivo word para “.txt”



Fonte: a autora.

Nessa preparação, em que os arquivos foram convertidos para a extensão “txt”, seguindo orientação da literatura, foram incluídos, nos arquivos, cabeçalhos, como pode ser observado na figura acima, com o intuito armazenar os dados de coleta e bibliográficos. Foram também adicionadas etiquetas (*tags*) para identificar a localização das figuras nos arquivos.

O *corpus* é composto por materiais didáticos, os quais possuem várias ilustrações, e na conversão para “txt” (somente texto) os infográficos não são retratados nesse tipo de arquivo.

Figura 27 – Exemplo de etiquetagem em arquivo formato "txt"



Fonte: a autora.

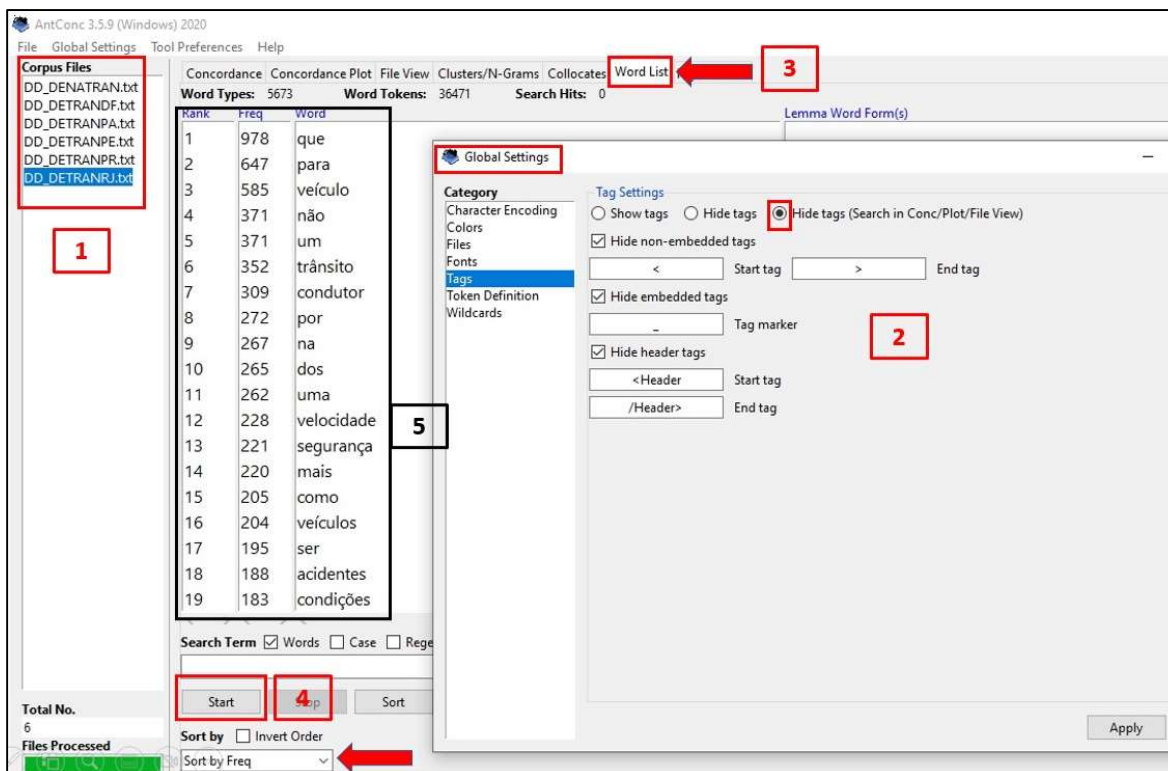
Na Figura 27 é possível visualizar um exemplo de etiquetagem (destacado em vermelho) que foi realizada nos arquivos “txt”, indicado como <fig1>: essa indicação significa que, no arquivo original, consta uma figura naquele ponto, preservando a estrutura do texto.

Após a organização dos textos a serem utilizados como *corpus*, deve-se iniciar a operacionalização do sistema, para análise comparativa e recolha dos termos em português.

4.3.2 A operacionalização do sistema para gerar a lista de palavras (*wordlist*)

No tocante ao tópico acima, é mister esclarecer que, para gerar a lista de palavras do *corpus* de estudo é necessário carregar os arquivos no programa e configurar para que seja desconsiderado os cabeçalhos e etiquetas, conforme Figura 28:

Figura 28 – *AntConc*: Geração da lista de palavras⁶²



Fonte: a autora.

⁶² É importante destacar que a versão do *AntConc* utilizada para este trabalho é a 3.5.9, de 2020. Outras versões poderão apresentar comandos ou telas diferentes dos aqui demonstradas.

Na Figura 28, que é uma montagem de duas telas da ferramenta, foram destacados os campos importantes para a observação:

- 1) Para carregar os arquivos – no canto superior esquerdo clica em: *File> Open files* > seleciona os arquivos do *corpus* de estudo. Se for muitos arquivos pode selecionar o diretório (pasta) – “*Open Dir...*”.
- 2) Configuração – para o programa não considerar os cabeçalhos e etiquetas na contagem, no canto superior esquerdo clica em: *Global Settings>tags>hide tags (Search in Conc/Plot/File View)*.
- 3) Lista de palavras – clica na aba: *Wordlist*.
- 4) Gerar a lista de palavras – clica em: *Start*.
- 5) As três colunas geradas indicam: a colocação (*rank*), a quantidade de vezes que a palavra aparece no *corpus* (*freq*), e qual é palavra (*word*).

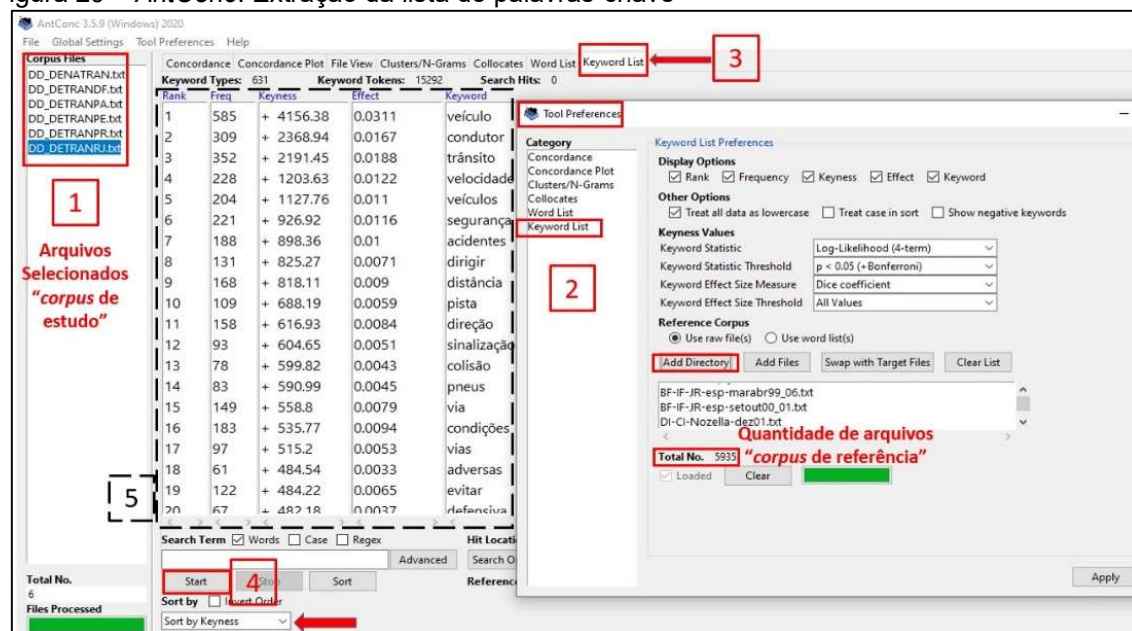
Ressalta-se que a seta vermelha, no final da figura, indica que, nesse exemplo, as palavras estão listadas pela frequência com que aparecem (*sort by freq.*), mas permite que sejam selecionadas por ordem alfabética (*sort by word*).

Na mesma figura ainda é possível identificar que o *corpus* é formado por 6 arquivos, 5.673 palavras distintas e 36.471 palavras incluindo as repetidas.

4.3.3 Extração da lista de palavras-chave (*keyword list*)

Após realizado o procedimento para geração da lista de palavras, é possível preparar a lista de palavras-chave. O programa *AntConc* tem várias funcionalidades, no entanto foram utilizadas as mais básicas para fins de análise dos materiais didáticos, uma vez que o intuito é extrair termos da área e ratificar aqueles utilizados com muita frequência nas provas teóricas.

Figura 29 – AntConc: Extração da lista de palavras-chave



Fonte: a autora.

Na Figura 29, que é uma montagem de duas telas do programa, foram destacados os campos importantes para a observação:

- 1) *Corpus files*: Arquivos selecionados para trabalhar (*corpus* de estudo).
- 2) *Corpus* de referência: para selecionar é necessário clicar no menu superior esquerdo em: *Tool Preferences*> *Keyword list*>*Add directory*. Depois de selecionar os arquivos ou pasta, clica em *Load*>*Apply*. É possível visualizar a quantidade de arquivos do *corpus* de referência após a adição. Nesse caso, 5.935 arquivos.
- 3) Lista de palavras-chave: clica na aba: *Keyword List*.
- 4) Gerar a lista de palavras-chave – clica em: *Start*.
- 5) É a lista de palavras-chave gerada. Destacamos as colunas que serão utilizadas: *Rank* – colocação; *Freq* – coluna que indica a quantidade de vezes que a palavra aparece; *Keyness* – para calcular a chavicidade⁶³ de uma palavra, o programa compara a) a frequência da palavra no *corpus* de estudo, b) o total de palavras – *tokens* – do *corpus* de estudo, c) a frequência da palavra no *corpus* de referência e d) o total de palavras do *corpus* de referência, quanto mais estatisticamente significativa for a

⁶³ *Keyness* (chavicidade) uma medida que indica a quão típica é a palavra naquele *corpus*. (TAGNIN, 2015, p.32)

palavra no *corpus* de estudo, maior será sua chavicidade; Keyword – que são as palavras-chave.

Por sua vez, a seta vermelha no final da figura indica que, nesse exemplo, as palavras-chave estão listadas pela chavicidade (*sort by keyness*), mas podem ser selecionadas também pela frequência (*sort by freq.*) ou por ordem alfabética (*sort by keyword*).

Percebe-se, ainda, que na Figura 29 é possível identificar que a análise retornou 631 palavras-chave distintas e 15.292 palavras-chave, incluindo as repetidas. No apêndice C, é possível visualizar as 631 palavras-chave distintas extraídas do *AntConc*.

Como se pode depreender da observação das palavras que compõem a lista (na Figura 29, por exemplo, constam 19 palavras-chave), há palavras que, embora tenham um número maior de ocorrências no *corpus* de estudo, podem apresentar uma chavicidade menor e, conseqüentemente, aparecerem em posição mais abaixo na lista. A título de exemplificação, verifica-se que a palavra “condições” (posição 16) apresenta um maior número de ocorrências (183) que a palavra “colisão” (posição 13), com 78 ocorrências, no entanto, apresenta uma chavicidade menor (+535.77) nesse *corpus*, porque, pela análise do programa, a palavra “colisão” (chavicidade = +599.82) é significativamente mais restrito ao domínio representado pelo *corpus*. Cabe aqui destacar que o sinal de “+”, que aparece na frente da *keyness*, significa que essa palavra é do *corpus* de estudo. Quando aparece o sinal de “-”, a palavra é do *corpus* de referência.

4.3.4 Linhas de Concordância (*Concordance*)

Na ferramenta utilizada para a análise do *corpus* desta pesquisa, é oportuno analisar os contextos de cada palavra-chave para que se possa chegar aos candidatos a termos específicos de DD, não necessariamente pela quantidade de vezes que aparecem nos textos, mas pela especificidade da área considerando a chavicidade.

Ao clicar sobre a palavra-chave, é possível fazer uma análise do contexto de ocorrência e a interpretação do termo no ambiente textual. Além disso, é possível também, visualizar e analisar os sintagmas no centro da tela com as palavras que as antecedem ou seguem à esquerda e a direita, chamado, co-texto. Como

mencionado no tópico 3.5 a palavra no centro do texto é conhecida por nóculo.

Partindo desse contexto, na Figura 30, a seguir, foi realizada uma montagem de quatro telas do programa para exemplificação:

- A) Clicamos na palavra “acidentes”, 7^a no *ranking* de maior chavidade (+898.36), com 188 vezes;
- B) Remete a palavra-chave ao contexto usado nos materiais didáticos que fazem parte do *corpus* de estudo, a chamada, linha de concordância, assim, pode-se analisar as palavras e sintagmas anteriores e posteriores ao nóculo;
- C) Se no campo “*search term*” inserirmos o sintagma “acidentes de trânsito”, retorna uma frequência de 22 vezes;
- D) E se inserirmos no singular “acidente de trânsito”, retorna mais 17 aparições.

Para os fins desta pesquisa, os termos encontrados no singular e no plural foram aglutinados em apenas um. O termo “acidente de trânsito”, por exemplo, aparecerá no Apêndice C com 39 ocorrências (17+22).

Figura 30 – AntConc: linhas de concordância - análise

The screenshot displays the AntConc 3.5.9 (Windows) 2020 interface. The main window shows a concordance table with columns for Rank, Freq, Keyness, Effect, and Keyword. The keyword 'acidentes' is highlighted in red in the table, corresponding to rank 7, frequency 188, and keyness + 898.36. The concordance hits window shows 188 hits for 'acidentes', with a KWIC view of a text snippet. Another concordance hits window shows 22 hits for 'acidentes de trânsito', with a KWIC view of a text snippet. A third concordance hits window shows 17 hits for 'acidente de trânsito', with a KWIC view of a text snippet. The search term 'acidentes de' is entered in the search window, and the search window size is set to 50. The search window also shows options for 'Words', 'Case', and 'Regex', and a 'Kwic Sort' section with checkboxes for Level 1 (1R), Level 2 (2R), and Level 3 (3R).

Rank	Freq	Keyness	Effect	Keyword
1	585	+ 4156.38	0.0311	veículo
2	309	+ 2368.94	0.0167	condutor
3	352	+ 2191.45	0.0188	trânsito
4	228	+ 1203.63	0.0122	velocidade
5	204	+ 1127.76	0.011	veículos
6	221	+ 926.92	0.0116	segurança
7	188	+ 898.36	0.01	acidentes
8	131	+ 825.27	0.0071	dirigir
9	168	+ 818.11	0.009	distância
10	109	+ 688.19	0.0059	pista

Fonte: a autora.

Como já reportado, o uso da ferramenta *AntConc* extraiu um total de 631 palavras-chave com base no comparativo realizado entre os *corpora* de estudo e de referência. No total, foram analisadas as 30 primeiras palavras-chave classificadas pela ordem decrescente de chavicidade, demonstradas no quadro abaixo:

Quadro 7 – Listagem das palavras-chave extraídas.

Rank	Freq	Keyness	Effect	keyword	Rank	Freq	Keyness	Effect	keyword
1	585	4156.38	0.0311	veículo	16	183	535.77	0.0094	condições
2	309	2368.94	0.0167	condutor	17	97	515.20	0.0053	vias
3	352	2191.45	0.0188	trânsito	18	61	484.54	0.0033	adversas
4	228	1203.63	0.0122	velocidade	19	122	484.22	0.0065	evitar
5	204	1127.76	0.011	veículos	20	67	482.18	0.0037	defensiva
6	221	926.92	0.0116	segurança	21	172	478.62	0.0088	você
7	188	898.36	0.01	acidentes	22	68	464.05	0.0037	pedestre
8	131	825.27	0.0071	dirigir	23	131	459.42	0.0069	atenção
9	168	818.11	0.009	distância	24	70	459.06	0.0038	condutores
10	109	688.19	0.0059	pista	25	57	457.34	0.0031	cinto
11	158	616.93	0.0084	direção	26	73	455.02	0.004	infração
12	93	604.65	0.0051	sinalização	27	72	451.67	0.0039	pedestres
13	78	599.82	0.0043	colisão	28	53	421.12	0.0029	acostamento
14	83	590.99	0.0045	pneus	29	49	401.24	0.0027	faróis
15	149	558.80	0.0079	via	30	114	379.31	0.006	frente

Fonte: ferramenta *AntConc*.

Com o intuito de encontrar os candidatos a termos da área de DD, a investigação foi realizada analisando as palavras e os sintagmas que antecedem (esquerda) e que seguem (direita) o chamado “nódulo”.

Para exemplificar, no Quadro 8 é visualizado o nódulo “veículo” e, com base na análise, chegou-se aos possíveis candidatos a termos:

Quadro 8 – Candidatos a termo a partir do nódulo "veículo"

Seq	Frequência	Candidatos a termo
	585	veículo
1	5	veículo automotor
2	1	veículo ciclomotor
3	3	veículo de transporte coletivo
4	2	veículo de duas rodas
5	3	veículo em sentido contrário
6	1	alinhamento do veículo
7	2	apreensão do veículo

Seq	Frequência	Candidatos a termo
8	1	ponto cego do veículo
9	2	pontos cegos do veículo
10	4	manual do veículo
11	6	manutenção do veículo
12	3	painel do veículo
13	1	remoção do veículo
14	3	retenção do veículo

Fonte: a autora.

Logo, a partir da palavra-chave “veículo” é possível chegar a pelo menos quatorze candidatos a termo da área de DD. Assim, após a análise das 30 primeiras palavras-chave mais significativas no *corpus* de estudo, obteve-se um resultado de 145 candidatos a termo (Apêndice D). A partir disso, foram escolhidos 10 termos para o projeto piloto do glossário.

4.3.5 A escolha dos termos para a composição do projeto piloto de glossário

A escolha dos termos para o projeto pilo de glossário merece uma atenção especial, dada a sua importância no escopo desta pesquisa. Assim, tomando por base a listagem do Apêndice D⁶⁴, foram analisados os candidatos mais recorrentes, significativos e complexos, dentro do contexto de DD, e comparados com os termos frequentes da área de DD. Como critério de escolha, por sua vez, consideramos: o conhecimento empírico da pesquisadora, adquirido, desde 2013, como Examinadora de Trânsito e no acompanhamento da aplicação de provas teóricas de obtenção da CNH, para Surdos, desde 2019; a frequência com que os termos apareceram na análise do *AntConc*; o fato de ser um termo técnico da área; factível possibilidade de encontrar sinais em Libras, já que esta pesquisa não propõe a criação de sinais-termo.

Para efeitos deste estudo, levando em consideração a listagem de candidatos (Apêndice D), foram selecionados oito termos, além de outros dois termos (Ofuscamento e Aquaplanagem) que não apareceram na análise dos 30 primeiros nódulos, mas que são recorrentes em provas teóricas da área.

⁶⁴ Ao se analisar os oito primeiros candidatos a termo do Apêndice D, percebe-se que, embora sejam muito frequentes, são termos comuns e mais fáceis (veículo, condutor, trânsito). Para fins do projeto piloto proposto nesta dissertação, optou-se por termos mais específicos.

Quadro 9 – Termos selecionados em português

Seq.	Termo	Frequência
1	Colisão	78
2	Direção Defensiva	64
3	Condições adversas	58
4	Acidente de trânsito	39
5	Ofuscamento*	24
6	Aquaplanagem*	18
7	Distância de seguimento	17
8	Distância de frenagem	15
9	Distância de reação	12
10	Aderência dos pneus	06

Fonte: a autora.

No Apêndice C, é possível visualizar que o termo “Ofuscamento” aparece na posição 52^a, com uma frequência de 24 aparições e uma chavicidade de 235.83, já o termo “Aquaplanagem” aparece na posição 78^a, frequência de 18 e chavicidade de 163.90. No entanto, levando em consideração nossa experiência, esses são termos bem recorrentes e, em geral, o Surdo não conhece o sinal.

Destaca-se a escolha do termo “aderência dos pneus”, considerando sua importância para a definição do termo “aquaplanagem”. Assim, coadunamos com a visão de Krieger e Finatto (2004), quando mencionam que a frequência nem sempre é fator decisivo para descarte ou escolha do termo.

A seguir é abordada a seleção de informantes dos sinais em Libras para os termos selecionados.

4.4 Etapa 3 - Seleção de informantes

Em relação à seleção de informantes, a pesquisadora Martins (2018), em sua tese, selecionou psicólogos Surdos. No caso desta pesquisa, por sua vez, considerando que também será abordada a elaboração de um glossário, buscou-

se, como informantes, condutores habilitados, porque já passaram pelo processo de obtenção da CNH, e servidores dos órgãos executivos de trânsito que trabalham na interpretação de provas para candidatos Surdos. Esses informantes foram selecionados para que se pudesse verificar a existência de sinais para os termos propostos para o glossário. O fato é que pesquisas acadêmicas⁶⁵ específicas da área não foram encontradas, assim como não foram localizados registros de sinais-termo.

Considerando o contexto específico desta pesquisa, vislumbrou-se a ideia de entrar em contato com os Detrans e verificar se disponibilizavam intérpretes para a aplicação de provas de 1ª CNH para Surdos, para então, aplicar um questionário com os termos recolhidos visando verificar, além de sinais utilizados, a variação linguística entre as diversas regiões do Brasil.

O outro tipo de informante que poderia contribuir para a recolha dos sinais utilizados são os Surdos já habilitados. Assim, foi elaborado um questionário em Libras para ser aplicado com pelo menos 50 Surdos, das mais diversas regiões do país, visando também encontrar variações linguísticas regionais.

Em virtude da natureza da pesquisa, foi necessário submeter o projeto ao Comitê de Ética da UnB para aprovação (Aprovado pelo parecer nº 4.989.549, de 22 de setembro de 2021). Dentre os requisitos para a submissão do projeto, faz-se necessário um aceite institucional do órgão em que será aplicada a pesquisa; assim, foi preciso solicitar prévia autorização para então submeter o projeto à análise.

É importante frisar que, no total, são 27 Detrans. Considerando a necessidade de agilizar o processo, o então Denatran (atual Senatran) foi contactado, com o intuito de solicitar uma autorização nacional para aplicação do questionário nas áreas envolvidas com habilitação e prova teórica. Naquele momento, apresentou-se a primeira dificuldade. O Denatran (Senatran) não tem ingerência administrativa em relação aos órgãos executivos de trânsito, portanto o contato precisaria ser individual.

O segundo obstáculo surgiu quando se buscou, nos *sites* dos Detrans, informações de contato e a maioria não disponibilizava telefone dos setores,

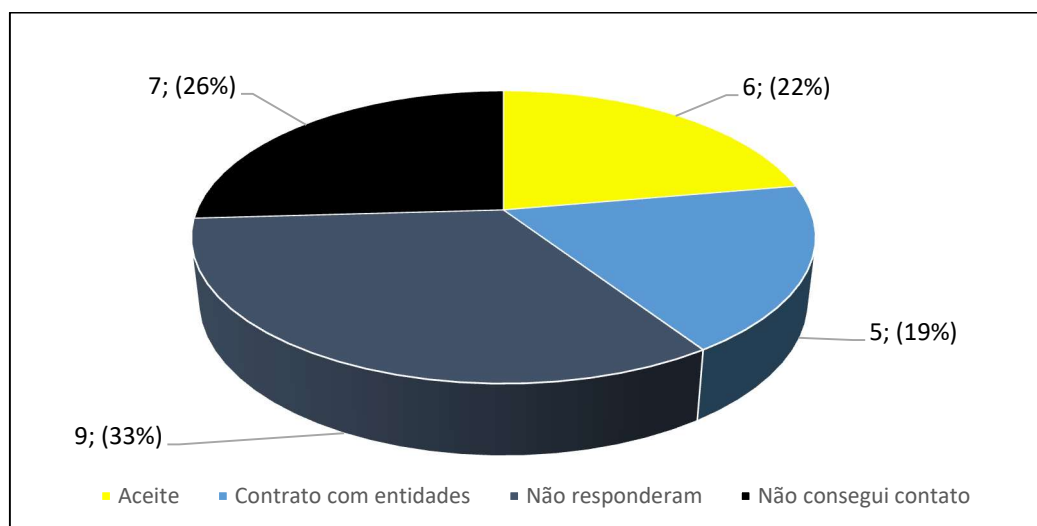
⁶⁵ Reiteramos o que foi dito, na seção 3.3, em relação às pesquisas acadêmicas na área de trânsito. Sabe-se que, em 2022, Rogério Feitosa, no POSTRAD/UnB, fez a defesa de sua dissertação de mestrado na área de tradução de placas de sinalização. Sua pesquisa é uma das vertentes do projeto Libras no Trânsito do Detran/DF.

apenas de uma central de atendimento. Aliado a isso, em ano pandêmico, muitos estados estavam trabalhando em sistema *home office*, o que foi um grande desafio.

Finalmente, por intermédio da AND, obteve-se uma lista de e-mails e telefones dos diretores e/ou presidentes dos Detrans. Durante dois meses (abril e maio de 2021), semanalmente, foram contactados os Detrans (via e-mail, telefone e *WhatsApp*). Considerando que a pesquisadora é servidora, criou-se uma (falsa) expectativa de que seria mais fácil conseguir contato, visto se tratar de colegas da mesma área e o fato de a pesquisa desenvolvida ter relevância para todos.

Constatou-se que, infelizmente, alguns órgãos não possuem intérpretes de Libras no quadro de servidores; e após contato com os Detrans do ES, MS, PR e SC, foi informado que esses órgãos possuem uma contratação realizada com organizações (fundações, associações) que prestam esse atendimento ao Surdo no momento das provas ou em outras circunstâncias. O Detran de MT informou que havia contratado, recentemente, intérpretes de Libras para o quadro efetivo do órgão, no entanto essa contratação era muito recente e, no período da pesquisa, ainda estavam se estruturando em relação à acessibilidade e aos novos servidores.

Gráfico 14 – Contato com os Detrans



Fonte: Dados da pesquisa.

No total, foram contactados 20 Detrans, uma quantidade considerável. No entanto, a persistência resultou no aceite institucional dos Detrans de apenas 05 estados e o DF, ou seja, uma amostra de 22% (06) dos órgãos teve interesse em contribuir com a pesquisa. A quantidade de órgãos que possuem contrato com

entidades que prestam serviços de interpretação foi de 19% (05). Não foi possível contato com 26% (07) dos Detrans e 33% (09) foi o percentual de contato efetivo, mas que não se obteve retorno.

Diante da dificuldade encontrada para conseguir contato e autorização, a pesquisa foi redesenhada visando buscar novos informantes. Além dos Detrans e dos Surdos habilitados que já estavam previstos, foi elaborado um questionário para ser aplicado nas entidades contratadas pelos Detrans, porém não houve adesão por parte das entidades, ou o contato foi infrutífero ou não tiveram interesse em participar. Uma instituição mencionou que não teria interesse em participar porque estava elaborando um glossário na área de trânsito e, possivelmente, a nossa pesquisa atrapalharia o projeto deles.

Sendo assim, a Figura 31 apresenta os informantes que contribuíram para a coleta de sinais dos termos recolhidos em português.

Figura 31 – Informantes utilizados na pesquisa



Fonte: a autora.

Como expresso anteriormente, não houve êxito com as entidades contratadas pelos Detrans (associações e fundações), sendo assim, foi aplicada uma pesquisa junto aos Órgãos Executivos de Trânsito e Surdos Habilitados, além da busca em Materiais Midiáticos. A forma como foram organizados os informantes é abordada nas subseções a seguir.

4.4.1 Informante: Órgãos Executivos de Trânsito

O objetivo com esse tipo de informante é a coleta, junto aos profissionais dos departamentos que trabalhem ou tenham trabalhado diretamente na interpretação de provas para candidatos Surdos, de sinais utilizados para os termos selecionados (cf. exposto na seção 4.3). Para tanto, foi criado um questionário simples

(APÊNDICE G), buscando entender melhor sobre a acessibilidade linguística oferecida pelo órgão e se os servidores conheciam os termos ou que sinais em Libras utilizavam para cada um deles.

O questionário foi aplicado por meio de formulário eletrônico, elaborado na ferramenta *Google forms*⁶⁶, de modo a facilitar e agilizar a recolha das respostas.

Figura 32 – Questionário Detrans - Introdução

docs.google.com/forms/d/1jEM50nLpMGVzckex8Z_QbceOHIB0vN9YhJuriNVa18CQ/edit

Negat... RECEITA FEDERAL... TRF-Justiça Federal... INSS - RECEITA FED... Rui Barbosa do Dist... FGTS - Autenticidad... SEPDF - Certidão N... https://

CNH Bilíngue: Sinais em Libras do conteúdo de Direção Defensiva

Prezado (a),
Bem vindo(a)! Você está sendo convidado para participar de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade de Brasília (POSTRAD/UnB) que tem como objetivo criar uma proposta de glossário bilíngue (Português-Libras) do conteúdo teórico de Direção Defensiva, requisito para obtenção da CNH, com o intuito de fomentar a promoção da acessibilidade linguística para o candidato Surdo, bem como contribuir para o desenvolvimento de materiais didáticos em língua de sinais para a área de trânsito.

Tendo como base a Resolução CONTRAN n° 558/2015 que dispõe sobre o acesso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, para o candidato e condutor com deficiência auditiva quando da realização de cursos e exames nos processos referentes à Carteira Nacional de Habilitação – CNH, e considerando a prova teórica para obtenção da 1ª CNH realizada por candidatos Surdos, usuários da Língua Brasileira de Sinais - Libras, elaboramos um questionário composto por perguntas que buscam coletar informações sobre materiais bilíngues (Português-Libras) para apoio a aprendizagem do cidadão Surdo.

Os dados obtidos servirão como base para a análise e elaboração da sugestão do glossário bilíngue (Português-Libras) do conteúdo teórico de Direção Defensiva.

Sua participação é muito importante! Mas, você poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo ou constrangimento.

Dúvidas: lizaniliz@gmail.com

Fonte: a autora.

Dentre os 06 Detrans que aceitaram participar da pesquisa e responder o questionário, houve êxito em apenas dois (DF e RS), sendo que ao todo quatro servidores responderam ao questionário. Embora tenha autorizado a realização da pesquisa, O Detran do estado de Alagoas, quando entramos em contato para aplicação do questionário, informou que também trabalhavam com empresas contratadas para esse fim. No Amapá, embora a pesquisadora tenha mantido contato insistentemente com a pessoa responsável pela aplicação das provas teóricas para Surdos, não houve resposta. E nos estados de Goiás e Minas Gerais, mesmo com o aceite institucional, os contatos com os setores responsáveis foram infrutíferos.

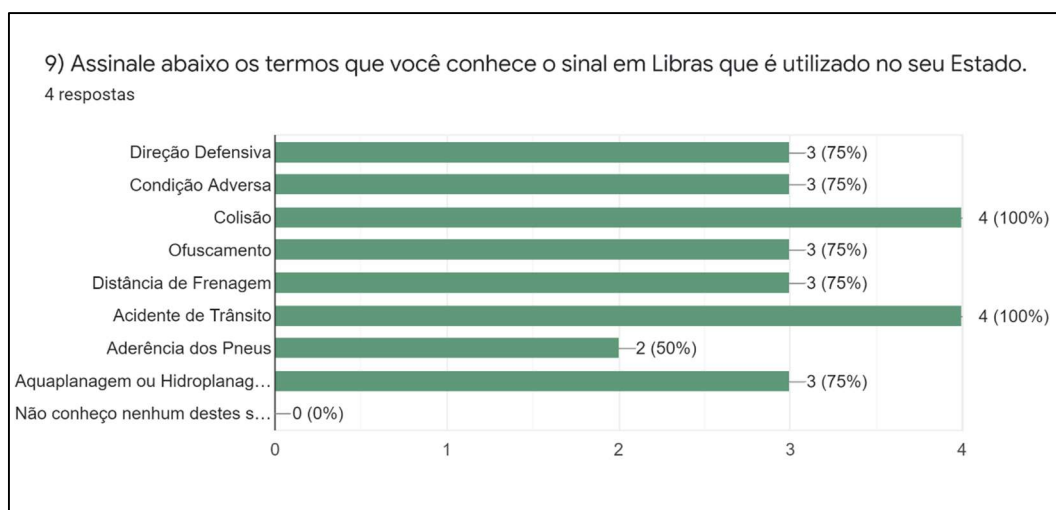
No caso dos órgãos executivos de trânsito, a aplicação do questionário não atendeu sua finalidade, uma vez que os quatro servidores que responderam à

⁶⁶ Formulário disponível: <https://forms.gle/CTNWdDEs8dwoyYk8>, e no APÊNDICE G, no final desse documento.

pesquisa (dois do DF e dois do RS) não gravaram vídeo com os sinais conhecidos e utilizados em seus estados.

As questões 9 e 10 do questionário, as quais tratam dos sinais, são apresentadas na Figura 33, a seguir.

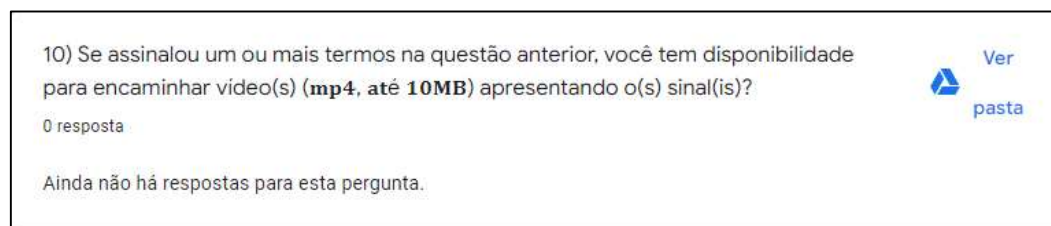
Figura 33 – Respostas apresentadas pelos servidores dos Detrans



Fonte: Dados da pesquisa.

Quando questionados sobre os sinais em Libras para os termos referidos na Figura 33, os servidores responderam que os conheciam. No entanto, na pergunta 10, quando solicitado que fossem gravados vídeos com os sinais conhecidos por eles, não houve nenhuma resposta, conforme demonstra a Figura 34:

Figura 34 – Não foram enviadas respostas para a questão



Fonte: Dados da pesquisa.

As respostas às demais perguntas aplicadas (APÊNDICE G) apenas ratificaram que foi apresentado na seção 2.2, na qual foram analisados os *sites* dos Detrans, com destaque para o RS que é o único que apresenta um dicionário em Libras, disponível em seu *site* no formato PDF, conforme demonstrado nas Figura 8 e Figura 9 da seção 2.2. Além do RJ, que disponibiliza em seu *site* um curso em

Libras sobre os conteúdos cobrados na prova teórico-técnica para obtenção da CNH.

4.4.2 Informante: Surdos Habilitados

A escolha desse tipo de informante tem por intuito a coleta junto aos condutores Surdos, aqueles que são habilitados e já passaram pelo processo de obtenção, os sinais utilizados para os termos selecionados. Para tanto, foi criado um questionário em Libras, gravado por um Surdo (Rogério Feitosa Oliveira da Silva), para trazer maior credibilidade da pesquisa perante a comunidade surda (APÊNDICE H). Esse questionário foi criado com o intuito de entender melhor o perfil desses condutores, por meio da coleta de informações como: idade, sexo, em que ano adquiriu a primeira CNH, estado de residência, em qual estado obteve a primeira CNH, se alguma vez houve reprovação na prova teórica, qual modalidade de prova realizou e, por fim, os conceitos dos termos selecionados, se conhecem os sinais desses termos e quais são os sinais utilizados no seu estado. O questionário foi aplicado por meio de formulário eletrônico, elaborado na ferramenta *Google forms*⁶⁷.

Na Figura 35, é demonstrada a introdução do questionário. Para todas as perguntas existe o texto em português e o vídeo em Libras, permitindo conforto linguístico na língua materna do Surdo.

⁶⁷ Formulário disponível em <https://forms.gle/Be3DmYSscC9Hy8DTA>, e no APÊNDICE H, no final desta dissertação.

Figura 35 – Questionário Surdos Habilitados - Introdução



Fonte: a autora.

Destaca-se, na elaboração do questionário em Libras, a dedicação do tradutor Surdo Rogerio Feitosa que, voluntariamente, contactou diversos Surdos das mais variadas regiões. O resultado de sua generosa ação foi o recebimento de um número significativo de respostas, isto é, 68 Surdos, de 20 unidades da federação. O percentual de maiores respostas foi do DF e de MG (cf. Quadro 10). É importante esclarecer que, nos estados de AC, AL, MT, RO, RR, SE e TO, nenhum Surdo respondeu à pesquisa.

Quadro 10 – Quantidade de respostas da comunidade surda

UF	Quantidade	%
DF	18 respostas	26,5%
MG	08 respostas	11,8%
GO, PB	05 respostas	7,4%
SP	04 respostas	5,9%
CE, MS, PA, RS SC	03 respostas	4,4%
PE, PR, RN	02 respostas	2,9%
AM, AP, BA, ES, PI, RJ	01 resposta	1,5%

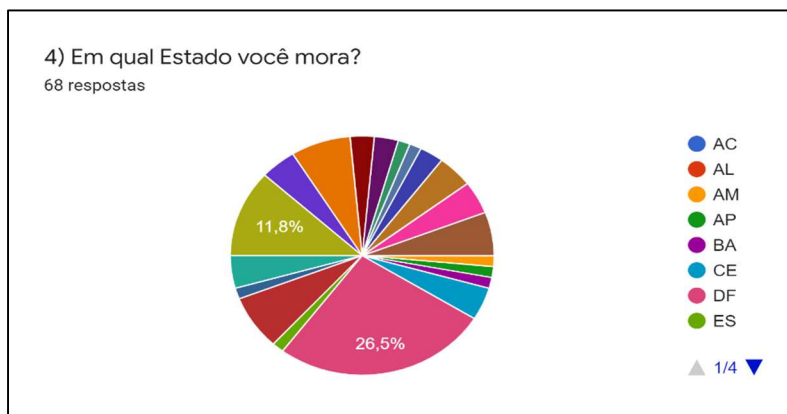
Fonte: a autora.

Dos resultados obtidos, quando perguntado em que ano obteve a 1ª CNH, 09 (13,23%) responderam que não tinham habilitação. Embora a pesquisa esteja

voltada para Surdos habilitados, foram consideradas todas as respostas, uma vez que o foco é conhecer os sinais utilizados para os termos da área.

Como forma de tornar mais evidentes tais informações, A Figura 36 apresenta o gráfico extraído da ferramenta *Google forms*:

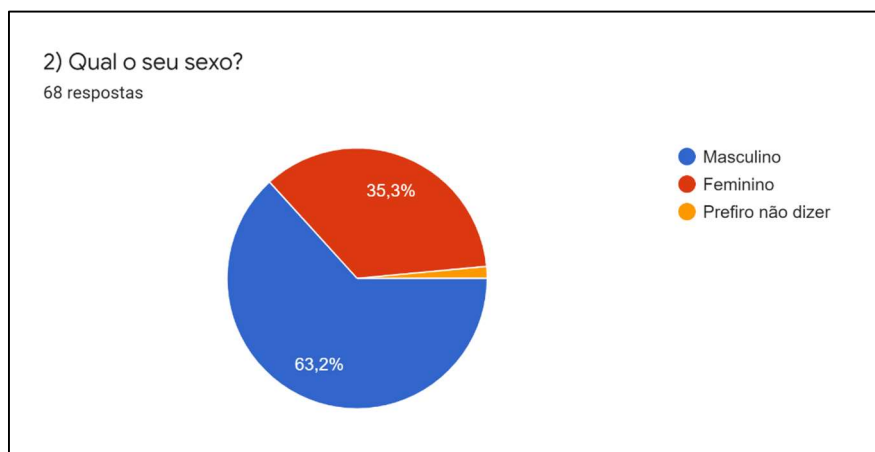
Figura 36 – Quantidade de Surdos que responderam à pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa.

No tocante ao sexo, foi obtida uma devolutiva de 24 (35,3%) mulheres, 43 (63,2%) homens e 1 (1,5%) preferiu não mencionar (cf. Figura 37).

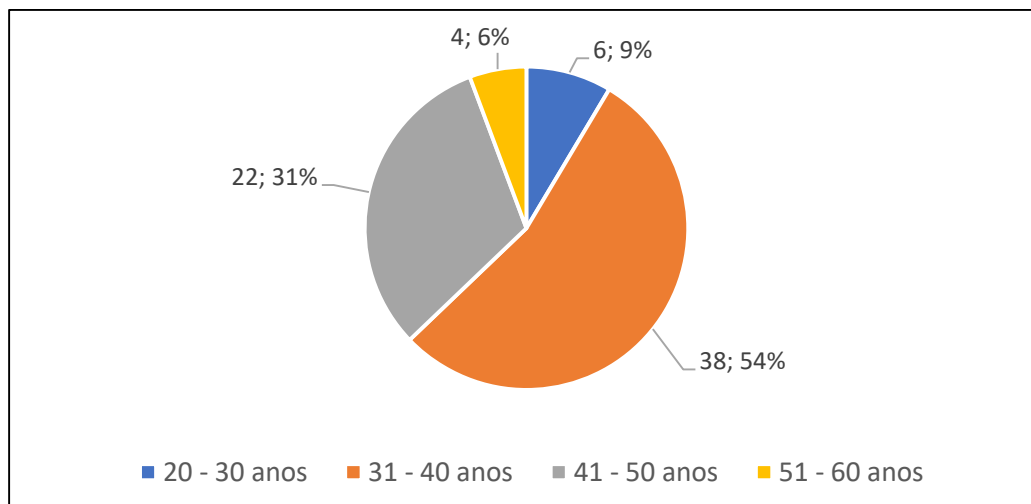
Figura 37 – Sexo dos informantes Surdos



Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à idade dos informantes, essa foi dividida por faixa etária para melhor visualização. Conforme Gráfico 15, a faixa etária entre 31 e 40 anos apresentou o maior número de respostas (38; 54%), seguida pelas faixas entre 41 e 50 anos com 22 respostas (31%), e 20 e 30 anos com 06 respondentes (9%) e por fim, a faixa etária entre 51 e 60 anos (04; 6%).

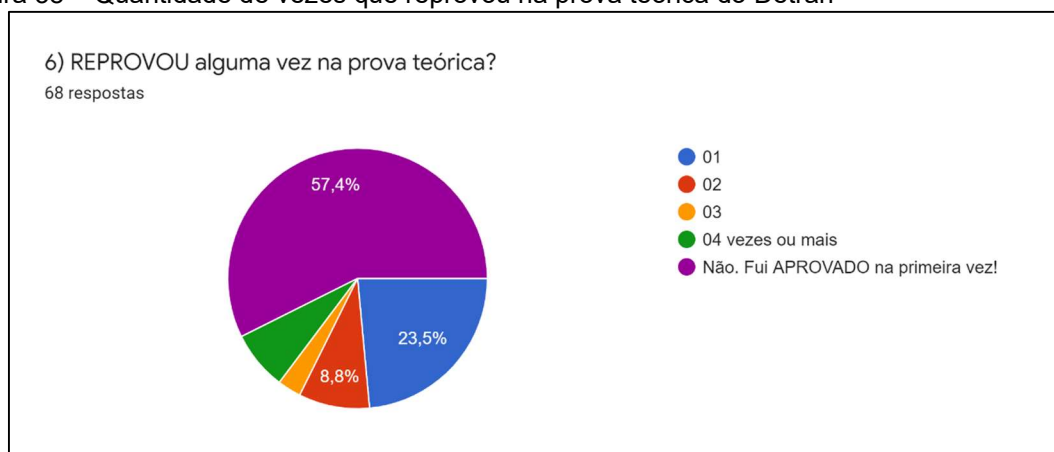
Gráfico 15 – Faixa Etária dos Surdos Habilitados



Fonte: a autora.

Quanto à reprovação na prova teórica para primeira habilitação (cf. Figura 38), a maioria (57,4%, 39) respondeu que passou na primeira vez que realizou a prova, seguido de 16 (23,5%) respondentes que afirmaram terem reprovado uma vez, 02 (8,88%) reprovaram duas vezes, 03 (2,9%) responderam que reprovaram três vezes, e 05 (7,4%) reprovaram 04 vezes ou mais.

Figura 38 – Quantidade de vezes que reprovou na prova teórica do Detran



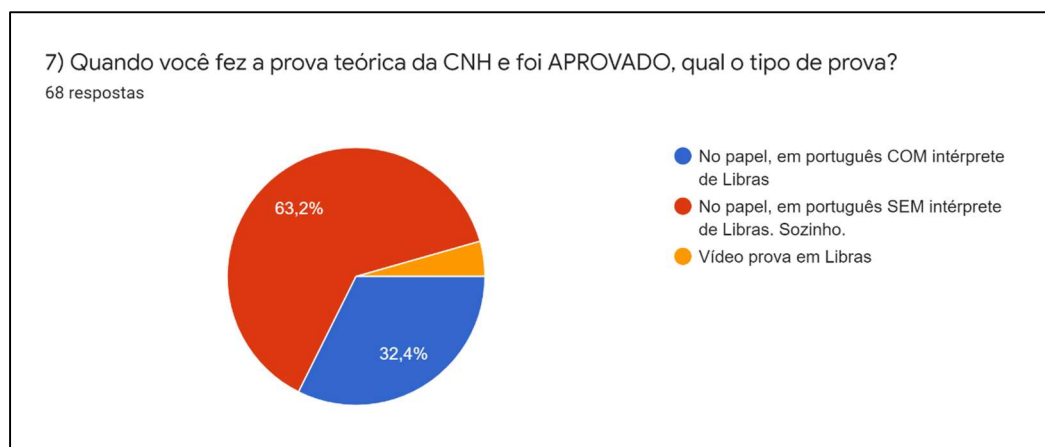
Fonte: Dados da pesquisa.

Embora a maioria tenha respondido que passou na primeira vez que realizou a prova, sabe-se que a realidade na grande maioria dos estados é bem diferente, e o índice de reprovação é alto, não por causa da capacidade dos candidatos, mas por falta de acessibilidade às provas.

Em relação ao tipo de prova realizada, 43 (63,2%) Surdos fizeram a prova em português, sem intérprete de Libras, 32 (32,4%) realizaram a prova com

intérprete de Libras, e apenas três (4,4%) em vídeo prova em Libras, conforme mostra a Figura 39.

Figura 39 – Tipo de prova teórica



Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da pergunta 08 do questionário, o intuito era buscar os sinais em Libras dos termos escolhidos. Após apresentado o conceito, indagou-se se o Surdo conhecia o sinal daquele termo e, em caso afirmativo, se poderia gravar um vídeo do sinal para enviar via formulário eletrônico. O Quadro 11 foi elaborado de modo a estabelecer um comparativo para a análise.

Quadro 11 – Comparativo de termos x sinal em Libras

Termo	Sim		Não		Vídeos
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
Direção Defensiva	24	35,3%	44	61,7%	09
Colisão	32	47,1%	36	52,9%	11
Condição Adversa	19	27,9%	49	72,1%	06
Ofuscamento	17	25%	51	75%	05
Distância de Frenagem	27	39,7%	41	60,3%	08
Acidente de Trânsito	41	60,3%	27	39,7%	12
Aquaplanagem ou Hidroplanagem	18	26,5%	50	73,5%	04
Aderência dos Pneus	26	38,2%	42	61,8%	07

Fonte: a autora

Após a análise das respostas, destaca-se que vários vídeos contribuíram para a pesquisa, conforme demonstra o quadro acima. Alguns participantes gravaram apenas os sinais conhecidos, outros opinaram a respeito do conceito apresentado, e alguns termos foram destacados com o uso de classificadores, como, por exemplo: colisão.

O comparativo mostra, ainda, que o termo mais conhecido pelos

respondentes é “acidente de trânsito”, com 41 (60,3%) respostas afirmativas. Os termos menos conhecidos na amostra foram: “ofuscamento”, com 51 (75%) dos Surdos que negaram conhecer o termo; seguido por “aquaplanagem” com 50 (73,5%) que indicaram desconhecer o termo. Esses dados corroboram nossa experiência no DF.

Cabe destacar que, em função da natureza da pesquisa, o projeto passou pelo crivo e aprovação do Comitê de Ética da UnB, tendo sido aprovado, por meio do Parecer nº 4.989.549, de 22 de setembro de 2021. Dessa forma, os questionários que foram aplicados e os termos escolhidos com base no conhecimento empírico da pesquisadora foram criados e submetidos à apreciação do Comitê, antes mesmo da análise realizada por meio da LC. Nesse sentido, é importante destacar que o uso da Linguística de *corpus* só veio ratificar a escolha dos termos. No caso da seleção dos termos pela LC, foram selecionados mais dois termos (distância de seguimento e distância de reação) para composição do glossário.

4.4.3 Informante: Materiais Midiáticos

Dentre as fontes de seleção para a composição do *corpus* foram incluídos materiais midiáticos, como vídeos, apostilas e provas, os quais, necessariamente, deveriam ser oficiais (disponibilizados pelos órgãos de trânsito) e ter os sinais dos termos escolhidos na seção 4.3.

Observamos na seção 3.3 que as pesquisas na área de glossários em Libras vêm crescendo e compreendem diferentes áreas do conhecimento, no entanto destaca-se que, até a execução desta pesquisa, não tivemos conhecimento de pesquisas acadêmicas com sinais-termo na área de trânsito, exceto o glossário de placas proposto por Rogério Feitosa. Uma vez que não trabalhamos com a criação de sinais-termo para compor o projeto piloto deste glossário, buscou-se informantes da área de trânsito.

Embora o questionário aplicado junto aos Detrans não obteve os resultados esperados, como mencionado na seção 4.4.1, é sabido que o Detran/RS possui um dicionário com vários sinais da área, o que é acessível em sua página da internet. Ao passo que os estados de AL, MA e RJ disponibilizam provas simuladas em Libras. Além disso, recentemente, o Detran/MT informou que está sendo criado um

sinalário na área de trânsito, o qual também pode contribuir para esta pesquisa.

No que tange aos estados de AL e MA, ambos os Detrans trabalham com o mesmo simulador de provas em Libras. No entanto, ao longo do segundo semestre de 2022, por diversas vezes, tentamos utilizá-los para pesquisar sinais, mas não obtivemos sucesso. A janela na qual deveria aparecer o vídeo em Libras não está disponível (aparece uma tela preta, zerada, conforme Figura 40). Tentamos acesso por dois navegadores: internet *explorer* e *chrome*.

Figura 40 – Prova Simulada com Libras - Detran/MA

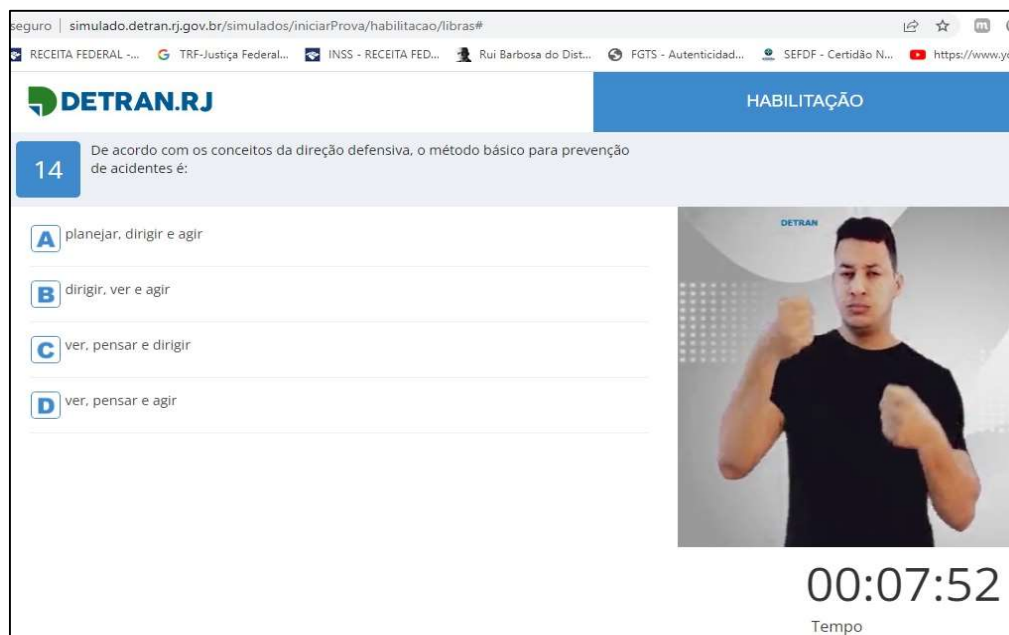


Fonte: [Simulador Digital \(e-detran.com.br\)](http://simulador-digital.e-detran.com.br).

Dentre os termos escolhidos para o projeto piloto do glossário, no *site* do Detran/RJ (prova simulada em Libras) foi encontrado o sinal de Direção Defensiva, colisão frontal, distância de segurança. O sistema de questões daquele órgão também é randômico, razão pela qual foi consultado diversas vezes.

Na Figura 41 abaixo, pode ser visualizado o sistema de provas simuladas eletrônicas com tradução para Libras.

Figura 41 – Prova Simulada com Libras - Detran/RJ



Fonte: <http://simulado.detran.rj.gov.br/simulados/iniciarProva/habilitacao/libras.>

Considerando que as opções de consulta de órgãos oficiais são reduzidas, foi realizada uma pesquisa aleatória, na *internet*, em busca de sinais de trânsito em Libras. Foram encontrados, no *Youtube*, alguns vídeos de termos mais comuns como: CNH, rua, gasolina, faixa de pedestre.

Em resumo, examinando os informantes disponíveis que poderiam indicar os sinais dos termos escolhidos chegou-se ao seguinte quadro:

Quadro 12 – Sinais disponíveis para o glossário

	Termo	Dicionário	Simulado	Sinalário	Surdos
		RS	RJ	MT	Entrevistados
1	Colisão	X	X	∅	X
2	Direção Defensiva	X	X	∅	X
3	Condições adversas	X	∅	∅	X
4	Acidente de trânsito	X	∅	∅	X
5	Ofuscamento	∅	∅	∅	X
6	Aquaplanagem	X	∅	X	X
7	Distância de seguimento	X	X	X	∅
8	Distância de frenagem	X	∅	X	X
9	Distância de reação	X	∅	X	∅
10	Aderência dos pneus	∅	∅	∅	X

Fonte: a autora.

Analisando o Quadro 12 com o auxílio dos Surdos entrevistados, é possível elaborar o projeto piloto do glossário com os dez termos selecionados. Dessa forma, prossegue-se para a última etapa do percurso metodológico.

4.5 Etapa 4 – Elaboração e Organização das Fichas Terminológicas (FT)

A quarta e última etapa da metodologia, tão importante quanto as demais, consiste na elaboração e na organização das Fichas Terminológicas (FT), por meio da coleta, do registro e da organização da pesquisa para o glossário bilíngue. Nesta seção, é apresentado um modelo da FT em português e em Libras, no mesmo documento, para facilitar o uso do *QR Code*. O restante das fichas está disponibilizado no Apêndice E.

Este trabalho segue o modelo de FT elaborada por Tuxi (2017), com base em Faulstich (2010)⁶⁸, apresentada no Quadro 13.

Quadro 13 – Modelo de Ficha Terminológica segundo Faulstich (2010)

FICHA TERMINOLÓGICA Modelo de Faulstich (2010, p.180-183)	
1. Número	Ordem numérica do registro feito.
2. Entrada	Unidade linguística que possui o conteúdo semântico da expressão terminológica na linguagem de especialidade. É o termo propriamente dito, o termo principal.
3. Categoria gramatical	Indicativo da categoria gramatical à qual pertence ou de sua respectiva estruturação sintático-semântica. Pode ser n = nome; s = substantivo; v = verbo; utc = unidade terminológica complexa ou outra que seja necessária.
4. Gênero	Indicativo do gênero a que pertence o termo na língua descrita, a saber: m = masculino. F = feminino.
5. Variante (s)	Formas concorrentes com a entrada. As variantes correspondem a uma das alternativas de denominação para uma mesmo referente. Elas podem ser variantes terminológicas linguísticas ou variantes terminológicas de registro.
6. Sinônimo (s)	Formas concorrentes no discurso da linguagem de especialidade, cujo significado é idêntico ao do termo da entrada.
7. Área	Indicativo da área científica ou técnica em que o termo é usado.
8. Definição	Sistema de distinções recíprocas, que servem para descrever conceitos pertinentes aos termos.

⁶⁸ Faulstich é responsável pelo Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos (Centro Lextern), do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP) da Universidade de Brasília, é um organismo dedicado à pesquisa científica e técnica e à formação de pós-graduados, tal como prevê o seu regulamento. Os Estudos Lexicais e Terminológicos dedicam-se às atividades científicas e profissionais dirigidas à resolução de problemas linguísticos e de comunicação. Incluem-se também nesse rol de incumbências o atendimento às necessidades Linguísticas de organismos e instituições situados em todo o território nacional. Com esse propósito, o Centro Lextern trabalha em pesquisa fundamental, bem como na constituição de instrumentos e recursos relacionados às aplicações da linguagem. Para mais informações: <http://www.lip.unb.br/nucleos-de-pesquisa/lexterm>

FICHA TERMINOLÓGICA Modelo de Faulstich (2010, p.180-183)	
9. Fonte de constituição da definição	Registro do nome do autor, da obra, data etc., de onde foi compilada a definição. O campo deve ser preenchido mesmo que o autor do dicionário ou glossário seja o autor ou o adaptador das definições. Nesses casos, para evitar repetições desnecessárias, a referência pode aparecer na apresentação da obra.
10. Contexto	O contexto é um fragmento de texto no qual o termo principal aparece registrado, transcrito com o fim de demonstrar como é usado na linguagem de especialidade.
11. Fonte do contexto	Registro do autor, obra, data de onde foi extraída a frase contextual. Também é chamado de abonação. O campo deve ser preenchido mesmo que o autor do dicionário ou glossário seja o autor dos contextos. Nesses casos, para evitar repetições desnecessárias, a referência pode aparecer na apresentação da obra.
12. Remissivas	Sistema de relação de complementariedade entre termos. Os termos remissivos se relacionam de maneira diversa, dependendo da contiguidade de sentido. Podem ser termos hiperônimos, hipônimos e termos conexos.
13. Nota	Comentário prático, linguístico ou enciclopédico, que serve para complementar as informações da definição.
14. Equivalente	Termos de línguas estrangeiras que possuem o mesmo referente. No dicionário, incluem-se os termos equivalentes das línguas selecionadas, segundo o plano da obra.
15. Autor	Registro do nome do responsável intelectual pela elaboração da ficha de terminologia; o registro pode ser feito por meio de sigla ou abreviação.
16. Redator	Registro do nome do responsável pelo preenchimento/ digitação da ficha de terminologia; o registro pode ser feito por meio de sigla ou abreviação.
17. Data	Registro do dia, mês e ano em que a ficha foi preenchida/ digitada.

Fonte: Faulstich (2010, p.180-183)

As palavras de Krieger e Finatto (2004) são cruciais para o melhor entendimento da FT. Para as referidas autoras, a FT é um elemento de grande importância na organização de repertórios de terminologias, é considerada um registro completo das informações referentes a um determinado termo.

A ficha terminológica constitui, enfim, um núcleo de informações acerca de um termo ou expressão sob estudo. Com base nessa ficha são extraídas todas as informações para composição de um verbete, mas nem todas as informações que nela constam precisam, necessariamente, ser repassadas para o usuário no momento da formulação do verbete e geração do glossário para a impressão. [...]

Cada trabalho, em suas especificidades, pode exigir um tipo distinto de ficha terminológica que, em linhas gerais, alimentará tipos diferentes de verbetes e de dicionários. Desse modo, não se pode imaginar que haja um modelo único de ficha que pudesse atender a todas as especificidades dos diferentes trabalhos. O fundamental é que esse tipo de documento, a ficha, seja um registro bem planejado com todas as informações coletadas e que essas informações sejam tanto facilmente recuperáveis quanto perfeitamente entendidas por todos os membros da equipe (KRIEGER; FINATTO, 2004, p.136).

Salienta-se que, uma vez que a proposta trata de um glossário bilíngue com foco na formação de condutores Surdos, optou-se por definir um campo na FT

contendo um contexto de prova levando em consideração o objetivo e a especificidade da área. A FT para esta pesquisa foi elaborada com base em Tuxi (2017), no entanto foi feita uma adaptação de campos e de *layout*. O modelo proposto para esta dissertação é apresentado na próxima seção.








4.5.1 Fichas Terminológicas bilíngue em LP/Libras


Nesta seção é apresentado um modelo de FT bilíngue em LP/Libras. As demais fichas podem ser consultadas no Apêndice E. Frisa-se que, em função da visualidade da Libras, os vídeos são a base para o glossário, por isso optou-se por criar uma FT bilíngue, com três colunas: lado esquerdo Língua Portuguesa (modalidade escrita); central são os campos da FT; e lado direito Libras, visualizada por meio de vídeos, via *QR Code*. Para visualizar os vídeos, é necessário fazer a leitura do *QR Code* com um aparelho *smartphone*. Destaca-se o uso dessa ferramenta como instrumento de interação do Surdo ao meio.

A título de informação, existem dois tipos de *QR Code*: o dinâmico e o estático. O primeiro possui um sistema alterável, ou seja, o usuário pode gerar o código e é possível fazer alterações no conteúdo por meio do *site*, mantendo o código gerado. No entanto, esse código é válido somente por quinze dias, após esse período é necessário fazer uma assinatura mensal para manter a visualização, gerando um custo. Já o estático é imutável, uma vez criado o código no *site*, não é possível alterá-lo. A vantagem deste último é que é menos oneroso. A fim de evitar problemas de leitura em relação aos *QR Codes*, foi disponibilizado, no Apêndice F, um quadro com o *link* de todos os vídeos utilizados nas FT.

A seguir, no Quadro 14, é apresentado o modelo de FT utilizado nesta pesquisa. Os seus campos foram pautados no modelo criado por Faulstich (2010) e adaptados por Tuxi (2017). Uma vez que este estudo utilizou a LC para extração dos termos, optou-se por informar, além da ordem numérica do registro feito, o número de ocorrências encontrado no estudo da LC (seção 4.3). Esse ponto está demonstrado nas FT indicado pela linha laranja com dois campos, que se referem à: FT (nr) = Ficha Terminológica e o número sequencial das fichas; LC (nr) = Frequência que o termo teve no estudo da Linguística de *Corpus*.

Quadro 14 – Modelo de FT bilíngue em LP/Libras

FICHA TERMINOLÓGICA		
Glossário de termos da área de Direção Defensiva		
FT: 01	LC: 78	
Colisão	← Entrada →	
∅	← Variante →	∅
Batida, choque, abalroamento	← Sinônimo →	
Substantivo Feminino	← Cat. Gramatic al /Gênero →	
Choque (entre dois veículos em movimento), exemplo: carro, moto, caminhão, bicicleta, ônibus, navio, trem.	← Definição →	
https://dicionario.priberam.org/colis%C3%A3o (acessado em 24/11/2020) adaptado.	← Fonte da Definição →	https://dicionario.priberam.org/colis%C3%A3o (acessado em 24/11/2020) adaptado.
Após colisão frontal de dois veículos, o motorista de um deles está inconsciente. Nessa situação, a conduta mais indicada para o socorro da vítima é: 1) sentá-la com a cabeça estendida para trás, a fim de facilitar a respiração. 2) deitá-la do lado direito e observar a sua respiração. 3) retirá-la do veículo e levá-la para uma área mais ventilada. 4) informar ao serviço de socorro o seu estado e seguir as orientações recebidas. 5) virá-la de bruços, movimentando a cabeça para o lado direito.	← Contexto de Prova →	
http://e-detran.com.br/MA/Simulador_MA/prova/Prova.aspx	← Fonte Contexto de Prova →	http://e-detran.com.br/MA/Simulador_MA/prova/Prova.aspx
	← Imagem →	
https://br.depositphotos.com/59250973/stock-illustration-cars.html	← Fonte Imagem	https://br.depositphotos.com/59250973/stock-illustration-cars.html

FICHA TERMINOLÓGICA		
Glossário de termos da área de Direção Defensiva		
FT: 01	LC: 78	
A colisão pode ser de três tipos: frontal, traseira ou lateral.	← Notas →	
Lizani Liz	← Autora Tradutor Surdo →	Emanuel Andrade e Rogério Feitosa
04/07/2022	← Data →	11/01/2023

Fonte: a autora.

Tendo concluído a organização e o registro das FT, o passo seguinte é a apresentação do projeto piloto do glossário bilíngue Português-Libras, que é o foco desta pesquisa.

5 PROJETO PILOTO DO GLOSSÁRIO BILÍNGUE

Este capítulo é destaque nesta dissertação, tendo em vista que apresenta a espinha dorsal do objeto desta pesquisa, isto é, o projeto piloto do glossário bilíngue no par linguístico Português – Libras.

Vale enfatizar que a proposta aqui apresentada contempla os dez termos de DD selecionados e a organização e o registro das fichas terminológicas bilíngue que foram trabalhadas no capítulo anterior. Para tanto, foi utilizado um protótipo baseado no Glossário Libras⁶⁹, desenvolvido pela UFSC.

Para fins de demonstração, neste trabalho foi utilizado o *QR Code* como instrumento facilitador, no entanto a intenção é que esse glossário seja hospedado em uma página da internet, como por exemplo no *site* do Detran/DF. Por conseguinte, para esse propósito, em função de o Detran ser um órgão público, será necessário o cumprimento de algumas etapas burocráticas de aprovação e contratação, as quais não serão tratadas neste estudo. Com base nisso e no que apresentam as autoras Krieger e Finatto (2004), nos propusemos a desenvolver um protótipo para esse glossário.

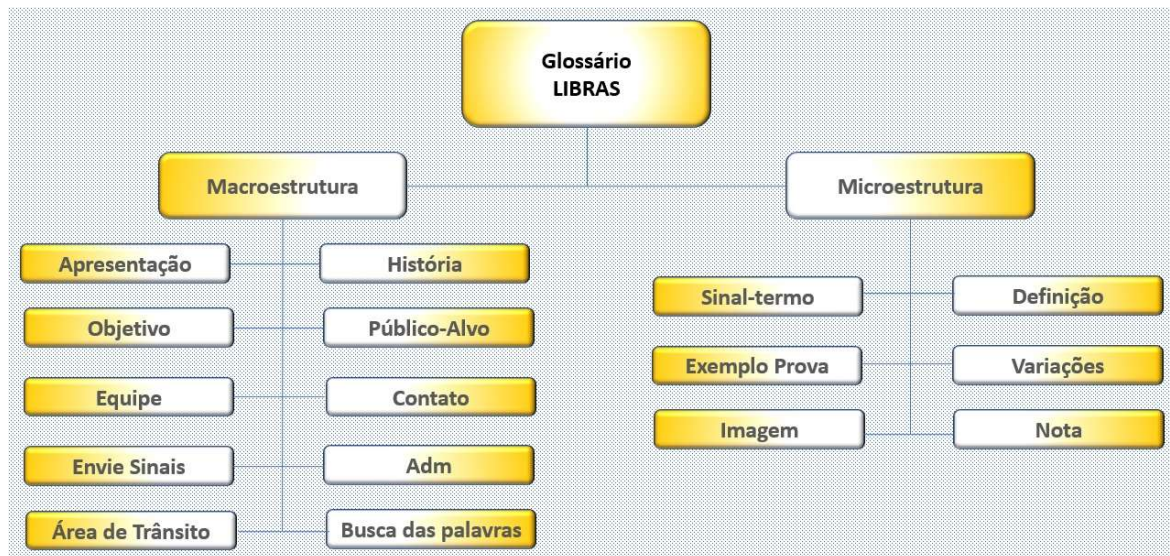
A confecção de um “projeto piloto” ou de um “ensaio de glossário” é algo aconselhável, pois permite vivenciar as rotinas de trabalho numa escala menor, além de tornar possível a percepção antecipada de ajustes de tarefas e das funções de cada um (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 128).

5.1 Apresentação da macroestrutura e microestrutura do Glossário Bilíngue

Na Figura 42, é apresentada a composição da macroestrutura e da microestrutura do glossário bilíngue da área de Direção Defensiva que possibilitam a demonstração dos verbetes em Libras.

⁶⁹ Disponível em: <https://www.glossario.libras.ufsc.br/>.

Figura 42 – Diagrama de Macroestrutura e Microestrutura do Glossário



Fonte: a autora.

Cumprir destacar que a estrutura do glossário para esse protótipo foi elaborada por meio de um arquivo em PDF interativo, com o intuito de demonstrar o *design* sugerido. O programa utilizado para a confecção do protótipo foi o *InDesign (Adobe)*.

No que concerne às cores escolhidas para a composição da ferramenta, foram consideradas preta, amarela e branca, as quais remetem às cores do Detran/DF. Por fim, quanto às estruturas, essas estão descritas nas próximas subseções.

5.1.1 Macroestrutura do Glossário Bilíngue Português - Libras

Como visto anteriormente, na seção 3.4, a macroestrutura em obras terminográficas é composta por informações gerais relativas ao glossário. A obra proposta nesta dissertação está dividida em três partes, quais sejam: i) informações gerais; ii) área de trânsito que deseja pesquisar; e iii) sistema de busca. Na página inicial, consta a apresentação do glossário e abas/guias que fazem referência a: história, objetivo, público-alvo, equipe, contato, envie sinais e administrador. Na sequência é possível que o consulente selecione qual área do trânsito deseja pesquisar (placas ou direção defensiva, por enquanto), além da busca das palavras em português ou por sinal.

Como ponto de partida, é importante abordar a página inicial do glossário,

ilustrada na Figura 43.

Figura 43 – Página Inicial do Glossário



Fonte: a autora.

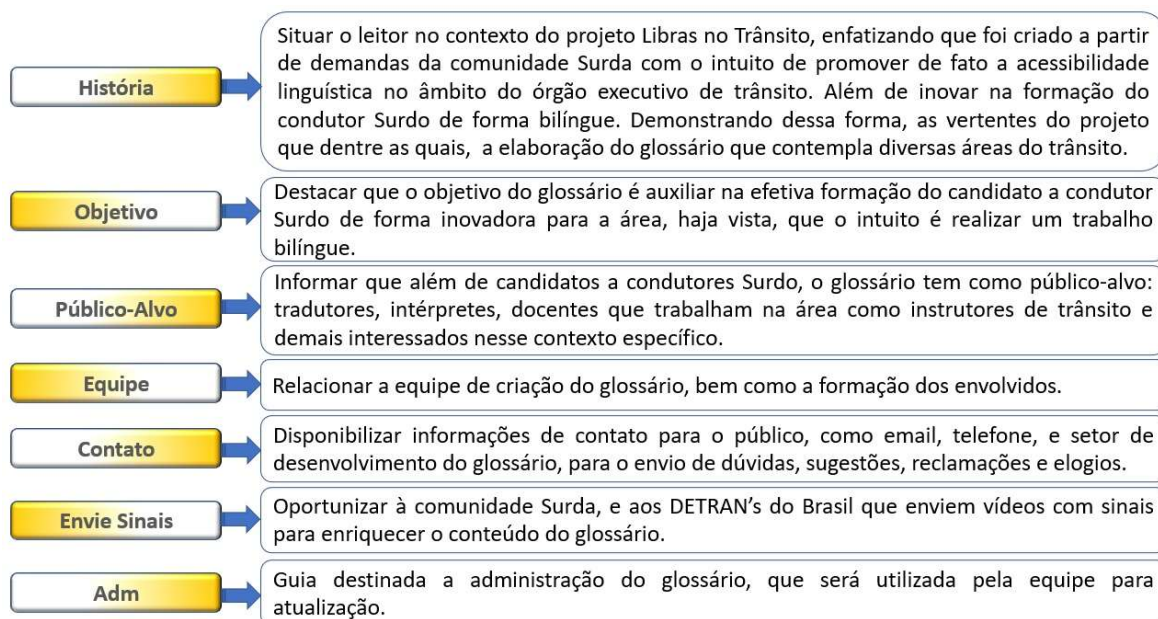
Na página inicial do glossário, no canto superior esquerdo, consta a logomarca do Detran/DF e do projeto “Libras no Trânsito”. Além disso, é possível visualizar algumas abas/guias na parte superior, as quais disponibilizam informações pertinentes.

No centro da página o consulente tem acesso a um *link* para a apresentação do glossário em português e em Libras. Por outro lado, se clicar na logomarca do projeto, o consulente tem acesso às áreas do trânsito possíveis para pesquisa.

Essa obra terminográfica foi denominado de *Glossário LIBRAS*. Para esse projeto, não foi criada uma logomarca específica, tendo sido utilizada a do projeto em desenvolvimento no Detran/DF no âmbito da Escola Pública e Trânsito, no qual, dentre suas vertentes, está a elaboração de glossários na área de trânsito para auxiliar na aprendizagem do público Surdo para obtenção da CNH.

Ainda na página inicial, na parte superior, são destacadas as abas/guias que contém informações gerais. Quando o consulente clica em cada aba/guia, é remetido a outra página com os elementos daquela temática. As informações contidas em cada uma das abas são descritas detalhadamente na Figura 44.

Figura 44 – Descrição das abas/guias da página inicial



Fonte: a autora.

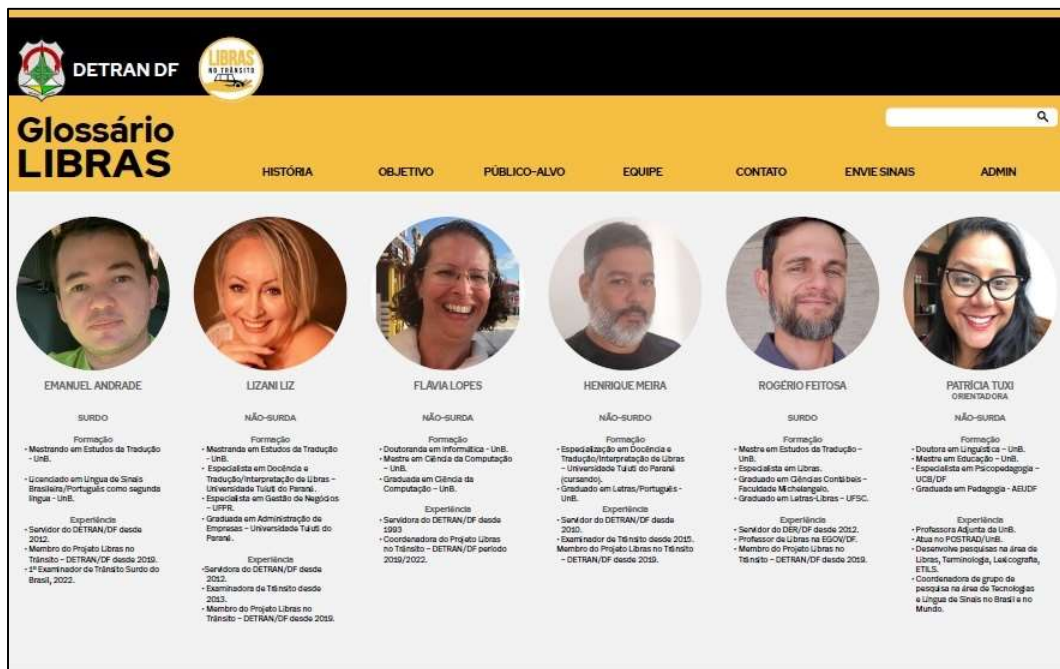
Destaca-se que todo o conteúdo do glossário é disponibilizado de forma bilíngue, no par linguístico português-Libras, conforme pode ser visualizado ao longo desta seção.

Ademais, a respeito das guias descritas na Figura 44, é necessário destacar a equipe de criação e produção do glossário, todos são servidores públicos efetivos da área de trânsito dos órgãos Detran/DF e DER/DF, sob a orientação e a supervisão da Prof^a Dra. Patrícia Tuxi, da UnB.

Aliado a isso, frisa-se que o Detran/DF é pioneiro no que diz respeito à existência, em sua equipe, do 1º Examinador de Trânsito Surdo do Brasil, formado pelo órgão. Ressalta-se, ainda, que esse profissional tem contribuído de maneira significativa e com muita destreza para o desenvolvimento deste projeto.

Fazendo alusão à equipe do projeto, um espaço também foi reservado para a apresentação desses profissionais. Conforme demonstrado na Figura 45 **Erro! Autoreferência de indicador não válida.**, são apresentadas, além das fotos e nomes dos integrantes da equipe, uma breve apresentação de cada um deles.

Figura 45 – Equipe de criação e produção do glossário



Fonte: a autora.

Nesta dissertação, a apresentação da equipe está detalhada no Quadro 15.

Quadro 15 – Apresentação da equipe de criação e produção

Nome	Surdo / Não Surdo	Formação	Experiência
Emanuel Andrade	Surdo	Mestrando em Estudos da Tradução - UnB. Licenciado em Língua de Sinais Brasileira/Português como segunda língua - UnB.	Servidor do DETRAN/DF desde 2012. Membro do Projeto Libras no Trânsito – DETRAN/DF desde 2019. 1º Examinador de Trânsito Surdo do Brasil, 2022.
Lizani Liz	Não-Surda	Mestranda em Estudos da Tradução - UnB. Especialista em Docência e Tradução/Interpretação de Libras – Universidade Tuiuti do Paraná. Especialista em Gestão de Negócios – UFPR. Graduada em Administração de Empresas – Universidade Tuiuti do Paraná.	Servidora do DETRAN/DF desde 2012. Examinadora de Trânsito desde 2013. Membro do Projeto Libras no Trânsito – DETRAN/DF desde 2019.
Flavia Lopes	Não-Surda	Doutoranda em Informática - UnB. Mestre em Ciência da Computação – UnB. Graduada em Ciência da Computação – UnB.	Servidora do DETRAN/DF desde 1993 Coordenadora do Projeto Libras no Trânsito – DETRAN/DF período 2019/2022.
Henrique Meira	Não-	Especialização em Docência e	Servidor do DETRAN/DF

Nome	Surdo / Não Surdo	Formação	Experiência
	Surdo	Tradução/Interpretação de Libras – Universidade Tuiuti do Paraná (cursando). Graduado em Letras/Português - UnB.	desde 2010. Examinador de Trânsito desde 2015. Membro do Projeto Libras no Trânsito – DETRAN/DF desde 2019. 30 anos de experiência e contato com a comunidade surda. Intérprete e Professor de Português, em língua de sinais.
Rogerio Feitosa	Surdo	Mestre em Estudos da Tradução – UnB. Especialista em Libras. Graduado em Ciências Contábeis – Faculdade Michelangelo. Graduado em Letras-Libras – UFSC.	Servidor do DER/DF desde 2012. Professor de Libras na EGOV/DF. Membro do Projeto Libras no Trânsito – DETRAN/DF desde 2019.
Profª Dra. Patrícia Tuxi ORIENTADORA	Não Surda	Doutora em Linguística – UnB. Mestre em Educação – UnB. Especialista em Psicopedagogia – UCB/DF Graduada em Pedagogia - AEUDF	Professora Adjunta da UnB. Atua no POSTRAD/UnB. Desenvolve pesquisas na área de Libras, Terminologia, Lexicografia, ETILS. Coordenadora de grupo de pesquisa na área de Tecnologias e Língua de Sinais no Brasil e no Mundo.

Fonte: a autora.

A próxima tela disponível está pautada na escolha das áreas do trânsito que estão acessíveis para consulta.

Figura 46 – Áreas disponíveis para consulta



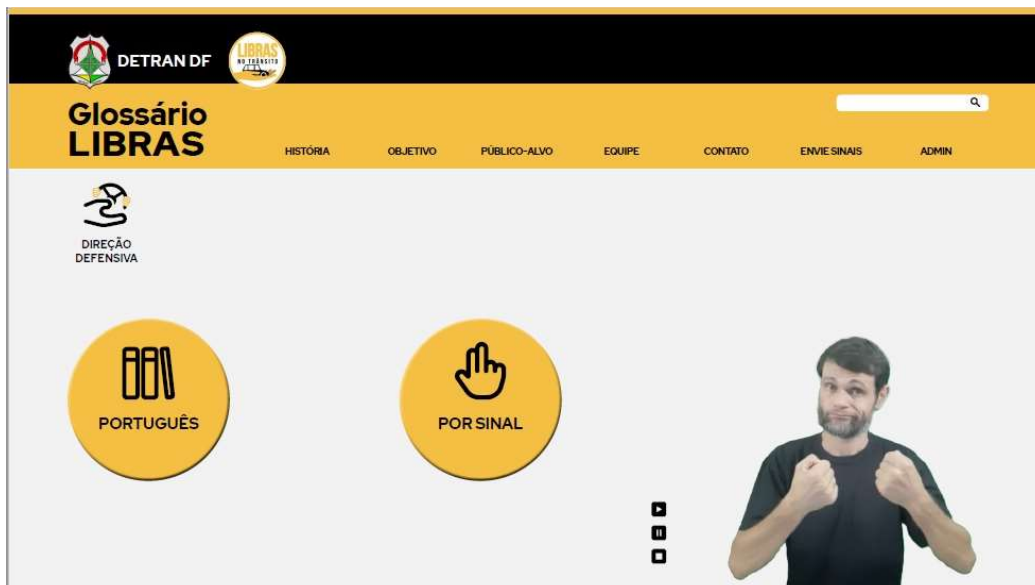
Fonte: a autora.

Atualmente existem duas áreas do trânsito que podem ser disponibilizadas para pesquisa: Placas e Direção Defensiva. A primeira é a área de pesquisa de mestrado de um membro da equipe, o qual é pesquisador mestre e servidor do DER/DF, Rogério Feitosa, que defendeu sua pesquisa em julho de 2022. A segunda é a área objeto deste estudo: termos de DD.

Conforme as pesquisas forem avançando, novos ícones podem ser oferecidos, como, por exemplo: primeiros socorros, legislação, noções de mecânica, entre outros.

Por enquanto, cabe esclarecer que, ao clicar no botão de DD, o consulente será remetido ao tipo de pesquisa: português ou sinal (cf. Figura 47):

Figura 47 – Tipos de pesquisa do termo: português ou sinal



Fonte: a autora.

Por sua vez, na próxima tela, o consulente terá a oportunidade de direcionar a pesquisa de acordo com sua necessidade se em “português” ou “por sinal”. Da mesma forma, como já mencionado anteriormente, ao lado direito de cada página, contém um vídeo explicativo em Libras.

No caso de o usuário realizar a pesquisa em português, ele será encaminhado para a seguinte tela (cf. Figura 48):

Figura 48 – Pesquisa de termos em português



Fonte: a autora.

Dessa forma, aparece um campo de busca, onde o consulente pode digitar o termo desejado, e tornam-se visíveis os termos disponíveis no glossário.

No exemplo da Figura 48, o termo pesquisado foi “colisão”, após selecionar a palavra e clicar na lupa, a página será direcionada para a microestrutura do glossário, a qual contém os verbetes, que serão abordados na subseção 5.1.2.

Para o outro tipo de busca, pautada “por sinal”, o usuário precisa selecionar três itens. Os itens registrados a seguir foram retirados do Glossário Libras, desenvolvido pela UFSC, e servem para ilustrar a proposta do projeto piloto proposto nesta pesquisa.

- 1) Grupos de configuração de mão: são dez grupos de configurações de mão, demonstrados na Figura 49.

Figura 49 – Grupos de configuração de mão



Fonte: Disponível em: <https://www.glossario.libras.ufsc.br/pesquisalibraspsi>.


- 2) A configuração de mão no grupo: nesse exemplo, foi selecionada a configuração de mão em , o que retornou oito subseqüentes configurações de mão, conforme explicitado na Figura 50.

Figura 50 – Configurações de mão no grupo selecionado



Fonte: Disponível em: <https://www.glossario.libras.ufsc.br/pesquisalibraspsi>.

- 3) Localização do sinal: nesse exemplo, foi escolhido lugar “neutro” (conforme demonstrado na Figura 51), mas pode ser testa, boca, bochecha, ombro, tronco, braço e nariz.

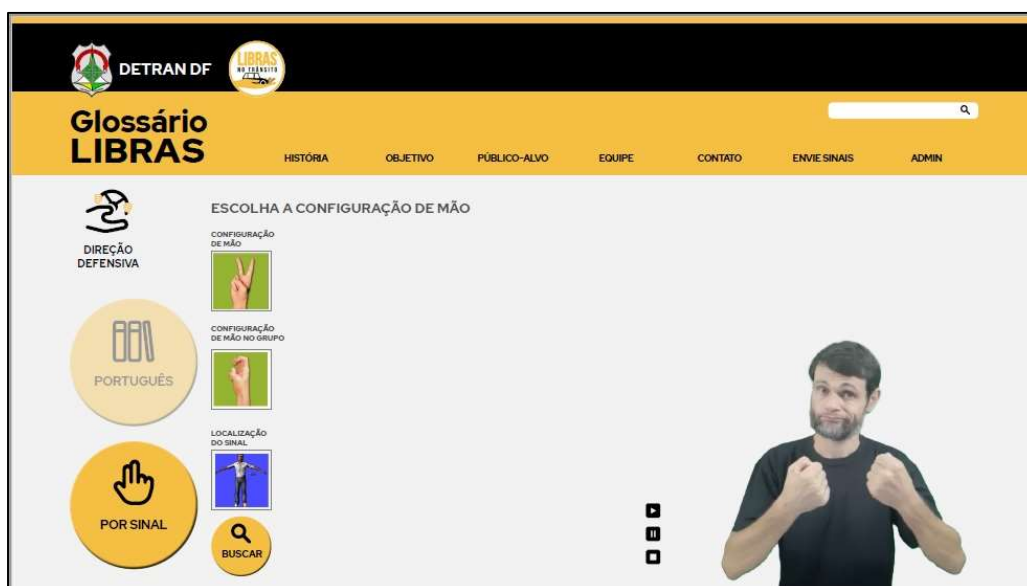
Figura 51 – Localização do sinal



Fonte: Disponível em: <https://www.glossario.libras.ufsc.br/pesquisalibraspsi>.

Tendo como base as características do sistema de busca desenvolvido pela UFSC, nesta obra a seleção por sinais está demonstrada na Figura 52.

Figura 52 – Pesquisa de termos por sinal



Fonte: a autora.


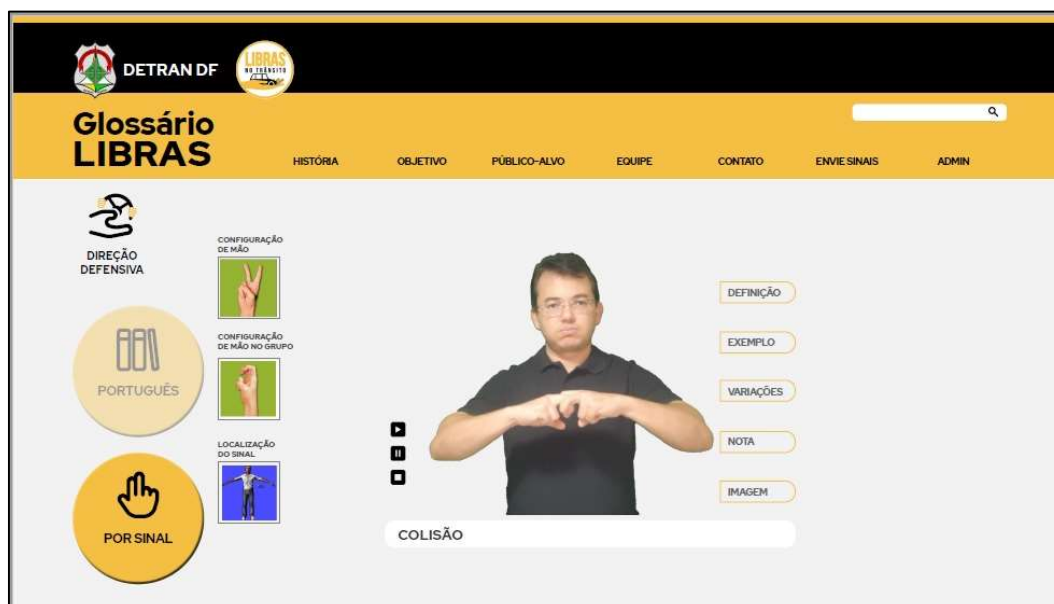
Na amostra, o/os sinais a serem pesquisados são todos os que estão na base de dados e que têm a configuração de mão em , conforme Figura 53.

Figura 53 – Resultado da pesquisa por sinal



Fonte: a autora.

A página será direcionada para a microestrutura do glossário, a qual contém os verbetes, que serão abordados na próxima subseção.

5.1.2 Microestrutura de Glossário Bilíngue Português – Libras

Esta subseção trata da estrutura do verbete, ou seja, da microestrutura de uma obra terminográfica. É na microestrutura que acontece a organização e o registro dos dados que serão apresentados ao consulente. À luz de Tuxi (2017, p. 171), “entendemos a microestrutura como um conjunto de informações baseadas no registro e na organização das fichas terminológicas”. Como já mencionado anteriormente, na Libras, o verbete deve conter estruturas que possibilitem ao consulente a compreensão conceitual.

No âmbito de glossários em Libras, é habitual, entre alguns pesquisadores da área (Felten, 2016; Tuxi, 2017), a utilização de camisetas de cores diferentes para identificar cada campo do verbete. A elaboração da microestrutura deste glossário se inspirou nesses pesquisadores em relação à apresentação de cores diferenciadas para cada campo.

Na seção 4.5.1, quando foi apresentado o modelo de FT utilizado, as imagens dos *QR Codes* estão com a cor que remete à camiseta do vídeo em Libras. Acompanhando o entendimento da pesquisadora Tuxi (2017, p. 173), “cada cor de camiseta tem uma função na constituição do verbete, da macroestrutura e microestrutura”. Dessa forma, foram escolhidas 04 cores para representar o verbete, como apresentado na Figura 54.

Figura 54 – Cores de camisetas utilizadas para composição do verbete

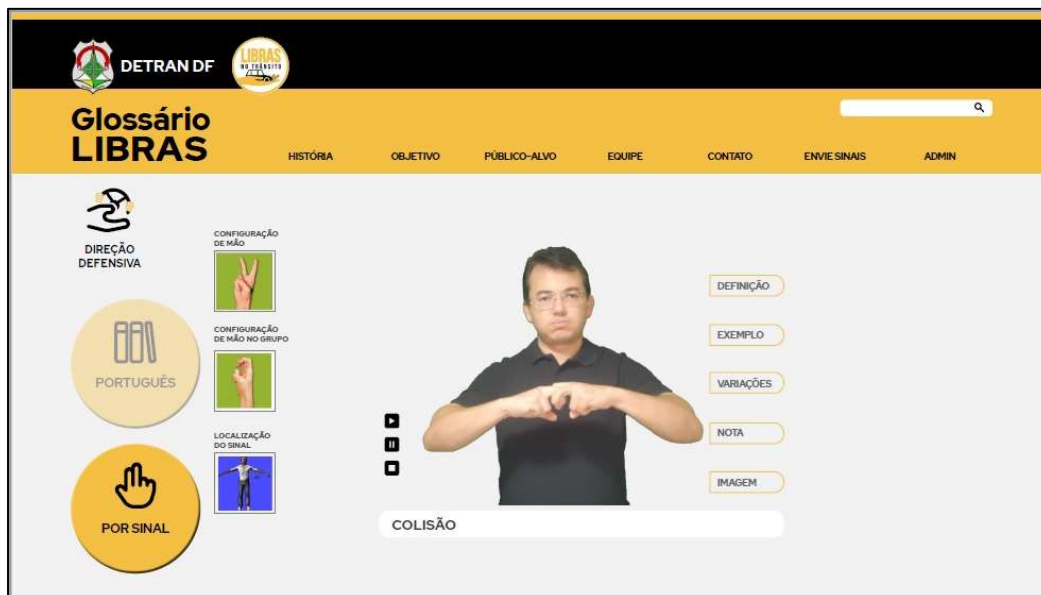


Fonte: a autora.

Essa divisão de cores por camiseta x função no verbete pode ser visualizada na sequência de figuras expostas nesta subseção. Na macroestrutura, nos vídeos com as explicações optaram-se pela utilização de camiseta de cor preta, como, por exemplo, na Figura 53.

Sendo assim, com base no registro e na organização das FTs, e em consonância com o propósito de fornecer material didático acessível ao público Surdo, foram selecionados alguns campos para apresentação do verbete do glossário, quais sejam: sinal-termo (entrada), definição, exemplo (contexto de prova), variações, nota e imagem, os quais são apresentados na sequência.

Figura 55 – Estrutura do verbete

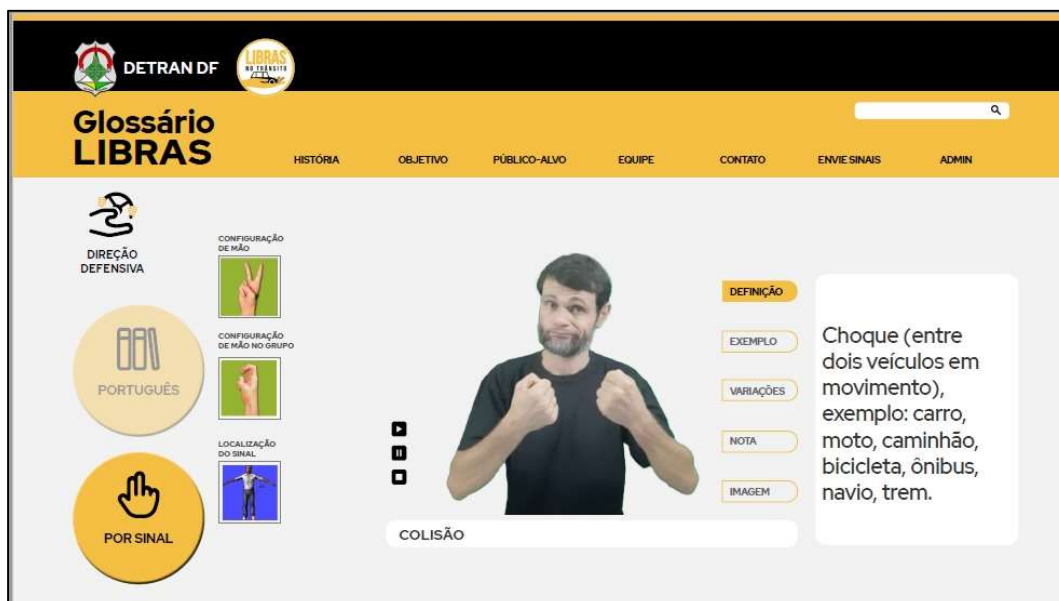


Fonte: a autora.

No *layout* exposto na Figura 55, o termo “colisão” é apresentado em português, com a opção de visualizar o sinal-termo em Libras por meio do vídeo. Na parte central, lado direito de tela, é possível visualizar os outros campos do verbete com os botões de Definição, Exemplo, Variações, Nota e Imagem. O consulente poderá selecionar o *link* desejado e, ao fazê-lo, será enviado para uma nova página. Tendo em vista que se trata da apresentação do sinal-termo, conforme mencionado anteriormente, o tradutor Surdo usa uma camiseta na cor preta.

Na sequência estão registradas as demais telas do glossário apresentando todos os campos selecionados para o verbete, a começar pelo campo “Definição”, na Figura 56.

Figura 56 – Campo: definição



Fonte: a autora.

Na Figura 56, quando o usuário clica no campo “Definição”, tem-se do lado esquerdo um vídeo em Libras com a explicação do conceito, destacando que a cor da camiseta do tradutor Surdo é preta, e do lado direito o texto em português. Isso posto, é possível que o consulente visualize o vídeo e a definição em português na mesma perspectiva.

No campo “Exemplo”, os exemplos selecionados para compor o contexto de uso dos termos foram os ambientes de provas simuladas disponibilizados nos *sites* dos Detrans do AL, MA e RJ, além de exercícios disponíveis nos materiais didáticos oficiais utilizados como *corpus* de estudo dessa pesquisa. Isso pode ser observado na Figura 57.

Figura 57 – Campo Exemplo: contexto de prova



Fonte: a autora.

Assim, ao clicar no botão “Exemplo”, o usuário será encaminhado para uma pergunta de prova relacionada ao termo pesquisado. Nessa opção, mantém-se do lado esquerdo a pergunta em português, com as opções de respostas, e do lado direito o vídeo de tradução em Libras. Nessa perspectiva, cada opção de resposta terá um vídeo correspondente em Libras.

A próxima opção disponível para consulta, é o campo “Variações”. É importante salientar que, dada a importância deste glossário, há interesse na sua divulgação e disseminação no âmbito nacional. Nesse contexto, há que se considerar que as variações linguísticas apresentadas para os sinais-termo são relevantes. Sendo assim, é oportuno mencionar que, para esse tópico, foram aproveitados os sinais recolhidos na pesquisa realizada com os Surdos no Brasil, abordada no tópico 4.4.2, visando enriquecer o trabalho com a variação linguística.

Assim, clicando no campo “Variações”, havendo conteúdo para o termo, o consulente será remetido há uma tela com um vídeo em Libras, onde o tradutor Surdo utiliza a camiseta na cor vermelha (cf. Figura 58).

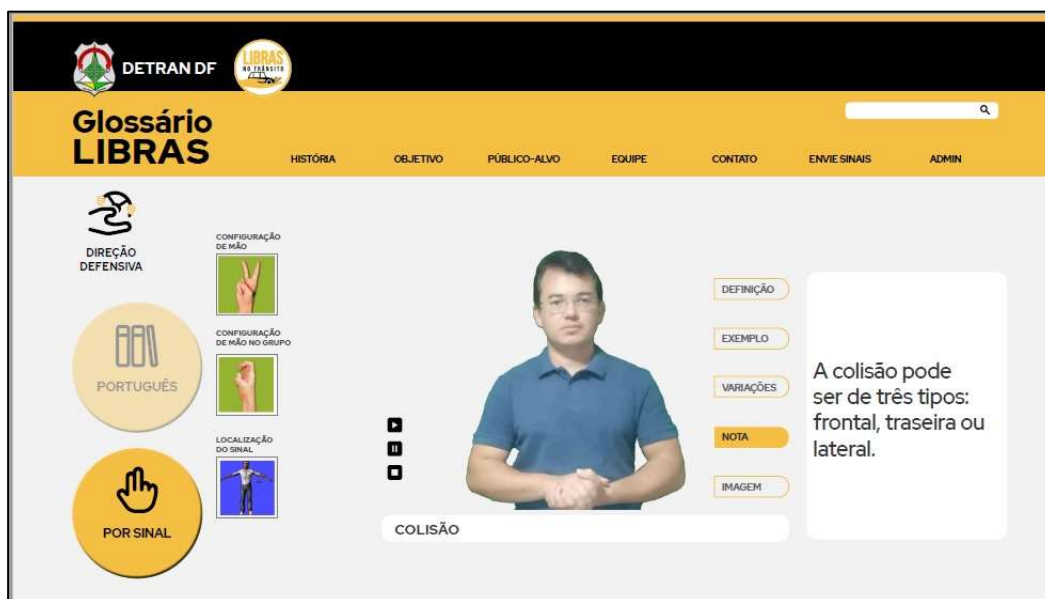
Figura 58 – Campo Variações Linguísticas



Fonte: a autora.

Da mesma maneira que nos campos anteriores, ao clicar no campo “Nota”, o usuário será remetido para um modelo com o vídeo em Libras do lado esquerdo (tradutor Surdo com camiseta azul) e do lado direito o texto em português. Essa nota é explicativa ou enfática. No caso do termo “colisão”, por exemplo, a nota evidencia que existem três tipos de colisão: frontal, traseira ou lateral (cf. Figura 59).

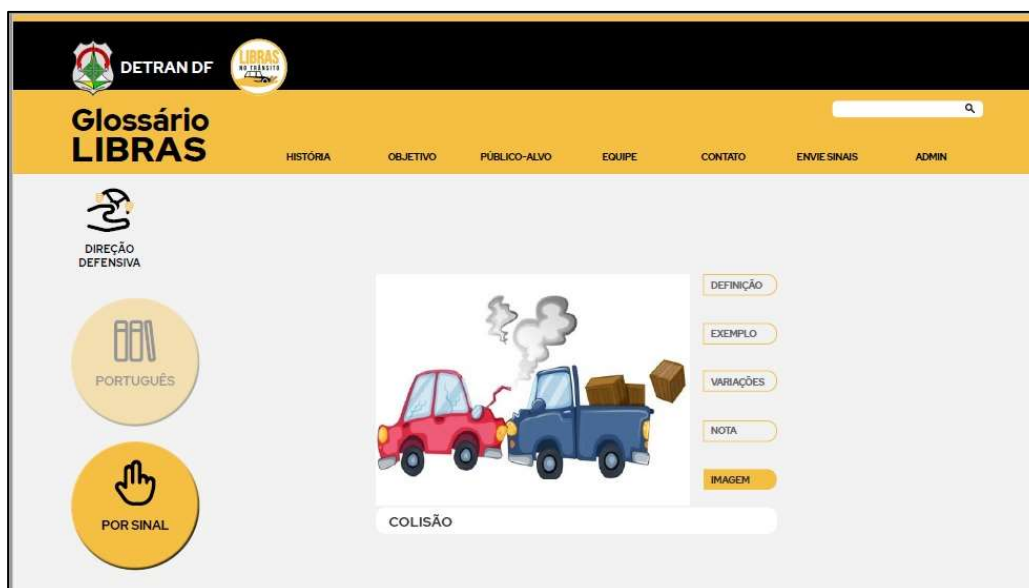
Figura 59 – Campo: Nota



Fonte: a autora.

Pensando na iconicidade da Libras, no campo “Imagem”, a finalidade é trazer algo visual que tenha semelhança com o termo pesquisado (cf. Figura 60). Para alguns termos específicos, entretanto, não foram encontradas ilustrações ou fotos que pudessem caracterizá-los.

Figura 60 – Campo: imagem



Fonte: a autora.

Por fim, ressalta-se que este capítulo versou a respeito da proposta do projeto piloto do glossário bilíngue dos termos de Direção Defensiva, no par linguístico português-Libras, que é o objetivo geral deste estudo.

Nesse sentido, foi concebida uma proposta de macroestrutura e microestrutura da obra terminográfica, visando abranger todos os pontos importantes de cada um dos tópicos.

De todo o exposto, espera-se que esta amostra seja utilizada como modelo para a complementação do glossário, nessa e nas demais áreas do trânsito, considerando o objeto central deste projeto piloto, que foi o marco inicial para a formação efetiva do condutor Surdo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve seu foco central na apresentação da proposta de um glossário bilíngue dos termos de Direção Defensiva, no par linguístico Português-Libras. A aludida proposta resulta de uma das vertentes do projeto “Libras no Trânsito”, que vem sendo desenvolvido no Detran/DF, no âmbito da Escola Pública de Trânsito, com o intuito de promover a acessibilidade linguística para o público Surdo, de forma efetiva e não apenas paliativa. Fazendo alusão à terminologia dessa área, há que se ressaltar que essa é extremamente técnica, ao passo que existem muitos níveis linguísticos partícipes do trânsito.

Considerando a importância da temática, o Detran/DF adotou o projeto “Libras no Trânsito” de forma pioneira dentre os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, objetivando desenvolver duas linhas: uma de formação do condutor Surdo e outra na elaboração de materiais didáticos acessíveis.

Como destaque, há que se ressaltar que, no ano de 2022, o Detran/DF formou o primeiro examinador de trânsito Surdo do Brasil, na expectativa de instituir uma garantia de oportunidades para esse público e promover a formação de condutores Surdos de forma bilíngue, no contexto de “Surdo-para-Surdo”.

Ainda como destaque, naquele mesmo ano, o projeto participou da 5ª Edição do Prêmio Espírito Público⁷⁰, que é conhecida como a principal premiação da sociedade civil voltada para a valorização e o reconhecimento de profissionais públicos que se dedicam à promoção de serviços públicos de qualidade, ocasião em que o projeto ficou entre os três finalistas na categoria Promoção da Diversidade, em âmbito nacional.

Preliminarmente, antes mesmo de proceder à abordagem geral do objeto deste estudo, se fez-se necessário mencionar a existência dos direitos desse público, os quais, em hipótese alguma, devem ser violados. Ademais, o Estado não deve se furtar de proteger esses cidadãos. Dessa forma, é irrefutável considerar que tais direitos estão expressos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 5º, o qual é preciso quando têm a igualdade como princípio, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação de todas as pessoas com ou sem deficiência.

Nesse sentido, foi delineada uma retrospectiva histórica, no período

⁷⁰ www.premioespiritopublico.org.br

compreendido entre 1910 e 2021, da legislação de trânsito e de acessibilidade em busca de traçar a trajetória do direito de dirigir do cidadão Surdo. Ratificando o percurso da comunidade surda, encontrou-se uma legislação tímida e pouco efetiva, com um interstício de 40 anos (1975-2015) entre a primeira legislação que permitiu ao Surdo a participação no processo de habilitação, e a norma que trouxe o direito à acessibilidade linguística em todas as etapas do processo.

Com base nesse eixo, a legislação é clara em relação ao direito do cidadão com deficiência. No entanto, constatou-se que os órgãos executivos de trânsito carecem de políticas públicas para o desenvolvimento de ações afirmativas rumo à acessibilidade, eliminando do seu cotidiano atividades atenuantes para apenas suprir as dificuldades, necessidades e motivações que aparecem ao longo do percurso.

Atualmente, a formação de condutor, tanto teórica quanto prática, é de responsabilidade dos Centros de Formação de Condutores (autoescolas), credenciados perante os Detrans e por esses fiscalizados. Há que se pontuar duas importantes situações: por um lado, o custo para disponibilizar intérpretes ou instrutores de trânsito Surdos para aulas teóricas e práticas é muito alto para ser assumido pelos CFCs; por outro lado, a legislação permite a disponibilização de verba para a área de desenvolvimento da Libras dentro dos órgãos públicos. Como os Detrans são órgãos arrecadadores, existe a possibilidade de investir em capital humano e assumir a formação desse público específico.

Uma alternativa é criar, dentro de suas estruturas organizacionais, núcleos de acessibilidade, a exemplo do que existe no Detran/RS, com o objetivo de atender as demandas provenientes dessa parcela minoritária da população que fica tão marginalizada, sempre relegada a um segundo plano frente às políticas públicas, enfrentando desafios e preconceitos de toda ordem. Existem outros grupos minoritários que também devem ser considerados, como por exemplo: as pessoas com mobilidade reduzida, autistas e portadores de TDAH.

Outro cenário constatado que merece destaque é a questão da invisibilidade de condutor Surdo nas estatísticas do trânsito. Não foram encontrados dados a esse respeito, uma vez que, em geral, as pessoas com deficiência estão enquadradas em uma única categoria nos sistemas informatizados dos órgãos. Sendo assim, é difícil responder quantos condutores Surdos existem no Brasil. Um caminho possível para transcender esse obstáculo é que o órgão normativo do SNT

proponha políticas públicas e regulamente a questão de um censo nessa área, incluindo a obrigatoriedade dessa estatística no sistema do RENAEST, tornando viável a elaboração de um mapeamento desse público de maneira segregada.

Frisa-se que, do ponto de vista teórico e histórico, é muito difícil separar a história da tradução de Libras da história dos Surdos no Brasil de um modo geral, bem como a questão dos tradutores e intérpretes que surgiram de um viés social e religioso, que somente após consideráveis lutas e vitórias conseguiram alcançar a categoria de profissionais.

No âmbito teórico, é importante salientar que a Terminologia e os Glossários pertencem à área do saber dos Estudos da Tradução. Trazendo para a área de Libras, a Terminologia é um campo de acentuada relevância para o desenvolvimento da língua, de processos de aprendizagem e de comunicação entre e com Surdos. Nesse sentido, é pertinente a utilização de estudos e pesquisas que privilegiem a criação de glossários.

Nesse sentido, as teorias da Terminologia oportunizam o avanço de pesquisas acadêmicas na área, uma vez que observa-se o crescimento significativo ao longo dos anos (2007-2021). Fato esse que tem ocorrido em função do crescimento da autonomia do Surdo, o que tem acessado e conquistado inúmeros espaços na sociedade, fomentando o empoderamento da sua cultura e da sua língua.

Outro aspecto importante a ser considerado são as possibilidades que a tecnologia proporciona para o público Surdo. É notório que, em função da visualidade da língua, os avanços tecnológicos trouxeram facilidades para o ensino, a aprendizagem e a comunicação. Além disso, no bojo deste trabalho, a tecnologia, por meio da Linguística de *Corpus*, é uma ferramenta facilitadora nas pesquisas acadêmicas relacionadas aos glossários para extração de termos.

Ademais, a LC foi utilizada no percurso metodológico deste trabalho, como forma de apoiar o processo e como mais uma alternativa no desenvolvimento de pesquisas relacionadas à Terminologia da Libras.

No que tange a elaboração do glossário bilíngue dos termos de Direção Defensiva, é mister salientar que foram extraídos 145 candidatos a termos, dos quais foram selecionados 10 para o projeto piloto da obra terminográfica. Esta, por sua vez, é uma amostra, que tem a possibilidade de ser utilizada como modelo, dentro de uma infinidade de termos que poderão ser trabalhados no contexto do

projeto “Libras no Trânsito”.

Em relação ao projeto piloto do glossário, para que este logre êxito, propõe-se que o glossário seja hospedado no *site* do Detran/DF, e que seja realizada a divulgação perante as autoescolas, a comunidade surda e demais órgãos executivos de trânsito, com o desafio de proporcionar melhorias na formação do condutor Surdo.

Cabe enfatizar que essa pesquisa não tem a intenção de esgotar o assunto. O desejo é despertar interesse pela temática em outros órgãos, pesquisadores, bem como na comunidade envolvida, com a finalidade de fomentar, desenvolver e disseminar glossários para compor materiais didáticos acessíveis na área de trânsito em âmbito nacional.

Diante desse panorama apresentado, malgrado as legislações editadas em favor da acessibilidade pretendida para esse público, há que se ressaltar que todo esse processo se consolidou apenas parcialmente de forma tímida e gradativa. Contudo, é determinante que, para que os órgãos do SNT possam servir de exemplo nesse cenário, é necessário que sejam observadas as avaliações dos erros, o empenho dos governantes, da sociedade e de todo o público envolvido, e as mudanças de curso para se colocar em prática o que ainda se encontra apenas na teoria.

Por fim, é necessário que haja uma conscientização no sentido de que não se mantenha essa inversão de valores, onde apenas os Surdos, uma pequena parcela da sociedade, lutem fortemente para a conquista de seus direitos, haja vista que esse é papel de todos: Estado, comunidade, classe empresarial, pesquisadores etc.

REFERÊNCIAS

- ABATI, Flávia Rech. **Proposta de glossário bilíngue: terminologia dos —procedimentos de tradução em Língua Brasileira de Sinais**. Brasília: Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, 2018, 128 f. Dissertação de mestrado. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34410> . Acesso em 28/10/2021.
- ALBRES, Neiva de Aquino. Estudos da tradução e interpretação da língua de sinais: uma história contada com as primeiras pesquisadoras. In: **Estudos da Língua Brasileira de Sinais**, v. 5, 2020. p. 371-390.
- AMÉRICO, Marco; DE GRANDE, Fernando Chade; SILVA SANTOS, João Fernando Tobyal da. **Proposta de aplicativo gamificado para o desenvolvimento de direção defensiva**. Rastros. Ano XVI. Dezembro, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Fernando-Chade-De-Grande-2/publication/320096895_Proposta_de_aplicativo_gamificado_para_o_ensino_de_direcao_defensiva/links/59cda4d50f7e9b225635df2a/Proposta-de-aplicativo-gamificado-para-o-ensino-de-direcao-defensiva.pdf. Acesso: 26/07/2021.
- ANDRION, Roseli. **Você sabe o que é o QR Code? A gente explica**. Olhar Digital [on-line]. 14/09/2019. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2019/09/14/seguranca/voce-sabe-o-que-e-o-qr-code-a-gente-explica/> Acesso em: 12/11/2022.
- ANTHONY, Laurence. (2020). **AntConc** (Version 3.5.9) [Computer software]. <https://www.laurenceanthony.net/software>. Acesso em: 20/09/2020.
- BARROS, Lídia Almeida. **Curso Básico de Terminologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- BATISTA, Paula. ONU define Segunda Década para Segurança no Trânsito. **Portal trânsito e mobilidade**. 2021. Disponível em: <https://www.portaldotransito.com.br/noticias/fiscalizacao-e-legislacao/agente-de-transito/onu-define-segunda-decada-para-seguranca-no-transito/> Acesso em: 29/03/2023
- BELÉM (PA). Departamento de Trânsito. **Curso de Direção Defensiva**. Belém: Detran/PA, s/a. Disponível em: <https://www.detran.pa.gov.br/index.php#> . Acesso em: 20/02/2020.
- BEVILACQUA, C. R. Por que e Para que a Linguística de Corpus na Terminologia. In: **Corpora na Terminologia**. TAGNIN, S; BEVILACQUA, C. R. (orgs). São Paulo: Hub Editorial, 2013.
- BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). **Resolução nº 362/1963**. DOU 01/08/1963, p. 6667.
- BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). **Resolução nº 449/1972**. DOU 10/03/1972, p.2065.

BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). **Resolução nº 558 de 15 de outubro de 2015**. Dispõe sobre o acesso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, para o candidato e condutor com deficiência auditiva quando da realização de cursos e exames nos processos referentes à Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-denatran/resolucoes-contran>. Acesso em: 08/03/2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). **Resolução Nº 730 DE 06 de março de 2018**. Estabelece os critérios e requisitos técnicos para a homologação dos cursos e das plataformas tecnológicas, na modalidade de ensino à distância, quando requeridos por instituições ou entidades públicas ou privadas especializadas. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=357413> Acesso em: 29/03/2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). **Resolução nº 783, de 18 de junho de 2020**. Referenda a Deliberação CONTRAN nº 189, de 28 de abril de 2020, que dispõe sobre a realização das aulas técnico-teóricas do curso de formação de condutores na modalidade de ensino remoto enquanto durar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia de COVID-19. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-contran/resolucao-no-783-de-18-de-junho-de-2020> Acesso em: 29/03/2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). **Resolução nº 789 de 18 de junho de 2020**. Consolida as normas sobre o processo de formação de condutores de veículos automotores e elétricos. 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-denatran/resolucoes-contran>. Acesso em: 09/03/2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). **Resolução nº 849, de 08 de abril de 2021**. Altera a Resolução CONTRAN nº 789, de 18 de junho de 2020, que consolida normas sobre o processo de formação de condutores de veículos automotores e elétricos. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-contran/resolucoes/Resolucao8492021.pdf> Acesso em: 29/03/2023

BRASIL. **Decreto nº 18.323, de 24 de Julho de 1928**. Approva o regulamento para a circulação internacional de automoveis, no territorio brasileiro e para a sinalização, segurança do transito e policia das estradas de rodagem. 1928. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18323-24-julho-1928-516789-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=REGULAMENTO%20PARA%20A%20CIRCULA%C3%87%C3%83O%20INTERNACIONAL,24%20DE%20JULHO%20DE%201928>. Acesso em: 28/03/2023.

BRASIL. **Decreto Nº 4.460, de 11 de janeiro de 1922**. Autoriza a concessão de subvenção ao Districto Federal e aos Estados que construírem e conservarem estradas de rodagem nos respectivos territórios. 1922. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4460-11-janeiro-1922-567948-republicacao-91396->

[pl.html#:~:text=Art.,de%20rodagem%20nos%20respectivos%20territorios](#). Acesso em: 28/03/2023.

BRASIL. **Decreto Nº 5.141, de 5 de janeiro de 1927.** Crêa o "Fundo Especial para Construção e Conservação de Esfadas de Rodagem Federaes, constituído por um adicional aos impostos de importação para consumo a que estão sujeitos: gasolina, automoveis, auto-omnibus, auto-caminhões, chassis para automoveis, pneumaticos, camaras de ar, rodas massiças, motocicletas, bicycletas, side-car e accessorios para automoveis, e dá outras providencias. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5141-5-janeiro-1927-562830-publicacaooriginal-86934-pl.html> Acesso em: 28/03/2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 10/12/2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 10/12/2020.

BRASIL. **Decreto Nº 62.127, de 16 de janeiro de 1968.** Aprova o Regulamento do Código Nacional de Trânsito. 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D62127.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2062.127%2C%20DE%2016,do%20C%C3%B3digo%20Nacional%20de%20Tr%C3%A2nsito. Acesso em: 28/03/2023.

BRASIL. **Decreto Nº 8.324, de 27 de outubro de 1910.** Aprova o regulamento para o serviço subvencionado de transportes por automoveis. 1910. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8324-27-outubro-1910-527901-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 28/03/2023.

BRASIL. **Decreto nº 86.714, de 10 de dezembro de 1981.** Promulga a convenção sobre trânsito viário. 1981. <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=86714&ano=1981&ato=467MTWU5ENrRVT722> Acesso em: 30/03/2023.

BRASIL. **Decreto nº 863, de 17 de Novembro de 1851.** Coleção de Leis do Império do Brasil - 1851, Página 369 Vol. 1 pt II (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-863-17-novembro-1851-559599-publicacaooriginal-81894-pe.html> Acesso em: 30/03/2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018.** Altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/30763677/publicacao/30763688> Acesso em:

29/03/2023

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.994, de 28 de janeiro de 1941.** Código Nacional de Trânsito. Diário Oficial da União - Seção 1 - 30/1/1941, Página 1725. 1941a Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2994-28-janeiro-1941-412976-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=C%C3%B3digo%20Nacional%20de%20Tr%C3%A2nsito.&text=GERAIS%20DE%20TR%C3%82NSITO-.Art.,se%2D%C3%A1%20por%20este%20C%C3%B3digo>. Acesso em: 28/03/2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 237, de 28 de fevereiro de 1967.** Modifica o Código Nacional de Trânsito. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0237.htm Acesso em: 28/03/2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.651, de 25 de setembro de 1941.** Dá nova redação ao Código Nacional de Trânsito. 1941b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3651.htm#:~:text=DEL3651%2D41&text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%203.651%2C%20DE%2025%20DE%20SETEMBRO%20DE%201941.&text=DISPOSI%C3%87%C3%95ES%20GERAIS-.Art.,se%2D%C3%A1%20por%20este%20C%C3%B3digo. Acesso em: 28/03/2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 9.545, de 5 de agosto de 1946.** Dispõe sobre a habilitação e exercício da atividade de condutor de veículos automotores. 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9545-5-agosto-1946-417705-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 28/03/2023.

BRASIL. Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN). **100 anos de Legislação de Trânsito no Brasil: 1910-2010.** Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito, Conselho Nacional de Trânsito. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

BRASIL. Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN). **Direção Defensiva: trânsito seguro é um direito de todos,** Brasília: Ministério das Cidades, 2005. Disponível em: http://vias-seguras.com/documentos/arquivos/denatran_manual_de_direcao_defensiva_mai_o_2005 Acesso em: 20/02/2020.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em: 10/12/2020.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 10/12/2020.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm. Acesso em: 30/08/2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 15/01/2021.

BRASIL. **Lei nº 14.071, de 13 de outubro de 2020.** Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para modificar a composição do Conselho Nacional de Trânsito e ampliar o prazo de validade das habilitações; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2020/Lei/L14071.htm. Acesso em: 10/03/2021.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm. Acesso em: 29/03/2023.

BRASIL. **Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966.** Institui o Código Nacional de Trânsito. DOU de 22 de setembro de 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5108.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.108%2C%20DE%2021%20DE%20SETEMBRO%20DE%201966.&text=Institui%20o%20C%C3%B3digo%20Nacional%20de%20Tr%C3%A2nsito.&text=Art%201%C2%BA%20O%20tr%C3%A2nsito%20de%20se%2D%C3%A1%20por%20%C3%AAs%20C%C3%B3digo. Acesso em: 28/03/2023

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.** Institui o Código de Trânsito Brasileiro. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9503Compilado.htm. Acesso em: 10/07/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Portaria nº 013, de 15 de fevereiro de 2006.** Brasília, 2006. Disponível em: https://repositorio.unb.br/documentos/Portaria_N13_CAPES.pdf Acesso em: 30/03/2023.

BRASÍLIA (DF). **Decreto Distrital nº 24.136, de 09 de outubro de 2003.** Regulamenta a Lei nº 2.532, de 02 de março de 2000. Dispõe sobre a gratificação de Libras. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/5caa8bd7-dad9-39bc-b0d4-1cddad579fba/56169_486B_textointegral.pdf. Acesso em: 11/02/2021.

BRASÍLIA (DF). **Decreto Distrital nº 37.714, de 18 e outubro de 2016.** Revoga o art. 3º do Decreto nº 24.136, de 9 de outubro de 2003, que regulamenta a Lei nº 2.532, de 2 de março de 2000. Disponível em:

https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/e22cf09e5e46479ab3143ff37f59940d/exec_d ec_37714_2016.html#art1. Acesso em: 11/02/2021.

BRASILIA (DF). Departamento de Trânsito. **Manual de Obtenção da CNH**. Brasília: Detran/DF, 2019, 196p.

BRASÍLIA (DF). **Lei Distrital nº 2.532, de 02 de março de 2000**. Determina a habilitação de servidores do DF para interpretação da expressão gestual utilizada por portadores de necessidades especiais. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/9b8ef7a9-7e67-33f4-8042-00434dda5ef0/35f223cb.pdf>. Acesso em: 11/02/2021.

BRASÍLIA (DF). **Lei Distrital nº 4.090, de 30 de janeiro de 2008**. Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de intérprete de LIBRAS –Língua Brasileira de Sinais nas aulas teóricas ministradas nos Centros de Formação de Condutores – CFCs. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/a0898c79-b00f-30f5-8634-16edeaf0b649/61874_6424_textointegral.pdf. Acesso em: 11/02/2021.

BRASÍLIA (DF). **Lei Distrital nº 4.317, de 09 de abril de 2009**. *Institui a Política Distrital para Integração da Pessoa com Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências*. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=124953> Acesso em: 11/02/2021.

BRASÍLIA (DF). **Lei Distrital nº 4.715, de 26 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS para o atendimento de pessoas portadoras de deficiência auditiva nas entidades e órgãos da Administração Pública do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/7408/09f1c26d-2734-3027-997f-69fdde714632/arq/0/2152fb0b.pdf>. Acesso em: 11/02/2021.

BRASÍLIA (DF). **Lei nº 5.682, de 21 de julho de 2016**. Altera a Lei nº 4.090, de 30 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de intérprete de LIBRAS -Língua Brasileira de Sinais nas aulas teóricas ministradas nos Centros de Formação de Condutores - CFCs, para incluir penalidade em caso de descumprimento. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/2155a72791294cd59400950d95301061/Lei_5_682_2016.html. Acesso em: 11/02/2021.

CABRÉ, Maria Teresa. **La terminologia**: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999.

CABRÉ, Maria Tereza. La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. **Ciência da Informação**. v. 24, n. 3, 1995.

CANÇADO, Sílvia Albernaz. **Cachaça não é rum: subsídios para traduzir a bebida nacional brasileira para a língua inglesa**. 2020. 192 f., il. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) — Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/40847>. Acesso em: 20/10/2021.

CARDOSO, Vilma Rodrigues. **Terminografia da língua brasileira de sinais**:

glossário de Nutrição. 2017. 133 f., il. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31522>. Acesso em 28/10/2020.

CASTRO JÚNIOR, G. de. **Variação Linguística em Língua de Sinais Brasileira – foco no léxico**. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, DF. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8859/1/2011_GI%C3%A1uciodeCastroJ%C3%BAnior.pdf Acesso em 01/11/2020.

COSTA, Messias Ramos. **Enciclolibras: produção sistematizada de sinais-termo em língua de sinais brasileira em novos eixos temáticos: LSB e LGP: ("Proposta Enciclopédica: EncicloSigno em contexto")**. 2021. 198 f., il. Tese (Doutorado em Linguística)—Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/40676> . Acesso em: 20/06/2022.

DELISLE; Jean. **História da tradução: sua importância para a tradutologia, seu ensino através de software multimídia e multilíngue**. N. 13. Niterói (Brasil): Gragootá, 2002. Trad.: Fernando Afonso de Almeida.

FAULSTICH, Enilde. "Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista". In: **TradTerm**, 7, p. 11-40, 2001.

FAULSTICH, Enilde. Para gostar de ler um dicionário. In: RAMOS, Conceição de Maria de Araujo et alli (Org.). **Pelos caminhos da dialetologia e da sociolinguística: entrelaçando saberes e vida** – homenagem a Socorro Aragão. São Luís, MA: EDUFMA, 2010. p. 166 – 185.

FAULSTICH, Enilde; ABREU, Sabrina Pereira de (Org.). Formação de termos: do constructo e das regras às evidências empíricas. In: **Linguística aplicada à terminologia e à lexicologia** – Cooperação Brasil e Canadá. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, NEC, 2003.

FELTEN, Eduardo F. **Glossário sistêmico bilíngue português-libras de termos da história do Brasil**. Dissertação (Mestrado). Brasília: UnB, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21493>. Acesso em 20/10/2020.

GODOY, A. S. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 4, p.65-71, jul./ago. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/NkTFNgmLWKXft6k9P9qBTMn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12/02/2022.

GODOY, A. S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p.57-63, mar/abr. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVqpwNkCgnnC/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12/02/2022.

HOLMES, James. **Translated! Papers in Literary Translation and Translation Studies**. Amsterdam: Rodopi, 1988.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à Terminologia: teoria & prática**. São Paulo: Contexto, 2004.

LEMOS, Glauber de Souza; CARNEIRO, Teresa Dias. Panorama histórico de cursos de formação de Tradutores-Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa. *Belas Infiéis*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 01-36, 2021. e-ISSN: 2316-6614. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.26512/belasinfiéis.v10.n2.2021.33393>. Acesso em: 15/05/2021.

MACIEL, Anna Maria Becker. Linguagens especializadas e terminologia: o passado projetando o futuro. *In: Linguagens especializadas em corpora: Modos de dizer e interfaces de pesquisa*. Org: PERNA, C. L.; DELGADO, H. K.; FINATTO, M. J. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. P.6-28. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/>. Acesso em: 09/07/2022.

MARTINS, Francielle Cantarelli. **Terminologia da Libras: coleta e registro de sinais-termo da área de psicologia**, 2018. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/194183>. Acesso em: 01/09/2022.

MARTINS, Tania Aparecida. **Estudos para especificação e modelagem de estruturas e organização de um dicionário monolíngue de Libras**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Cascavel. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2020. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5192>. Acesso em: 05/09/2022.

MILTON, John. **Tradução: teoria e prática**. 3ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

NASCIMENTO, C. B. do. **Terminografia da Língua de Sinais Brasileira: proposta de glossário ilustrado semibilíngue do meio ambiente, em mídia digital**. 2016. 167 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Acesso em 12/11/2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Stockholm Declaration**. Third Global Ministerial Conference on Road Safety: Achieving Global Goals 2030. Online. Stockholm, 19–20 February 2020. Disponível em: <https://www.roadsafetysweden.com/contentassets/b37f0951c837443eb9661668d5be439e/stockholm-declaration-english.pdf> Acesso em: 30/03/2023.

PEREIRA, Cristiane Siqueira. **Para um glossário bilíngue (Português-Libras) de Ortodontia**. 2021. 178 f., il. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) —Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41402>. Acesso em: 16/01/2022.

PERPÉTUO, Daniel Santos. **Localizando jogos eletrônicos nos Estudos da Tradução: corpus no suporte à tradução de MOBAs**. 2021. 210 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) —Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/42395> Acesso em:

26/08/2022.

PINILLA, José Antonio Sabio, *et al.* A metodologia em História da Tradução: Estado da questão. **Belas Infiéis**, v. 6, n. 2, p. 223-255, 2017.

PROMETI, Daniela. **Terminologia da Língua de Sinais Brasileira: léxico visual bilíngue dos sinais-termo musicais – um estudo contrastivo**. 2020. 260 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) —Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38113> . Acesso em: 15/04/2021.

RECIFE (PE). Departamento de Trânsito. **Apostila direção defensiva e prevenção de acidentes**. Recife: Detran/PE, s/a. Disponível em: <https://www.detran.pe.gov.br/sempre-alerta-detran/educacao> . Acesso em: 20/02/2020.

RIBEIRO, Daniela Prometi. **Glossário bilíngue da língua de sinais brasileira: criação de sinais dos termos da música**. 2013. 107 f., il. Dissertação (Mestrado em Linguística) —Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15032>. Acesso em: 15/04/2021.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIO DE JANEIRO (RJ). Departamento de Trânsito. **Cartilha Curso para primeira habilitação**. Rio de Janeiro: Detran/RJ, 2016. Disponível em: https://detran.rj.gov.br/include/educacao/cartilha_primeira_hab.pdf. Acesso em: 20/02/2020.

SALDANHA, Joana Correia. O ensino da química em língua brasileira de sinais. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). UNIGRANRIO, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190706>. Acesso em: 16/01/2021.

SANTOS, Gilnei Magnus dos. **Proposta de elaboração de glossário terminológico bilíngue para a área de agropecuária, sob a perspectiva da Linguística de Corpus**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/169518>. Acesso em: 05/09/2022.

SKINNER, D.; TAGG, C.; HOLLOWAY, J. Managers and research: the pros and cons of qualitative approaches. **Management Learning**, v. 31, n. 2, p. 163-179, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1350507600312002> Acesso em: 12/02/2022.

SOFIATO, Geclauskas Cássia. **Do desenho à litografia: A origem da língua brasileira de sinais**. 2011. 265f. Tese (Doutorado em Artes). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1615467> . Acesso em: 20/11/2022.

TAGNIN, Stella EO. A Linguística de Corpus na e para a Tradução. **Corpora na tradução**, v. 1, p. 19-56, 2015.

TEIXEIRA, E. D. **A linguística de corpus a serviço do tradutor**: proposta de um dicionário de culinária voltado para a produção textual. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008. Tese de Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-16022009-141747/pt-br.php>. Acesso em: 12/02/2022.

TUXI, Patrícia dos Santos. **A terminologia na língua de sinais brasileira: proposta de organização e de registro de termos técnicos e administrativos do meio acadêmico em glossário bilíngue**. Tese (Doutorado). Brasília: UnB, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23754>. Acesso em: 20/04/2020.

VASCONCELLOS, Maria Lucia; JUNIOR, Lautenai Antonio Bartholamei. **Estudos da Tradução I**. Florianópolis: LLE/CCE/UFSC, 2009. 54p. Acesso em: 20/03/2020. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/laboratorios/site/midias/laboratorio_3_tudo/textos_base/Texto_Base_Estudos_Traducao_I.pdf Acesso em: 10/11/2021.

WYLER, Lia. **Línguas, Poetas e Bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

ZIPSER, Meta Elisabeth; POLCHLOPEK, Silvana Ayub. **Introdução aos estudos de tradução** Florianópolis: LLE/CCE/UFSC, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/117281/Livro%20de%20Introducao%20Estudos%20da%20Traducao%202008.pdf?sequence=1> Acesso em: 20/03/2020.

APÊNDICE A

Mapeamento dos *sites* dos Detrans do Brasil – Período 01/10/2020 à 30/11/2020

Seq	Região	UF	Site	i	ii	iii	iv	v	vi	vii	viii	ix	x	
1	SUL	RS	www.detran.rs.gov.br	∅						∅			∅	
2		SC	www.detran.sc.gov.br	∅				∅		∅	∅	∅	∅	
3		PR	www.detran.pr.gov.br				∅	∅			∅			∅
4	SUDESTE	SP	www.detran.sp.gov.br					∅			∅		∅	
5		RJ	www.detran.rj.gov.br											
6		MG	www.detran.mg.gov.br							∅	∅	∅	∅	
7		ES	www.detran.es.gov.br	∅							∅	∅		∅
8	CENTRO OESTE	MT	www.detran.mt.gov.br	∅						∅	∅	∅	∅	
9		MS	www.detran.ms.gov.br	∅						∅	∅	∅	∅	
10		GO	www.detran.go.gov.br	∅		∅		∅		∅	∅	∅	∅	
11		DF	www.detran.df.gov.br									∅	∅	∅
12	NORTE	RO	www.detran.ro.gov.br			∅		∅	∅	∅	∅	∅	∅	
13		AC	www.detran.ac.gov.br	∅				∅		∅	∅	∅	∅	
14		AM	www.detran.am.gov.br	∅	∅			∅				∅		∅
15		RR	www.detran.rr.gov.br	∅			∅	∅		∅	∅			∅
16		AP	www.detran.ap.gov.br	∅				∅		∅	∅	∅	∅	∅
17		PA	www.detran.pa.gov.br	∅	∅			∅		∅	∅	∅	∅	∅
18		TO	www.detran.to.gov.br	∅		∅		∅		∅	∅	∅	∅	∅
19	NORDESTE	MA	www.detran.ma.gov.br	∅			∅	∅		∅	∅			
20		PI	www.detran.pi.gov.br	∅		∅		∅		∅	∅	∅	∅	
21		BA	www.detran.ba.gov.br	∅	∅	∅	∅	∅		∅	∅	∅	∅	
22		CE	www.detran.ce.gov.br			∅		∅		∅	∅	∅	∅	∅
23		RN	www.detran.rn.gov.br	∅				∅			∅			∅
24		PB	www.detran.pb.gov.br	∅		∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅
25		PE	www.detran.pe.gov.br					∅			∅	∅	∅	∅
26		AL	www.detran.al.gov.br	∅			∅	∅	∅	∅	∅	∅		
27		SE	www.detran.se.gov.br	∅				∅	∅	∅	∅	∅		∅

Legenda:

i Ferramenta Acessível em Libras	iv Orientações para obtenção da CNH	vii Material de apoio de Direção Defensiva em português
ii Dados Estatísticos	v Orientações específicas para candidato Surdo	viii Material de apoio de Direção Defensiva em Libras
iii Escola Pública de Trânsito (EPT)	vi Campo de busca/ pesquisa	ix Simulado da prova eletrônica em português
		x Simulado da prova eletrônica em Libras

Fonte: a autora

APÊNDICE B

Pesquisas acadêmicas na área de Terminologia, glossários e língua de sinais. – Período 2007-2021

	IES	AUTOR	TIPO	PROGRAMA	ÁREA	ANO	TÍTULO
1	UnB	MARINHO, Margot Latt.	Dissertação	PPGL	LINGUÍSTICA	2007	O ensino da biologia: o intérprete e a geração de sinais.
2	UFPB	TEMÓTEO, Janice Gonçalves.	Dissertação	PPGLINC	LINGUAGEM E CULTURA	2008	Diversidade Linguístico-Cultural da Língua de Sinais do Ceará: Um Estudo Lexicológico das Variações da Libras na Comunidade de Surdos do Sítio Caiçara.
3	UnB	FELTRINI, Gisele Morisson.	Dissertação	ENSINO DE CIÊNCIAS	ENSINO	2009	Aplicação de modelos qualitativos à educação científica de surdos.
4	UnB	NASCIMENTO, Sandra Patrícia de Faria do.	Tese	PPGL	LINGUÍSTICA	2009	Representações lexicais da língua de sinais brasileira: uma proposta lexicográfica.
5	UECE	ARRUDA, Francisco Edmar Cialdine	Dissertação		LINGUÍSTICA	2009	Elementos Microestruturais para um Vocabulário Didático dos Termos das Ciências Biológicas para Alunos Surdos do Ensino Fundamental.
6	UnB	NASCIMENTO, Cristiane Batista do	Dissertação	PPGL	LINGUÍSTICA	2010	Empréstimos linguísticos do português na Língua de Sinais Brasileira (LSB): línguas em contato
7	IFRJ	RUMJANEK, Julia Barral Dodd.	Dissertação	PPGQB	QUÍMICA?	2011	Novos sinais para a ciência: desenvolvimento de um glossário científico em Libras.
8	UNIGRANRIO	SALDANHA, Joana Correia.	Dissertação	ENSINO DE CIÊNCIAS	EDUCAÇÃO	2011	O ensino de Química em Língua Brasileira de Sinais.
9	UnB	CASTRO JÚNIOR, G. de.	Dissertação	PPGL	LINGUÍSTICA	2011	Variação linguística em Língua de Sinais Brasileira: foco no léxico.

	IES	AUTOR	TIPO	PROGRAMA	ÁREA	ANO	TÍTULO
10	UnB	BARROS, Rejane Lourêdo.	Dissertação	PPGL	LINGUÍSTICA	2012	Política linguística: a terminologia da libras como veículo de cultura em concursos públicos.
11	UnB	SOUZA JÚNIOR, José Ednilson Gomes de	Dissertação	PPGL	LINGUÍSTICA	2012	Nomeação de lugares na Língua de Sinais Brasileira. Uma perspectiva de toponímia por sinais
12	UFSC	CARDOSO, Natália Pizzetti	Dissertação		DESIGN E EXPRESSÃO VISUAL	2012	Diretrizes para o desenvolvimento do Design de Interfaces de Glossários de Libras
13	UFMT	BOTAN, Everton	Dissertação		ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS	2012	Ensino de física para surdos: três estudos de casos da implementação de uma ferramenta didática para o ensino de cinemática.
14	UnB	COSTA, Messias Ramos.	Dissertação	PPGL	LINGUÍSTICA	2012	Proposta de modelo de enciclopédia visual bilíngue juvenil: enciclobras.
15	UNICAMP	SILVA, Nilce Maria	Tese		ESTUDOS DA LINGUAGEM	2012	Instrumentos linguísticos de Língua Brasileira de Sinais: constituição e formulação.
16	UnB	RIBEIRO, Daniela Prometi	Dissertação	PPGL	LINGUÍSTICA	2013	Glossário bilíngue da língua de sinais brasileira: criação de sinais dos termos da música.
17	FIOCRUZ	CARVALHO, H. S.	Dissertação	PGEBS	CIÊNCIAS	2014	Espécies botânicas aromáticas: o uso do sentido olfativo para construção de conceitos científicos em Libras.
18	UnB	CASTRO JÚNIOR, G. de.	Tese	PPGL	LINGUÍSTICA	2014	Projeto varlibras.
19	UFMG	LIMA, Vera Lúcia de Souza e	Tese	PPGL	LINGUÍSTICA	2014	Língua de Sinais: proposta terminológica para a área de desenho arquitetônico

	IES	AUTOR	TIPO	PROGRAMA	ÁREA	ANO	TÍTULO
20	UFSE	COSTA, Edivaldo da Silva	Dissertação	PPGECM	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	2014	O ensino de química e a Língua Brasileira de Sinais - Sistema SignWriting (LIBRAS-SW): monitoramento interventivo na produção de sinais científicos.
21	IFG	MARQUES, Anahê Netto Leão.	Dissertação	PPGECM	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	2014	Terminologias no ensino de química para surdos em uma perspectiva bilíngue.
22	UTFPR	KUHN, Talícia do Carmo Galan.	Dissertação		ENSINO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2014	O processo de criação de termos técnicos em libras para engenharia de produção.
23	UFRN	LOBATO, Maria José Silva	Dissertação	PPGECNM	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	2015	Educação bilíngue no contexto escolar inclusivo: a construção de um glossário em Libras e Língua Portuguesa na área de matemática.
24	UFSC	DOUETTES, Brenno Barros.	Dissertação	PGET	TRADUÇÃO	2015	A tradução na criação de sinais-termos religiosos em libras e uma proposta para organização de glossário terminológico semibilíngue.
25	UTFPR	CARMONA, Julio Cesar Correia.	Dissertação	PPGEN	EDUCAÇÃO	2015	A dicionarização de termos em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para o ensino de Biologia: uma atitude empreendedora.
26	UFSC	OLIVEIRA, Janine Soares de.	Tese	PGET	TRADUÇÃO	2015	Análise descritiva da estrutura querológica de unidades terminológicas do glossário letras-libras.
27	UnB	SOUSA, Saulo Machado Mello de.	Dissertação	PPGL	LINGUÍSTICA	2015	Sinais Lexicais dos Termos Cinematográficos: A perspectiva da Língua de Sinais no Cinema.

	IES	AUTOR	TIPO	PROGRAMA	ÁREA	ANO	TÍTULO
28	UFSC	MOREIRA, Daniela Almeida.	Dissertação	PGET	TRADUÇÃO	2015	Um estudo introdutório sobre o desenvolvimento dos repertórios léxicos da língua de sinais brasileira a partir da elaboração da definição lexicográfica.
29	UFRJ	RUMJANEK, Julia Barral Dodd.	Tese	PPQGB	QUÍMICA?	2016	Admirável mundo novo: a ciência e o surdo.
30	UTFPR	CHARALLO, Thalita Gabriela Comar.	Dissertação	PPGEN	EDUCAÇÃO	2016	Elaboração de um glossário para apoio na aprendizagem de conceitos químicos para alunos surdos.
31	UFAM	MARINHO, Rosilene Silva.	Dissertação		LETRAS	2016	Neologismos em Libras: um estudo sobre a criação de termos na área de Química.
32	UnB	FELTEN, Eduardo Felipe	Dissertação	PPGL	LINGUÍSTICA	2016	Glossário sistêmico bilíngue Português-Libras de termos da história do Brasil
33	UnB	NASCIMENTO, Cristiane Batista do.	Tese	PPGL	LINGUÍSTICA	2016	Terminografia em Língua de Sinais Brasileira: proposta de glossário ilustrado semibíngue do meio ambiente, em mídia digital.
34	UFBa	MARINHO, Erivaldo de Jesus.	Dissertação	PPGLINC	LÍNGUA E CULTURA	2016	A atuação do tradutor intérprete de língua brasileira de sinais-português (TILSP) na Educação Profissional: Estratégias de Tradução e a criação de sinais-termos.
35	Unimontes	GOMES, Cristina Aparecida Biachi de Souza.	Dissertação		LETRAS	2016	Proposta para o Ensino de Língua Portuguesa como Segunda Língua: glossário semibíngue digital em LSB e LP.
36	UFES	PONTARA, Amanda Bobbio.	Dissertação		ENSINO	2017	Desenvolvimento de sinais em Libras para o ensino de Química orgânica: um estudo de caso de uma escola de Linhares/ES.

	IES	AUTOR	TIPO	PROGRAMA	ÁREA	ANO	TÍTULO
37	UnB	CARDOSO, Vilma Rodrigues	Dissertação	POSTRAD	TRADUÇÃO	2017	Terminografia da língua brasileira de sinais: glossário de Nutrição
38	UnB	SANTOS, Patricia Tuxi dos	Tese	PPGL	LINGUÍSTICA	2017	A terminologia na língua de sinais brasileira: proposta de organização e de registro de termos técnicos e administrativos do meio acadêmico em glossário bilíngue.
39	UEG	SANTOS, Rayan Soares dos	Dissertação		QUÍMICA	2018	Quimlibras: objeto virtual de aprendizagem (ova) como instrumento de articulação entre a química e a libras/elis.
40	UFSC	MARTINS, Francielle Cantarelli.	Tese		LINGUÍSTICA	2018	Terminologia da libras: coleta e registro de sinais-termo da área de psicologia.
41	UnB	ABATI, Flávia Rech.	Dissertação	POSTRAD	TRADUÇÃO	2018	Proposta de glossário bilíngue: terminologia dos “procedimentos de tradução” em Língua de Sinais Brasileira.
42	UnB	VALE, Luciana Marques.	Dissertação	POSTRAD	TRADUÇÃO	2018	A importância da terminologia para atuação do tradutor e intérprete de língua de sinais brasileira: proposta de glossário de sinais-termo do processo judicial eletrônico.
43	UFPeI	FRIEDRICH, Márcio Aurélio	Dissertação	PPGL	LINGUÍSTICA	2019	Glossário em Libras: uma proposta de terminologia pedagógica (Português-Libras) no curso de administração da UFPeI.
44	UFG	ATAYDE, S. T. S.	Dissertação	PROFMAT	EDUCAÇÃO	2019	O uso da Libras na matemática do fundamental: uma proposta de glossário.

	IES	AUTOR	TIPO	PROGRAMA	ÁREA	ANO	TÍTULO
45	UFPA	LIBONATI, Ana Carolina Delgado Quaresma.	Dissertação	PPGCIMES	ENSINO	2019	GOLIBRAS: uma ferramenta para divulgação dos sinais da UFPA.
46	UFSC	PRESTES, Roger Lineira	Dissertação	PGET	TRADUÇÃO	2019	Glossário bilingue de sinais-termo da área jurídica português libras.
47	UFSC	ANDRADE, Betty Lopes L'astorina de.	Dissertação	PGET	TRADUÇÃO	2019	Estudo terminológico em língua de sinais: glossário multilíngue de sinais-termo na área de nutrição e alimentação.
48	UnB	D' AZEVEDO, Rodolpho Pinheiro.	Dissertação	PPGL	LINGUÍSTICA	2019	Terminologia da matemática em Língua de Sinais Brasileira: proposta de glossário bilíngue libras-português
49	UnB	MACHADO, Thamires Ingrid Alves.	Dissertação	POSTRAD	TRADUÇÃO	2019	Glossário semi-bilíngue de língua portuguesa e língua de sinais brasileira da Educação a Distância: estudo da terminologia dos ambientes virtuais.
50	UnB	NASCIMENTO, Maria de Fátima Félix	Dissertação	PPGL	LINGUÍSTICA	2019	Sinais- termo da linguística forense em Língua Brasileira de Sinais: um estudo conceitual dos verbos de ação- processo.
51	UnB	SANTOS, Stela Perné.	Dissertação	PPGL	LINGUÍSTICA	2019	Um estudo sistêmico do vocabulário das Leis que versam sobre a violência contra a mulher.
52	UFSC	GOULART, Luciellen Lima Caetano.	Dissertação	PGET	TRADUÇÃO	2020	Políticas de tradução e de interpretação: gêneros textuais como instrumento de apoio aos intérpretes de Libras-Português no Judiciário.
53	UnB	SOUZA, Mônica Braz de	Dissertação	POSTRAD	TRADUÇÃO	2020	Filosofia em – Língua de Sinais Brasileira: terminologia bilíngue português-LSB.

	IES	AUTOR	TIPO	PROGRAMA	ÁREA	ANO	TÍTULO
54	UnB	PROMETI, Daniela	Tese	PPGL	LINGUÍSTICA	2020	Terminologia da Língua de Sinais Brasileira: léxico visual bilíngue dos sinais-termo musicais – um estudo contrastivo.
55	UnB	ALVES, Alex Silva.	Dissertação	PPGL	LINGUÍSTICA	2020	Glossário bilíngue da Língua de Sinais Brasileira: criação de sinais-termo do campo da informática.
56	UFMG	PAULA, Bárbara Neves Salviano de.	Tese	PPGL	LINGUÍSTICA	2020	Dicionário de Língua Português/Libras/Português: uma proposta lexicográfica.
57	UFPA	CARDOSO, Jessica Rocha de Souza.	Dissertação	PPGCIMES	ENSINO	2020	Manual para produção de aplicativo bilíngue para docentes que atuam com discentes surdos.
58	UnB	COSTA, Messias Ramos.	Tese	PPGL	LINGUÍSTICA	2021	Enciclobras: produção sistematizada de sinais-termo em língua de sinais brasileira em novos eixos temáticos: LSB e LGP: ("Proposta Enciclopédica: EncicloSigno em contexto").
59	UnB	PEREIRA, Cristiane Siqueira.	Dissertação	POSTRAD	TRADUÇÃO	2021	Para um glossário bilíngue (Português-Libras) de Ortodontia.

Fonte: a autora

APÊNDICE C

Palavras-chave em português na área de Direção Defensiva extraídos com a ferramenta *Antconc*.

Rank	Frequência	Keyness	keyword	Rank	Frequência	Keyness	keyword
1	585	4156.38	veículo	41	37	290.01	defensivo
2	309	2368.94	condutor	42	35	280.72	reduza
3	352	2191.45	trânsito	43	36	269.82	farol
4	228	1203.63	velocidade	44	35	262.8	ultrapassagem
5	204	1127.76	veículos	45	37	256.27	manobras
6	221	926.92	segurança	46	45	255.75	parada
7	188	898.36	acidentes	47	38	252.7	manobra
8	131	825.27	dirigir	48	63	249.17	faixa
9	168	818.11	distância	49	53	247.35	multa
10	109	688.19	pista	50	147	244.38	sempre
11	158	616.93	direção	51	42	239.05	visibilidade
12	93	604.65	sinalização	52	24	235.83	ofuscamento
13	78	599.82	colisão	53	41	227.92	conduzir
14	83	590.99	pneus	54	39	227.89	atento
15	149	558.8	via	55	30	227.79	adversa
16	183	535.77	condições	56	24	227.45	retrovisores
17	97	515.2	vias	57	28	219.75	brisa
18	61	484.54	adversas	58	74	216.26	manter
19	122	484.22	evitar	59	29	212.32	lembre
20	67	482.18	defensiva	60	37	207.74	ultrapassar
21	172	478.62	você	61	30	205.59	verifique
22	68	464.05	pedestre	62	72	203.16	situações
23	131	459.42	atenção	63	81	201.83	luz
24	70	459.06	condutores	64	31	195.7	gravíssima
25	57	457.34	cinto	65	28	195.25	procure
26	73	455.02	infração	66	34	193.63	rodovias
27	72	451.67	pedestres	67	31	193.00	mantenha
28	53	421.12	acostamento	68	29	192.75	aderência
29	49	401.24	faróis	69	23	188.12	pisca
30	114	379.31	frente	70	39	187.02	marcha
31	68	374.07	motorista	71	27	186.9	evite
32	51	367.65	freio	72	37	186.47	curvas
33	89	361.6	acidente	73	40	184.08	motor
34	44	346.54	freios	74	30	181.91	rodas
35	49	326.7	volante	75	40	180.46	chuva
36	53	323.23	segura	76	135	168.7	deve
37	66	313.9	perigo	77	26	168.57	ciclistas
38	44	304.45	penalidade	78	18	163.9	aquaplanagem
39	32	294.02	frenagem	79	27	161.43	neblina
40	58	293.58	parar	80	32	158.41	segundos

Rank	Frequência	Keyness	keyword
81	36	158.03	habilidade
82	41	156.28	estiver
83	37	151.55	curva
84	25	150.92	ctb
85	46	147.94	reduzir
86	26	147.56	sono
87	17	146.65	ultrapassagens
88	33	145.89	emergência
89	26	145.63	pneu
90	17	140.73	atropelamento
91	22	139.72	travessia
92	40	139.3	Km
93	14	137.57	sinalize
94	20	137.46	bruscas
95	20	137.46	rolamento
96	39	136.24	circulação
97	42	135.53	direita
98	19	134.3	traseira
99	18	131.62	contran
100	22	130.49	ré
101	27	130.1	passageiros
102	29	129.62	motoristas
103	63	129.49	risco
104	176	128.00	quando
105	13	127.74	redobre
106	21	126.77	cruzamentos
107	20	124.06	seguimento
108	41	121.5	carro
109	13	120.55	poças
110	47	117.72	usar
111	36	112.41	cuidado
112	32	111.24	causar
113	132	109.2	tempo
114	15	108.91	frear
115	14	108.84	trafegar
116	16	108.05	motocicletas
117	30	105.52	trás
118	53	105.42	visão
119	43	104.99	locais
120	20	104.73	colisões
121	67	103.15	água
122	27	102.88	atitudes
123	17	102.62	transitar
124	16	101.78	pare

Rank	Frequência	Keyness	keyword
125	16	100.85	motocicleta
126	26	100.68	comportamentos
127	16	99.95	calçadas
128	33	99.36	grave
129	28	99.02	seguro
130	10	98.26	pise
131	29	97.97	excesso
132	35	96.5	tomar
133	45	96.44	condição
134	26	94.86	use
135	32	94.34	riscos
136	15	93.93	Túneis
137	11	93.58	dianteiro
138	44	93.33	álcool
139	34	92.42	reação
140	22	92.4	luzes
141	27	90.14	alerta
142	20	88.49	cruzamento
143	13	88.08	evitá
144	13	88.08	imprudência
145	34	87.84	leis
146	10	87.48	redobrar
147	20	87.17	condução
148	13	86.94	traseiro
149	15	86.82	automotores
150	18	85.77	desgaste
151	15	85.46	ciclista
152	45	84.99	deverá
153	22	84.59	iluminação
154	10	84.26	derrapagem
155	36	84.22	passar
156	15	83.53	dirigindo
157	24	83.18	habilitação
158	11	82.34	penumbra
159	12	82.23	alcoólica
160	95	82.19	fazer
161	14	81.5	sinalizar
162	14	81.5	triângulo
163	27	81.2	combustível
164	14	80.8	paradas
165	29	80.4	houver
166	24	79.96	óleo
167	12	79.91	limpador
168	12	79.91	ocupantes

Rank	Frequência	Keyness	keyword
169	19	79.58	obrigatório
170	10	79.24	ciclomotores
171	16	78.97	óculos
172	12	78.83	pedal
173	15	77.9	obrigatórios
174	10	77.18	buzina
175	10	77.18	calibragem
176	24	77.14	suspensão
177	16	76.42	penalidades
178	16	76.02	infrações
179	24	75.15	preferência
180	9	74.98	aclives
181	9	74.98	freadas
182	16	73.69	atravessar
183	14	73.57	observe
184	21	73.4	prever
185	20	73.31	fixo
186	14	73.05	utilize
187	18	72.85	urbanas
188	17	72.45	pára
189	9	72.44	aguarde
190	13	72.18	calçada
191	10	72.11	respeite
192	11	71.82	imperícia
193	16	71.54	fadiga
194	27	71.52	correta
195	28	70.4	carga
196	9	70.26	dirija
197	10	69.36	ultrapasse
198	7	68.78	garagens
199	12	68.77	lanternas
200	31	68.76	passagem
201	11	67.21	semáforo
202	159	65.83	seu
203	8	65.76	cintos
204	37	65.72	equipamentos
205	16	65.06	dirige
206	46	64.6	necessário
207	10	63.85	diminua
208	18	63.84	percurso
209	9	63.61	sulcos
210	79	63.49	uso
211	11	63.44	bruscamente
212	8	63.39	ciclomotor

Rank	Frequência	Keyness	keyword
213	15	63.19	ventos
214	13	63.03	buracos
215	12	62.84	espelhos
216	7	62.77	cerração
217	7	62.77	decigramas
218	7	62.77	derrapagens
219	7	62.77	escorregadia
220	7	62.77	transitando
221	15	62.6	queimadas
222	9	62.29	motociclistas
223	10	61.18	marchas
224	13	60.61	permitida
225	12	60.37	acionar
226	22	59.56	diminuir
227	7	59.28	alcoolidado
228	6	58.96	abalroamento
229	6	58.96	hidroplanagem
230	39	58.53	comportamento
231	10	58.11	acelerador
232	22	57.74	cuidados
233	27	57.53	observar
234	9	56.9	distração
235	18	56.69	rurais
236	8	56.55	atropelamentos
237	12	56.51	parado
238	15	56.34	tráfego
239	14	56.18	bebida
240	9	56.00	estacionamentos
241	22	55.78	esteja
242	13	55.76	laterais
243	8	55.23	impaciência
244	45	55.19	fatores
245	14	55.12	largura
246	12	54.99	transportar
247	25	54.86	manutenção
248	7	54.42	declives
249	7	54.42	evitável
250	9	54.33	encosto
251	15	54.32	estrada
252	27	53.62	funcionamento
253	9	53.55	defensivas
254	27	53.54	código
255	11	53.26	aguardar
256	11	53.26	percorre

Rank	Frequência	Keyness	keyword
257	12	52.89	antecedência
258	7	52.55	lombadas
259	14	52.21	estradas
260	8	51.86	centrífuga
261	18	51.45	graves
262	16	51.31	diminui
263	29	51.18	normas
264	8	50.89	regulados
265	26	50.7	esquerda
266	12	50.67	passageiro
267	6	49.99	nevoeiro
268	8	49.97	olhe
269	24	49.77	entrar
270	10	49.69	negligência
271	40	49.55	demais
272	11	49.42	pressa
273	18	49.2	agir
274	5	49.13	derrapar
275	5	49.13	obedeça
276	9	48.91	asfalto
277	13	48.78	piso
278	15	48.55	faixas
279	75	48.54	art
280	7	48.17	granizo
281	9	47.79	comece
282	16	47.24	gases
283	11	47.11	velocidades
284	7	46.98	redobrada
285	12	46.56	estresse
286	13	46.36	fique
287	13	46.36	precisar
288	9	46.24	siga
289	10	46.01	capacete
290	7	45.89	retrovisor
291	14	45.8	reduzindo
292	11	45.61	reagir
293	6	45.55	descidas
294	6	45.55	planeje
295	17	45.27	acontecer
296	19	45.11	danos
297	11	45.04	trajeto
298	28	44.99	usuários
299	10	44.93	periodicamente
300	79	44.76	podem

Rank	Frequência	Keyness	keyword
301	20	44.76	sair
302	10	44.24	litro
303	10	44.24	perigosas
304	12	44.2	fabricante
305	7	43.95	viadutos
306	6	43.87	amortecedores
307	6	43.87	ande
308	6	43.87	brisas
309	6	43.87	segure
310	6	43.87	suavemente
311	5	43.74	dg
312	5	43.74	mediata
313	64	43.07	qualquer
314	9	42.68	contramão
315	9	42.68	detran
316	25	42.57	peso
317	10	42.33	estacionamento
318	23	42.1	perda
319	20	42.03	atitude
320	16	41.87	devemos
321	26	41.56	conhecer
322	7	41.48	motorizados
323	45	41.29	estar
324	6	41.11	certifique
325	6	41.11	poste
326	14	40.9	exercícios
327	34	40.89	força
328	5	40.78	traseiros
329	14	40.76	painel
330	16	40.6	mortes
331	18	40.52	previsão
332	50	40.48	situação
333	33	40.44	contrário
334	22	40.25	legislação
335	7	40.06	bêbado
336	7	40.06	motociclista
337	6	39.95	molhada
338	37	39.51	local
339	8	39.49	cansaço
340	7	39.4	percorrida
341	4	39.3	abalrolamento
342	4	39.3	acenda
343	4	39.3	assinale
344	4	39.3	capotamento

Rank	Frequência	Keyness	keyword
345	4	39.3	detranpr
346	4	39.3	freie
347	4	39.3	frenagens
348	4	39.3	pausadamente
349	10	39.01	tome
350	16	38.87	ônibus
351	10	38.76	deveres
352	5	38.59	colidir
353	5	38.59	ultrapassá
354	17	38.55	correto
355	43	38.28	devem
356	9	38.15	audição
357	12	37.9	respeitar
358	8	37.81	brusca
359	13	37.66	reduzida
360	11	37.64	virar
361	7	37.6	acender
362	23	37.3	sol
363	11	37.26	corretas
364	12	37.25	remédios
365	12	37.09	lados
366	6	37.04	precauções
367	8	37.03	limpos
368	13	36.97	deslocamento
369	18	36.96	estabilidade
370	5	36.82	psicoativa
371	8	36.66	cansado
372	21	36.33	atrás
373	6	36.22	assentos
374	6	36.22	momentânea
375	52	36.13	sentido
376	7	36.02	estatura
377	55	35.65	antes
378	9	35.62	cinquenta
379	5	35.34	inexperiência
380	5	35.34	pala
381	5	35.34	subidas
382	5	35.34	travessias
383	7	35.06	parados
384	6	34.73	seta
385	9	34.37	deixe
386	9	34.37	simulador
387	4	34.31	acelere
388	4	34.31	desregulado

Rank	Frequência	Keyness	keyword
389	23	34.22	deixar
390	7	34.17	frontal
391	5	34.06	Estepe
392	5	34.06	indicadora
393	7	33.74	cegos
394	6	33.41	espere
395	8	33.38	periódica
396	14	33.24	faça
397	7	32.93	carona
398	7	32.93	confira
399	7	32.93	cruzar
400	7	32.93	diminuem
401	12	32.84	exceto
402	12	32.72	leve
403	7	32.55	aumente
404	7	32.55	ultrapassado
405	10	32.54	aumentam
406	9	32.34	enxergar
407	9	32.34	prejudicar
408	21	32.33	causas
409	6	32.23	bicicletas
410	6	32.23	desembarque
411	178	32.22	sua
412	10	32.2	efetuar
413	7	32.17	cometer
414	9	32.13	distâncias
415	5	31.92	ciclovias
416	12	31.85	envolver
417	130	31.79	pode
418	11	31.76	mau
419	4	31.69	colados
420	4	31.69	escapamento
421	4	31.69	motonetas
422	4	31.69	pupilas
423	20	31.52	objetos
424	7	31.45	atrato
425	9	31.31	horários
426	15	31.29	carros
427	22	31.23	noite
428	24	31.19	baixa
429	6	31.16	luminosos
430	23	31.01	fator
431	8	30.96	perigosa
432	18	30.86	sinais

Rank	Frequência	Keyness	keyword
433	9	30.73	dormir
434	11	30.29	lateral
435	10	30.26	constantemente
436	6	30.18	esquinas
437	6	30.18	perícia
438	5	30.18	viseira
439	14	30.06	corretamente
440	4	29.79	active
441	4	29.79	dianteiros
442	4	29.79	evitáveis
443	3	29.48	decantador
444	3	29.48	desregulados
445	3	29.48	engrene
446	3	29.48	escorregadios
447	3	29.48	listaremos
448	3	29.48	rebite
449	8	29.32	retenção
450	9	29.27	proibido
451	9	29.1	bicicleta
452	9	29.1	estiverem
453	6	28.86	ocasionar
454	5	28.71	cometendo
455	5	28.71	dirigibilidade
456	10	28.67	ligar
457	15	28.64	boas
458	14	28.64	poluição
459	7	28.64	segurar
460	8	28.46	bordo
461	4	28.27	lonas
462	4	28.27	motoneta
463	4	28.27	travamento
464	16	28.13	viagem
465	11	28.11	evitando
466	5	28.05	conduzindo
467	5	28.05	cortesia
468	9	27.78	reflexos
469	6	27.68	jogados
470	6	27.68	levemente
471	7	27.56	assento
472	7	27.56	socorros
473	17	27.55	olhos
474	5	27.44	certificar
475	11	27.34	gravidade
476	18	27.33	suficiente

Rank	Frequência	Keyness	keyword
477	6	27.31	esqueça
478	19	27.29	transporte
479	8	27.27	desrespeito
480	12	27.08	choque
481	7	27.06	perigosos
482	4	27.01	atrasse
483	4	27.01	descontrole
484	4	27.01	evasiva
485	4	27.01	lisos
486	4	27.01	trafegam
487	38	26.99	crianças
488	8	26.89	óbitos
489	5	26.86	automotor
490	8	26.71	contagem
491	13	26.64	conservação
492	6	26.61	hábil
493	6	26.61	viária
494	28	26.51	tenha
495	7	26.34	tanque
496	5	26.31	deslocando
497	45	26.28	momento
498	8	26.17	fila
499	38	26.12	direito
500	7	26.1	cnh
501	18	26.01	prevenção
502	34	25.99	falta
503	14	25.99	haja
504	6	25.96	embarque
505	4	25.93	acesos
506	4	25.93	indicadoras
507	9	25.86	braços
508	8	25.82	causando
509	18	25.75	manual
510	13	25.61	deficiência
511	8	25.49	provocam
512	16	25.48	sinal
513	7	25.44	acelerar
514	7	25.44	pavimento
515	35	25.35	controle
516	5	25.31	perfeitas
517	22	25.3	ficar
518	9	25.18	causados
519	8	25.16	mentais
520	15	25.14	levando

Rank	Frequência	Keyness	keyword
521	13	25.01	máxima
522	4	24.99	acione
523	3	24.99	alcoolemia
524	3	24.99	apressadinhos
525	3	24.99	arrisque
526	3	24.99	bag
527	3	24.99	defensivamente
528	3	24.99	desalinhamento
529	3	24.99	descanse
530	4	24.99	flexionados
531	4	24.99	folgas
532	3	24.99	guidom
533	3	24.99	obstrua
534	4	24.99	pedais
535	8	24.99	perigos
536	3	24.99	sonolência
537	12	24.8	trechos
538	13	24.79	físicas
539	30	24.61	tipos
540	25	24.56	decisão
541	8	24.52	filtro
542	8	24.21	fumaça
543	4	24.15	acelerando
544	4	24.15	sinalizado
545	8	24.06	prevenir
546	5	23.98	infraestrutura
547	5	23.98	setas
548	8	23.91	pistas
549	8	23.91	seguros
550	15	23.66	aumenta
551	10	23.63	mantendo
552	8	23.62	duplo
553	5	23.58	regulagem
554	7	23.44	perigoso
555	6	23.41	reservatório
556	6	23.41	transversal
557	4	23.39	desobediência
558	19	23.37	procedimentos
559	7	23.26	obedecer
560	5	23.19	inesperadas
561	9	23.09	planejar
562	8	23.05	preventiva
563	14	22.94	camada
564	6	22.91	proibidos

Rank	Frequência	Keyness	keyword
565	3	22.78	assustá
566	3	22.78	dentada
567	3	22.78	derrapa
568	3	22.78	desligue
569	3	22.78	diminuída
570	3	22.78	entorpecente
571	3	22.78	refletivos
572	3	22.78	regule
573	3	22.78	rush
574	3	22.78	sobressalente
575	8	22.77	guardar
576	7	22.73	pescoço
577	4	22.7	civilidade
578	4	22.7	evitados
579	4	22.7	interseções
580	4	22.7	sinalizadas
581	35	22.62	movimento
582	10	22.47	posto
583	8	22.37	normais
584	29	22.32	poderá
585	8	22.24	vidros
586	7	22.05	indispensáveis
587	19	21.85	mal
588	71	21.83	outro
589	12	21.8	circunstâncias
590	5	21.79	cinquenta
591	6	21.77	bateria
592	16	21.75	ocorrer
593	53	21.64	pois
594	6	21.56	calma
595	5	21.47	posicionar
596	7	21.41	rodovia
597	20	21.31	ar
598	39	21.27	numa
599	3	21.2	alagamento
600	3	21.2	carecas
601	3	21.2	conduza
602	3	21.2	dianteadas
603	3	21.2	parando
604	3	21.2	pisar
605	3	21.2	quadril
606	3	21.2	troque
607	7	20.96	firme
608	4	20.95	protetores

Rank	Frequência	Keyness	keyword
609	9	20.88	circular
610	8	20.88	vegetação
611	11	20.87	resulta
612	6	20.55	usá
613	15	20.51	mãos
614	4	20.44	rodagem
615	4	20.44	tombamento
616	25	20.43	animais
617	7	20.38	pesados
618	10	20.32	provocar
619	5	20.3	agressividade
620	7	20.24	conforto
621	26	20.11	nunca
622	19	20.04	acontece
623	17	20.01	visto
624	3	19.98	desequilibrar
625	3	19.98	desníveis
626	3	19.98	molhado
627	3	19.98	ofuscar
628	10	19.84	conduta
629	16	19.8	necessária
630	5	19.76	ingestão
631	5	19.76	passeios

Rank	Frequência	Keyness	keyword
------	------------	---------	---------

APÊNDICE D

Candidatos a termo com base na análise realizada com a ferramenta *AntConc*.






Seq	Candidato a Termo	Frequência	Seq	Candidato a Termo	Frequência
1	veículo*	789	40	condição adversa de trânsito*	7
2	condutor*	379	41	legislação de trânsito	7
3	trânsito	352	42	luz indicadora de direção*	7
4	via	246	43	triângulo de segurança	7
5	velocidade	228	44	aderência dos pneus	6
6	pedestre*	140	45	condições de segurança	6
7	pista	109	46	manutenção do veículo	6
8	pneus	83	47	pista molhada	6
9	colisão	78	48	água na pista	5
10	direção defensiva	64	49	colisão traseira	5
11	condições adversas	58	50	contramão de direção	5
12	acostamento	53	51	distância percorrida	5
13	faróis	49	52	faixa de trânsito	5
14	acidente de trânsito*	39	53	faróis altos	5
15	condutor defensivo*	30	54	limites de velocidade	5
16	distância segura	30	55	placas de sinalização	5
17	cinto de segurança	28	56	regras de trânsito	5
18	infração grave	21	57	trânsito rápido	5
19	infração gravíssima	20	58	travessia de pedestre*	5
20	pista de rolamento	18	59	veículo automotor	5
21	distância de seguimento	17	60	velocidade máxima	5
22	usuários da via	17	61	velocidade reduzida	5
23	código de trânsito	16	62	vias de trânsito rápido	5
24	distância de frenagem	15	63	autoridade de trânsito	4
25	leis de trânsito	15	64	bordo da pista	4
26	via pública*	15	65	calibragem dos pneus	4
27	excesso de velocidade	14	66	cinto de três pontos	4
28	veículos automotores	14	67	colisão frontal	4
29	via urbana*	14	68	condição adversa de condutor*	4
30	colisão com o veículo	12	69	direção segura	4
31	distância de parada	12	70	dirigir alcoolizado	4
32	distância de reação	12	71	faixa de pedestre*	4
33	prevenção de acidentes	11	72	faróis baixos	4
34	suspensão do direito de dirigir	10	73	infração de trânsito	4
35	via rural*	10	74	manual do veículo	4
36	condição adversa de via*	9	75	pista escorregadia	4
37	distância de segurança	9	76	sinalização de trânsito	4
38	infração média	9	77	velocidade incompatível	4
39	segurança no trânsito	16	78	velocidade permitida	4






Seq	Candidato a Termo	Frequência	Seq	Candidato a Termo	Frequência
79	via preferencial	4	120	obras na pista	2
80	atores do trânsito	3	121	pneus lisos	2
81	colisão com motocicletas	3	122	regulamentação da via	2
82	colisão frente a frente	3	123	veículo de duas rodas	2
83	distância lateral	3	124	veículos de carga	2
84	distância mínima	3	125	veículos de duas rodas	2
85	faróis acesos	3	126	veículos lentos	2
86	normas de trânsito	3	127	veículos leves	2
87	óleo na pista	3	128	velocidade moderada	2
88	órgão executivo de trânsito	3	129	vias de duplo sentido	2
89	painel do veículo	3	130	alinhamento do veículo	1
90	permissão para dirigir	3	131	condições adversas de carga	1
91	pista única	3	132	condições adversas do motorista	1
92	pneus gastos	3	133	condutor habilitado	1
93	ponto cego do veículo*	3	134	direção hidráulica	1
94	retenção do veículo	3	135	folga na direção	1
95	simulador de trânsito	3	136	manobras na via	1
96	sinalização de regulamentação	3	137	pneus murchos	1
97	trânsito seguro	3	138	pneus recauchutados	1
98	veículo de transporte coletivo	3	139	remoção do veículo	1
99	veículo em sentido contrário	3	140	sinalização de advertência	1
100	veículos não motorizados	3	141	veículo ciclomotor	1
101	veículos pesados	3	142	veículos em sentido contrário	1
102	velocidade inadequada	3	143	veículos refrigerados	1
103	vias com duplo sentido	3	144	velocidade regulamentada	1
104	vias terrestres	3	145	via transversal	1
105	apreensão do veículo	2			
106	cinto de dois pontos	2			
107	cinto diagonal	2			
108	cinto pélvico	2			
109	cinto subabdominal	2			
110	cinto torácico	2			
111	colisão com animais	2			
112	colisão com bicicletas	2			
113	colisão com objeto fixo	2			
114	colisão com pedestres	2			
115	condições adversas de luz	2			
116	desgastes dos pneus	2			
117	dirigir defensivamente	2			
118	estreitamento de pista	2			
119	infração leve	2			








*Estes termos foram encontrados no singular e no plural. Para efeito desse estudo as quantidades foram somadas, e os termos foram deixados no singular.

APÊNDICE E





Fichas Terminológicas Bilíngue em Língua Portuguesa / Libras




FICHA TERMINOLÓGICA		
Glossário de termos da área de Direção Defensiva		
FT: 02	LC: 64	
LÍNGUA PORTUGUESA	LIBRAS	
Direção Defensiva	← <i>Entrada</i> →	
∅	← <i>Variante</i> →	∅
∅	← <i>Sinônimo</i> →	
Substantivo feminino	← <i>Categoria Gramatical / Gênero</i> →	
Conjunto de medidas e procedimentos utilizados para prevenir ou anular os riscos de acidente de trânsito, mesmo diante de inúmeras condições adversas e de erros de condutores e de pedestres.	← <i>Definição</i> →	
http://www.detran.df.gov.br/manual-de-obtencao-da-carteira-nacional-de-habilitacao-cnh/ (acesso em 03/11/2020)	← <i>Fonte da Definição</i> →	http://www.detran.df.gov.br/manual-de-obtencao-da-carteira-nacional-de-habilitacao-cnh/ (acesso em 03/11/2020)
A direção defensiva tem o objetivo e a finalidade de proporcionar: a) Redução significativa dos acidentes de trânsito b) Respeito às leis de trânsito c) Aumento da velocidade média d) A e B estão corretas	← <i>Contexto de Prova</i> →	
https://www.detran.rj.gov.br/include/educacao/cartilha_primeira_hab.pdf	← <i>Fonte Contexto de Prova</i> →	https://www.detran.rj.gov.br/include/educacao/cartilha_primeira_hab.pdf
∅	← <i>Imagem</i> →	∅
∅	← <i>Fonte Imagem</i> →	∅
∅	← <i>Notas</i> →	∅
Lizani Liz	← <i>Autora</i> <i>Tradutor Surdo</i> →	Emanuel Andrade e Rogério Feitosa
04/07/2022	← <i>Data</i> →	11/01/2023






FICHA TERMINOLÓGICA		
Glossário de termos da área de Direção Defensiva		
FT: 03	LC: 58	
LÍNGUA PORTUGUESA	LIBRAS	
Condições Adversas	← Entrada →	
∅	← Variante →	∅
Condição desfavorável	← Sinônimo →	∅
Substantivo feminino	← Categoria Gramatical / Gênero →	
É todo fator que pode prejudicar o seu real desempenho no ato de conduzir , tornando maior a possibilidade de um acidente de trânsito.	← Definição →	
https://icetran.com.br/blog/condicoes-adversas-da-direcao-defensiva/#:~:text=Condi%C3%A7%C3%B5es%20adversas%20s%C3%A3o%20todos%20aqueles,tornando%20o%20perigo%20ainda%20maior	← Fonte da Definição →	https://icetran.com.br/blog/condicoes-adversas-da-direcao-defensiva/#:~:text=Condi%C3%A7%C3%B5es%20adversas%20s%C3%A3o%20todos%20aqueles,tornando%20o%20perigo%20ainda%20maior
Identifique as condições adversas do condutor: 1) <i>Dirigir sob o efeito de drogas.</i> 2) <i>Dirigir sob o efeito de bebida alcoólica.</i> 3) <i>Dirigir com sono, cansaço ou fadiga.</i> 4) <i>Dirigir com stress.</i> 5) Todas as alternativas são verdadeiras.	← Contexto de Prova →	
https://www.detran.rj.gov.br/include/educacao/cartilha_primeira_hab.pdf	← Fonte Contexto de Prova →	https://www.detran.rj.gov.br/include/educacao/cartilha_primeira_hab.pdf
∅	← Imagem →	∅
∅	← Imagem →	∅
São 6 tipos de condições adversas: Motorista (condutor), Luz, Tempo, Via, Trânsito, Veículo.	← Notas →	
Lizani Liz	← Autora Tradutor Surdo →	Emanuel Andrade e Rogério Feitosa
25/11/2020	← Data →	11/01/2023



FICHA TERMINOLÓGICA		
Glossário de termos da área de Direção Defensiva		
FT: 04	LC: 39	
LÍNGUA PORTUGUESA	LIBRAS	
Acidente de Trânsito	← <i>Entrada</i> →	
∅	← <i>Variante</i> →	∅
∅	← <i>Sinônimo</i> →	
Substantivo masculino	← <i>Categoria Gramatica</i> / <i>Gênero</i> →	
Evento que ocorre de forma não premeditada, resultando em lesões em pessoas e animais e dano a veículo ou carga, em que pelo menos uma das partes está em movimento.	← <i>Definição</i> →	
http://www.detran.df.gov.br/manual-de-obtencao-da-carteira-nacional-de-habilitacao-cnh/	← <i>Fonte da Definição</i> →	http://www.detran.df.gov.br/manual-de-obtencao-da-carteira-nacional-de-habilitacao-cnh/
<i>Em caso de acidente de trânsito, a primeira atitude que deve ser adotada é:</i> a) <i> sinalizar o local a fim de evitar outro acidente.</i> b) <i> transportar as vítimas para as calçadas.</i> c) <i> controlar a situação, mantendo a calma.</i> d) <i> acionar o socorro especializado.</i>	← <i>Contexto de Prova</i> →	
http://www.e-detran.com.br/al/simulador_al/prova/Prova.a.spx	← <i>Fonte Contexto de Prova</i> →	http://www.e-detran.com.br/al/simulador_al/prova/Prova.a.spx
	← <i>Imagem</i> →	








FICHA TERMINOLÓGICA		
Glossário de termos da área de Direção Defensiva		
FT: 04		LC: 39
LÍNGUA PORTUGUESA		LIBRAS
https://br.depositphotos.com/75534985/stock-illustration-car-crash-and-accidents-icon.html	← Fonte Imagem →	https://br.depositphotos.com/75534985/stock-illustration-car-crash-and-accidents-icon.html
∅	← Notas →	∅
Lizani Liz	← Autora Tradutor Surdo →	Emanuel Andrade e Rogério Feitosa
04/07/2022	← Data →	11/01/2023

FICHA TERMINOLÓGICA		
Glossário de termos da área de Direção Defensiva		
FT: 05	LC: 24	
LÍNGUA PORTUGUESA	LIBRAS	
Ofuscamento	← <i>Entrada</i> →	
∅	← <i>Variante</i> →	∅
Encadear	← <i>Sinônimo</i> →	∅
Substantivo masculino	← <i>Categoria Gramatical</i> →	
É o resultado de luz indesejada no campo visual (cegueira momentânea), e geralmente é causado pela presença de uma ou mais fontes luminosas excessivamente brilhantes (pode ser tanto a luz do sol, como o farol de outro veículo). Causa desconforto, redução da capacidade de enxergar ou ambos.	← <i>Definição</i> →	
http://www.detran.df.gov.br/manual-de-obtencao-da-carteira-nacional-de-habilitacao-cnh/ (acesso em 20/10/2020)	← <i>Fonte da Definição</i> →	http://www.detran.df.gov.br/manual-de-obtencao-da-carteira-nacional-de-habilitacao-cnh/ (acesso em 20/10/2020)
Um veículo vem em sentido contrário ao seu no período noturno com os faróis altos ligados, provocando ofuscamento . Nessa situação você: <ol style="list-style-type: none"> 1. tapa os olhos com uma das mãos e se orienta pelas faixas do solo. 2. para no acostamento até o outro veículo passar. 3. desvia o carro para esquerda e se orienta pelas faixas do solo. 4. desvia o olhar para a direita e continua acompanhando a pista através das marcas viárias da margem da via. 	← <i>Contexto de Prova</i> →	
http://www.e-detran.com.br/al/simulador_al/prova/Prova.aspx (acessado em 24/11/2020)	← <i>Fonte Contexto de Prova</i> →	http://www.e-detran.com.br/al/simulador_al/prova/Prova.aspx (acessado em 24/11/2020)




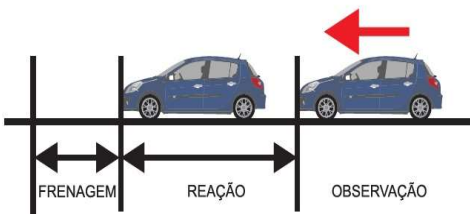
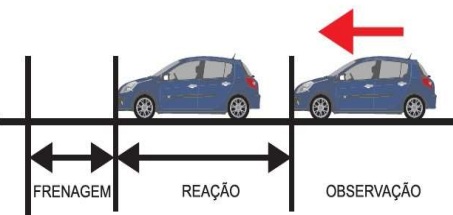
FICHA TERMINOLÓGICA		
Glossário de termos da área de Direção Defensiva		
FT: 05		LC: 24
LÍNGUA PORTUGUESA		LIBRAS
	← <i>Imagem</i> →	
https://www.legrand.com.br/blog/noticias/institucional/aprendemos-a-comunicar	← <i>Fonte Imagem</i> →	https://www.legrand.com.br/blog/noticias/institucional/aprendemos-a-comunicar
Pode ser ofuscamento causado pela luz do sol ou por outro veículo.	← <i>Notas</i> →	
Lizani Liz	← <i>Autora Tradutor Surdo</i> →	Emanuel Andrade e Rogério Feitosa
04/07/2022	← <i>Data</i> →	11/01/2023






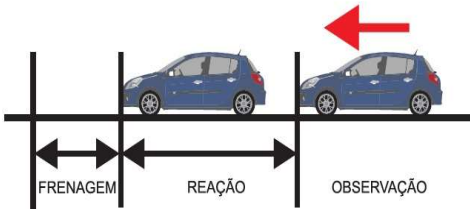
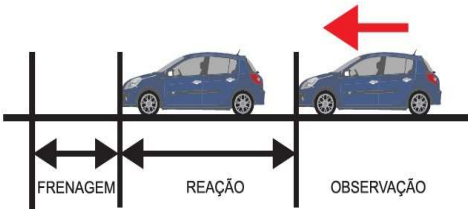
FICHA TERMINOLÓGICA		
Glossário de termos da área de Direção Defensiva		
FT: 06	LC: 18	
LÍNGUA PORTUGUESA	LIBRAS	
Aquaplanagem	← Entrada →	
∅	← Variante →	∅
Hidroplanagem	← Sinônimo →	
Substantivo feminino	← Categoria Gramatical / Gênero →	
Fenômeno que se dá quando os pneus perdem o contato com o asfalto e o veículo começa a deslizar sobre a camada de água. Quando isso acontece, o carro literalmente flutua, deixando o motorista vulnerável e sem controle do veículo. Tem seus efeitos potencializados por asfalto liso e via plana.	← Definição →	
http://www.detran.df.gov.br/manual-de-obtencao-da-carreira-nacional-de-habilitacao-cnh/ (acesso em 20/10/2020)	← Fonte da Definição →	http://www.detran.df.gov.br/manual-de-obtencao-da-carreira-nacional-de-habilitacao-cnh/ (acesso em 20/10/2020)
Seu veículo sofre uma aquaplanagem (perda de aderência do pneu com o solo quando há água a pista). Nesta situação, você deve: 1) frear o veículo bruscamente para reestabelecer a aderência com o solo. 2) ligar o pisca alerta para avisar os outros motoristas da situação de risco. 3) tirar o pé do acelerador e segurar firmemente a direção do veículo. 4) acelerar o veículo, segurando firmemente a direção. 5) frear bruscamente o veículo, acionando as luzes de emergência (pisca alerta).	← Contexto de Prova →	
http://e-detran.com.br/MA/Simulador_MA/prova/Prova.aspx	← Fonte Contexto de Prova →	http://e-detran.com.br/MA/Simulador_MA/prova/Prova.aspx





FICHA TERMINOLÓGICA		
Glossário de termos da área de Direção Defensiva		
FT: 06		LC: 18
LÍNGUA PORTUGUESA		LIBRAS
	← <i>Imagem</i> →	
https://blog.pneubest.com.br/aquaplanagem-como-evita-la/ Acesso em 20/11/2022	← Fonte <i>Imagem</i> →	https://blog.pneubest.com.br/aquaplanagem-como-evita-la/ Acesso em 20/11/2022
∅	← Notas →	∅
Lizani Liz	← Autora <i>Tradutor Surdo</i> →	Emanuel Andrade e Rogério Feitosa
04/07/2022	← Data →	11/01/2023


FICHA TERMINOLÓGICA		
Glossário de termos da área de Direção Defensiva		
FT: 07	LC: 17	
LÍNGUA PORTUGUESA	LIBRAS	
Distância de Seguimento	← <i>Entrada</i> →	
∅	← <i>Variant</i> e →	∅
Distância de Segurança	← <i>Sinôni</i> <i>mo</i> →	
Substantivo feminino	← <i>Catego</i> <i>ria</i> <i>Gramat</i> <i>ical</i> →	
Espaço adequado entre dois veículos que transitam na mesma faixa para evitar acidentes.	← <i>Definiç</i> <i>ão</i> →	
http://www.detran.df.gov.br/manual-de-obtencao-da-carteira-nacional-de-habilitacao-cnh/ (acesso em 20/10/2020)	← <i>Fonte</i> <i>da</i> <i>Definiç</i> <i>ão</i> →	http://www.detran.df.gov.br/manual-de-obtencao-da-carteira-nacional-de-habilitacao-cnh/ (acesso em 20/10/2020)
A distância mínima que devemos manter entre o nosso carro e o carro da frente, a qual corresponde a dois segundos para carros pequenos, chama-se: a) Distância de reação b) Distância de seguimento c) Distância de parada d) Distância de frenagem	← <i>Context</i> <i>o de</i> <i>Prova</i> →	
https://www.detran.rj.gov.br/_include/educacao/cartilha_primeira_hab.pdf	<i>Fonte</i> <i>Context</i> <i>o de</i> <i>Prova</i> →	https://www.detran.rj.gov.br/_include/educacao/cartilha_primeira_hab.pdf
	← <i>Figura /</i> <i>Foto /</i> <i>Vídeo</i> →	
Manual de obtenção da CNH, DETRAN/DF, p.50	← <i>Fonte</i> <i>Figura</i> →	Manual de obtenção da CNH, DETRAN/DF, p.50
∅	←	∅

FICHA TERMINOLÓGICA		
Glossário de termos da área de Direção Defensiva		
FT: 07		LC: 17
LÍNGUA PORTUGUESA		LIBRAS
	<i>Notas</i> →	
Lizani Liz	← <i>Autora Tradutor Surdo</i> →	Emanuel Andrade
04/07/2022	← <i>Data</i> →	11/01/2023

FICHA TERMINOLÓGICA		
Glossário de termos da área de Direção Defensiva		
FT: 08	LC: 15	
LÍNGUA PORTUGUESA	LIBRAS	
Distância de Frenagem	← Entrada →	
∅	← Variante →	∅
∅	← Sinônimo →	∅
Substantivo feminino	← Categoria Gramatical / Gênero →	
Espaço percorrido do momento que o condutor pisa o freio até parar.	← Definição →	
http://www.detran.df.gov.br/manual-de-obtencao-da-carteira-nacional-de-habilitacao-cnh/	← Fonte da Definição →	http://www.detran.df.gov.br/manual-de-obtencao-da-carteira-nacional-de-habilitacao-cnh/
A distância percorrida pelo veículo, do momento em que o condutor aciona o mecanismo de freio até a parada total do veículo, denomina-se: a) Distância de frenagem b) Distância de parada c) Distância de seguimento d) Distância de reação	← Contexto de Prova →	
https://www.detran.rj.gov.br/include/educacao/cartilha_primeira_hab.pdf (acesso em 04/07/2022)	← Fonte Contexto de Prova →	https://www.detran.rj.gov.br/include/educacao/cartilha_primeira_hab.pdf (acesso em 04/07/2022)
	← Imagem →	
https://www.detran.rj.gov.br/include/educacao/cartilha_primeira_hab.pdf	← Fonte Imagem →	https://www.detran.rj.gov.br/include/educacao/cartilha_primeira_hab.pdf
∅	← Notas →	∅
Lizani Liz	← Autora Tradutor Surdo →	Emanuel Andrade e Rogério Feitosa
04/07/2022	← Data →	11/01/2023

FICHA TERMINOLÓGICA		
Glossário de termos da área de Direção Defensiva		
FT: 09	LC: 12	
LÍNGUA PORTUGUESA	LIBRAS	
Distância de Reação	← <i>Entrada</i> →	
∅	← <i>Variante</i> →	∅
∅	← <i>Sinônimo</i> →	
Substantivo feminino	← <i>Categoria Gramatical / Gênero</i> →	
Espaço percorrido desde o momento que o condutor vê a situação de perigo e tira o pé do acelerador até o momento em que pisa no freio.	← <i>Definição</i> →	
http://www.detran.df.gov.br/manual-de-obtencao-da-carteira-nacional-de-habilitacao-cnh/	← <i>Fonte da Definição</i> →	http://www.detran.df.gov.br/manual-de-obtencao-da-carteira-nacional-de-habilitacao-cnh/
A distância que o veículo percorre, do momento que o condutor avista o perigo até tomar uma atitude, chama-se: 1) Distância de frenagem 2) Distância de parada 3) Distância de seguimento 4) Distância de reação	← <i>Contexto de Prova</i> →	
https://www.detran.rj.gov.br/include/educacao/cartilha_primeira_hab.pdf (acesso em 04/07/2022)	← <i>Fonte Contexto de Prova</i> →	https://www.detran.rj.gov.br/include/educacao/cartilha_primeira_hab.pdf (acesso em 04/07/2022)
	← <i>Imagem</i> →	
https://www.detran.rj.gov.br/include/educacao/cartilha_primeira_hab.pdf	← <i>Fonte Imagem</i> →	https://www.detran.rj.gov.br/include/educacao/cartilha_primeira_hab.pdf
∅	← <i>Notas</i> →	∅
Lizani Liz	← <i>Autora Tradutor Surdo</i> →	Emanuel Andrade
04/07/2022	← <i>Data</i> →	11/01/2023

FICHA TERMINOLÓGICA		
Glossário de termos da área de Direção Defensiva		
FT: 10	LC: 06	
LÍNGUA PORTUGUESA	LIBRAS	
Aderência dos Pneus	← <i>Entrada</i> →	
∅	← <i>Variante</i> →	∅
∅	← <i>Sinônimo</i> →	∅
Substantivo feminino	← <i>Categoria Gramatica</i> // <i>Gênero</i> →	
É a resistência que eles apresentam em relação ao solo que estão rodando. Isto é, do atrito gerado na estrada com o veículo em movimento.	← <i>Definição</i> →	
https://prologapp.com/blog/aderencia-dos-pneus/ (acesso em 06/07/2022)	← <i>Fonte da Definição</i> →	https://prologapp.com/blog/aderencia-dos-pneus/ (acesso em 06/07/2022)
<p><i>Seu veículo sofre uma aquaplanagem (perda de aderência do pneu com o solo quando há água a pista). Nesta situação, você deve:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> <i>1) frear o veículo bruscamente para reestabelecer a aderência com o solo.</i> <i>2) ligar o pisca alerta para avisar os outros motoristas da situação de risco.</i> <i>3) tirar o pé do acelerador e segurar firmemente a direção do veículo.</i> <i>4) acelerar o veículo, segurando firmemente a direção.</i> <i>5) frear bruscamente o veículo, acionando as luzes de emergência (pisca alerta).</i> 	← <i>Contexto de Prova</i> →	
http://e-detran.com.br/MA/Simulador_MA/prova/Prova.aspx	← <i>Fonte Contexto de Prova</i> →	http://e-detran.com.br/MA/Simulador_MA/prova/Prova.aspx
∅	← <i>Imagem</i> →	∅
∅	← <i>Fonte Imagem</i> →	∅

FICHA TERMINOLÓGICA		
Glossário de termos da área de Direção Defensiva		
FT: 10	LC: 06	
LÍNGUA PORTUGUESA	LIBRAS	
Um pneu sem a aderência pode escorregar ou derrapar quando o veículo fizer uma curva mais acentuada. Inclusive, aumentando os riscos de tombamento.	← <i>Notas</i> →	
Lizani Liz	← <i>Autora Tradutor Surdo</i> →	Emanuel Andrade e Rogério Feitosa
06/07/2022	← <i>Data</i> →	11/01/2023

APÊNDICE F

Link dos vídeos disponibilizados nas fichas terminológicas

	FT	Sinal-Termo	Variações	Categoria Gramatical e Gênero
1	Colisão	https://youtu.be/Fd0F9fXofHs	https://youtu.be/8LwE-LAF8cA	https://youtu.be/z4FRqbDijpg
2	Direção Defensiva	https://youtu.be/acpPmxqmKGw	https://youtu.be/aYTLj4Gy38	https://youtu.be/z4FRqbDijpg
3	Condições adversas	https://youtu.be/Y74oJAXleyY	∅	https://youtu.be/z4FRqbDijpg
4	Acidente de trânsito	https://youtu.be/W0aBChy35FU	https://youtu.be/p2FI_3q3eKs	https://youtu.be/QTopT09WqGE
5	Ofuscamento	https://youtu.be/DkZbpiVG8k4	∅	https://youtu.be/QTopT09WqGE
6	Aquaplanagem	https://youtu.be/rCIUh0Oi-fl	https://youtu.be/3d0Sr_A3bWc	https://youtu.be/z4FRqbDijpg
7	Distância de seguimento	https://youtu.be/CgzYMQTS8y4	https://youtu.be/Wa-5rKwTxc	https://youtu.be/z4FRqbDijpg
8	Distância de frenagem	https://youtu.be/GfOxTmKIDSA	∅	https://youtu.be/z4FRqbDijpg
9	Distância de reação	https://youtu.be/BkMsgYDYJLY	https://youtu.be/CcygVO0mbgE	https://youtu.be/z4FRqbDijpg
10	Aderência dos pneus	https://youtu.be/VfUUjkk7bW8	∅	https://youtu.be/z4FRqbDijpg

	FT	Definição	Contexto de Prova	Notas
1	Colisão	https://youtu.be/TM35fq9c3Q	https://youtu.be/0JSvHNeVh_s	https://youtu.be/uYTvgnHcXKQ
2	Direção Defensiva	https://youtu.be/TM35fq9c3Q	https://youtu.be/TEN7G9vzhcY	∅
3	Condições adversas	https://youtu.be/vP4o7idItXo	https://youtu.be/hkHKpn3CCNc	https://youtu.be/SGBx9GBksC8
4	Acidente de trânsito	https://youtu.be/4OqKC6pRQf0	https://youtu.be/Z--uWxcEUkU	∅
5	Ofuscamento	https://youtu.be/VNY3xpinIH8	https://youtu.be/tm0wikCfSul	https://youtu.be/ECKo4ULBTXY
6	Aquaplanagem	https://youtu.be/fDmfKfulQuQ	https://youtu.be/RALp1njWxmA	∅
7	Distância de seguimento	https://youtu.be/WVFaX91ICIE	https://youtu.be/gg6EY7kH55g	∅
8	Distância de frenagem	https://youtu.be/3ZI_R-SpeMU	https://youtu.be/eKwMbcJghjo	∅
9	Distância de reação	https://youtu.be/3ZAqP1tYUdc	https://youtu.be/5YcOaMZZNzM	∅
10	Aderência dos pneus	https://youtu.be/3NjEOaH95GI	https://youtu.be/NuOWpNt1dGY	https://youtu.be/eZB7ysHR5Mc

APÊNDICE G

QUESTIONÁRIO PARA SERVIDORES DOS DETRANs QUE ATUEM OU TENHAM ATUADO DIRETAMENTE COM A ATENDIMENTO A SURDO NA PROVA TEÓRICA DE OBTENÇÃO DE CNH

A coleta das respostas será realizada por meio do *Google forms link*:

<https://forms.gle/CTNWdDEs8dwogyYk8>

CNH Bilíngue: Sinais em Libras do conteúdo de Direção Defensiva

Prezado (a),

Bem-vindo(a)! Você está sendo convidado para participar de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade de Brasília (POSTRAD/UnB) que tem como objetivo criar uma proposta de glossário bilíngue (Português-Libras) do conteúdo teórico de Direção Defensiva, requisito para obtenção da CNH, com o intuito de fomentar a promoção da acessibilidade linguística para o candidato Surdo, bem como contribuir para o desenvolvimento de materiais didáticos em língua de sinais para a área de trânsito.

Tendo como base a Resolução CONTRAN nº 558/2015 que "dispõe sobre o acesso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, para o candidato e condutor com deficiência auditiva quando da realização de cursos e exames nos processos referentes à Carteira Nacional de Habilitação – CNH", e considerando a prova teórica para obtenção da 1ª CNH realizada por candidatos Surdos, usuários da Língua Brasileira de Sinais - Libras, elaboramos um questionário composto por perguntas que buscam coletar informações sobre materiais bilíngues (Português-Libras) para apoio a aprendizagem do cidadão Surdo.

Os dados obtidos servirão como base para a análise e elaboração da sugestão do glossário bilíngue (Português-Libras) do conteúdo teórico de Direção Defensiva.

Sua participação é muito importante! Mas você poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo ou constrangimento.

Dúvidas: lizanoliz@gmail.com

Eu concordo em participar desta pesquisa e autorizo a pesquisadora a manter os registros das minhas respostas para posteriores análises e produções científicas.

Eu autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de PESQUISA, nos termos do formulário de autorização para utilização de imagem e som de voz, por mim assinado.

1) No DETRAN de qual Unidade da Federação você trabalha?

_____ (poderá escolher a UF, em uma lista suspensa)

2) Este DETRAN disponibiliza algum tipo de GLOSSÁRIO em português referente aos termos utilizados na obtenção da CNH, para auxiliar na aprendizagem dos candidatos?

Sim

Não

3) A prova teórica para obtenção da 1ª CNH para candidatos Surdos é realizada de que forma?

Impressa, em Português com disponibilização de intérprete de Libras

Vídeo prova em Libras

4) Este DETRAN disponibiliza algum DICIONÁRIO ou GLOSSÁRIO em Língua de Sinais para ajudar na tradução?

Sim

Não

5) Existe algum material didático para formação de condutor, por conteúdo, disponível em Libras?

Sim

Não

6) Se a resposta da pergunta anterior foi SIM, como o material é disponibilizado?

Impresso

Meio digital - arquivos em PDF, JPG

Meio digital – vídeos

Outro. Qual? _____

Não temos materiais disponíveis em Libras

7) Se a resposta da pergunta 5 foi SIM, qual(is) conteúdos são disponibilizado(s)?

Direção Defensiva

Primeiros Socorros

Legislação de Trânsito

Noções sobre funcionamento de veículo de 2 ou mais rodas

Noções de Proteção e Respeito ao Meio Ambiente e de Convívio Social no Trânsito

Não temos material didático disponível em Libras

8) Você conhece alguma organização, associação ou fundação que atenda o público Surdo para a tradução / interpretação de provas?

Sim. Por favor, informe qual? _____

Não

9) Assinale abaixo os termos que você conhece o sinal em Libras que é utilizado no seu Estado.

Direção Defensiva

Condição Adversa

Colisão

Ofuscamento

Distância de Frenagem

Acidente de Trânsito

Aderência dos Pneus

Aquaplanagem ou Hidroplanagem

Não conheço nenhum destes sinais

10) Se assinalou um ou mais termos na questão anterior, você tem disponibilidade para encaminhar vídeo(s) (mp4, até 10MB) apresentando o(s) sinal(is)?

_____ opção para upload de arquivos (aceito no máximo 10 vídeos, de até 10 MB cada)

APÊNDICE H

QUESTIONÁRIO PARA SURDOS HABILITADOS EM DIVERSAS REGIÕES DO PAÍS

A coleta das respostas será realizada por meio do *Google forms* link:
<https://forms.gle/Be3DmYSscC9Hy8DTA>

Esse questionário está **acessível em Libras** para facilitar a compreensão do Surdo que não tem domínio da Língua Portuguesa. Para facilitar a análise do CEP, abaixo cópia em português na íntegra no questionário que será aplicado.

OBS.: Os vídeos em Libras foram gravados por um colega Surdo, com o objetivo de fortalecer a credibilidade na comunidade surda, bem como as expressões faciais, manuais e não-manuais do Surdo são indiscutivelmente mais perceptíveis que do Não Surdo, alcançando um entendimento de um número maior de pessoas para responder o questionário, considerando os diversos níveis linguísticos.

CNH Bilíngue: Sinais em Libras do conteúdo de Direção Defensiva

Prezado (a),

Você está sendo convidado para participar de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade de Brasília (POSTRAD/UnB) que tem como objetivo criar uma proposta de glossário bilíngue (Português-Libras) do conteúdo teórico de Direção Defensiva, requisito para obtenção da CNH, com o intuito de fomentar a promoção da acessibilidade linguística para o candidato Surdo, bem como contribuir para o desenvolvimento de materiais didáticos em língua de sinais para a área de trânsito.

Elaboramos um questionário composto por perguntas que buscam coletar informações sobre materiais bilíngues (Português-Libras) para apoio a aprendizagem do cidadão Surdo.

Os dados obtidos servirão como base para a análise e elaboração da sugestão do glossário bilíngue (Português-Libras) do conteúdo teórico de Direção Defensiva.

Sua participação é muito importante! Mas, você poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo ou constrangimento.

Dúvidas: lizaniliz@gmail.com

[] Eu concordo em participar desta pesquisa e autorizo a pesquisadora a manter os registros das minhas respostas para posteriores análises e produções científicas.

[] Declaro que sou Surdo, usuário de Libras e tenho Carteira Nacional de Habilitação – CNH.

[] Eu autorizo, livre e espontaneamente, o uso da minha imagem para fins de PESQUISA, e é responsabilidade da pesquisadora a guarda das informações. Minha imagem não será utilizada em nenhum meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet.

1) Qual a sua idade?

2) Qual o seu sexo?

[] Masculino

[] Feminino

[] Prefiro não dizer

3) Em que ano você tirou a CNH?

4) Em qual Estado você mora?

_____ (poderá escolher a UF, em uma lista suspensa)

5) Em qual Estado você tirou a CNH?

_____ (poderá escolher a UF, em uma lista suspensa)

6) REPROVOU alguma vez na prova teórica?

01

02

03

04 vezes ou mais

Não. Fui APROVADO na primeira vez!

7) Quando você fez a prova teórica da CNH e foi APROVADO, qual o tipo de prova?

No papel, em português COM intérprete de Libras

No papel, em português SEM intérprete de Libras. Sozinho.

Vídeo prova em Libras

8) DIREÇÃO DEFENSIVA, significa: dirigir com atenção, com cuidado, respeitar a sinalização da via, a velocidade da via, respeitar os outros veículos, o pedestre, para evitar acidente de trânsito, mesmo que existam problemas (condições contrárias), precisar dirigir com atenção.

8.1) DIREÇÃO DEFENSIVA. Você conhece o sinal desse termo?

Sim

Não

8.2) Se você conhece o sinal de DIREÇÃO DEFENSIVA, pode enviar um vídeo (**mp4, até 10MB**) mostrando o sinal?

() espaço para upload do vídeo com o sinal.

9) COLISÃO, significa: acidente (batida) entre veículos em movimento, exemplo: carro, moto, caminhão, bicicleta). Pode ser FRONTAL, TRASEIRA ou LATERAL.

9.1) COLISÃO. Você conhece o sinal desse termo?

Sim

Não

9.2) Se você conhece o sinal de COLISÃO, pode enviar um vídeo (**mp4, até 10MB**) mostrando o sinal?

() espaço para upload do vídeo com o sinal.

10) CONDIÇÃO ADVERSA (condição contrária), significa: problema que pode dificultar a direção do veículo. Problema que pode tornar maior a possibilidade de acidente de trânsito. Perigo! Exemplos: A) Chuva, Vento, tempestade, neblina (TEMPO). B) Falta manutenção do veículo, sem luz, sem freio, (VEÍCULO). C) Curvas, lombadas (quebra-molas), buracos, óleo na via (escorrega), ausência de sinalização de trânsito, ou sinalização inadequada, ausência de acostamento – (VIA)D) Veículos pesados (caminhão, ônibus), quantidade de veículos na rua, velocidade alta ou baixa, atravessar o sinal proibido, animais na via (TRÂNSITO). E) Problema físico e mental do condutor (MOTORISTA). Exemplo: bêbado, com sono, cansado, drogado, estresse, irritação. F) falta ou excesso de

iluminação que atrapalha a direção (LUZ).

10.1) CONDIÇÃO ADVERSA. Você conhece o sinal desse termo?

- Sim
 Não

10.2) Se você conhece o sinal de CONDIÇÃO ADVERSA, pode enviar um vídeo (**mp4, até 10MB**) mostrando o sinal?

() espaço para upload do vídeo com o sinal.

11) OFUSCAMENTO, significa: excesso de luz nos olhos não consegue enxergar direito (cegueira momentânea). Fica perigoso dirigir. Pode ser luz do sol (luz natural) ou luz de outro veículo (luz artificial – faróis do outro veículo).

11.1) OFUSCAMENTO. Você conhece o sinal desse termo?

- Sim
 Não

11.2) Se você conhece o sinal de OFUSCAMENTO, pode enviar um vídeo mostrando o sinal?

() espaço para upload do vídeo com o sinal.

12) DISTÂNCIA DE FRENAGEM, significa: Espaço percorrido pelo veículo do momento que o condutor pisa o freio até parar.

12.1) DISTÂNCIA DE FRENAGEM. Você conhece o sinal desse termo?

- Sim
 Não

12.2) Se você conhece o sinal de DISTÂNCIA DE FRENAGEM, pode enviar um vídeo (**mp4, até 10MB**) mostrando o sinal?

() espaço para upload do vídeo com o sinal.

13) ACIDENTE DE TRÂNSITO, significa: Batida, choque, colisão na via (rua, estrada) entre veículos (carro, moto, caminhão, carroça, bicicleta), veículos e pessoas, veículos e animais, veículos e muros, casas, semáforos, placas.

13.1) ACIDENTE DE TRÂNSITO. Você conhece o sinal desse termo?

- Sim
 Não

13.2) Se você conhece o sinal de ACIDENTE DE TRÂNSITO, pode enviar um vídeo mostrando (**mp4, até 10MB**) o sinal?

() espaço para upload do vídeo com o sinal.

14) AQUAPLANAGEM ou **HIDROPLANAGEM**, significa: é a perda de contato do pneu com o solo, ao passar por uma fina camada de água ou lama (barro). O condutor perde o controle do veículo.

14.1) AQUAPLANAGEM ou **HIDROPLANAGEM.** Você conhece o sinal desse termo?

- Sim
 Não

14.2) Se você conhece o sinal de AQUAPLANAGEM ou HIDROPLANAGEM, pode enviar um vídeo (**mp4, até 10MB**) mostrando o sinal?

() espaço para upload do vídeo com o sinal.

15) ADERÊNCIA DOS PNEUS, significa: a ação ou atrito que faz o contato dos pneus com o solo, sua função é fazer com que o veículo acelere, trave, pare e evitar que o veículo deslize, escorregue (perder o controle).

15.1) ADERÊNCIA DOS PNEUS. Você conhece o sinal desse termo?

[] Sim

[] Não

15.2) Se você conhece o sinal de ADERÊNCIA DOS PNEUS, pode enviar um vídeo (**mp4, até 10MB**) mostrando o sinal?

() espaço para upload do vídeo com o sinal.

ANEXO A

Resolução CONTRAN nº 492/1975⁷¹, dispõe sobre a concessão de CNH para portadores de deficiência auditiva.

Quarta-feira 9		DIÁRIO OFICIAL (Seção I — Parte I)	Abril de 1975 4061
<p>cessários ao pagamento das despesas decorrentes do cumprimento do disposto neste ato.</p> <p>Os assentamentos funcionais dos servidores mencionados neste ato serão enviados, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Portaria, à Superintendência Nacional da Marinha Mercante. — <i>Darcy Duarte de Siqueira.</i></p>		<p>(quarenta) decibéis, poderão se candidatar à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação somente na categoria de motoristaizador.</p> <p>§ 1º - A Carteira Nacional de Habilitação de que trata este artigo, será concedida a título experimental, pelo prazo de 4 (quatro) anos.</p> <p>§ 2º - Os candidatos habilitados na forma desta Resolução estarão sujeitos, anualmente, ao Exame de Sanidade Física e Mental.</p> <p>Art 2º - Para habilitar-se a conduzir veículos automotores na forma do artigo 1º, o candidato deverá satisfazer às seguintes exigências:</p>	
SECRETARIAS DE ESTADO			
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA			
GABINETE DO MINISTRO			
DESPACHO DO MINISTRO		PORTARIA Nº 162-B, DE 9 DE ABRIL DE 1975	
<p>Em 26 de março de 1975</p> <p>Processo: MJ 62.809/73 — Roldão Ardisson de Araujo, agente auxiliar de Polícia Federal, recorre contra decisão do Diretor-Geral do DPF.</p> <p>Despacho: "Nego provimento ao recurso, para manter a penalidade, conforme o parecer. — <i>Armando Faíco, Ministro da Justiça.</i>"</p>		<p>O Secretário de Assuntos Especiais do Gabinete do Ministro da Justiça, no uso de suas atribuições legais, resolve:</p> <p>Mandar retornar ao Rio de Janeiro, a partir de 8 de abril do corrente ano, o soldado PMEG Jorgo de Oliveira (8º), que se encontrava à disposição deste Ministério. — <i>Alberto Rocha.</i></p>	
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO			
(*) PORTARIAS DE 3 DE ABRIL DE 1975		<p>Parte Permanente deste Ministério, de substituta do Chefe da Seção de Recebimento e Expedição, símbolo 6-F, da Divisão de Comunicações, durante seus impedimentos eventuais.</p> <p>Nº 26 — Designar Célia Maria Rodrigues Sant'Ana, Escrifania classe "B, nível 10, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Ministério para substituir o Chefe da Seção de Recebimento e Expedição, símbolo 6-F, da Divisão de Comunicações, durante os seus impedimentos eventuais. — <i>Péricles Sales Freire.</i></p>	
CONSELHO NACIONAL DE TRANSITO			
R E S O L U Ç Ã O Nº 492/75			
Dispõe sobre a concessão de Carteira Nacional de Habilitação aos portadores de deficiência auditiva.			
<p>O CONSELHO NACIONAL DE TRANSITO, usando das atribuições que lhe confere o inciso V, do artigo 5º da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (CÓDIGO NACIONAL DE TRANSITO), e tendo em vista o que dispõe o § 2º, do artigo 144, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 62.127, de 16 de janeiro de 1968 e as deliberações tomadas nas reuniões de 17 de dezembro de 1974 e 19 de março de 1975 constantes do Processo nº 99/73,</p> <p>Considerando que a deficiência auditiva não é causa necessária e suficiente para a inabilitação de candidatos à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação;</p> <p>Considerando que o sentido da audição não figura como fator apreciável na estatística dos acidentes de trânsito;</p> <p>Considerando que os sinais visuais têm absoluta presença sobre os sinais sonoros;</p> <p>Considerando que os portadores de defeitos físicos desenvolvem outras faculdades capazes de suprir suas deficiências;</p> <p>Considerando que a utilização do veículo automotor constitui, na generalidade dos casos, um meio para desenvolvimento de maior atividade pessoal com o consequente benefício econômico;</p> <p>Considerando que as disposições da legislação vigente não abrangem a matéria em toda a sua extensão;</p> <p>Considerando que os estudos e pareceres constantes do Processo levaram o Plenário a concluir pela reformulação dos dispositivos vigentes,</p>			
A R T I C U L O S			
<p>Art. 1º - Os portadores de deficiência auditiva que não ultrapasse, num dos ouvidos, a perda de 40</p>			
<p>(*) N. da D.Pb. — Republicadas por terem saído com incorreções no Diário Oficial de 7.4.75.</p>			
DOCUMENTO ILEGÍVEL			
<p>Brasília-DF, 21 de março de 1975</p> <p>CELSO CLARO HORTA MURTA - VICE-PRESIDENTE</p> <p>CONRÁDIO RAFAEL MANGIÃO - SECRETÁRIO</p>			

Fonte: Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acesso em 20/10/2020.

⁷¹ Embora tenham sido realizadas várias pesquisas, não foi localizada uma página do DOU da época mais nítida. No entanto, por se tratar de um documento histórico de extrema relevância histórica para a comunidade surda optou-se por colocá-la como anexo.